

# CULTURA MATERIAL E ARQUEOLOGIA HISTÓRICA

PEDRO PAULO A. FUNARI (ORG.)

Coleção Idéias





Pedro Paulo A. Funari (org.)

# CULTURA MATERIAL E ARQUEOLOGIA HISTÓRICA



UNICAMP

Coleção IDÉIAS 1

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Universidade Estadual de Campinas

# Coleção IDÉIAS

## Cultura Material e Arqueologia Histórica

Pedro Paulo A. Funari (org.)

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Universidade Estadual de Campinas

**Diretor:** Paulo Miceli

**Diretor Associado:** Rubem Murilo Leão Rêgo

ISBN 85-86572-04-7

**Editor da Coleção Idéias:** Pedro Paulo A. Funari

**Comissão de Publicações:** Prof<sup>a</sup> Amneris Angela Maroni - DCP, Prof. Italo Arnaldo Tronca - DH, Prof. Márcio Bilharinho Naves - DS, Prof. Oswaldo Giacóia Jr. - DF e Prof. Rubem Murilo Leão Rêgo – DS (Coordenador).

**Editoração:** Marilza A. Silva

**Revisão:** Francisco A. Rosa

**Projeto da capa:** Vlademir José de Camargo

**Capa:** Pintura parietal pompeiana, reprodução retirada de *Roman Painting*, de Roger Ling.

**Impressão:** Gráfica do IFCH – Unicamp

Funari, Pedro Paulo Abreu  
l' 962 a Arqueologia histórica e cultura material / Pedro Paulo  
Abreu Funari. – Campinas, SP : UNICAMP, Instituto de Filosofia  
e Ciências Humanas, 1998.  
317 p. - ( Coleção Idéias )

1. Arqueologia e história. 2. Monumentos. 3. Patrimônios.  
4. Antropologia. I. Funari, Pedro Paulo Abreu. II. Título.  
III. Série.

CDD-913.031

Catálogo na Fonte - Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas - UNICAMP

# SUMÁRIO

---

- 5                    Apresentação
- 7                    Arqueologia, História e Arqueologia Histórica  
no Contexto Sul-Americano  
*Pedro Paulo A. Funari*
- 35                   Images of São Paulo: Aesthetics and Citizenship  
*Maria Stella Bresciani*
- 69                   A Cidade e as Roupas  
Moda e Vestuário em Imagens Fotográficas  
*Cláudio DeNipoti*
- 97                   O Renascimento do Oriente no Ocidente do  
Século XIX: Influências da Cultura Material  
*Eliane Moura Silva*
- 107                   Todos os Caminhos Levam ao Brasil?  
*Gilmar Arruda*
- 141                   A ‘Cultural Mosaic’ at Palmares? Grappling with the  
Historical Archaeology of a Seventeenth-Century  
Brazilian Quilombo  
*Scott Joseph Allen*

- 179 Museu, Arqueologia e o Público:  
Um Olhar Necessário  
*Elizabete Tamanini*
- 221 Núcleo Pedrinhas - História e imagem  
*Silvana Cristina Oliveira Muniz*
- 251 Cachimbos Mbyá-Guarani: Aportes Etnográficos  
para uma Arqueologia Guarani  
*Ivori José Garlet & André Luis R. Soares*
- 275 Cultura Material, Prática Arqueológica e Gênero:  
Um Estudo de Caso  
*Luciana Freitas*

## APRESENTAÇÃO

*Pedro Paulo A. Funari\**

Este volume surgiu como resultado da organização de um tema sobre Arqueologia Histórica, por P.P.A. Funari, Siân Jones e Martin Hall, no *World Archaeological Congress 3*, em Nova Delhi, Índia, em dezembro de 1994, com a apresentação de *papers* por quatro docentes<sup>1</sup> do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, visando a publicação das contribuições brasileiras, em língua portuguesa. A abordagem que adotamos para a organização do tema privilegiava a abertura para o diálogo com especialistas de áreas afins que tratassem de questões relevantes, a partir de uma abordagem antes teórico-interpretativa do que empírico-descritiva (cf. Funari, neste volume). O mesmo critério foi adotado nesta coletânea, privilegiando-se a reflexão crítica e abrindo-se, ainda, a oportunidade para que jovens estudiosos pudessem ter suas obras postas em discussão. Isto significou enfatizar a heterogeneidade e o pluralismo. Os trabalhos aqui publicados tratam do patrimônio (Tamanini), da cultura material contemporânea (DeNipoti, Arruda, Freitas, Muniz, Bresciani), da historiografia (Funari, Silva), da tipologia (Garlet & Soares) e da aculturação (Allen).

A Arqueologia brasileira, em geral, e a Arqueologia Histórica, em particular, com a notável exceção da Arqueologia Clássica, tem-se man-

---

\* Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

<sup>1</sup> P.P.A. Funari, Eliane Moura da Silva, Maria Lygia Quartim de Moraes e João Quartim de Moraes. Os textos deste dois últimos já foram publicados, em português.

tido, por razões históricas precisas, isolada do contexto internacional. No entanto, os trabalhos de nível internacional, financiados por agências científicas estrangeiras, têm tido uma repercussão acadêmica, no mundo da ciência, que permite prever profundas modificações no cenário da Arqueologia nacional. No caso específico da Arqueologia Histórica, seu futuro dependerá, em primeiro lugar, de saber inserir-se no contexto da Arqueologia mundial, privilegiando os projetos de pesquisa que dialoguem com o que se passa pelo mundo. Em segundo lugar, apenas o intercâmbio com áreas afins, em particular a História e outras ciências próximas, permitirá que a Arqueologia Histórica adquira sentido para a academia como um todo. Hoje, com raríssimas exceções (cf. neste volume, Funari, Allen), os historiadores, cientistas sociais e outros acadêmicos atuantes no Brasil, não se referem à pesquisa arqueológica, cujo caráter positivista e descritivo pouco oferece para o conhecimento mais aprofundado do passado ou do presente. Este volume, por sua parte, procura mostrar como se pode pensar a cultura material de forma que seja, realmente, significativa para os estudiosos da sociedade.

#### Autores

André Luis R. Soares, Mestre pela PUCRS.

Cláudio DeNipoti, Departamento de História, Universidade Estadual de Londrina.

Eliane Moura da Silva, Departamento de História, IFCH, UNICAMP.

Elizabete Tamanini, Museu Arqueológico de Sambaqui, Joinville.

Gilmar Arruda, Departamento de História, Universidade Estadual de Londrina.

Ivori José Garlet, Mestre pela PUCRS.

Luciana Freitas, Mestranda da UNICAMP.

Maria Stella Bresciani, Departamento de História, IFCH, UNICAMP.

Pedro Paulo A. Funari, Departamento de História, IFCH, UNICAMP.

Scott Joseph Allen, Doutorando, Brown University.

Silvana Cristina Oliveira Muniz, Mestre da UNESP.

# ARQUEOLOGIA, HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA HISTÓRICA NO CONTEXTO SUL-AMERICANO

*Pedro Paulo A. Funari\**

## 1. Introdução: Arqueologia e História

Há uma duradoura tradição, tanto na Arqueologia como na História, de considerar aquela como uma disciplina auxiliar desta última, fornecedora de dados (como defendia Meneses, 1965, p. 22 e Klein, 1993, p. 729; em sentido contrário, Zimmerman e Dasovich, 1990, p. 1). A Arqueologia européia surgiu da Filologia (Champion, 1990, p. 89), por meio da História, e seu papel como “serva da História” foi o resultado de uma definição muito específica da História como uma disciplina, capaz de propor interpretações, que usa diferentes fontes, estudadas por técnicos, como os paleógrafos, a cargo dos manuscritos, e os arqueólogos, que coletam artefatos (Austin, 1990) e objetos artísticos (Bandinelli, 1984, p. 157; 1994). A Arqueologia americana seguiu um caminho diferente, tendo sido sempre considerada parte da Antropologia (Deetz, 1967, p. 3; Trigger, 1989b, p. 19; Smith, 1992, p. 24; Renfrew, 1993, p. 73), embora tenha sido, freqüentemente, interpretada como uma disciplina destinada a coligir dados a serem interpretados pelo verdadeiro cientista social, o antropólogo.

A maior parte dos estudos recentes, entretanto, concordaria que “a Arqueologia é uma ciência social, no sentido de que ela tenta explicar o

---

\* Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

que aconteceu com grupos humanos específicos, no passado, e generalizar sobre os processos de mudança cultural” (Trigger, 1990, p. 19). Ela é considerada como uma disciplina independente, intimamente relacionada com a História e com as outras ciências sociais (Otto, 1975, p. 11; Patterson, 1990, p. 5). A Arqueologia assume, de forma crescente, uma orientação histórica (Trigger, 1984, p. 295) e, na prática, a História e a Antropologia convergem (Sherratt, 1992, p. 139), pois arqueólogos e antropólogos consideram que se almeja por uma ciência humana com fundamentação histórica, e os historiadores, por sua parte, reconhecem que a investigação antropológica e arqueológica tornou-se crucial para a própria História (Knapp, 1992, p. 3). O interesse renovado por Walter Benjamin, um pioneiro no uso da cultura material e da escavação como metáforas, na análise histórica, tem sido sentido não apenas na Arqueologia pós-processual, mas, também, nas outras ciências humanas (Härke e Wolfram, 1993, p. 184; Funari, 1996a, pp. 52-53).

O diálogo entre a Arqueologia e a História, portanto, tornou-se imperativo (Moreland, 1992, p. 126). Em alguns lugares, como no continente americano, uma oposição entre História e teoria foi levantada por alguns arqueólogos (Hodder, 1991a, p.10), mas esta falsa contraposição foi contrabalançada por apelos em favor de uma colaboração interdisciplinar, como ressaltou o arqueólogo uruguaio José María López (s.d., p. 62). Alguns arqueólogos iriam ao ponto de definir a Arqueologia como uma disciplina histórica (Fonseca, 1990; Newell, 1991), uma espécie de História Social (Cerdà, 1991, p. 420). Há um reconhecimento de que a História é um elemento vital para a interpretação arqueológica (Little, 1998, p. 264; Little e Shackel, 1992, p. 4) e que os arqueólogos devem combinar o uso da cultura material com o estudo da documentação escrita (Orser, 1987, p. 131).

## **2. História, Arqueologia e ciências afins: questões comuns**

O conceito braudeliano de longa duração aproximou historiadores e cientistas sociais, incluindo-se aí os arqueólogos (Braudel, 1969, p.

103; Carandini, 1979, pp. 66-69). A História factual tradicional centra sua atenção em acontecimentos políticos microscópicos de difícil acesso para o arqueólogo, mas a *Alltagsgeschichte* propunha o estudo da repetição, algo bem conhecido dos arqueólogos, sob o nome de “tipologia” (Lüdtke, 1989). A cooperação interdisciplinar foi advogada por diferentes especialistas como uma crítica fundamental das divisões do saber (Kern, 1985, p. 10; 1998, p. 185; 1994, p. 78; Epperson, 1990, p. 36).

A superação das barreiras das disciplinas e a produção de uma ciência unificada da sociedade (Spriggs, 1983, p. 3) significa que disciplinas, aparentemente não relacionadas, como a Filosofia e a Arqueologia (Salmon, 1982), têm muito a ganhar com o diálogo (Miller e Tilley, 1996). A Ciência Política, a Filosofia Social, a Economia, são todas boas ferramentas para se superar a especialização (Hale, 1995, pp. 215-216) e o chamamento de Pierre Bourdieu (1988, p. 779) para que se evite uma muito danosa oposição entre as disciplinas foi ouvido em diferentes contextos. A historiografia política argentina é um bom exemplo disso (Sábato, 1993, pp. 87-88) e é muito sintomático que Jones (1976, p. 295) tenha escrito no *British Journal of Sociology* que “não há distinção, em princípio, entre a História e outras ‘ciências sociais’”.

Recentemente, Paynter (1995, p. 95) lembraria que o uso da poesia pelos arqueólogos é o resultado da posição intermediária da disciplina, que se situa entre as humanidades e as ciências. A poesia é uma outra característica comum a diferentes ciências que foram influenciadas pela Linguística e pela Semiótica. Como já mencionado, todas as ciências humanas modernas surgiram dos estudos da língua, desde a época do Iluminismo (Reill, 1994, p. 365; para uma crítica, ver Bernal, 1991), mas novos influxos viriam, desde a década de 1960, da análise de discurso. Reconhece-se, cada vez mais, que a ciência tem fundamentos semióticos (Grzybek, 1994, p. 344), e a análise de discurso tornou-se corriqueira na Arqueologia (Shanks e Tilley, 1987; Tilley, 1990, pp. 151-152) e na História (Carrard, 1986; Funari, 1994b). A Semiótica pode contribuir para um projeto de plurilingüismo dialógico, no qual diferentes universos

discursivos, como a Arqueologia e a História, por exemplo, podem interagir dialogicamente, interpretando uma a outra, de forma recíproca e crítica (Petrilli, 1993, p. 360).

A natureza da evidência, tanto para historiadores como para arqueólogos, tem sido, repetidas vezes, discutida nos últimos anos, e a própria palavra “evidência” tem sido considerada como uma figura de discurso (Somekawa e Smith, 1988, p. 152). Não é casual que tenha sido um arqueólogo, que também se notabilizou como filósofo e historiador, Collinwood (1970), quem tenha formulado, de forma duradoura e consistente, o conceito de subjetividade na interpretação histórica (Debbins, 1965; Vann, 1988; Ucko, 1989, p. xii). Embora subjetivas, as evidências são, muitas vezes, interpretadas como pistas em uma corte de justiça e os historiadores comparados a detetives (Honório Rodrigues, 1969, p. 20; Couse, 1990), aceitando-se que *die Geschichte ist ein Kriminalgericht*. A busca de dados *novos* não estava, portanto, em contradição com o caráter subjetivo da evidência (Ankersmit, 1986, pp. 1-11). Contudo, historiadores (e.g. Bevir, 1994, p. 343) e arqueólogos (e.g. Trigger, 1989a; Murray, 1995, p. 291) discutem como evitar o relativismo ou o objetivismo absolutos e como encontrar um meio termo entre eles (Shanks e Hodder, 1995, p. 11).

### 3. Arqueologia, História e sociedade

Tem havido uma conscientização crescente, por parte de historiadores e arqueólogos, de que ambas disciplinas não podem ser separadas de suas bases nas realidades e conflitos sociais e intelectuais de seu tempo, e de que devem ser vistas, de forma crítica, no contexto mais amplo da História do mundo moderno (Iggers, 1984, p. 204). O acadêmico não é um observador neutro que está acima e além das classes e dos conflitos sociais (Olsen, 1986, p. 37) e as disciplinas científicas não estão livres de liames sociais e políticos (Champion, 1991, p. 144). Nossas opiniões sobre o passado estão, de maneira contínua, sendo refeitas por vieses culturais em mudança (Blakey, 1990, p. 38). O movimento pós-

processual na Arqueologia observou que os contextos sociais e políticos contemporâneos dos arqueólogos moldam suas interpretações dos vestígios arqueológicos (Wood e Powell, 1993, p. 407), ecoando os reclamos dos historiadores de que eles estão envolvidos em suas próprias tradições históricas e historiográficas (Burguière, 1982, p. 437; Harlan, 1989, p. 587; Calhoun, 1993, p. 91). Padrões científicos em mudança (Burckhardt, 1958, p. xi) dependem de esquemas interpretativos provenientes do contexto contemporâneo (França, 1951, p. 266; Goldmann, 1975, p. 40).

A impossibilidade de desentranhar a pesquisa dos interesses sociais foi também reconhecida por antropólogos e cientistas sociais (Rowlands, 1983, p. 109; Nassaney, 1989, p. 90; Veit, 1989, p. 50) e as ligações entre passado e presente são comuns, específicas e diretas (Wilk, 1985, p. 311; Pinsky, 1989, p. 91; McCullagh, 1993, p. 37), na medida em que os estudiosos são o produto da cultura e suas interpretações do passado são influenciadas pelo meio cultural (Burley, 1995, p. 75). Uma abordagem crítica foi, assim, formulada por cientistas sociais, e, ainda que os arqueólogos se tenham atrasado para desenvolver um senso crítico (Mazel, 1989, p. 11), Norbladh (1989, p. 28) não hesitou em afirmar que o principal objetivo dos arqueólogos consiste em “promover uma reflexão constante sobre as condições sociais e humanas e isto implica em desenvolver uma crítica social contemporânea”. *He kritiké tékhne*, “o poder de discernir, separar, julgar” (Aristóteles, *De Anima*, 432a 16), significa ter um método crítico de investigar e expor (Marquardt, 1992, p. 103), que explore os contextos social e político do conhecimento (Leone, Potter e Shackel, 1987, p. 285; Handsman e Leone, 1989, pp. 119-134; Potter, 1992). O mesmo tipo de vocabulário tem sido usado por historiadores, quando se referem à História como crítica, um meio de expor as formulações ideológicas e criticar o senso comum (Wood, 1994, p. 9). O desenvolvimento da auto-consciência é uma preocupação comum entre lingüistas (Fairclough, 1990, p. 167) e historiadores (La Capra, 1992, p. 439).

A afirmação de Mommsen de que *die Historiker einer nationalen Kulturgemeinschaft angehören* (Mommsen, 1984, p. 57) poderia ser estendida a todos os outros estudiosos da sociedade e, se é verdade que o

historiador ou o arqueólogo carregam em suas mentes o presente (Wright e Mazel, 1991, p. 59), o foco de sua atenção deveria mover-se para o cotidiano das pessoas comuns. A Arqueologia democratiza o passado, fornecendo aberturas para a vida diária do povo (Deetz, 1991, p. 6; Hall, 1991, p. 78) e permitindo que se supere a parcialidade das evidências eruditas (Paynter e MacGuire, 1991; Johnson, 1992, p. 54). Temas “invisíveis” na História escrita tornam-se acessíveis graças aos vestígios materiais (Brown e Cooper, 1990, p. 19), e as interações dinâmicas entre elites e não-elites, entre vernacular e estilístico, são questões comuns na Arqueologia (Paynter, 1988, p. 409; Pendery, 1992, p. 58). A “História dos que estão abaixo” e a História da cultura popular são desenvolvimentos recentes na historiografia (Thompson, 1966; Fletcher, 1988; Walinski-Kiehl, 1989; Sharpe, 1991), mas os arqueólogos estão muitíssimo conscientes de que a “História é escrita pelos vencedores” (Paynter, 1990, p. 59) e que os grupos subalternos podem usar o passado arqueológico para sustentar, cientificamente, suas reivindicações, escrevendo a História da dominação e da resistência (Leone, 1986, p. 431; Hodder, 1991b, p.10).

Quando relacionamos a sociedade e a academia, tangenciamos a ética. As palavras de Peter Ucko (1990, p. xx), a esse respeito, merecem ser citadas *in extenso*:

O problema confrontando a Arqueologia hoje é uma questão profundamente moral... os arqueólogos não podem continuar a ignorar ao menos duas forças que competem pelo seus préstimos – os governantes e os governados.

Os historiadores fazem face aos mesmos dilemas, quando buscam desafiar a hegemonia ideológica dos poderosos (Ortiz, 1993, p. 65) ou a desmascarar a invenção de fatos históricos, como a tentativa de negação da possibilidade de se provar ter havido o Holocausto (Tucker, 1993, p. 656). As responsabilidades de historiadores e arqueólogos são muito similares (Florescano, 1994, p. 51; Maier, 1994, p. 42), pois compartilham um mesmo objeto: a sociedade, no passado e no presente, suas características e dinâmica (García, 1991, p. 38).

#### **4. Arqueologia e História na América do Sul**

A formação da História e da Arqueologia como disciplinas científicas, na América do Sul, foi diferente em cada país (Politis, 1995, p. 197) e, assim, este trabalho trata de três países que, a despeito de suas diferenças, podem ser estudados simultaneamente: Argentina, Brasil e Uruguai (Funari, 1994a; Funari, 1996b). A Arqueologia desenvolveu-se muito mais tarde do que a História e, desde o início, a Arqueologia foi assimilada à Pré-História. É, portanto, justo afirmar que o estudo da cultura material histórica foi feito, por muito tempo, até a década de 1980, principalmente por não arqueólogos, em geral arquitetos e historiadores da arte. Os três países foram afetados pelo jugo militar no período entre o início da década de 1960 até meados da década de 1980. Enquanto historiadores e outros estudiosos conseguiram, às vezes, evitar a perseguição, já que seu trabalho acadêmico poderia ser levado adiante às suas próprias expensas, os arqueólogos, pela própria natureza do trabalho de campo, não podiam contar com fundos. Neste contexto, era muito difícil opor-se à linha oficial dos militares (Funari, 1992).

A Arqueologia sofreu o peso da repressão, de forma mais brutal, na Argentina, e a Arqueologia Histórica seria, naturalmente, a área mais afetada, não se desenvolvendo até a restauração dos civis em 1984 (cf. o balanço inédito de Senatore e Zarankin, s.d., sobre a pesquisa referente ao período colonial). O arquiteto Daniel Schávelzon tem estado muito ativo desde então, atuando em conjunção com outros associados, estudando edifícios em Buenos Aires (Schávelzon, 1986a; 1987e; 1988b; 1988c), Córdoba (1987a), e outros lugares (1987b), publicando monografias sobre cerâmica (1987d; 1988a) e outros artefatos (1987c). O “Programa de publicações de Arqueologia urbana” editou, entre 1987 e 1989, mais de uma dúzia de monografias, a maioria sob a responsabilidade de Schávelzon e associados. Davey (1989) tratou de cachimbos de cerâmica e Schávelzon e Ramos (1989-1991; 1991) apresentaram relatórios de escavação de Calderón de Rosas, em Palermo. Desde 1991, Schávelzon tem publicado a série “Arqueologia Histórica de Buenos Aires”, com volumes sobre a cultura material dos séculos XVIII e XIX (Schávelzon,

1991a; 1991b), sobre edifícios subterrâneos (Schávelzon, 1992), sobre a Imprensa Coni (Schávelzon, 1993) e sobre as escavações em San Telmo.

J.R. Bárcena, pré-historiador de formação, tem escavado sítios históricos em Mendoza, particularmente na área central (s.d.a; s.d.b; s.d.c). Bárcena (1993a) tem sido ativo, também, na proteção e gerenciamento do patrimônio histórico, na capital e no interior da Província (Bárcena, 1993b). Ruth Adela Poujade tem estudado os assentamentos pré-históricos e históricos na região das Missões Jesuíticas, na Província de Misiones, no nordeste da Argentina. Poujade (1980; 1985/6; 1986/7) prospectou toda a área e publicou um artigo analítico sobre o padrão de assentamento (Poujade, 1992). Andrés Zarankin (1995) publicou uma monografia sobre Santa Fe la Vieja, um sítio ocupado por quase noventa anos, entre 1573 e 1660, e María Ximena Senatore (1995) estudou a cerâmica colonial. Irina Podgorny (1991) tem estudado o uso da cultura material, particularmente imagens, em manuais didáticos argentinos e a maneira como as identidades nacional e comunitária são forjadas. O surgimento e consolidação da “Equipe Argentina de Antropologia Forense”, voltado para o estudo dos restos de “desaparecidos” em fossas coletivas, foi muito importante. O grupo tem trabalhado, nos últimos anos, no resgate dos restos materiais de pessoas assassinadas por esquadrões da morte. Cristina Bellelli e Jeffrey Tobin (1996, p.6) explicaram, recentemente, as repercussões sociais desta investigação de Arqueologia Histórica, com as seguintes palavras:

Na Argentina, há aproximadamente 30.000 desaparecidos: pessoas seqüestradas por esquadrões paramilitares, detidas e torturadas em campos de concentração clandestinos, assassinadas e enterradas em tumbas sem identificação ou nas águas turvas do Rio da Prata. Os ossos que <Clyde> Snow < um antropólogo forense norte-americano> apresentou em corte foram desenterrados, com modernas técnicas arqueológicas, de sítios de enterramento de massa, nos quais os assassinos, a mando do Estado, os haviam enterrado. O recolhimento meticuloso desta trágica ‘evidência’ arqueológica e sua subsequente análise pela Antropologia forense tornou possível reverter o processo de desapa-

rição, ao confirmar a identidade das vítimas e ao esclarecer como morreram.

No Brasil, alguns arqueólogos profissionais têm escavado sítios históricos com uma abordagem meramente descritiva. Grande quantidade de estapas de campo não resultam em relatórios escritos, e alguns outros consistem em descrições inéditas. Os arqueólogos de campo mais ativos são Marcos Albuquerque (1971; 1980; 1982) e Ulysses Pernambucano de Mello (1975; 1976; 1983), no nordeste, Margarida Davina Andreatta (1981/2; 1986), em São Paulo, Maria da Conceição Beltrão (Neme, Beltrão e Niemeyer, 1992), na Bahia e Rio de Janeiro. Jovens estudantes de pós-graduação estão, também, atuando, como Paulo Tadeu de Souza Albuquerque (1991), em Vila Flor, no nordeste, Miriam Cazzetta (1991) e Paulo Eduardo Zanettini (1986;1990) em outros lugares. Arqueólogos que tratam do patrimônio histórico têm publicado artigos sobre Arqueologia urbana (Vogel e Mello, 1984; Vianna, 1992). O estudo, com rigor acadêmico dos quilombos (Guimarães, 1992; Funari, 1995b; Funari, 1996c), das Missões Jesuíticas (Kern, 1984; 1985; 1987; 1988; 1989; 1991), e de temas da Arqueologia Clássica (Funari, 1995a, p. 244) constituem exemplos isolados do uso de documentos escritos e cultura material, estabelecendo um diálogo entre historiadores e arqueólogos que tratam dessas questões.

O Uruguai testemunhou, também, um desenvolvimento tardio da Arqueologia Histórica. López (1988) estudou o papel da construção da identidade nacional e propôs uma abordagem antropológica da cultura material que visaria ultrapassar a ideologia colecionista (López, 1990, p. 4). Leonel Cabrera (1989, p. 28) enfatiza a necessidade de superar a mera descrição de artefatos históricos e procura demonstrar que o gerenciamento do patrimônio deveria levar em conta o “passado esquecido”, ou seja, a pré-história (Cabrera, 1989; Cabrera e Curbello, 1992, p. 54; López, 1992, p. 174). O estudo arqueológico de Colônia do Sacramento, no sudoeste do país, é o melhor exemplo de Arqueologia Histórica no Uruguai. A cidade, fundada em 1680 por Portugal, tem sido objeto de estudos arquitetônicos e, recentemente, Nelsys Fusco (s.d.; 1990) começou um estudo arqueológico sistemático (Schávelzon, 1991; Fusco e López,

1992). Da mesma forma que seus pares argentinos e brasileiros, os estudiosos uruguaios têm usado documentos históricos e evidências materiais para melhor compreender a sociedade colonial e suas transformações.

Há algumas características comuns nos três países, particularmente em relação aos liames entre a História e a Arqueologia. Há uma longa tradição de falta de comunicação entre historiadores e arqueólogos, e isto não é devido, unicamente, ao fato de que os arqueólogos, em geral, tratam da pré-história. Os estudiosos dos sítios e artefatos históricos eram, no melhor dos casos, arquitetos, historiadores da arte e outros cientistas ou, no pior, antiquários e escavadores em busca de contratos vantajosos economicamente, mas de escasso valor científico. Na última década, o crescimento das atividades da Arqueologia Histórica alterou esse quadro, mas artigos ou monografias de caráter interpretativo são, ainda, muito raros. Não há, até o momento, uma abordagem interdisciplinar dos sítios históricos e o estudo de Paul Shackel sobre a disciplina e a cultura material em Annapolis, nos Estados Unidos, que sintetiza a Antropologia de Wolf, a História de Braudel e a Filosofia de Foucault com a Arqueologia Crítica, não tem paralelo na América Latina (Shackel, 1993).

Isto não diminui os avanços da Arqueologia Histórica na América do Sul, já que sua prática começou há pouco. A questão é que, enquanto nos Estados Unidos o livro de Shackel não pode ser ignorado por historiadores e outros estudiosos, pois seu campo discursivo é o mesmo, a historiografia sul-americana presta pouca atenção aos estudos arqueológicos, que parecem falar uma outra língua. Entretanto, há questões comuns a historiadores e arqueólogos que poderiam e deveriam promover a cooperação entre diferentes especialistas que tratam do passado posterior à chegada dos europeus, como o estudo da resistência quotidiana (Hall, s.d., p. 384; Rubertone, 1989, p. 32), da aculturação (Orser, 1988, p. 11), da leitura de sentido no texto, não fora dele (Austin e Thomas, 1990, p. 45) e da adoção de uma perspectiva internacional (D'Agostino, 1995, p. 104).

Alguns avanços recentes, entretanto, são muito encorajadores. A publicação do primeiro manual introdutório à Arqueologia Histórica, em uma língua local, por Orser (1992), que reúne uma grande quantidade de

informações sobre a disciplina e visa a um público universitário (Esarey, 1995, p. 131), permitiu que os arqueólogos em atuação pudessem entrar em contato com o que se passa nesse campo, em termos internacionais. Outro livro recente de Orser sobre a Arqueologia Histórica, adotado nos Estados Unidos e na Europa como manual básico da disciplina, trata extensamente da América do Sul, em particular do quilombo dos Palmares, e, também neste caso, isto contribui para a popularização, na América Latina, dessa atualizada e inovadora introdução à Arqueologia Histórica (Orser, 1996, pp. 41-56; 123-130 *et passim*), ajudando a divulgar os debates correntes. A Universidade da Carolina do Sul publicou, entre 1994 e 1996, uma série sobre “Arqueologia Histórica na América Latina”, publicando artigos e monografias em inglês, espanhol e português, tendo sua distribuição atingido as principais instituições de pesquisa do continente americano. A publicação da *Revista de História da Arte e Arqueologia*, desde 1994, pela Universidade Estadual de Campinas, tem contribuído para a colaboração entre arqueólogos e outros estudiosos (e.g. Lagopoulos, 1996; Slenes, 1996; Tchernov, 1996) e um conselho consultivo internacional, que inclui Peter Ucko e Michael Rowlands, entre outros, garante seu papel científico na América do Sul.<sup>1</sup>

Talvez os principais avanços na Arqueologia Histórica dos três países relacionem-se a uma ênfase no estudo dos grupos subalternos, uma estratégia compartilhada pelos historiadores (e.g. Castro, 1996; Mello e Souza, 1996). O gerenciamento do patrimônio, deixado, por muito tempo, na mão de arquitetos que se preocupavam com os edifícios da elite, vem sofrendo avaliações críticas por parte de arqueólogos e historiadores (e.g. Tamanini, 1995). Identidades étnica e nacional estão, também, no centro das atenções de estudos monográficos sobre Buenos Aires, Santa Fe, Colonia do Sacramento, Missões Jesuíticas, quilombos. Como vivemos na periferia do mundo ocidental, estamos acostumados a mesclar perspectivas que, em outros contextos, são mantidos isolados.

---

<sup>1</sup> Note-se que as revistas, em nosso subcontinente, que publicam artigos de Arqueologia, muitas vezes, funcionam por critérios não acadêmicos, mas políticos.

Patterson (1989, p. 556) propôs que seria possível distinguir três Arqueologias pós-processuais: 1) uma tendência que tem como ancestral Collinwood e que cita Barthes, Bourdieu, Geertz, Giddens e Ricoeur; 2) uma corrente que emerge de Marx e Foucault; 3) uma linha preocupada com comunicação e ideologia e que deriva sua inspiração de Althusser, Habermas, Leone e Wylie. Outros, como Härke (1989, p. 409), oporiam uma Arqueologia teórica anglo-americana à tradição germânica que enfatiza o estudo exaustivo e erudito dos detalhes. Entretanto, não deveria surpreender o fato de que alguns estudiosos argentinos, brasileiros e uruguaios enfatizem tanto o detalhe quanto a teoria, e citem Bourdieu, Foucault e Althusser! Isto não significa ecletismo mas que não se pode ignorar a convivência de diferentes perspectivas que, nos centros europeus e americanos, podem se dar ao luxo de ficarem estanques (Funari, 1989, p. 64).

Regimes ditatoriais na América do Sul, como na Europa (Baker, 1991, pp. 58-60; Fontes, 1992, p. 219), conseguiram reprimir, por algum tempo, a difusão de idéias novas, mas a liberdade reconquistada, muito rapidamente, viria a promover os contatos científicos, incluindo-se, aí, o diálogo entre historiadores e arqueólogos. Pluralismo de idéias, em uma sociedade aberta, significa que diferentes disciplinas podem fornecer abordagens que, contudo, não podem ignorar a existência de uma gama variada de pontos de vista. Historiadores e arqueólogos vivem, em grande medida, em ambientes científicos diversos, o que resulta de circunstâncias muito específicas. Como mencionado, enquanto historiadores são historiadores, arqueólogos são arquitetos, antropólogos, biólogos, geólogos, geógrafos e, às vezes, historiadores. O estudo acadêmico da Arqueologia não está bem definido e isto dificulta o diálogo entre historiadores e arqueólogos. Este diálogo depende, na maioria das vezes, dos esforços de arqueólogos específicos que se encontram em uma área limítrofe. Um bom exemplo consiste no papel de Gabriela Martín no desenvolvimento de ambas disciplinas no nordeste do Brasil: Martín havia sido educada como arqueóloga clássica em sua Espanha natal, tendo estado a cargo do estudo e publicação de importantes cerâmicas romanas, nas décadas de 1960 e 1970 (Martín, 1968; 1969; 1970; 1971; 1972; 1974; 1975; 1978; 1979; 1981; 1983; 1988); Martín decidiu-se a viver e estudar a Arqueo-

logia do Brasil, produziu um amplo estudo da Pré-História do nordeste (Martín, 1996), orientou trabalhos de Arqueologia Histórica e atuou como avaliadora da CAPES para os cursos de pós-graduação em *História*.

História e Arqueologia estão apenas começando a interagir, mas o ponto de vista periférico, a partir da América do Sul, permite supor que ambas disciplinas estão condenadas a viver juntas, no mesmo campo de pesquisas geral das humanidades. Isto é particularmente importante nesta região, tão afetada pelo arbítrio, no passado. Os arqueólogos latino-americanos têm muito a aprender com os historiadores e vice-versa. Embora o diálogo esteja ainda no início, seus primeiros frutos indicam que contatos adicionais serão vitais para o desenvolvimento criativo da pesquisa científica.

## **Agradecimentos**

Uma primeira versão deste trabalho foi lida por diversos colegas e beneficiou-se, ainda, dos comentários dos colegas do Departamento de Arqueologia da Universidade de Southampton, quando ali estive para lecionar, a esse respeito, em 1996. Devo, portanto, agradecer aos seguintes colegas que enviaram trabalhos (alguns inéditos), trocaram idéias e me ajudaram de diversas maneiras: J.R. Bárcena, Leonel Cabrera, Edgar de Decca, Luís Fernando de Oliveira Fontes, Nelsys Fusco, Martin Hall, Siân Jones, Arno Álvares Kern, Alexandros Phaidon Lagopoulos, Mark P. Leone, Barbara Little, José María López, Gabriela Martín, Aron Mazel, Jarl Nordbadh, Parker Potter, Charles E. Orser, Jr., Irina Podgorny, Gustavo Politis, Ruth Poujade, Michael Rowlands, Daniel Schávelzon, Paul A. Shackel, Michael Shanks, Elizabete Tamanini, Serguei Tchernov, Bruce G. Trigger, Peter Ucko, Hélio Vianna, Paulo Eduardo Zanettini e Larry Zimmerman. As idéias são minhas, e sou o único responsável.

## Referências

- Albuquerque, P.T.S. (1991). *A faiança portuguesa dos séculos XVI ao XIX em Vila Flor, Rio Grande do Norte*. Dissertação de Mestrado, inédita, Recife.
- Albuquerque, M. (1971). *O sítio arqueológico PE 16 Cp*. Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- . (1980). Escavações arqueológicas realizadas na Igreja quinhentista de Nossa Senhora da Divina Graça, em Olinda. *Clio*, 3:89-90.
- . Albuquerque, M. (1991). Perspectivas da Arqueologia Histórica no Brasil. *Resumos da VI Reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, Rio de Janeiro, SAB, pp. 32-33.
- Andreatta, M.D. (1981/2). Arqueologia Histórica no município de São Paulo. *Revista do Museu Paulista*, 28:174-177.
- Andreatta, M.D. (1986). A Casa do Grito, Ipiranga. *Revista do Arquivo Municipal*, 197:151-172.
- Ankersmit, F.R. (1986). The dilemma of contemporary Anglo-Saxon philosophy of history. *History and Theory*, 25:1-27.
- Austin, D. and Thomas, J. (1990). The 'proper study' of medieval archaeology: a case study. In: Austin, D. and Alcock, L. (eds.), *From the Baltic to the Black Sea*. Londres, Unwin Hyman, pp. 44-78.
- Austin, D. (1990). The 'proper study' of medieval archaeology. In: Austin, D. and Alcock, L. (eds.), *From the Baltic to the Black Sea*. Londres, Unwin Hyman, pp. 9-42.
- Baker, F. (1991). Archaeology, Habermas, and the pathologies of modernity. In: Baker, F. and Thomans, J. (eds.), *Writing the Past in the Present*. Lampeter, University Press, pp. 54-62.
- Bandinelli, R.B. (1984). *L'arte classica. Arte greca. Ritratto*. Riuniti, Roma.
- . (1994). A História da Arte como interpretação histórica da forma. *Revista de História da Arte e Arqueologia*, 1:227-240.
- Bárcena, J.R. (1993a). Investigación, rescate y valorización del patrimonio arqueológico e histórico en el área fundacional de Mendoza. *Bolsa de Comercio de Mendoza*, 353:3-8.
- . (1993b). Las investigaciones arqueológicas e históricas y las posibilidades económicas del rescate y valorización del patrimonio cultural. *Boletín de la Bolsa de Comercio de Mendoza*, 351:3-4.

- . (s.d. a). *Rescate Arqueológico en el Área fundacional de Mendoza*, Municipalidad de Mendoza, Mendoza.
- . (s.d. b). *Rescate Arqueológico en Área fundacional de Mendoza. Plaza del Castillo, La Pila o fuente del siglo XIX*, Municipalidad de Mendoza, Mendoza.
- . (s.d. c). *Protección de Sitios Arqueológicos en el Área de Montaña Mendocina*, Ministerio de Cultura, Mendoza.
- Bellelli, C. and Tobin, J. (1996). Archaeology of the *desaparecidos*. *SAA Bulletin*, 14:6-7.
- Bernal, M. (1991). *Black Athena. The Afroasiatic Roots of Classical Civilization*, Londres, Vintage.
- Bevir, M. (1994). Objectivity in history. *History and Theory*, 33: 328-344.
- Blakey, M.L. (1990). American nationality and ethnicity in the depicted past. In: Gathercole, P. and Lowenthal, D. (eds.), *The Politics of the Past*. Londres, Unwin Hyman, pp. 38-48.
- Bourdieu, P. (1988). Vive la crise! For heterodoxy in social sciences. *Theory and Society*, 17:773-787.
- Braudel, F. (1969). *Écrits sur l'Histoire*. Paris, Flammarion.
- Brown, K.L. and Cooper, D.C. (1990). Structural continuity in an African-American slave and tenant community. *Historical Archaeology*, 24:7-19.
- Burckhardt, J. (1958). *On History and Historians*. New York, Harper and Row.
- Burguière, A. (1982). The fate of history of *mentalités* in the *Annales*. *Comparative Studies in Society and History*, 24:424-437.
- Burley, D.V. (1995). Contexts of meaning: beer bottles and cans in contemporary burial practices in the Polynesian kingdom of Tonga. *Historical Archaeology*, 29:75-83.
- Cabrera, L. and Curbelo, M.C. (1992). Patrimonio y Arqueología en el Uruguay: hacia el reconocimiento de un pasado olvidado. In: Politis, G. (ed.), *Arqueología en América Latina Hoy*. Bogotá, Banco Popular, pp. 45-56.
- . (1989). El pasado que negamos... *Anales del VI Encuentro Nacional y IV Regional de Historia*, 1:115-117.

- Calhoun, C. (1993). Postmodernism and pseudohistory. *Theory, Culture, and Society*, **10**:75-96.
- Carandini, A. (1979). *Archeologia e Cultura Materiale. Dai 'lavori senza gloria' nell'antichità a una politica dei beni culturali*. Bari, De Donato.
- Carrard, P. (1986). Récit historique et fonction testimoniale, les archives de la Grande Guerre. *Poétique*, **65**:47-61.
- Castro, M.M. (1996). *Ex-votos mineiros - As tábuas votivas no Ciclo do Ouro*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura.
- Cazzetta, M. (1991). Arqueologia e planejamento urbano. *I Congresso Latino-Americano sobre Cultura Arquitetônica e Urbanística*. Porto Alegre, inédito.
- Cerdà, M. (1991). Industrial archaeology and the working class. In: Cerdà, M. and Torró, J. (eds.), *Arqueología Industrial*. Valencia, Diputació de Valencia, pp. 403-422.
- Champion, T. C. (1990). Medieval archaeology and the tyranny of the historical record. In: Austin, D. and Alcock, L. (eds.), *From the Baltic to the Black Sea*. Londres, Unwin Hyman, pp. 79-95.
- . (1991). Theoretical archaeology in Britain. In: Hodder, I. (ed.), *Archaeological Theory in Europe*. Londres, Routledge, pp. 129-160.
- Collinwood, R.G. (1970). *An Autobiography*. Oxford, Oxford University Press.
- Couse, G.S. (1990). Collinwood's detective image of the historian and the study of Hadrian's Wall. *History and Theory*, **29**: 57-77.
- D'Agostino, M.E. (1995). Review. *Historical Archaeology*, **29**: 103-104.
- Debbins, W. (1965). *Essays in the Philosophy of History, by R.G. Collinwood*. New York, MacGraw Hill.
- Deetz, J. (1967). *Invitation to archaeology*. New York, Natural History Press.
- . (1991). Archaeological evidence of sixteenth and seventeenth century encounters. In: Falk, L. (ed.), *Historical Archaeology in Global Perspective*. Washington, Smithsonian Institution, pp. 1-10.
- Epperson, T.W. (1990). Race and the disciplines of the plantation. *Historical Archaeology*, **24**:29-36.

- Esarey, M.E. (1995). Review. *Historical Archaeology*, **29**:131-132.
- Fairclough, N. (1990). *Language and Power*. Londres, Longman.
- Fletcher, R. (1988). History from below comes to Germany: the new history movement in the Federal Republic of Germany. *Journal of Modern History*, **60**:557-568.
- Florescano, E. (1994). La fonction sociale de l'histoire. *Diogenes*, **168**:43-51.
- Fonseca, O.M. (1990). A Arqueologia como História. *Dédalo*, **28**: 39-62.
- Fontes, L.F.O. (1992). O norte de Portugal no período suevo-visigótico. Elementos para seu estudo. *XXXIX Corso di Cultura sull'arte Ravennate e Bizantina*, USR, Bologna, pp. 217-248.
- França, E.O. (1951). Considerações sobre a função cultural da História. *Revista de História*, **8**:253-270.
- Funari, P.P.A. (1989). Brazilian archaeology and world archaeology: some remarks. *World Archaeological Bulletin*, **3**:60-68.
- . (1994a). South American historical archaeology. *Latin American Historical Archaeology*, **3**:1-14.
- . (1994b). Objetividad y subjetividad en la historiografía. *Biblos*, **6**:69-78.
- . (1995a). Mixed features of archaeological theory in Brazil. In: Ucko, P. (ed.), *Theory in Archaeology, a world perspective*. Londres, Routledge, pp. 236-250.
- . (1995b). The archaeology of Palmares and its contribution to the understanding of the history of African-American culture. *Historical Archaeology in Latin America*, **7**:1-41.
- . (1996a). Considerações em torno das "Teses sobre Filosofia da História", de Walter Benjamin. *Crítica Marxista*, **3**: 45-53.
- . (1996b). Historical Archaeology in Brazil, Uruguay and Argentina. *World Archaeological Bulletin*, **7**:51-62.
- . (1996c). A Arqueologia de Palmares - Sua contribuição para o conhecimento da História da cultura afro-americana. In: Reis, J.J. and Gomes, F.S. (eds.), *Liberdade por um fio, História dos quilombos no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 26-51.
- Fusco, N. and López, J.M. (1992). La Arqueología de los episodios coloniales del Río de la Plata. *Patrimonio Cultural*, **1**:7-16.

- Fusco, N. (1990). Colonia del Sacramento, un relevamiento sistemático en la zona urbana. *Boletín de Arqueología*, 2:31-41.
- . (s.d.). *Relevamiento arqueológico en el marco de la arquitectura pública urbana de la Colonia del Sacramento*. Montevideo, unpublished typescript.
- García, M.A. (1991). Reforma e revolução, reforma ou revolução, discussão de um paradigma. *Revista Brasileira de História*, 10:9-38.
- Goldmann, L. (1975). Dialectical materialism and literary history. *New Left Review*, 92:39-51.
- Grzybek, P. (1994). Semiotics of history - historical cultural semiotics. *Semiotica*, 98:341-356.
- Guimarães, C.M. (1992). Esclavage, quilombos et archéologie. *Les Dossiers d'Archéologie*, 169:67.
- Hale, C.A. (1995). Frank Tannenbaum and the Mexican revolution. *Hispanic American Historical Review*, 2:215-250.
- Hall, M. (s.d.) Small things and the mobile, conflictual fusion of power, fear, and desire. In: Yentsch, A.E. and Beaudry, M.C. (eds.), *The Art and Mystery of Historical Archaeology*. Boston, Boston University Press, pp. 373-398.
- . (1991). Fish and fishermen, archaeology, and art: Cape Town seen by Boyler, D'Oyly, and De Meillon. *S.-Afr. Tydskr. Kuns-Argit-Gest*, 2:78-88.
- Handsman, R.G. and Leone, M.P. (1989). Living history and critical archaeology in the reconstruction of the past. *Critical Traditions in Contemporary Archaeology*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 117-135.
- Härke, H. (1989). The Unkerl symposia: the beginnings of a debate in West German archaeology? *Current Anthropology*, 30: 406-410.
- Härke, H. and Wolfram, S. (1993). The power of the past. *Current Anthropology*, 34:181-184.
- Harlan, D. (1989). Intellectual history and the return of literature. *American Historical Review*, 94:581-688.
- Hodder, I. (1991a). Interpretive archaeology and its rôle. *American Antiquity*, 56:7-18.
- . (1991b). Archaeological theory in contemporary European societies: the emergence of competing traditions. In: Hodder, I. (ed.), *Archaeological Theory in Europe*. Londres, Routledge, pp. 1-24.

- Honório Rodrigues, J. (1969). *Teoria da História do Brasil (Introdução Metodológica)*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- Howson, J.E. (1990). Social relations and material culture: a critique of the archaeology of plantation society. *Historical Archaeology*, **24**:78-91.
- Iggers, G.G. (1984). *New Directions in European Archaeology*. Middleton, Wesleyan University Press.
- Johnson, M.H. (1992). Meanings of polite architecture in sixteenth century England. *Historical Archaeology*, **26**:45-56.
- Jones, G.S. (1976). From historical sociology to theoretical history. *British Journal of Sociology*, **27**:295-305.
- Kern, A.A. (1984). O processo histórico platino no século XVII: da aldeia guarani ao povoado missioneiro. *Folia Histórica del Nordeste*, **6**:11-31.
- . (1985). A importância da pesquisa arqueológica na universidade. *Revista do CEPA*, **12**:5-11.
- . (1987). Problemas teórico-metodológicos relativos à análise do processo histórico missioneiro. *Anais da VI Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*: 5-11.
- . (1988). Arqueologia histórica missioneira. *Anais do Simpósio Nacional de Estudos Missionários*, **7**:184-194.
- . (1989). Escavações arqueológicas na Missão jesuítica-guarani de São Lourenço, Rio Grande do Sul, Brasil. *Estudos Ibero-Americanos*, **15**:111-133.
- . (1991). Sociedade barroca e missões guaranis: do confronto à complementaridade. *Actas do Primeiro Congresso Internacional do Barroco*. Porto, Universidade do Porto, pp. 445-465.
- . (1994). A Arqueologia e o sítio-escola internacional do Pós-Graduação em História da PUC-RS. *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, **9**:77-81.
- Klein, L. (1993). Conversations with Leo Klein. *Current Anthropology*, **34**:723-735.
- Knapp, A.B. (1992). Archaeology and *Annales*: time, space, and change. In: Knapp, A.B. (ed.), *Archaeology, Annales, and Ethnohistory*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 1-21.
- La Capra, D. (1992). Intellectual history and its ways. *American Historical Review*, **97**:425-439.

- Lagopoulos, A.P. (1996). Semiotics and Archaeology: the symbolic meaning of art and space in Imperial Rome. *Revista de História da Arte e Arqueologia*, 2:9-18.
- Leone, M.P. (1986). Symbolic, structural, and critical archaeology. In: Fowler, D.D. and Sabloff, J.A. (eds.), *American Archaeology, past and future*. Washington, Smithsonian Institution, pp. 415-438.
- Leone, M.P., Potter, P.B. and Shackel, P.A. (1987). Toward a critical archaeology. *Current Anthropology*, 28:283-302.
- Little, B. (1988). Craft and culture change in the eighteenth century Chesapeake. In: Leone, M.P. and Potter, P.B. (eds.), *The Recovery Meaning*. Washington, Smithsonian Institution, pp. 263-292.
- Little, B. and Shackel, P.A. (1992). Introduction. In: Little, B.J. and Shackel, P. (eds.), *Meanings and Uses of Material Culture*. Ann Arbor, The Society for Historical Archaeology, pp. 1-4.
- López, J.M. (1988). *Approche historique et culturelle à la formation sociale et à l'identité Uruguayenne*. Paris, Paris III, inédito.
- . (1990). La Arqueología uruguaya, una Arqueología antropológica. *Boletín de Arqueología*, 2:3-6.
- . (1992). La reconstrucción del pasado, la identidad nacional y la labor arqueológica: el caso uruguayo. In: Politis, G. (ed.), *Arqueología en América Latina Hoy*. Bogotá, Banco Popular, pp. 167-175.
- . (s.d.). La Arqueología, disciplina concurrente de la historia uruguaya. *Hoy es Historia*, 6:60-62.
- Lüdtke, A. (1989). *Alltagsgeschichte: zur Rekonstruktion historischer Erfahrungen und Lebensweise*. Frankfurt, Campus Verlag.
- Maier, C. (1994). Science et responsabilité de l'historien. *Diogenes*, 168:27-42.
- Marquardt, W.H. (1992). Dialectic archaeology. *Archaeological Method and Theory*, 4:101-140.
- Martín, G. (1968). Comercio y producción de cerámicas finas en época imperial. *Papeles del Laboratorio de Arqueología de Valencia*, 5:1-31.
- . (1969). Consideraciones sobre la terra sigillata hispánica, mauritana y la sigillata chiara en Marruecos. *Papeles del Laboratorio de Arqueología de Valencia*, 6:151-175.

- . (1970). Las pesquerías romanas de la costa de Alicante. *Papeles del Laboratorio de Arqueología de Valencia*, **10**: 139-153.
- . (1971). El problema de las lagunas de Almenara. *Atti del III Congresso Internazionale di Archeologia Sottomarina*. Bordighera, Istituto Internazionale di Studi Liguri, pp. 91-99.
- . (1972). A economia da Península Ibérica na Antigüidade. *Cadernos do Departamento de Histórica da UCPE*, **5**: 3-34.
- . (1974). Cerámica campaniense de Valentia, Pollentia y Albintimilium. *VI Symposium de Prehistoria*. Barcelona, Universidad de Barcelona, pp. 321-358.
- . (1975). Un vaso de sagillata clara en el Museo de Alicante. *Revista del Instituto de Estudios Alicantinos*, **15**:109-126.
- . (1978). Terra sigillata clara 'd', estampada de Pollentia. *Archivo de Prehistoria Levantina*, **15**:293-310.
- . (1979). Problemas de metodología, cronología y difusión de algunos tipos de sigillata clara y su localización en la provincia de Alicante. *Revista de Estudios Alicantinos*, **28**: 7-76.
- . (1981). Garum e salsamentum. Técnicas de salga de peixe na Antigüidade. *Clio*, **4**:49-60.
- . (1983). Terra sigillata clara de Pollentia. *Pollentia, Estudios de los Materiales*, **I**:169-240.
- . (1988). A verdade arqueológica sobre a colônia grega de Heme-roskopeion no Mediterrâneo ocidental. *Dédalo*, **26**: 149-163.
- . (1996). *Pré-História do Nordeste do Brasil*. Recife, Editora da UFPE.
- Mazel, A.D. People making history: the last ten thousand years of hunter-gatherer communities in the Thukela Basin. *Natal Museum Journal of Humanities*, **1**:1-168.
- McCullagh, C.B. (1993). Metaphor and truth in history. *Clio*, **23**: 23-49.
- Mello, U.P. (1975). Arqueologia histórica, pesquisa histórica e restauração de monumentos. *Revista Pernambucana de Desenvolvimento*, **2**:13-17.
- . (1976). O galeão Sacramento (1668), um naufrágio do século XVII e os resultados de uma pesquisa arqueológica submarina na Bahia. *Navigator*, **13**.
- . (1983). *O Forte das Cinco Pontas*. Recife, FCCR.

- Mello e Souza, L. (1996). A devoção e os milagres da vida cotidiana. *Folha de São Paulo*, 13/11/96, 6, p. 11.
- Meneses, U.T.B. (1965). Sentido e função de um Museu de Arqueologia. *Dédalo*, 1:19-26.
- Miller, D. and Tilley, C. (1996). Editorial. *Journal of Material Culture*, 1:5-14.
- Mommsen, W.J. (1984). Die Sprache des Historikers. *Historische Zeitschrift*, 238:57-81.
- Moreland, J.F. (1992). Restoring the dialectic: settlement patterns and documents in medieval central Italy. In: Knapp, A.B. (ed.), *Archaeology, Annales, and Ethnohistory*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 112-129.
- Murray, T. (1995). On Klejn's agenda for theoretical archaeology. *Current Anthropology*, 36:290-292.
- Nassaney, M. (1989). An epistemological enquiry into some archaeological and historical interpretations of seventeenth century Native American-European relations. In: Shenan, S.J. (ed.), *Archaeological Approaches to Cultural Identities*. Londres, Unwin Hyman, pp. 76-93.
- Neme, S., Beltrão, M.C. and Niemeyer, H. (1992). *Historical Archaeology Features of Project Central*. Rio de Janeiro, inédito.
- Newell, D. (1991). Industrial archaeology: will it ever be an historical science? *Arqueología Industrial*. Valencia, Diputació de Valencia, pp. 362-376.
- Nordbladh, J. (1989). Comments on archaeology into the 1990s. *Norwegian Archaeological Review*, 22:24-28.
- Olsen, B. (1986). Norwegian archaeology and the people without (pre)history: or how to create a myth of a uniform past. *Archaeological Review from Cambridge*, 5:25-42.
- Orser, C.E. (1987). Plantation status and consumer choice: a materialist framework for historical archaeology. In: Spencer-Wood, S.M. (ed.), *Consumer Choice in Historical Archaeology*. New York, Plenum, pp. 121-137.
- . (1988). *The Material Basis of the Postbellum Tenant Plantation. Historical archaeology in the South Carolina Piedmont*. Athens, University of Georgia Press.

- . (1992). *Introdução à Arqueologia Histórica*, traduzido por P.P.A. Funari. Belo Horizonte, Oficina de Livros.
- . (1996). *A Historical Archaeology of the Modern World*. New York, Plenum.
- Ortiz, R.D. (1993). The responsibility of historians. *Mothly Review*, **46**:60-65.
- Otto, K.-H. (1975). Modern Archäologie. In: Otto, K.-H. and Brachman, H.-J. (eds.), *Moderne Probleme der Archäologie*. Berlin, Akademie Verlag, pp. 11-27.
- Patterson, T.C. (1989). History and the post-processual archaeologies. *Man*, **24**:555-566.
- Patterson, T.C. (1990). Algunas tendencias teóricas de la pos-guerra en la Arqueología estadounidense. *Boletín de Antropología Americana*, **21**:5-23.
- Paynter, R. (1988). Steps to an archaeology of capitalism. Material change and class analysis. In: Leone, M.P. and Potter, P.B. (eds.), *The Recovery of Meaning*. Washington, Smithsonian Institution, pp. 407-433.
- Paynter, R. (1990). Afro-Americans in the Massachusetts historical landscape. In: Gathercole, P. and Lowenthal, D. (eds.), *The Politics of the Past*. Londres, Unwin Hyman, pp. 49-62.
- Paynter, R. and McGuire, R.H. (1991). The archaeology of inequality: material culture, domination, and resistance. In: Paynter, R. and McGuire, R.H. (eds.), *The Archaeology of Inequality*. Oxford, Blackwell, pp. 1-27.
- Paynter, R. (1995). Review. *Historical Archaeology*, **29**:94-96.
- Pendery, S.R. (1992). Consumer behaviour in colonial Charlestown, Massachusetts, 1630-1760. *Historical Archaeology*, **26**:57-72.
- Petrilli, S. (1993). Thomas A. Sebeok and semiotics in the United States in the panorama of recent developments in Italian semiotics. *Semiotica*, **97**: 337-372.
- Pinsky, V. (1989). Commentary: a critical rôle for the history of archaeology. In: Pinsky, V. and Vylie, A. (eds.), *Critical Traditions in Contemporary Archaeology*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 88-91.
- Podgorny, I. (1991). Historia, minorías y control del pasado. *Boletín del Centro, Publicación del Centro de Registro del Patrimonio Arqueológico y Paleontológico*, **2**:154-159.

- Politis, G. (1995). The socio-politics of the development of archaeology in Hispanic South America. In: Ucko, P. (ed.), *Theory in Archaeology, a world perspective*. Londres, Routledge, pp. 197-235.
- Potter, P.P. (1992). Critical archaeology: in the ground and on the street. *Historical Archaeology*, 26:117-129.
- Poujade, R.A. (1980). *Relevamiento arqueológico generalizado de la Provincia de Misiones*. Posadas, inédito.
- . (1985/6). *Proyecto integral para la recuperación del patrimonio cultural prehistórico de las zonas a inundarse en el municipio de Posadas, Misiones, Argentina*. Posadas, inédito.
- . (1986/7). *Programa de relevamiento, rescate e investigación cultural y natural en zonas afectadas por E.B.Y. en Misiones*. Posadas, inédito.
- . (1992). Poblamiento prehistórico y colonial de Misiones. *Estudios Ibero-Americanos*, 18:29-69.
- Reill, P.H. (1994). Science and the construction of the cultural sciences in late Enlightenment Germany: the case of W. von Humboldt. *History and Theory*, 33:345-366.
- Renfrew, C. (1993). An interview with Colin Renfrew. *Current Anthropology*, 34:71-82.
- Rowlands, M. (1983). Objectivity and subjectivity in archaeology. In: Spriggs, M. (ed.), *Marxist Perspectives in Archaeology*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 108-113.
- Rubertone, P.E. (1989). Archaeology, colonialism, and seventeenth century Native-America: towards an alternative interpretation. In: Layton, R. (ed.), *Conflict in the Archaeology of Living Traditions*. Londres, Unwin Hyman, pp. 32-45.
- Sábato, H. (1993). Participación política y ciudadana en la historiografía política argentina, años 90. *Revista do Curso de Pós em História da UFRGS*, 1:85-102.
- Salmon, M.H. (1982). *Philosophy and Archaeology*. New York, Academic Press.
- Schávelzon, D. (1986a). Construcciones históricas bajo la cota zero de Buenos Aires, *Summa, Colección Temática 1*, 19:58-61.
- . (1986b). *Analysis y descripción de los objetos recobrados en el Caserón de Rosas*. Buenos Aires, Conicet.

- . (1987a). *Arqueología e Historia de la Capilla de Tanti, Córdoba, 1840-1848*. Buenos Aires, Programa de Arqueología Urbana.
- . (1987b). *Arqueología e Historia de la Usina eléctrica de Palermo: informe preliminar*. Buenos Aires, Programa de Arqueología Urbana.
- . (1987c). *Tipología, clavos y bulones: notas sobre su cronología histórica*. Buenos Aires, Programa de Arqueología Urbana.
- . (1987d). *Tipología de recipientes de gres cerámico para la Arqueología Histórica de Buenos Aires*. Buenos Aires, Programa de Arqueología Urbana.
- . (1987e). *El Polvorín de Cueli en el Jardín Botánico: informe preliminar*. Buenos Aires, Programa de Arqueología Urbana.
- . (1988a). *Tipología de la Loza arqueológica de Buenos Aires (1780-1900)*. Buenos Aires, Programa de Arqueología Urbana.
- . (1988b). *La excavación de un Aljibe en San Telmo: transformación edilicia y cronología arqueológica (1865-1895)*. Buenos Aires, Programa de Arqueología Urbana.
- . (1988c). *Excavaciones en Defensa 1648, Buenos Aires, Primer Informe*. Buenos Aires, Programa de Arqueología Urbana.
- . (1991a). *Arqueología de Superficie en Colonia del Sacramento*. Buenos Aires, IAAIE.
- . (1991b). *Arqueología Histórica de Buenos Aires, vol. 1, la cultura material porteña de los siglos XVIII y XIX*. Buenos Aires, Corregido.
- . (1992). *Arqueología Histórica de Buenos Aires, vol.2, túneles y construcciones subterráneas*. Buenos Aires, Corregidos.
- . (1993). *Arqueología Histórica de Buenos Aires, vol.3, excavaciones de la Imprenta Coni*. Buenos Aires, Corregidor.
- Schávelzon, D. and Ramos, J. (1989/91). Historia y Arqueología de Palermo de San Benito, aspectos de su planeamiento ambiental. *Anales del Instituto de Arte Americano*, 27/28:74-92.
- . (1991). Excavaciones arqueológicas en el Caserón de Rosas en Palermo: informe de la segunda temporada. *Revista del Instituto de Investigaciones Históricas*, 26:71-92.
- Senatore, M.X. (1995). *Tecnologías nativas y estrategias de ocupación española en la región del Río de la Plata*. Columbia, The University of South Carolina.

- Senatore, M.X. and Zarankin, A. (s.d.). Reseña crítica sobre Arqueología Colonial en Argentina. *Páginas Sobre Hispanoamérica Colonial*, 3.
- Shackel, P. (1993). *Personal Discipline and Material Culture: an Archaeology of Annapolis, Maryland, 1695-1870*. Knoxville, University of Tennessee Press.
- Shanks, M. and Tilley, C. (1987). *Re-constructing archaeology*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Shanks, M. and Hodder, I. (1995). Processual, post-processual and interpretive archaeologies. In: Hodder, I., Shanks, M., Alexandri, A., Buchli, V., Carman, J., Lucas, G. (eds.), *Interpreting Archaeology*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 3-29.
- Sharp, J. (1991). History from below. In: Burke, P. (ed.), *New Perspectives on Historical Writing*. Oxford, Polity, pp. 24-41.
- Sherratt, A. (1992). What can archaeologists learn from Annalists? In: Knapp, A.B. (ed.), *Archaeology, Annales, and Ethnohistory*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 135-142.
- Slenes, R. (1996a). As provações de um Abraão africano: a nascente nação brasileira na *Viagem Alegórica* de Johan Moritz Rugendas. *Revista de História da Arte e Arqueologia*, 2: 271-294.
- . (1996b). The trials of an African Abraham: the Brazilian nation aborning in the *Allegorical Travels* of Johan Moritz Rugendas. *Revista de História da Arte e Arqueologia*, 2: 519-536.
- Smith, M.E. (1992). Braudel's temporal rhythms and chronology theory in archaeology. In: Knapp, A.B. (ed.), *Archaeology, Annales and Ethnohistory*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 23-34.
- Somekawa, W. and Smith, E.A. (1988). Theorizing the writing of history or, "I can't think why it should be so dull, for a great deal of it must be invention". *Journal of Social History*, 22: 149-161.
- Spencer-Wood, S. (1995). Review. *Historical Archaeology*, 29: 100-102.
- Spriggs, M. (1983). Another way of telling: Marxist perspectives In: Archaeology. In: Spriggs, M. (ed.), *Marxist Perspectives in Archaeology*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 1-9.
- Tamanini, E. (1995). *Museu Arqueológico de Sambaqui: um olhar necessário*. Campinas, Dissertação de Mestrado.

- Tchernov, S. (1996). Os macaquinhos da bodega de Moscou. *Revista de História da Arte e Arqueologia*, 2:83-90.
- Thompson, E.P. (1966). History from below. *The Times Literary Supplement*, 7th April, pp. 279-280.
- Tilley, C. (1990). On modernity and archaeological discourse. In: Bapty, I. and Yates, T. (eds.), *Archaeology after Structuralism. Post-structuralism and the practice of archaeology*. Londres, Routledge, pp. 128-152.
- Trigger, B.G. (1984). Archaeology at the crossroads: what's new? *Annual Review of Anthropology*, 13:275-300.
- . (1989a). Hyperrelativism, responsibility, and the social sciences. *Canadian Review of Sociology and Anthropology*, 26:776-797.
- . (1989b). History and contemporary American archaeology: a critical analysis. In: Lamberg-Karlovsky, C.C. (ed.), *Archaeological Thought in America*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 19-34.
- . (1990). *A History of Archaeological Thought*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Tucker, A. (1993). A theory of historiography as a pre-science. *Studies in History and Philosophy of Science*, 24:633-667.
- Ucko, P. (1989). Foreword. In: Shennan, S. (ed.), *Archaeological Approaches to Cultural Identity*. Londres, Unwin Hyman, pp. ix-xx.
- . (1990). Foreword. In: Gathercole, P. and Lowenthal, D. (eds.), *The Politics of the Past*. Londres, Unwin Hyman, pp. ix-xxi.
- Vann, R.T. (1988). Historians's words and things. *Journal of Interdisciplinary History*, 18:465-470.
- Veit, U. (1989). Ethnic concepts In: German prehistory: a case study on the relationship between cultural identity and archaeological objectivity. In: Shennan, S. (ed.), *Archaeological Approaches to Cultural Identity*. Londres, Unwin Hyman, pp. 35-56.
- Vianna, H. (1992). Arqueologia e patrimônio municipal: repensando funções e possibilidades. *Cadernos do Patrimônio Cultural*, 2:57-64.
- Vogel, A. and Mello, M.A.S. (1984). Sistemas construídos e memória social: uma Arqueologia urbana? *Revista de Arqueologia*, 2:46-50.
- Walinski-Kiehl, R.S. (1989). Review. *The Journal of Peasant Studies*, 17:141-143.

- Wilk, R.R. (1985). The ancient Maya and the political present. *Journal of Anthropological Research*, **41**:307-326.
- Wood, E.M. (1994). E.P. Thompson: historian and socialist. *Monthly Review*, **45**:8-14.
- Wood, J.J. and Powell, S. (1993). An ethos for archaeological practice. *Human Organization*, **52**:405-413.
- Wright, J. and Mazel, A. (1991). Controlling the past in the Museums of Natal and KwaZulu. *Critical Arts*, **5**:59-77.
- Zanettini, P.E. (1986). Pequeno roteiro para classificação de louças em pesquisas arqueológicas de sítios históricos. *Arqueologia*, **5**:117-130.
- . (1990). Calçada do Lorena: o primeiro caminho para o mar. *Memória*, **9**:30-35.
- Zarankin, A. (1995). *Arqueología Histórica Urbana en Santa Fe la Vieja: el final del principio*. Columbia, The University of South Carolina.

## IMAGES OF SÃO PAULO: AESTHETICS AND CITIZENSHIP\*

*Maria Stella Bresciani\*\**

Cities are comprised of overlapping layers of material residues such as their architectural elements, the pattern of streets and their monuments. These residues rarely remain as a whole and often survive as fragments; they are residues of different times that constitute the material support for memory, traces of the past written in the present. In their uniqueness, they create an image of the city. This image, however, lives side by side with different ones also composed of overlapping layers, less noticeable to the eye but no less important for the forging of an identity. These are the multiple memories, forgotten or rejected, confused or fragmented, which resist matching the material traces. These memories constitute the natural setting for urbanity and, according to the philosopher Anne Cauquelin, embrace the city: they are diffuse and have no place, are considered by scholars to be aberrant, shapeless monstrosities though active in the urban process, since everything related to the memory is in the present (cf. Cauquelin, 1982).

---

\* Paper presented at the ANPUH (Historians Association National Meeting) - Assis, July 1996. Translation: Cristina Meneguello; Revision: John Monteiro and Michael Hall.

\*\* Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UNICAMP.

Here the notion of time is primordial. Different temporalities overlap and amalgamate to constitute a knowledge about the city. The measurable time of itineraries, the obstacles to be overcome, the distance between home and work, are all part of the time the urban planner takes into account. The density of time in its past dimension is, for the specialist, a pool of models, styles and images from which he draws elements for his work. There is, however, another time whose fabric is composed of the transmission of memories, of historical and private recollections intimately linked to listening and writing, to mores, to a given monument whose reference has been lost, in short, a less rational substance. Such a time creates places and makes empty urban spaces unbearable. Time, in its overlapping and simultaneous folds, holds memories that resemble our lives, fragmented, with omissions and gaps since, while we subject them to the accumulation of opinions whose origin we do not know but which, nonetheless, bolster our social life. This is the subject we are interested in, as it moulds urban identity as well as the way men recognise their “political nature” (in the traditional sense of living in a group), a tie that resists and almost breaks free from rational analysis and that, as symbolic communication, establishes unique places in the city, places for the inhabitants, which do not coincide with the geographical or administrative divisions, somewhat closer to verisimilitude and logic of opinion.

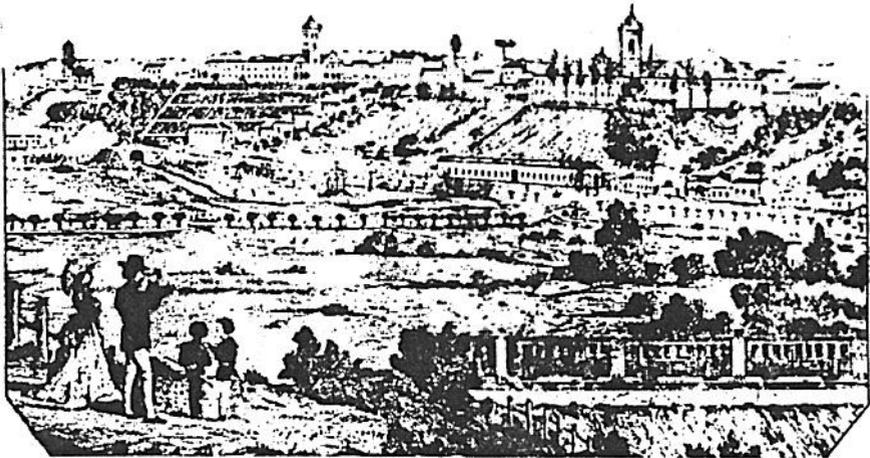
With this approach to cities, we intend to show that in the opposition between those who reflect upon plans and intervene in cities and those subject to such policies, there is a greater convergence than one would expect. Deep-rooted notions about common people’s inability to manage their own space crumble as we realise that the city’s inhabitants, on both sides of this imaginary division, share the same stock of stories, legends and myths. This “memory pool”, accumulated within the urban territory, forms a subtle system of symbolic webs in which words, names and fictions are constantly put into use when dealing with places.

The attempt to capture the “small” memories of those who live in urban centres, such as in São Paulo – a city which was three cities in one

century<sup>2</sup> - leads us to the memoir writers. In their texts we find a city fragmented into many details and bits of life, which are needed to recompose local memory as a whole. A second approach leads us through the complex ways of building a cultural image, intellectually constituted although not less fluid. It is also created and recreated successively on the basis of this common pool of opinions.

Let us begin to gather the "small memories" in Alfredo Moreira Pinto's account, written in 1900.

Those who arrive at the Central do Brazil North railway station are not well impressed by the view of the city. In fact, the traveller first sees the Braz neighbourhood, a populous area but which does not stand out for its cleanliness nor the beauty of its private buildings; that traveller then passes through a long flat area in awful conditions from where he looks over the city, with its houses facing the other way (p. 8).



Jules Marin's engraving for the cover of the New provincial Map of the Province of São Paulo, Jules Martin, 1870's. The image presents the city turned towards its centre, surrounded by the Carmo flat lands, partially landscaped during the João Theodoro administration 1870-1875. In: Toledo, 1983, p.46.

<sup>2</sup> I use this expression according to Benedito Lima de Toledo in his work *São Paulo: três cidades em um século*. São Paulo, Duas Cidades, 1983.

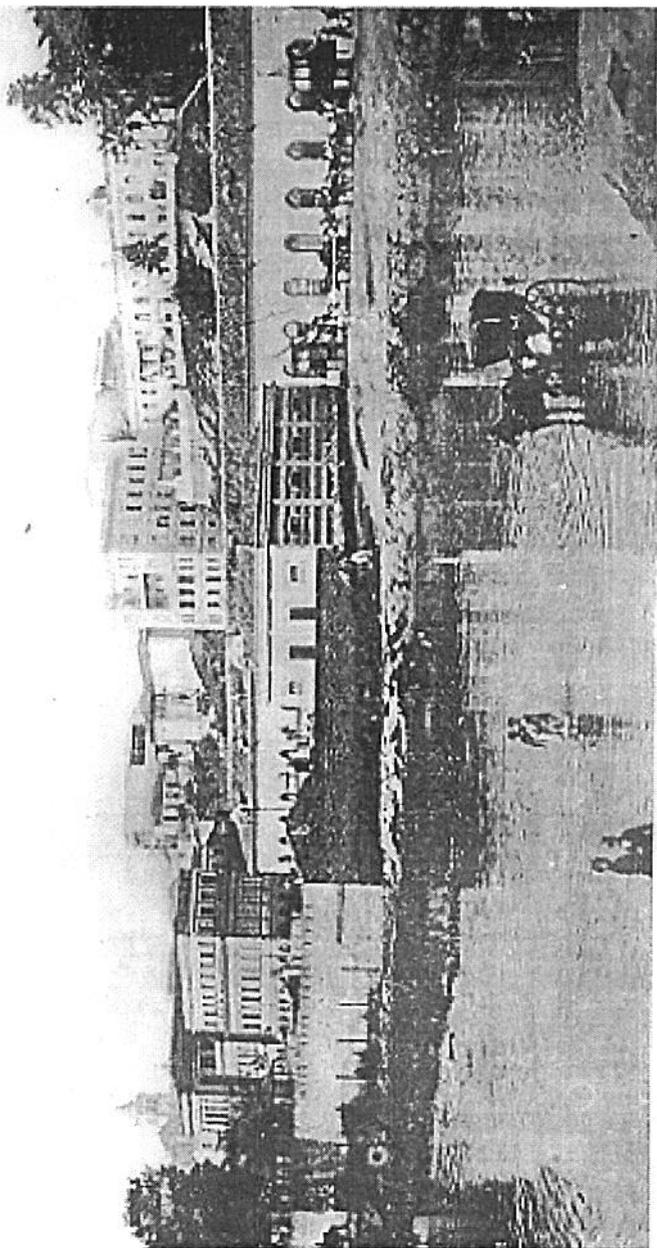
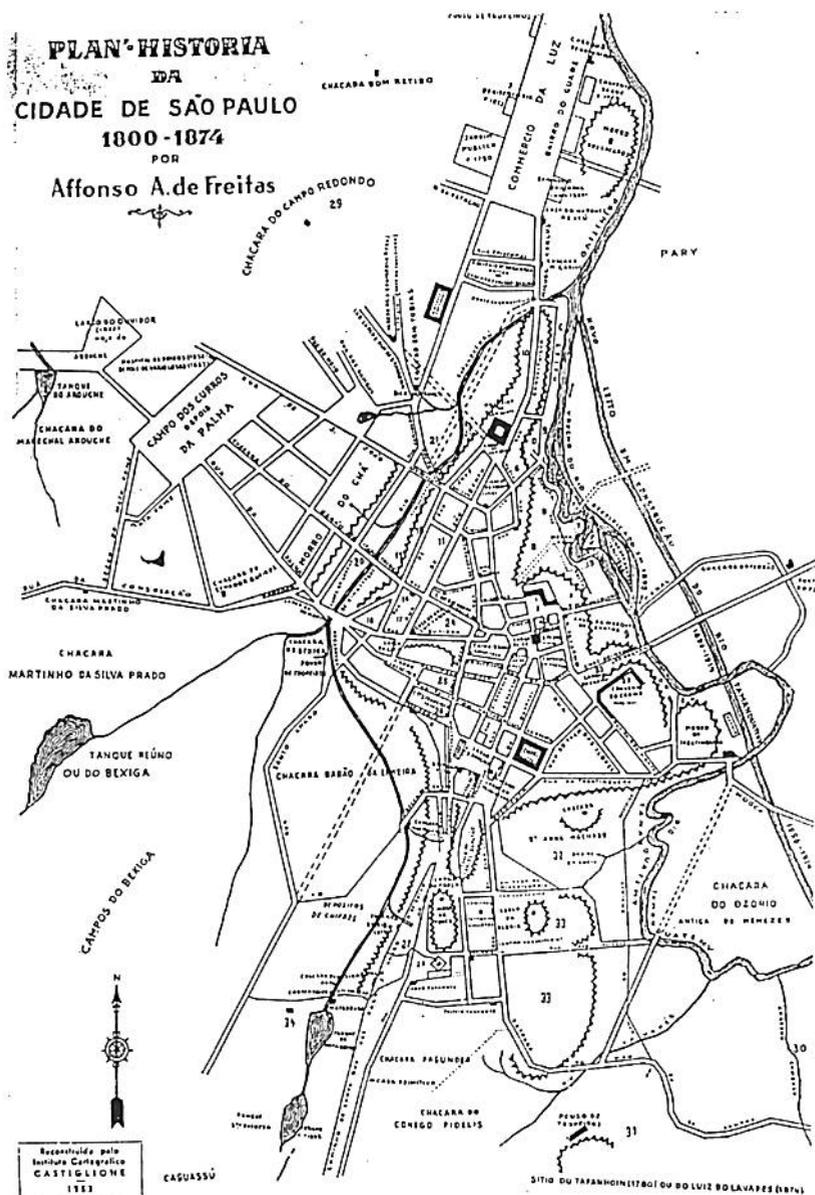


Photo taken from a similar point of view that by Jules Martin's engraving. The municipal market appears in the foreground. Departamento do Patrimônio Histórico photo n. 1336-GR.



First map of the Imperial City of São Paulo by the Engineers Captain Rufino J. Felizardo e Costa (1810) as copied in 1841. (Legend and notes by the author) (Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, vol. XVI, 1911). In: Moura, 1980, p. 16.



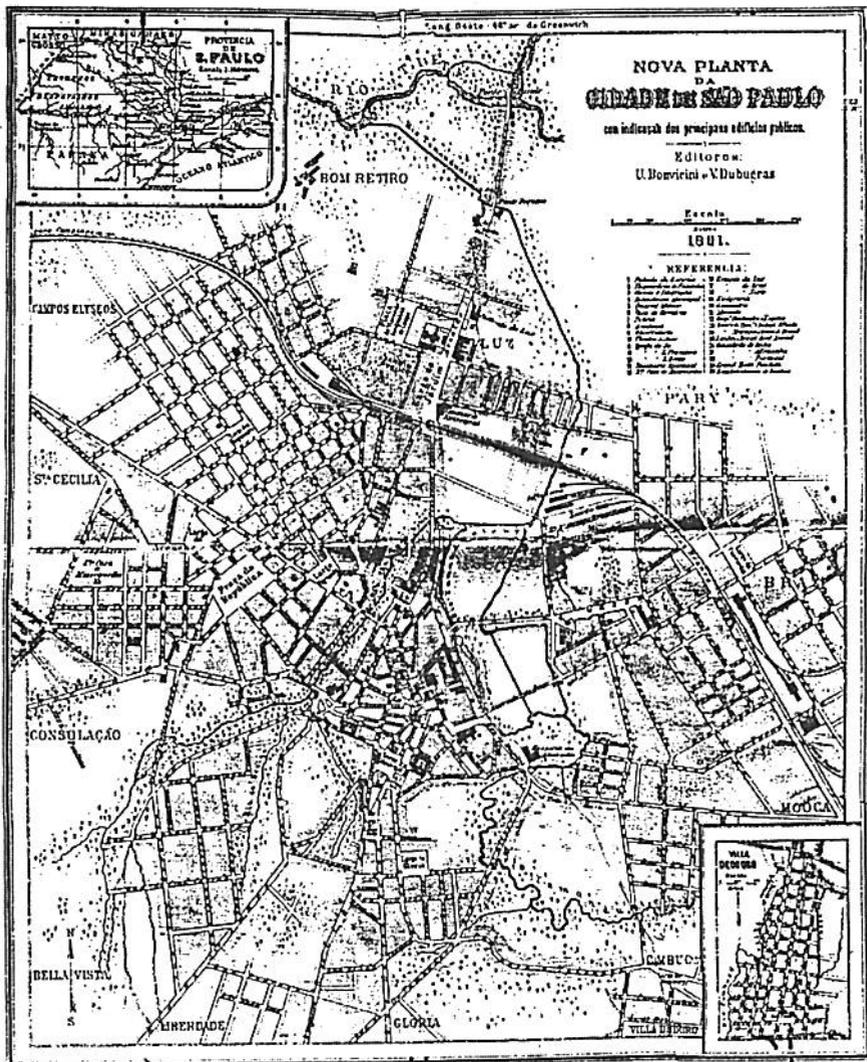
Historical map of the city of São Paulo, 1800 a 1874, by Afonso A. de Freitas.  
In: Toledo, 1983, p. 161.

These words express the writer's first impressions after returning to São Paulo following a 30-year absence (cf. Pinto, 1979). The image presents a city bending over itself: houses on the hills face the perimeter of the central triangle, just as we mentally visualise the Acropolis, or walled medieval cities; they are closed, defensive, and repel foreigners.

In the first pages of his book, Brás along with Moóca and Pari, are recalled during the time when the writer was a Law student (at the Faculdade de Direito) as "insignificant agglomerations with a few thatched-roof houses, timidly emerging amidst the thick woods". When he mentions the "vast and abandoned open spaces", he refers to the Varzea do Carmo, flood plains of the Tamanduateí river, an area that he recalls as having been, three decades before, "a spot for hunting goats". The limits between urban and rural, once clearly defined, now become less evident. The outskirts of town are fairly populous but are not well integrated with the original nucleus, as if the city resisted its own expansion by ignoring it.

Continuing his "walk", the former student relates crossing "a bridge over the Tamanduatehy and reaching Florencio de Abreu street, which connects the Luz district to the city centre". There, once again, his comments hold a contemptuous tone: "in the old town, the buildings and streets are all uneven. Houses are tall or low and fail to obey any aesthetic planning, the meandering streets are narrow and steep and the squares are too narrow and irregular".

However, the streets he recalls as being "unpaved, lit by the feeble and pale oil lamps hanging from wood posts" contrast with the newly paved streets, now lit by gas or electricity, wide avenues and boulevards which extend over "extremely beautiful areas with rich mansions". It is another city revealing itself, no longer closed, defensive and shy. His tone changes when he elaborates this *other* image, which arises from and develops the old image with new characteristics. It denies his first negative image when he mentions the "boulevards, squares and open fields lined with trees"; in his notes he focuses on the main buildings, cultural institutions and beneficent societies; he reveals diversity in his list of banks



New Map of the city of São Paulo showing its main public buildings, 1891. We can see the new urbanized areas around the old city centre.

banks, hotels, industries and private homes. To this long list, Moreira Pinto adds the daily newspapers, the preparatory schools, cemeteries, markets and the slaughterhouses, the hippodrome, the theatre and a few

monuments. He finishes his walk around the town naming the railway stations that provide connections to the rest of the state and to the city of Rio de Janeiro: Central do Brazil, Ingleza (Jundiaí), Sorocabana, Cantareira and Santo Amaro.

Charmed by the modifications that introduced an “absolutely changed” and “gigantic and opulent” town, Moreira Pinto contradicts his first aesthetic observations by affirming that the “city’s appearance is not unpleasant”. This opinion on the general appearance of the city is explained not so much by the altered landscape but rather by the aesthetic relationship between movement and growth. The traveler displays his amazement at the many pedestrians and the multiple activities he observes. “One can feel the life and frenzy of the great European cities”, he says, while gazing over the central area. He notes that “one can recommend Quinze de Novembro street, S. Bento, Direita or Marechal Floriano streets and the Rosario square for the wealth of their buildings, the feverish agitation of thousands of people and the infinity of important stores they have”. He does not overlook that the areas “are all covered by several trams lines, which carry passengers near and far, by elegant private cars, many rental carriages and hundreds of other vehicles, serving various purposes”.

He finishes his stroll by saying that “from Direita street to Barão de Itapetininga street there is a beautiful viaduct (Chá), 240 meters long and 14 meters wide, where trams offer the most splendid views from both sides”. Indeed, the image of this viaduct is constantly present in pictures, showing either the small rural properties (chácaras) under it or later, in the surrounding area, the Municipal Theatre and the Prates Mansion. In reference to the viaduct, Cursino de Moura says that it “personifies the grandeur of the almighty Paulicéia”. For this author the image of progress mingles with the romantic image of the “viaduct’s soul we so pleasurably cultivate”. He comments that “São Paulo, without the characteristic Viaduct, without its drizzle during the cold nights, without its lamps flickering in the fog, would not be the São Paulo of past traditions, the student-São Paulo of past times, the *Yankee*-São Paulo of modern times and the bohemian São Paulo of all times” (Moura, 1980, pp. 126 e 131).



View from the old Jules Martins's Viaduto do Chá (1894-1896). Front, what remained of the former tea plantation; left, the Anhangabaú River; rear, the Politcama Theatre; further along, the São João Market, built between 1886-1890.

Hence, the *first image* of the humble nucleus is established as a history of the still visible aspects of the old center, contrasting with the new image that visually imposes man's impact and power to create and transform. Unlike other cities, such as Rio de Janeiro, nothing is said about the natural landscape; the only mention of the topography aims at pointing out the difficulties in linking the isolated parts of a disperse urban expansion. The fog and drizzle mean little if not referred to a different time, blurring the past lamp posts and the 'chroniclers' reminiscences. Nature, from the perspective of the time the account was written, took the form of small rural properties by the banks of Anhangabaú river, and is reduced to a mere visual pleasure, in considering the "belvedere" function of the viaduct. Therefore, when this *second image* of São Paulo is drawn, it refers to the diligence of its inhabitants, materialised in the opening of new areas and the overcoming of the obstacle of crossing the valley. São Paulo comes to be expressed as a formula where numbers, figures and dimensions give support to the growing power of the "paulistas" [natives of São Paulo]. São Paulo becomes, above all, a sublime artefact, a denial and a domestication of wild nature.



São José theatre and the new Municipal Theatre 1910's. Picture by Guilherme Gaensly. In: Toledo, 1983, p. 101.



Anhangabaú Park overlooking the Municipal Theatre and the Esplanada Hotel. In: Toledo, 1983, p. 164.

Beyond the city's gigantic dimensions, there is, however, a fundamental change observed by Moreira Pinto regarding its 250.000 inhabitants: the elements of the *population* itself had changed. The remembered city with its shuttered houses and its veiled women attending church services had new habits and languages; the waves of European immigration had effaced the traditional colour of the inhabitants, mixing people from different origins. Nevertheless, the prevalence of European immigrants from Italy makes Moreira Pinto observe the impact: "Once a purely paulista São Paulo, today an Italian city!!"

This sentence, which now seems common-sense for those who read early twentieth-century memoir writers, translates into visual terms what is confirmed by statistics. For the period between 1872 and 1886, Richard Morse shows a rise in the immigrant population from 8 to 25% (cf. Morse, 1970, p. 239). These figures express more once analysed: from 1885 to 1889, the 168.127 immigrants included 137.367 Italians; during the following five years, there were 210.910 Italians compared to 42.816 Spanish and 30.752 Portuguese immigrants (between 1890 and 1894) (cf. Penteadó, 1962, p. 43). Morse also asserts that the changes related to the growth and national diversity of the population produced a sort of "social disintegration", a denial of the Luso-African heritage and the adoption of habits and behaviour introduced by immigrants<sup>3</sup>. His remarks reflect the acceptance of contemporary comments, which always sought to elaborate ambiguous representations of the immigrant, who was viewed simultaneously as a necessary labourer and an intruder threatening traditional habits.

It is Moreira Pinto once again who observes, referring to dress, the changes brought by Europeans: "In those days you would wear brim trousers, jacket and straw hat; today you wear a two-piece suit, a Louis XIV collar, a white satin tie, polished boots, a fine hat or even carry under your arm an aristocratic top hat" (Pinto, 1979, p. 9). São Paulo was growing and changing to the point of reversing the dark image of a provincial nineteenth-century town.

---

<sup>3</sup>The social disintegration or the loss of identity of the paulista and agrarian population were recently studied by Nicolau Sevcenko, 1992, p. 31.

However, to establish a specific moment for such a change would be controversial since, far before the turn of the century, other writers had mentioned notable modifications. Ernani da Silva Bruno relates that, as early as in 1882, Junius had described in his travel notes people “moving like great waves in the streets, squares, outskirts, parks, everywhere, greatly agitating commerce and adding life to the city, improving the circulation of money” (Bruno, 1984, p. 904). We might also include the memoirs of another writer, Rodrigo Otávio, who, between 1883 and 1886 noticed the disappearance of “the old burgh full of noisy academic traditions”. His observations point to a similar dimension, that is, “progress along with the demands and prejudices of civilisations had insensitively invaded the old Jesuitic capital and eliminated from its streets and areas the appearances and views so precious to the spirit and the reminiscences of so many student generations” (Bruno, 1984, p. 908)<sup>4</sup>.

The emotive conclusion and the pessimistic tone with respect to the changes mentioned suggest the lost innocence of a female entity: the city of São Paulo. The representation of an *invaded city* seems to announce the loss of its original identity, corrupted and contaminated from the outside, introducing aesthetic changes by providing it with standard architectural and urban features, forcing it to meet the demands of “progress” and “the



Antoine Bouvard's Project for the Parque da Várzea do Carmo for the urbanization and landscaping along the banks of the Tamanduaeté River (1911). In: Toledo, 1983, p. 110.

<sup>4</sup>In: *Minhas Memórias dos Outros*, pp.57-59.

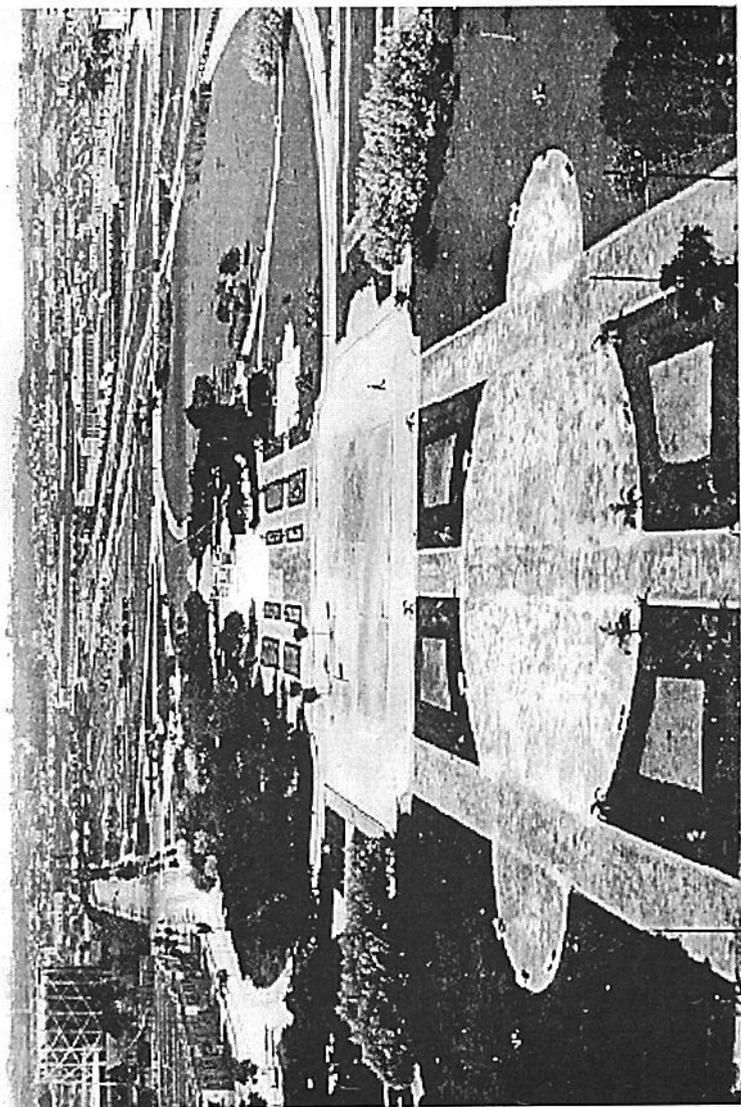
prejudices of civilisation". Many changes were justified by the need to open new areas for urban development. The newcomers would occupy spaces and create ethnic communities. Now, the earlier inhabitants and authorities would feel the need to look upon the extensive plains beyond the Tamanduateí.

The controversy regarding a date for the radical changes becomes more acute if we analyse the opinions of another chronicler, Almeida Nogueira, who wrote in his 1870 notes: "The perfect prince, his Highness the student, was to be deposed by the salesman. The shuttered windows and the veils fell aside; the fields of Chá, Bexiga and Zunega become lined with streets, along with Brás, Moóca, and Ponte Grande. Penha loses its charm now that it has locomotives, trams and gas" (Bruno, 1984, p. 907)<sup>5</sup>. The geographical itinerary of his words goes beyond the old area of the "central triangle", this small addition to the first occupied area, the historical hill where there were still traces of the reconstituted Jesuit chapel and college<sup>6</sup>. Another writer recalls the first industrial areas of the city: Luz and Bom Retiro, the older ones, as well as Brás and Moóca, more recent. Three of them were set apart from the historical nucleus by the railway lines as if to imply a detached existence as well. "They contained all of São Paulo's industry", Jorge Americano informs: "jute for sacks and cotton cloth; sawmills and furniture makers; sugar refineries; coffee roasting; bone-button and roof-tile factories, ceramics works, stoneware. Rudimentary industries, leather and other things. There would be thirty or forty chimneys, with the black smoke of English coke", he concludes, as "there was no electricity in S. Paulo yet" (Americano, 1957, pp. 104-105). These features spread, and greater areas become aggregated to the urban nucleus. The shuttered windows, banned by decree, and the veils, put away in old trunks, establish a significant correlation between material expansion and the change in habits. They confer a specific temporal density to this "place" of the city.

---

<sup>5</sup>In: *A Academia de São Paulo*, VIII, p.128.

<sup>6</sup>Jorge Americano, in *São Paulo naquele tempo. 1895-1915*, (São Paulo, Saraiva, 1957), provides an elaborate description of the city's perimeter by the turn of the century. Cf. pp. 99-101.



Departamento do Patrimônio Histórico, photo n. 686. Detail on the landscaping of the Parque da Várzea do Carmo along the banks of the Tamanduati River, 1910's.



Photo nº 688 do Departamento do Patrimônio Histórico, Palácio das Indústrias and D. Pedro II Park 1920's.

The incorporation of the Palácio das Indústrias [Industrial Palace] in the landscaped area that would be named in 1922 D. Pedro II Park is very significant. It constitutes a sort of transitional area between the old centre, the space par excellence for financial activities, and the area for factories and worker housing. This bizarre building became a “show-window” for São Paulo’s production during the First Industrial Exposition in 1917.

The image of expanding urbanisation also refers, however, to the municipal authorities, who showed concern for disorderly growth and the lack of urban facilities, for the disorganised street layout and for collective housing and undesirable slums [cortiços]. During early Republican rule, more precisely in 1893, a Commission composed mostly of physicians analysed the city’s situation, considering it to have been “invaded” by a mass of European immigrants and people from other regions of the state of São Paulo and Brazil as well, whose neighbourhoods constituted the “bad

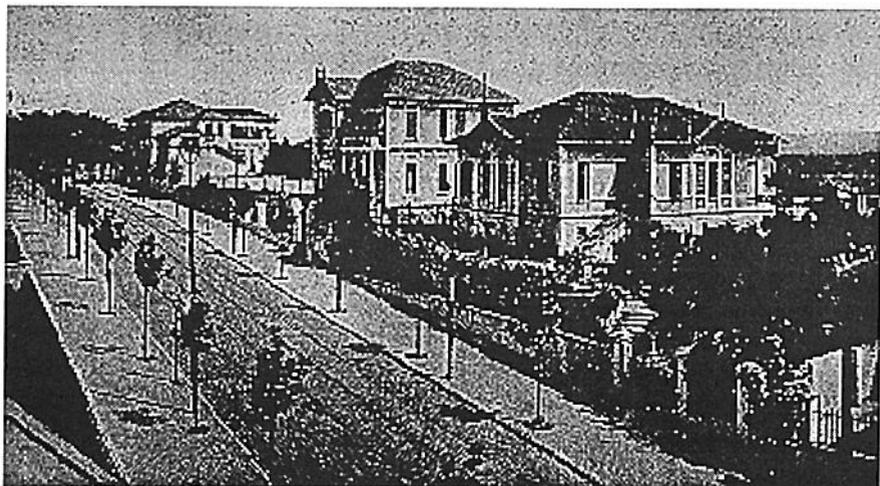
areas”, breeding grounds for contagious diseases. The joining of poverty and disease, already known to the industrialising European centres of the nineteenth century, seems in the Brazilian authorities’ view to jeopardise orderly growth. A growing city in a new country could avoid the urban problems common to Old-World centres as long as due precautions were taken. The proposals to “unpack” the city population by offering reasonable housing conditions go hand in hand with the attention the city receives from that moment onward from doctors and sanitation engineers. As early as the 1880’s, according to Janice Theodoro da Silva (1984), São Paulo attracted the interest of engineers, who started to inspect and to intervene, and, by the turn of the century, had consolidated a long-lasting relationship between government authorities and the Escola Politécnica founded in 1894 (Engineering School). In their reports on the living conditions of working-class families, the Municipal Commissions establish the need to define a set of rules for growth in urbanised areas: to fill up the empty spaces left by the occupation which up until then focused on area without reaching the outskirts; to plan streets, the extension of urban facilities, the channelling of rivers and streams and ground drainage<sup>7</sup>.

It is possible, however, to witness an orderly expansion of the city in 1900, if we are to follow Alfredo Moreira Pinto’s notes. Referring to the four cardinal points, he focuses on the “extremely beautiful areas with charming mansions, avenues and wide and long boulevards” in distant areas heading toward Paulista, Glette, Nothman, Barão do Triumpho, Barão de Piracicaba, not to mention Tiradentes and Rangel Pestana, located in Brás. His amazement, however, is directed towards the parks such as “the Republica, with the Escola Normal, the Paysandú, the Guayanazes and the Arouche”; and towards the streets, “some wide and flat, some narrow and steep, all diligently paved such as Barão de Itapetininga, reached by the elegant Chá Viaduct and others nearby”. It is

---

<sup>7</sup>*Relatório do ano de 1893* [1893 Report], presented to the Câmara Municipal de S.Paulo by Cesário Ramalho da Silva, 1893, São Paulo, Typ. a Vapor de Espíndola, Siqueira & Comp., 1894.

impossible not to notice the contrast. When analysing São Paulo in 1900, there are two distinct areas: the “old city” and the new one. When referring to the former, the visitor’s gaze follows a standard orientation which asserts that the buildings do not obey “aesthetic patterns”. Significantly, his positive opinion focuses on areas of recent urbanisation, while the chronicler is fascinated by the boulevards and wide and long avenues so different from the meandering, steep streets of the central nucleus. In this way, sanitary knowledge and an idealised image of progress come together to compose an aesthetic notion.



Higienópolis area, postcard ed. Malussardi. In: Toledo, *Prestes Maia e as origens do urbanismo moderno em São Paulo*, p. 48.

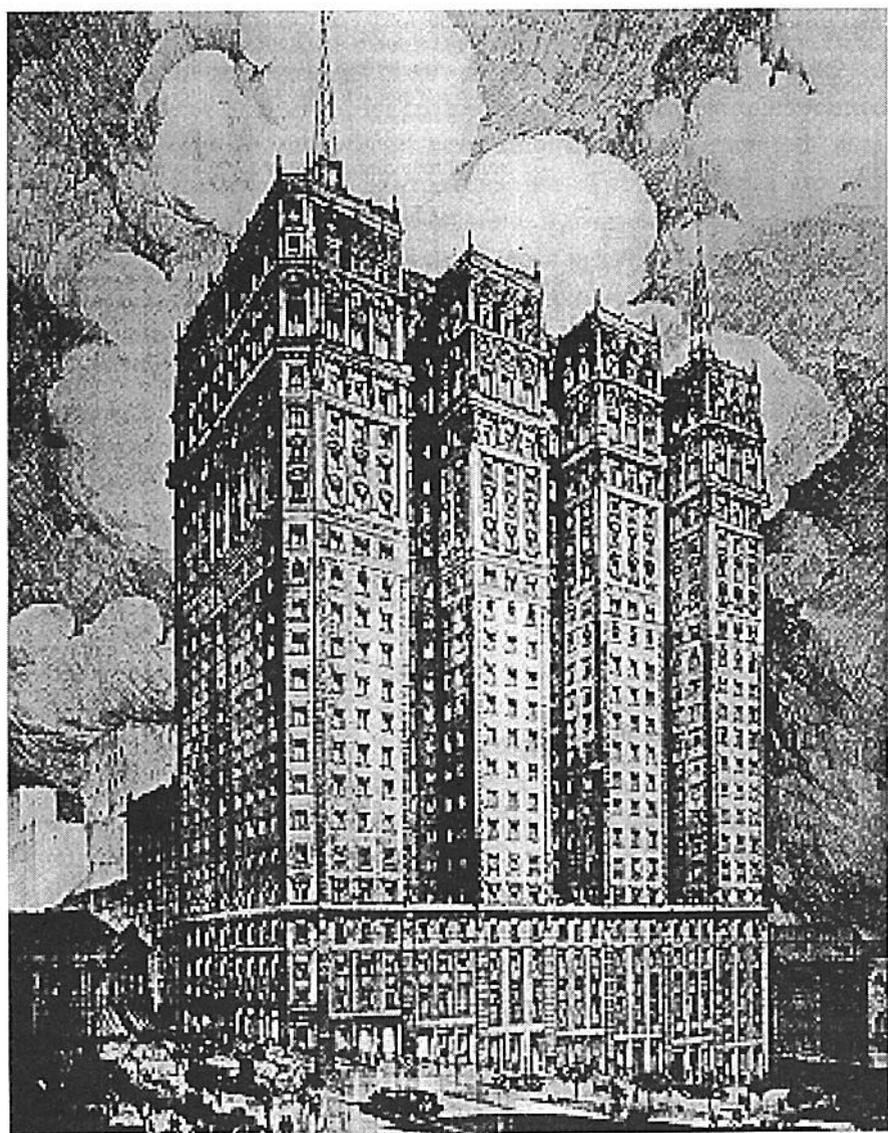
Yet a few elements present in his notes establish some links that reunite the different areas, the new and the old ones. In the present: the gas lightning and electricity, the water supplied from the Cantareira hills, the sewage, that is to say, the urban facilities. More enlightening is his mention of the “movement” of trams, cars etc. He categorically shows the contrasting feelings which reveal and give significance to the impact brought on by change: “S. Paulo, seeing is believing!”

Opinions from different origins, formed by the shock of fragmented memories from the past and the rapid growth in the present establish a first *mark* to identify the city at the beginning of the twentieth century: *the mark of alterity*, expressed by a common sense opinion. It uses the image of the colonial and humble burgh whose provincial lethargy is broken only by the voices of the Law students at the Largo de São Francisco and contrasts it to the developing city, changing in the quick pace expressed by different texts. This new city bears in its irregular centre the material marks of another time; involved in the urgency of the quick pace of life, such an area is inadequate and unable to satisfy the demands placed upon it. At once the controversy about original dates (the inaugural date being the 1880's or the turn of the century) is of minor importance<sup>8</sup>. To register the contrasts between old and new and the impact of a velocity that sets a rhythm from outside to the city and the absolute *invasion*, as a second *mark*, imposes images of a city led by the voracity of modern times, a coffee export centre, a progressive industrial city, with immigrants joining the workforce, bringing new languages and habits. In brief, São Paulo is then part of an international circuit and steps into history.

Therefore there are two *lasting marks* established to represent this modern city and provide it with an identity. According to the opinion of those who refer to the city and those who live there, the representation of São Paulo is paradoxical: it is marked by the lack of specific characteristics, not by a sense of nationhood nor by cultural and material marks accumulated during the three previous centuries. "Foreigners" from abroad and from other parts of the country, were responsible – and still are – for the impressive demographic growth during the last years of the nineteenth century and the first decades of the twentieth century. In the contemporary texts, several dialects bring colour to the negative image of Babel; Italian craftsman, collaborating with Brazilian experts trained at European universities, demolish the "city of clay" and over its ruins build

---

<sup>8</sup>For an original analysis on the images and representations of São Paulo during the nineteenth century, shadow and light, letargy and movement, see Montoia, 1990.



Edifício Martinelli. Project perspective. The second and more impressive skyscraper situated in the central area of the city. Built in the 1920's. In: Toledo, *op.cit.*, p.109.

the city of brick<sup>9</sup>. These experts state the *second image of identity* of São Paulo: the European patterns render it characterless. These are two converging images of the city – immigrants and the neo-classic aesthetic – identifying a loss of identity and the presence of alterity. “São Paulo è stata fatta dagli Italiani” [São Paulo was made by the Italians], recall Debenedetti e Salmoni (1953, p. 11) during the 1950’s.

It is undoubtedly the neo-classic or eclectic style that prevails in the work of the engineer Ramos de Azevedo, working for the provincial governments in the last years of the Empire. The Secretaria da Fazenda [Treasury building], by the Largo do Palácio (Palace Square, today named Pátio do Colégio), although inaugurated in 1891, had been ordered ten years before and finished in 1886. It was the setting of an *architectural pattern*, which characterises power and stability. “Severity, elegant style and sturdiness” were the qualities listed by the French traveller Gaffré when he said that the state secretariats in São Paulo were “installed in palaces whose taste and proportions are worthy of the noblest cities in Europe”<sup>10</sup>.

However this style and the several public buildings all over the central area mingle in a single image of the dynamic progress linked to the image of work. Therefore the immigrants – these new inhabitants – saw themselves and were seen as human dynamos impelling the old inhabitants towards development, according to the utopian ideal of a modern and universal notion of city. The contemporary signs are not limited to architectural patterns; they include concerns about streets patterns and health in housing conditions. With the aim to establish a salubrious urban area, in 1893, the previously mentioned Comissão de Inspeção Higiénica [Commission for Sanitary Inspection] was organised and charges with the inspection of the conditions of the public housing in the Santa Ifigênia area. In its report, the Commission extends the functions of the municipal authorities and proposes a plan to develop vacant parts of the central areas and above all to occupy suburban areas. A set of intervening measures

---

<sup>9</sup>On the changes in the architectural patterns and the bulding techniques see Lemos, 1985 and the pioneering book by Debenedetti and Salmoni, 1953.

<sup>10</sup>Quoted by Loureiro, 1981, p.54.

establishes the sanitary strategy: to wipe out centres of disease and “unsociable habits” from the central area, to sanitise workers' housing, to control the “kiosques” [food tents] in order to guarantee the quality of the food served, to pave streets, eliminating dust and mud as well as the awful habit of throwing household rubbish into the streets.

Sanitarist rule prevailed during the first decades of the twentieth century, guiding the critical gaze of the technicians. In regard to hygiene, fundamental to “the improvements of São Paulo”, in 1914 (Freire, 1914), the engineer Victor Freire tries not to leave doubts about the benefits of “light and air to human agglomerations”. In his opinion, assuring the flux of air and solar rays would be the most effective prophylactic technique to combat tuberculosis and typhoid fever among other contagious diseases. His main target was “domestic architecture” in a city where, he says, “immigrants used to private housing in their countries of origin naively feed the greed of irresponsible jerry-builders”<sup>11</sup>.

According to these proposals for intervention in the urban fabric, the key idea was to predict the needs brought on by the “constant and quick evolution of the social movement”, and to anticipate future problems. In 1911, “anticipation” is Victor Freire’s word in his “Melhoramentos de São Paulo” [São Paulo improvements]. The squares, built according to the simple colonial patterns, also received his attention. In reference to streets, although Freire agrees that we had been successful in avoiding the “regular geometric patterns (...) so fatal for most American cities!” he also presents a plan that could, while keeping the existing city, provide an easy traffic flow. His conceptions are based on the results by a New York Commission of experts. Graphically, his proposal has the shape of a “wheel” in which “the cube stands for the city centre, the axes (...) for the main accesses to the centre; and the rims (...) are the ideological expression of the streets from the areas heading to the main accesses”. His proposal follows the suggested – or necessary – possible solutions for a topography full of geographical accidents (Freire, 1911).

---

<sup>11</sup>A definite policy will only take place during the 1º Congresso de Habitação de 1931 [First Housing Congress of 1931]. See Carpintero, 1997.

Therefore, even the engineer Victor Freire, a conscious advocate of the preservation of old elements in a renewing city would admit, in his 1911 article, that it was necessary to have a project for expanding the urban area according to the modern patterns of wide avenues. The preservation of the city refers to the ancient part where the “overlapping layers” can tell a history. For him, the point is to preserve an old definition of the city, created piece by piece by the inhabitants as if in a work of art, unique and incomparable, so as to ensure the “most remarkable symmetry, the symmetry of time”. His words translate the aesthetic notion of the picturesque into the analysis of the city: “Are we not watching the formation of São Paulo with its irregular houses expanding around the Collégio chapel, then the foundation of the Cadêa [city jail], and the well-know history that assembles the common and the official life nowadays inside a triangle whose vertices are the S. Bento, Carmo and S. Francisco convents?” The attention given to the historical references of São Paulo relates to the preservation of buildings and monuments, the street shapes, elements that work as “topoi”, places established in a time-space relation, icons of the geographical localisation for inhabitants. It must be clear that he is not making an apology for the permanence of an old-fashioned way of life. As an engineering professor at the Escola Politécnica and director of the Departamento de Viação e Obras Públicas da Prefeitura Municipal [Municipal Transport and Public Works], Freire advocates that the material traces of the past within the present and the foundations of collective memory are not effaced. It is a voice out of tune among the several possibilities for São Paulo’s future. One could argue that it is a conservative, romantic and nationalist notion confronting a different one, progressive and internationalist or, in brief, characterless. Freire celebrates “our city centre”, though an “irregular or “picturesque conglomerate, (...) where streets obeyed (...) to the builder's fantasy (...) and not to the worker's unforgiving plummet”. The disagreement is clear when compared to Haussman's Parisian model, as is his agreement with Camillo Sitte, the Austrian architect who disapproved of the Vienna reforms carried out mostly by Otto Bauer. Victor Freire would support opinions very different from the prevalent ones that state that to modernise, reform or embellish a city meant to impose the “rectangular New-York grid”, as he says in a critical

inflexion<sup>12</sup>. In other words, to opt for a urban rule which would protect the original traces of the central nucleus while the colonial heritage was constantly denied, he needed support from a widespread and internationally influential notion of city. It is important to pinpoint that the diverging technical opinions on urban evaluation and intervention surely meant different theoretical opinions and more: they prove that São Paulo engineers were taking part in the contemporary urban debate.

This is to say that even when tradition was defended, it was part of a wider debate which would consider modern urbanisation, as well as industrialisation, to be a world question. Therefore, it does not confirm the common reference to the obtuse notion of “misplaced ideas” [idéias fora do lugar]”, according to which the urban and architectural practice are seen in Brazil as an inadequate importation or an impoverishment of European ideas and projects, transferred to a different “reality”. As if it were necessary to share the belief in the “nationality” of thought, the naive belief in “original and pure ideas” rooted in one nation. The accusation of a foreign label managed to secure support since it can be an easy explanation in different fields of the human sciences. In brief, we demonstrate in our research that there is no such thing as a petty national copying of foreign values. It is enough to mention that, when talking about urbanism (and also about political options) people could choose from a vast offer of universal notions forming a common area for the study and intervention on cities.

However, it is important to underline the links between the contemporary opinions and the echo in historiography – and not just there – of a mark that provided for the intelligentsia the repetition of the “misplaced ideas” widely and proudly accepted to the satisfaction of foreign academics who quickly make use of the label “colonised” when interpreting “our genuinely national history”.

It is important to be alert about this question and to notice, quoting Bronislaw Baczko, that “one of the reasons for the social imaginaries consists of the organisation and control of collective time in the symbolic

---

<sup>12</sup>To understand these approaches to the incipient urbanism at the end of the nineteenth century see Choay, 1976.

field” (Baczko, 1984, p. 09). Not only are they efficient in academic work and in orienting practices but they also establish two immobile images of São Paulo, freezing history in two moments, separated in numerical and aesthetic terms: the origins and the “Europeanization” which, though necessary, render it characterless. Such an opinion is endorsed by authors worried about correcting the mistakes regarding the “origins” of the paulista neo-classic style: no links with France but an Italian origin, brought in the baggage of engineers and builders of peninsular works in a second period of neo-classicism following the German style which had arrived during the 1860’s (cf. Debenedetti e Salmoni, 1953).

It is as if, when facing “specific” matters, “our” urban planners had not succeeded in producing a “national solution”, proving their inability to think autonomously about “our” singularity. That affirmation has an explanatory aesthetic power and establishes a binary opposition – city of clay and city of brick –, trapping our imagination and avoiding the search for another foundation. Its strength can project into the future a determinate representation of the past, an active representation of collective life and, moreover, of political practice. Bazcko suggests that “a collective group can nominate its identity during the same process in which it elaborates an image for itself”. It designates the social places, expresses common beliefs and operative models, and marks off a territory. Anne Cauquelin, not as convinced by notions of a collective imaginary, calls our attention to the need for considering scattered memories and behaviours as an active substance that takes part in the process of “living in cities”.

We continue in our search to grasp the collective representations and the scattered memories of the urban “doxa”, the changing opinions of moving and unstable frontiers. There are *habits* changing because of foreigners who replace or add new food, work and reading habits; who change behaviour and, finally, taste.

Among memories of the songs performed at the musical gatherings or in the streets – the sidewalks as ballroom –, there are chairs brought to the front doors during the late afternoons and summer nights. These are social habits not as common among paulista people of the past. Geraldo Sesso remembers and misses the time when one could sit unafraid for

hours on the sidewalks talking with the neighbours, establishing closer relationships. He contrasts this orderly time with the existent one when he writes “it is recklessness for a citizen to leave his house, risking to be robbed or mugged by tramps or thieves” (Sesso, 1986, p. 119). Noticeably Sesso refers to a different time of an Italian and Spanish Brás. He contrasts and states, according to his point of view as the son of immigrants: “unfortunately for all paulista people, specially those who once lived there... the old Bras area is not the same! Everything has changed; replacing the old canteens, there are new restaurants, specialised in typical food and drinks from the North. The “bracciolas” were replaced by dried beef, the chick pea soups by “mungunzá” [a corn meal dish], the tasty pasta by beans and root flour....”.

In his remembrances, the orderly aspect of the immigrant areas was only interrupted by typhoid fever (1913) and the Spanish flu (1918), or by the high price of food partially caused, in his view, by the World War of 1914 followed by the general strike of June 8, 1917. The serenades gave place to the political rallies headed by the anarchists Edgard Leuenroth and José Inegues Martins; the masses of strikers carried banners of the “Comité de Defesa Proletária” [Workers Support Committee] and the police, warned in advance, charged at the strikers. This was the predictable violence of a confrontation between capital and labour, so different from the contemporary violence referred by the author. Nowadays, he says, we can no longer meet groups of lads on streetcorners gathering for the balls, but the “women who, when not mugging pedestrians, invite them to make love...” (Sesso, 1986, pp. 135 e 161).

The frontiers of these representations move in order to establish another chronological mark composed of opposing images of the working immigrant aware of his rights and the north-eastern migrant, characterised by poor alimentation and poor social habits, signs of a precarious civic consciousness. There is an inversion of the positive moment when European immigrants introduced fruits such as apples, quinces, mullberries and grapes and changed the traditional eating habits of the paulistas, once used to beans, mush and dried beef (Sesso, 1986, p. 49). The poverty of the menu translated the limited horizons of the

inhabitant of the Piratininga area, their unsophisticated and even rude habits, heritage from a different time now seen as an important recollection to be re-lived by the people from the north-east. They are also foreigners just like the European immigrants of the first quarter of the century although, but differ from them as survivors of a old (and late) past.

The images of São Paulo pile up enriching the imaginary of a *city that is taken for a state*, pushing forward a country. Following a different line, one can retell the story according to these mingled images: the power of the wealth and the pioneering spirit of the courageous bandeirante [explorer].

“São Paulo is a remarkable state! The initiative of its people amazes everyone. The pace of its progress had found no comparison but the United States of America among the most civilised nations of the world”. This positive evaluation is part of an appeal to São Paulo written by an author who presented himself as a Frenchman with the nom de plume Antoine Renard (Antonio Raposo [Tavares]), when the state was defeated in the 1932 constitutional revolution. Discontented with what he considered to be a humiliating federal intervention, he proposes to write an “homage” to calm his own consciousness. Describing his supposed arrival in the state of São Paulo in 1926, he claims to have had been amazed at “the majesty and size of its capital.” He then explains: “Indeed, this city filled with life and skyscrapers, a true treasure chest full of architectural and sculpture beauties, amazes and dazzles because of its sumptuous artistic ensemble regarded by everyone”. He presents in footnotes the figures that confirm this grandeur in the more than 200 pages of his *S. Paulo é isto!* (Renard, 1933).

However, the most significant is the image on the front cover, in which a bandeirante holds on his back, as if it were a cap, the map of Brazil with a clear Tordesilhas Treaty line showing the territory conquered by the paulista people. At his feet, the ship and the harbour, the industries and their chimneys, the train and the coffee crops; an epigraph by Oliveira Martins affirms: “From São Paulo came the race that made Brazil”.

The characteristics of the “paulista people” emphasised as an “outstanding constructive power” is celebrated in the unquestionable figures of economic and demographic growth: industries, rural areas, railways and the

# S. Paulo é Isto!

ANTOINE  
RENARD

*Arriqueza economica  
de S. Paulo*

*A alma civica  
paulista*

*A epopeia das  
bandeiras*



*"De S. Paulo poude sair  
a raça que fez o Brasil"*  
Oliveira Martins



PAULO

JANEIRO-1933

Front cover of Antoine Renard's book, *S. Paulo é Isto!*, 1933.

Santos harbour, among others. Such figures alternate with aesthetic images and create arguments of great emotional appeal. They constitute images in which statistics mingle with the poetry of vertiginous growth; the scenery rarely refers to the natural environment but always to power of mankind to alter the surroundings:

If observed by night, from the top of any of its interesting hills, the paulista capital gives us the idea of a huge amphitheatre submerged in a vast ocean of lights whose beauty is enhanced by the bizarre lighted signs shining from the top of the skyscrapers. If observed by daylight, from the same heights, the factories and their chimneys, and the mingling clouds of smoke remind one of Manchester, the largest industrial area in Europe (Renard, 1933, p. 15).

Renard's celebration of the population of São Paulo does not dwell solely on material aspects. He glorifies the entrepreneurial spirit, but also the civic pride; men and women would not retreat when facing the revolutionary days during July, 1932, which confirms that they are "descendants of a race of giants". When "the paulista July revolutionary flag was flying, São Paulo people rose up..." (Renard, 1933, p. 104). In his words there is an *image of civic pride* as part of the paulista, a citizenship different from the mere obedience to rules, a citizenship which establishes its own rules and a citizenship which confirms the motto of the city: "*non ducor, duco*".

The mixture of figures, heroic deeds and patriotic attitudes unites, growth and civic pride which shape present and past, kept together by features conquered in old battles. In the last part of his work, aimed at narrating "the paulista explorers' saga", the author tries not to leave a doubt about the "heroic deeds of the paulista bandeirantes [explorers], whose fearless trips in the unknown areas of South America brought to Brazil almost two thirds of its immense territory". A conquest not only in geographical terms, as the excursions had been "fertile sowing from whence came, exuberant and strong, the most remarkable flora of our people" (Renard, 1933, p. 131).

The powerful image of the bandeirante succeeds in establishing on a firm ground – in the midst of the legend – the identity that had temporarily been threatened by the arrival of the European immigrants. With this image, there is a continuous thread since remote times, a certain foundation myth not just for São Paulo but for the Brazilian nation. In such an image, paulistas and the newly-arrived merge into the unique image of the pioneer. It is the collective effort of “young and old, black and white, rich and poor, employers and employees, masters and disciples, doctors, engineers and peasants in a touching fraternity, carrying their rifles” (Renard, 1933, p. 104).

The “unspeakable stoicism” of fathers and mothers cheering despite the loss of their sons on the battlefield confirms the population's “heroism, courage and abnegation”. This image is created in the appeal to São Paulo written by a paulista disguised as a Frenchman about a city occupied by federal forces. It was to be repeated by the academic expertise of Oliveira Viana in *Populações Meridionais do Brasil* and other writings. An image probably more powerful and certainly longer lasting because presented as knowledge, corroborated by research and analysis; even more convincing because Viana, studying Brazilian society, says he will not dwell upon the explanations of “our historians” who, when describing the bandeirantes' participation forget the “private reasons” and are “seduced by the epic aspects”. He mentions a descendent of the bandeirantes, Frei Gaspar, who speaks to the “brave inhabitants of S. Vicente who, by fate or by disgrace, were always controlled by the passion to conquer”. Oliveira Viana in the same vein affirms that it is not enough to accept the “apparent and immediate causes for these facts, that is to say, the magnetic attraction of the legend of the Serra das Esmeraldas [Emerald Forest]” as an explanation for the passion to conquer. Moreover, men from different regions were also aware of those seductive stories. He finds the roots of this urge to move in the triad determining men's behaviour: environment (physical, economical and social), history and occasion. In this sense, he considers that the former explorations of the bandeirantes in order to enslave Indians, enhanced by the contribution of the slave workforce,

consolidated a pioneer leadership for the enterprise of the plantations [latifúndios]”.

Viana presents the mobility of families and the technical characteristics of the great plantations which combine to create the long-lasting powerful rural enterprise. It is interesting for us, however, to observe the importance given to the rulers, “these great territorial potentates who have in their veins a heritage of courage, intrepidity, and strongly defined personalities”. He finishes in a peremptory way saying that “the first Portuguese colonisers, from whom they descend, are the most eugenic part of the peninsular group” referring to “a certain law in social anthropology”, by Lapouge (*Selécções sociais*) which ensures that “only the strong, the brave, those full of will and imagination immigrate”. So, bravery is added to the background; and merges with dignity, loyalty and probity of their forefathers, nobles such as Egas Moniz and D. João de Castro (Oliveira Viana, pp. 83-98). In this way, the paulista rulers have their aristocratic ways researched by Viana based on the *Nobiliarquia Paulistana* by Pedro Taques. The richness, the luxury and the cultivated spirit made these men’s pioneers houses during 16<sup>th</sup> Century the meeting centre for the whole elite in São Paulo. The library, the hundred beds always prepared, the rich meals and the care with guests and their belongings as well as the art of speaking and writing well are described by the author who even states that, because of what they are, “these aristocratic paulistas are superior to the nobility of the metropolis” (Oliveira Viana, pp. 30-32). In brief, while Renard defends the economic grandeur and the civic pride against of the paulistas against the barbarian rest of the country, Viana, who applauded the end of the liberal republic in 1930 and 1937, takes essentially the same position as Renard in the name of academic knowledge, scientific theories, and objective methods. The myth, coloured by legendary colours, is now affirmed as truth.

The evaluation of São Paulo populations had been, however, summarised in a interview by Viana to the newspaper *O Estado de S. Paulo* in February 17, 1924: “The old paulistas”, he confirmed, “had always been an exuberant and fertile race, a type morally and physically

eugenic. This is, certainly, an aspect which makes them different from the other national groups. The modern flow of European settlers will enhance these tendencies of the paulista people”.

The lost identity and the changes which brought the absence of definite characteristics, resulting from the “European invasions”, fade away, replaced by the peaceful image of the merging of “two brave peoples” aimed at work and progress, a mythical image reassured in the everyday life of a city which has not ceased growing. These are strong images which, as foundation myths, still influence our imaginary and give the inhabitants of Babel a symbolic identity in action and material life, in monuments such as the boat on the edge of Ibirapuera Park, or the somehow kitsch statue of Borba Gato where Santo Amaro avenue meets Adolfo Pinheiro.

Or, in a voice out of tune with this convergence, we can listen to Mario de Andrade employing sophistry in his *Paulicéia Desvairada* [hallucinated city] (Andrade, 1987, p. 92):

“Mas...olhai, oh meus olhos saudosos dos ontens  
Esse espetáculo encantado da Avenida!  
Revivei, oh gaúchos Paulistas ancestramente!  
(...)  
*Guardate!* Aos aplausos do esfusante clown,  
Heróico sucessor da raça heril dos bandeirantes,  
Passa galhardo um filho de imigrante,  
Louramente domando um automóvel!”<sup>13</sup>

Or at verse XXII of “Losango Caqui” (Andrade, 1980, p. 84):

“A manhã roda macia a meu lado  
Entre arranha-céus de luz  
Construídos pelo melhor engenheiro da Terra.

---

<sup>13</sup>But...regard, oh my eyes that miss the past days/this amazing show of the Avenida!/Re-live, oh ancestrally gaúchos Paulistas!(...)/*Guardate!* The applause of the amazing clown./ Heroic inheritor of the herile race of bandeirantes,/here proudly comes a son of immigrant,/blondly taming an automobile!

Como ele deixou longe as renascenças do snr. dr. Ramos de Azevedo!  
 De que valem a Escola Normal o Théâtre Municipal de l'Opéra  
 E o sinuoso edifício dos Correios-e-Telegrafos  
 Com aquele relógio-diadema made inexpressively?

Na Paulicea desvairada das minhas sensações  
 O sol é o snr. engenheiro oficial.<sup>14</sup>

## References

- Americano, J. (1957). *São Paulo naquele tempo. 1895-1915*. São Paulo, Saraiva.
- Andrade, M. de (1980). *Poesias completas*. Martins-Itatiaia.
- Andrade, M. de (1987). *Poesias completas*. São Paulo, Itatiaia-EDUSP.
- Baczko, B. (1984). *Les imaginaires sociaux. Mémoires et espoirs collectifs*. Paris, Payot.
- Bruno, E. da S. (1984). *História e tradições da Cidade de São Paulo*. Hucitec/Prefeitura Mun. São Paulo.
- Carpintero, M. (1997). *A construção de um sonho. Engenheiros e arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil*. Campinas, Ed. UNICAMP.
- Cauquelin, A. (1982). *Essai de philosophie urbaine*. Paris, PUF.
- Choay, F. (1976). *Urbanismo: realidades e utopias*. São Paulo, Perspectiva.
- Debenedetti, E. and SALMONI, A. (1953). *Architettura italiana a San Paolo*. São Paulo, Instituto Ítalo-Brasileiro.
- Freire, V. da S. (1911). Melhoramentos de São Paulo. *Revista Politécnica*, 6(33), fev./mar., pp. 91-145.

---

<sup>14</sup> “Morning gently rolls besides me/between light skyscraper/built by the best engineer on Earth./How far away he sends the “renaissainces” of Mr. Ramos de Azevedo!/What are the Escola Normal and the Théâtre Municipal de l'Opéra worth/ and the meandering Correios-e-Telegrafos building/with that inexpressively-made diadem-clock?/In the hallucinated pauliceia of my sensations/Mr. engineer is the sun.

- Freire, V. da S. (1914). A cidade salubre. *Revista Politécnica*, 8(48), out./nov., pp. 319-354.
- Lemos, C. (1985). *Alvenaria burguesa*. São Paulo, Nobel.
- Loureiro, M.A.S. (1981). *Evolução da Casa Paulistana e a arquitetura de Ramos de Azevedo*. São Paulo, Voz do Oeste/ Secretaria de Estado da Cultura.
- Montoia, A.E.R. (1990). *Cidade da política: São Paulo no século XIX*. Campinas, UNICAMP. (Monografia de Mestrado.)
- Morse, R. (1970). *Formação histórica de São Paulo*. São Paulo, Difel.
- Moura, P.C. de (1980). *São Paulo de outrora (Evocações da metrópole)*. São Paulo, Itatiaia-EDUSP.
- Oliveira Viana, *Populações meridionais do Brasil*. São Paulo, Paz e Terra.
- Penteado, J. (1962). *Belenzinho, 1910. (Retrato de uma época)*. São Paulo, Martins.
- Pinto, A.M. (1979). *A cidade de São Paulo em 1900*. Governo do Estado de São Paulo.
- Renard, A. (1933). *Isto é S. Paulo. A riqueza econômica de S. Paulo. A alma cívica paulista. A epopeia das bandeiras*. São Paulo, janeiro de 1933.
- Sesse, G. (1986). *Retalhos da velha São Paulo*. São Paulo, OESP/Maltese.
- Sevcenko, N. (1992). *Orfeu extático na metrópole. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo, Cia das Letras.
- Theodoro, J.T. da (1984). *São Paulo 1554-1880. Discurso ideológico e organização espacial*. São Paulo, Moderna.
- Toledo, B.L. de (1983). *São Paulo: três cidade em um século*. São Paulo, Duas Cidades.

## A CIDADE E AS ROUPAS MODA E VESTUÁRIO EM IMAGENS FOTOGRAFICAS\*

Cláudio DeNipoti\*\*

Um trabalho que reúna, sob a mesma égide, temas tão pouco explorados na produção historiográfica como moda e fotografia, numa perspectiva histórica, incorre em problemas como o de não sairmos do campo ensaístico sobre um ou outro assunto, prendendo-nos à tentativa de justificá-los como tais, ou o de não conseguirmos a devida articulação desses temas na perspectiva de análise histórica à qual nos propomos.

O texto que segue pretende mostrar as considerações iniciais sobre a pesquisa que desenvolvi a respeito da moda no final do século XIX e início do século XX e suas manifestações nas fotografias desse período, coletadas em Curitiba. Esta pesquisa foi parte do projeto da disciplina de Métodos e Técnicas de Pesquisa Histórica do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, que tinha por problemática “[...] o

---

\* Este trabalho foi realizado como monografia de bacharelato apresentada no Departamento de História da UFPR, em Janeiro de 1990, sob a orientação da Profª. Ana Maria de Oliveira Burmester. Uma versão deste trabalho foi publicada como “Fashionable images: the world of fashion through photographic images of the turn of the Century”. *IBERO-AMERICANA; Nordic Journal of Latin American Studies* XXIV(2), 1994, pp. 2-18.

\*\* Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina, Doutorando em História das Idéias na Universidade Federal do Paraná.

viver numa sociedade urbana e os elementos constitutivos dessa sociedade, apreendidos na visão do cotidiano da população”<sup>1</sup>.

Cabe lembrar que todas as considerações aqui apresentadas são fruto da reflexão sobre a fotografia como fonte para a produção da história e não como elemento ilustrativo de um tema previamente definido, ou seja, ao pensarmos a fotografia enquanto elemento de comunicação carregado de significados específicos, tentamos ver como ela poderia ser utilizada como fonte histórica e como uma outra linguagem se transmitia através dela, a linguagem da moda.

Talvez seja necessário, antes de mais nada, esclarecermos um pouco o que é a fotografia em termos técnicos e quais os processos que tornam possível captarmos a luz refletida por objetos e pessoas em uma película sensibilizada. “Fotografar significa escrever com a luz” (Hedgecoe, 1982, p. 10), ou seja, a fotografia é o resultado de um processo físico – a reflexão da luz por objetos, e a captação dessa luz pelas lentes da câmera escura – e de um processo químico – a sensibilização de cristais fotosensíveis (de prata ou outros) depositados sobre uma placa de metal, vidro ou uma película transparente. Tudo depende da correta liberação de luz refletida para dentro da câmera, que é controlada por mecanismos de diafragma, com um funcionamento semelhante ao da íris humana.

O surgimento da fotografia foi a combinação, portanto, de conhecimentos químicos recém adquiridos sobre a sensibilidade de certos produtos à luz (como alguns compostos de prata) e de processos físicos e óticos de captação da luz por lentes em uma câmera escura, que eram conhecidos desde a Renascença européia. Não se pode dizer que isso foi o trabalho de uma única pessoa, já que várias – Niepce, Daguerre, Fox-Talbot – trabalharam quase que simultaneamente em diferentes processos fotográficos (cf. Scharf, 1986, pp. 19-28). A partir de seu surgimento, em meados do século XIX, até o período estudado aqui, a fotografia sofreu uma intensa evolução técnica, com o aperfeiçoamento dos mecanismos da câmera e da sensibilidade à luz de filmes e placas, o que faci-

---

<sup>1</sup>UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Disciplina de Métodos e Técnicas em Pesquisa Histórica. *Projeto de pesquisa*. Curitiba, 1987 (mimeo).

litava a operação fotográfica já que diminuía o tempo de exposição necessário para se registrar a imagem.

Em 1888, George Eastman lançou sua câmera fotográfica “Kodak” com “apenas 600 gramas, com um obturador capaz de mastigar a luz em apenas um vigésimo de segundo” utilizando uma cinta de nitro celulose transparente enrolada sobre uma bobina cambiável. Nas palavras do inventor, ele queria uma câmara “tão fácil de usar como um lápis”. A partir desse momento passa-se a considerar a câmera fotográfica como uma extensão do olhar e inicia-se a busca pela fotografia isenta de profundos raciocínios técnicos. Este talvez seja o momento máximo da evolução técnica no sentido da democratização da fotografia (cf. Omar, 1988).

No Brasil, a fotografia teve uma rápida difusão e aceitação. Talvez este seja o único país a ter um imperador fotógrafo – (ou um fotógrafo imperador?) (cf. Vasquez, s.d.), além de uma intensa produção fotográfica durante todo o século XIX. Na virada do século, o fotógrafo se tornara uma figura típica das cidades brasileiras – e também no interior, graças aos fotógrafos itinerantes que circulavam por todo o país. Mas as técnicas fotográficas não eram acessíveis a qualquer pessoa. Mesmo com a câmera kodak, exigia-se um mínimo de conhecimentos (e é pouco provável que tais câmeras tivessem vindo em um número razoável para o Brasil – e particularmente para Curitiba – antes da década de 1920). Assim, o fotógrafo ainda tinha um trabalho bastante artesanal para preparar chapas, câmeras e fazer revelações e ampliações. As técnicas eram, em grande parte, européias, como a platinotipia ou a aristotipia, mas os fotógrafos se viam forçados a adaptar os produtos químicos (principalmente se estivessem longe dos centros urbanos) às suas necessidades cotidianas.

Assim, os meios técnicos disponíveis aos fotógrafos do período estudado aqui já tinham passado por um intenso processo de aperfeiçoamento, a ponto de nos oferecerem imagens extremamente nítidas e de ótima durabilidade, mas sofriam restrições no tocante a sua total e perfeita disponibilidade, além de não serem exatamente as últimas novidades técnicas na Europa e nos Estados Unidos.

Neste trabalho, a discussão sobre fotografia continua, mas segue outros aspectos que nos interessam mais intimamente. Antes disso, con-

tudo, vamos entrar na discussão a respeito da moda e, no final, tentaremos unir ambos os aspectos em uma análise histórica da sociedade que compõe o pano de fundo desta pesquisa.

### 1. *Terribilis Dea*

Ao falarmos de moda, temos que fazer um balanço do tratamento que tem sido dado a este tema. Grande parte dos autores que trabalharam com conceitos de moda consideram como dada a noção de que a moda é um fator de separação ou de divisão social, delimitando as classes e os grupos sociais de modo bastante rígido. José Carlos Durand, por exemplo, considera que “[...] Através da roupa as pessoas comunicam que pertencem a uma classe social, a uma faixa etária e a um outro sexo. O vestuário é assim um classificador instantâneo de indivíduos em hierarquias sociais” (Durand, 1988, p. 11). Ou ainda, como diz Alexandre Eulálio: “não constituindo mais privilégio de casta, torna-se ela [a moda] na sociedade dita “democrática”, a diferenciadora por excelência de *status*, além de signo certo de “contemporaneidade” cultural; a ela estão umbilicalmente ligados os *happy few* contíguos à informação em estado puro que significa dinheiro e poder” (Alexandre Eulálio; *apud* Souza, 1988).

Essa identificação de moda com classe social é, portanto, uma conceitualização recorrente em vários aspectos e identifica-se, em parte, com as ligações que normalmente se faz entre moda e aspectos psicológicos do comportamento social. Gillo Dorfles diz que, apesar das particularidades do vestuário, que o acentuam como: “[...] um dos mais importantes elementos simbólicos da própria condição social [...] existe ainda o fato de Moda não ser apenas um fenômeno frívolo, epidérmico, superficial, mas ser o espelho dos hábitos, do comportamento psicológico do indivíduo, da profissão, da orientação política, do gosto [...]” (Dorfles, 1988, p. 13).

Ora, a moda é certamente isso – delimitador de classes sociais e manifestação psicológica – mas, certamente, também não é só isso.

Gilles Lipovetsky, por exemplo, vê na moda um fenômeno histórico, que, ainda que em seu surgimento tenha assumido características muito fortes de divisão de classes, mesmo assim teve um forte impulso dentro das lógicas do “efêmero e da fantasia estética”. No período que ele chama de “A moda dos cem anos”, balizada, por um lado, pelo surgimento da Alta Costura, em meados do século XIX, e, de outro, pelo surgimento das grifes industriais e das contestações da década de 1960, a moda surge não como um simples fenômeno de divisão social. Ela surge em um sistema que, por um lado, cria um aparelho burocrático que passa a coordenar a moda – a Alta Costura – normatizando-a e eliminando seu caráter nacional (internacionalizando-a a partir de um centro mundial, Paris), e por outro, democratiza-a com a grande indústria de confecções, que segue as normas ditadas pela Alta Costura e as difunde com a produção em massa (cf. Lipovetschi, 1989, p. 19).

É nesse sistema que podemos, ainda segundo o mesmo autor, verificar que enquanto a Alta Costura “monopoliza a inovação” e a confecção industrial segue suas tendências, apresentadas nos lançamentos, a moda contribui para a democratização das sociedades ocidentais a partir do momento que passa a difundir nas massas o gosto pela novidade: “A Moda [...] contribuiu, paralelamente às organizações disciplinares e às instituições democráticas, para arrancar nossas sociedades da ordem holista-tradicional, para instaurar normas universais e centralizadas, para instituir a primeira fase das sociedades modernas individualistas autoritárias” (Idem, p. 79).

Compreendido desta forma, o sistema ocidental de moda é muito mais que signo de classe que, enquanto tal, tem sido relegado pelo saber acadêmico ao plano de oposição à razão. Ele é também, e principalmente, um fenômeno histórico circunscrito ao mundo ocidental, sem precedentes ou equivalentes em outras sociedades que “[...] contribuiu para arrancar os homens em seu conjunto do obscurantismo e do fanatismo, para instituir um espaço público aberto [...] [e que] vive de paradoxos: sua inconsciência favorece a consciência; suas loucuras, o espírito de tolerância; seu mimetismo, o individualismo; sua frivolidade, o respeito pelos direitos do homem” (Idem, p. 19).

É a *Terribilis Dea* à qual se refere um dos articulistas do *Olho da rua* (revista quinzenal que circulou em Curitiba de 1907 a 1911), ao caracterizar a moda como tirana que pune indiscriminadamente homens e mulheres. Tirana que:

É sempre acompanhada por um *mare magnum* de pequenas coisas, de uma infinidade de nuances entre um estilo e outro que, rigorosamente, podemos afirmar que ela existe ficticiamente. Exige-se por exemplo, da mulher, uma linha fina, um porte elegante, sedutor, e plena liberdade lhes é concedida na escolha dos feitios, das cores, das guarnições de seus trajes, chapéus, adornos, contanto que o conjunto apresentado seja gracioso, *chic* (*O olho da rua*, 21/mar. 1908, s.p.).

Essa deusa terrível identifica-se muito com a necessidade de modernização que se verifica em todo o mundo a partir dos moldes europeus de urbanização, onde se prioriza o elemento estético, já que tanto a modernização quanto a higienização eram consideradas como embelezadoras da cidade (cf. Pechman e Fritisch, 1985 e 1986). Assim, enquanto o fator beleza era cada vez mais preocupante na questão urbana, a moda seguia essa preocupação, pois as cidades deveriam ser suficientemente limpas e bastante agradáveis à visão daqueles que procuravam vestir-se e apresentar-se a elas dentro dos padrões ditados pela deusa.

São estes aspectos da moda que nos interessam aqui. Como ela cria mecanismos que, sendo aparentemente sinônimos de desrazão, impõem-se em uma sociedade que se pretende controlada pelo racionalismo industrial. Ainda que se possa dizer que esse racionalismo – e sua conseqüente desrazão – são prerrogativas da elite, nem assim o argumento perde sua validade.

## **2. Imagens de um outro tempo**

Em que sentido a imagem fotográfica pode contribuir para a percepção desses mecanismos (ou para qualquer outra análise)? A questão

da imagem fotográfica surge muito forte no início do século, intimamente associada à tradição de representação artística ocidental e é sua continuidade pictórica. De fato, quase todas as imagens fotográficas de então, e de ainda hoje, são baseadas nos padrões de representação estabelecidos pela pintura européia, principalmente a partir da adoção da *perspectiva artificialis* pela pintura renascentista, que fundamentou a pintura européia até o final do século XIX<sup>2</sup>. Segundo Pierre Francastel: “[...] a fotografia – a possibilidade de registrar uma imagem em condições mais ou menos análogas à visão – revelou não o caráter real da visão tradicional, mas, ao contrário, seu caráter de sistema. As fotografias são tiradas, ainda hoje, em função da visão artística clássica (Francastel, 1960, p. 46; Neiva Jr., 1986, p. 61).

Guardadas as devidas proporções, ousaríamos afirmar que é graças ao advento da fotografia e sua “perfeita” representação da realidade visível que a pintura pôde, no século XX, partir para as visões particularizadas da realidade. A fotografia proporcionou a captação de novas possibilidades do visível, quais sejam, os efeitos registráveis na película fotográfica, antes inimagináveis por não serem captados pelo olho humano, como nas fotos de Marey e Muybridge. Ela também abriu todo um campo de possibilidades de representação dos detalhes do real que os pintores procuravam mostrar, propiciando, em grande parte, o surgimento das interpretações cubistas e surrealistas da realidade<sup>3</sup>. É o que o artista húngaro Molohy-Nagy vê como as novas formas de representação que:

Tinham em comum a valorização dos elementos visuais [nos quais] a cor e a configuração das formas, dos ritmos e da direção eram mais importantes do que as técnicas antigas de apresentação ilusionista da natureza [...]. O significado intrínseco

---

<sup>2</sup>A *Perspectiva Artificialis* “deveria corresponder à visão da natureza mais próxima daquela que o olho humano obtém através de seu mecanismo ótico” (Machado, 1984, p. 63).

<sup>3</sup>Scharf mostra como os efeitos obtidos por processos como a “cronofotografia” de Marey, inspiraram artistas como Rodin, Seurat e Picasso, entre outros, a procurarem novas interpretações para a realidade visível (cf. Scharf, 1986, pp. 255ss.).

de uma pintura abstrata, como forma peculiar de articulação visual, reside principalmente na integração dos elementos visuais, *na liberdade de imitação da natureza* (apud Neiva Jr., 1986, p. 18; sem grifo no original).

O ponto em questão é que, com o tempo necessário para que as inovações técnicas e teóricas atingissem o Hemisfério Sul, a fotografia chegou a um nível de disseminação incomparável para a época, e tornou-se, a sua maneira, um artigo de moda, no período estudado. Um exemplo disso é o verificado em *O Olho da Rua*. Em seus primeiros exemplares de 1907 não são usadas imagens fotográficas, mas abundam os desenhos e litografias. A partir de abril desse ano, as fotos começam a ser utilizadas ilustrando artigos infantis e páginas femininas (em que as fotos aparecem com o título de *Corityba elegante*), ou isoladas, sem relação com os textos a seu redor, trazendo legendas e títulos como “typos populares”, mostrando amoladores de facas, camponeses e famílias de imigrantes. Isso culmina com o uso de fotografias para as capas da revista, a partir de 1908, mostrando cenas do litoral e do interior do Estado do Paraná. A partir daí, o uso de imagens fotográficas passa a ser uma constante na publicação, aumentando à medida que o século XX avançava (cf. *O olho da rua*, 1907 e 1908). Além disso, os fotógrafos estabelecidos em Curitiba nas décadas finais do século XIX e início do século XX, fornecem-nos uma produção intensa e regular de retratos. O trabalho de fotógrafos como Volk e Weiss – os mais encontrados – trazem elementos de uma grande quantidade de imagens produzidas – a maior parte do material reunido para esta pesquisa foi tirado dentre elas<sup>4</sup>.

Para viabilizarmos, porém, esta (ou outra) pesquisa através de imagens fotográficas, temos que levar em consideração as particularidades do que é referido por Arlindo Machado como o “extraquadro”. Segundo ele, “toda fotografia é um retângulo que recorta o visível [...] [e] não é muito difícil perceber a força significativa [desse] recorte”. A alusão a um espaço exterior à fotografia permite “a referência a um espaço

---

<sup>4</sup>A *Casa da Memória de Curitiba*, além de um grande acervo de fotos, desenvolveu um projeto específico sobre os fotógrafos pioneiros do Paraná.

ilusório extraquadro” (Machado, 1984, pp. 76-77 e 83) que nos levaria à melhor compreensão dessas imagens, tanto em seu aspecto de representação de um cotidiano, onde tais formas de auto-apresentação fossem corriqueiras, quanto à necessidade dessa apresentação como estabelecadora de relações de poder. As imagens surgem como representações, mediadas tanto pelo fator auto-presentativo dos modelos quanto pelas interferências do fotógrafo nessa representação. Não seria em nada absurdo imaginar que, para serem fotografadas em um estúdio, como é o caso da maioria das fotografias coletadas, as pessoas passassem por um processo semelhante ao de quando se preparavam para uma ocasião solene ou uma festa, como é o caso, ainda hoje, em cerimônias tradicionais como casamentos. Há uma clara elaboração da aparência que vai ficar (e efetivamente fica) registrada na película fotográfica. Nesse ponto, o fotógrafo passa a interferir com as nuances do recorte e, queremos crer, com ingerências sobre a própria postura dos modelos/objetos. Ele interfere tanto em seu estúdio quanto nas fotos de rua – os instantâneos – onde ele seleciona ângulos, objetos e o campo da fotografia.

Portanto, desde a produção de uma fotografia, até que a tenhamos em nossas mãos, a imagem passa por intermediações diversas. Estas vão desde a atitude do modelo perante a eventual imagem e a atitude do fotógrafo, até a bagagem subjetiva, consciente ou não, do observador da imagem, este último sendo marcado pelas ligações afetivas que foi treinado a ver na fotografia:

[...] Júlio tomou entre as mãos o álbum de retratos. Folheava-o sem conhecer ninguém; eram fotografias antigas, desbotadas, com manchas, gente de um outro tempo. Viu um retrato seu que tirara, havia anos, quando menino, e nem se parecia consigo: o colarinho alto, coberto por uma gravata comprida de laço, a fa-cezinha imberbe, o nariz afilado e o cabelo repartido à esquerda, muito bem penteado (Rodrigo Jr. In: *O olho da rua*, 1908).

Esse caráter subjetivo da imagem é algo que também aparece ao tentarmos ver a fotografia como representação pura da realidade. Umberto Eco diz que:

A teoria da fotografia como análogo da realidade foi abandonada, até mesmo por aqueles que uma vez a sustentaram. Nós sabemos que é necessário sermos treinados para reconhecer a imagem fotográfica. Nós sabemos que a imagem que toma forma no celulóide é análoga àquela da retina, mas não àquela que percebemos. Nós sabemos que fenômenos sensoriais são transcritos na emulsão fotográfica, de tal maneira que mesmo se existir uma ligação casual com fenômenos reais, as imagens gráficas formadas podem ser consideradas como totalmente arbitrárias em respeito a estes fenômenos. É claro, existem vários graus de arbitrariedade e motivação [...] mas ainda é verdadeiro que, em graus diferentes, toda imagem nasce de uma série de transcrições sucessivas” (Eco, 1982, p. ).

Feitas estas considerações, cabe agora verificarmos o papel desempenhado pela imagem fotográfica como fonte para a produção histórica. Boris Kossoy, após tecer argumentos sobre o conteúdo conjuntural da produção da fotografia – “[...] toda fotografia que estudamos foi produzida em determinada época, com uma certa finalidade, com um certo propósito” (Kossoy, 1980, p. 43) – e sobre as formas de crítica a serem feitas à fotografia – autenticidade, tipo de informação contida na imagem (e fora dela, por legendas, dedicatórias, etc.) – afirma que:

[...] a análise iconográfica, no caso da representação fotográfica se situa, em verdade, a meio caminho da *compreensão* do conteúdo; ver e descrever não significa compreender. A representação fotográfica, por sua própria possibilidade mecânica de reproduzir frações do real, tal como seus componentes *se apresentavam* no momento em que foram congelados no material sensível nos permite uma incursão em profundidade na cena representada, incursão essa que só será possível se o fragmento visual for compreendido em sua interioridade (Kossoy, 1980, p. 43).

Aqui, dois pontos interessantes. Ao se referir a uma compreensão (ou semi-compreensão) da imagem, o autor prende a análise a uma descrição do conteúdo fotográfico – talvez aquilo que Barthes desmembrem *Studium* e *Punctum*, o geral e o ponto de atração da imagem sobre o ob-

servador, respectivamente (cf. Barthes, 1984). Essa descrição pode tender, e geralmente o faz, a um caráter ilustrativo do trabalho do historiador, perdendo a força de expressão da imagem como discurso elaborado. Além disso, a compreensão da interioridade do fragmento visual da qual Kossoy fala, não é necessariamente uma visualização do espaço “extraquadro” ao qual nos referimos antes, isto é, “fazer uma incursão em profundidade na cena representada” deve também implicar na percepção do caráter de intencionalidade dessa representação. O recorte, o congelamento de uma fração do real, ocorre devido à necessidade de representação do real do modo em que ele foi congelado; a “finalidade e o propósito” aos quais o mesmo autor se refere anteriormente. O que se busca na imagem é sua construção, sua maneira de representar o mundo, ou seja, as ingerências que, saídas do mundo real, social, são aplicadas à imagem por aquelas pessoas que fizeram essa mesma imagem existir enquanto objeto concreto, real e palpável. Nesse aspecto, não importa a “autenticidade” da imagem, já que ela tem um valor intrínseco mais forte que a veracidade dos elementos que a compõem. Por isso, parece-nos inútil tentarmos aplicar à fotografia qualquer valoração dualista do tipo verdadeira/falsa, boa/ruim, etc.

\* \* \*

Podemos dizer, portanto, que este trabalho focaliza a moda transmitida por imagens fotográficas, aquilo que Barthes define como vestuário-imagem, a fotografia de moda que “[...] não é uma fotografia qualquer [...] [mas] que comporta unidades e regras específicas, forma, no interior da comunicação fotográfica, uma linguagem particular que tem seu léxico e sua síntese [...]” (Barthes, 1979, pp. 3 e 18). O vestuário-imagem reproduzido em fotografias que, embora não se destinassem exclusivamente à publicidade de moda, como Barthes a definiu acima, incorporava elementos daquele léxico e daquela síntese. Além disso, o trabalho procura analisar as categorias do novo e do efêmero como elementos fundadores da moda e, a partir dela, de outros aspectos da vida cotidiana.

### 3. O grande chic

Não resta dúvida que a Curitiba da virada do século possuía um tipo bastante específico de moda: aquela ditada pelos mestres da Alta Costura de Paris. Até aí, não há nenhuma novidade, já que nesse período, todo o mundo ocidental, ou influenciado por ele, segue as regras da capital francesa que, sintomaticamente, assume o título de capital mundial da moda (cf. Lipovetsky, 1989, pp. 99-105). Isto fica evidente ao vermos o tipo de propaganda da época, em Curitiba:

Depois de uma reforma por que passou meu estabelecimento, estou em condições de bem servir as Exmas. famílias [...] dispondo de um belo sortimento de coletes, que devido às diversas partidas de modelos recebidos de Paris, podemos assegurar serem os mais modernos que se vendem nessa capital (In: *O olho da rua*, 01/jan./1909).

Essa importante alfaiataria [...] recebe por todos os vapores os mais modernos figurinos de Paris (*Idem*, 27/abr./1907).

Essa preocupação com Paris reflete-se também nos artigos sobre moda que são publicados. Além de se referirem constantemente à última moda parisiense, praticamente todas as imagens empregadas para ilustrar esses artigos são fotos ou desenhos, também eles, vindos de Paris (algumas vezes os próprios artigos o são) (*Idem*, 19/jan./1909; 10/jun./1911). Essas imagens assumem uma característica muito forte de guia, ou seja, são fotos de uma moda que *deve* ser seguida, tanto por ser *a última*, quanto por ser parisiense.

Temos, assim, um conjunto de imagens destinadas basicamente a estimular o consumo constante, mas que tem como característica principal proporcionar a busca da novidade, do inédito (no local) e de canalizar essa busca para um tipo bastante definido de novidade: aquela mundialmente reconhecida como tal. Num plano mais local, isso também é verificável a partir do momento que podemos perceber uma preocupação em estabelecer-se padrões de vestuário a partir de um grupo restrito, uma elite. Nesse aspecto, estar na moda significa tanto pertencer efetivamente

a essa elite quanto ser influenciado por ela. Significa também que a moda é, ou está sendo, organizada burocraticamente nos padrões foucaultianos (cf. Foucault, 1986), com uma instituição organizadora que transmite padrões e que disciplina atitudes a partir desses padrões (cf. Lipovetsky, 1989, p. 93). Um exemplo pictórico disso são as fotos de mulheres e crianças, tiradas nas ruas da cidade (as pessoas estão, geralmente, caminhando) e publicadas sob o título de “Corityba elegante”. O que estas fotos pretendem é basicamente o mesmo que as fotos parisienses: estabelecer padrões a serem seguidos, imitados. Pretendem comunicar que estas pessoas, estas “senhoras e senhoritas” fotografadas são elegantes, “estão na moda”, para que sirvam como exemplos. Em contrapartida, as fotos que mostram imigrantes ou pobres em geral – os “typos populares” (In: *O olho da rua*, 1907/1908) – parecem transmitir um exotismo típico, uma condição a ser observada com uma neutralidade científica, mas em hipótese alguma imitada ou seguida espontaneamente. Pelo contrário, os imigrantes camponeses se vestiam conforme uma tradição particular, o que é exatamente oposto à idéia de moda que nos interessa aqui: aquela de mudanças rápidas no todo ou em detalhes do traje (Lipovetsky, 1989, pp. 23-25).

Essa configuração exemplar não deve, contudo, levar à idéia de uma uniformização de trajes. O que as imagens apresentam são os padrões gerais de uma moda a ser seguida conforme a criatividade de cada pessoa. A diferenciação está exatamente nas combinações possíveis dos diversos detalhes, dos adornos, das cores que cada um pode fazer. Isso é algo que já era perceptível no começo do século:

A mulher tem uma virtude encantadora [...] conseguir ela própria, sem auxílio de modista [...] combinar uns trapos, dar-lhes forma, e com sutileza e argúcia, transformá-los num efeito gracioso. Isso é virtude! [...] (João da Matta. In: *O olho da rua*, 1911).

Agora, ao passarmos das fotos publicadas, sejam elas de Paris ou não, para as fotos particulares<sup>5</sup>, ou seja, para os retratos e fotos de situa-

<sup>5</sup>Acervo da casa da Memória de Curitiba e acervo do autor.

ção que sobreviveram às pessoas que colecionaram-nas, como podemos ver nessas imagens a influência daqueles padrões de moda?

Em primeiro lugar, devemos partir do pressuposto que, apesar de certamente haver uma preparação prévia para serem fotografadas, como foi referido acima, essas pessoas vestiam-se cotidianamente dentro de um conceito geral de vestir que ficou registrado nas fotos. O que se percebe, assim, na esmagadora maioria das imagens coletadas para esta pesquisa, é justamente uma similitude muito forte entre as imagens e descrições veiculadas pela imprensa e as fotos que chamaremos de “particulares”. As pessoas apresentavam-se vestidas conforme aquele conceito geral e demonstravam uma grande preocupação com os detalhes desta apresentação. A grande maioria – mesmo em fotos que mostram momentos menos formais do que uma sessão em um estúdio fotográfico, como piqueniques, reuniões familiares, grupos de funcionários, cenas do campo e das ruas da cidade – mostram um padrão de traje comum, com uma forte variação de detalhes de foto para foto, mas, ainda assim, de acordo com o discurso, mesmo visual, veiculado pela imprensa.

E isso nos trás de volta à questão do “extraquadro” referido anteriormente como aquele espaço continuador do momento do recorte fotográfico. Estas fotografias, além do caráter afetivo que possam ter tido para as pessoas às quais elas foram destinadas ou que as possuíram, além do caráter de perpetuação de uma imagem que, tanto os objetos quanto o fotógrafo, quiseram efetivar, transmitem hábitos de vestir-se que incorporavam os “ditames da moda” que lhes eram conhecidos. Mostram o quanto aquelas “regras” de como vestir-se – e como vestir-se bem – foram aceitas, reelaboradas e difundidas na sociedade, uma sociedade que se considerava, com isso, completamente inserida no todo ocidental da moda.

#### **4. A bela e a casa**

Em que tipo de situações a moda apresentava-se na sociedade? Qual sociedade percebia essa apresentação? Claramente, à moda eram impostas condições – ou talvez, ela se lhes impunha – que se referiam ao

papel dos indivíduos naquela sociedade e à própria moda. No que se refere particularmente ao traje feminino, podemos perceber uma íntima associação, por parte dos cronistas em geral, entre a mulher caracteristicamente esposa, dona de casa, mãe e o que essa mulher devia vestir. Os trajes e a apresentação feminina identificavam-se com a idéia de mulher, sem dúvida submissa e discreta, mas constantemente senhora da situação, que, através da moda e do “bem vestir-se” exercia sua influência na sociedade, principalmente pela sedução do que é belo e agradável à visão (cf. Rago, 1985).

Não resta dúvida que isso [a boa combinação de trajes] é belo, é adorável, mas quanta responsabilidade faz recair sobre a mulher! [...] Se almas eleitas, seres ideais, sabem eleger pelo requinte de seu talento e pela finura de seu gosto tudo que lhes consiga aumentar a graça, a maior parte visa imitar o que vê nas que se distinguem por seus dons, sem refletir que o que pode assentar otimamente numa, em absoluto convém a outra (In: *O olho da rua*, 08/maio/1911).

Esse dom, que é praticamente exigido da mulher, deve também ser o termômetro que os homens devem usar em sua escolha, já que, observando como as mulheres se vestem e como cuidam de seus trajes, eles têm instrumentos de avaliação do caráter da mulher. Isto é, se ela é econômica – fator essencial para um burguês de qualquer época – humilde, laboriosa, etc...

Não sejam as leitoras egoístas e, permitam que insiramos aqui também um conselho para os homens, um conselho amigo e [...] muito aproveitável. Quando uma mulher te agrada, leitor benévolo, e houver de tua parte disposição para o casamento, procura, primeiro de tudo, se possível for, surpreender uma mulher na cozinha – o que já é de muito bom agouro. Se ela não se desculpa, se não se envergonha de ser surpreendida em trabalhos grosseiros, fica certo de que possui um juízo são e um raciocínio bem orientado.

Procura depois vê-la sair em dia de mau tempo: se se envolver cuidadosamente num simples casaco de abafo ou de borracha,

levando na cabeça um chapéu do inverno passado, evidentemente para não inutilizar com o aguaceiro o chapéu de que ultimamente fez aquisição, essa mulher não te arruinará, com certeza, em vestidos espantosos e chapéus caros (In: *O olho da rua*, 01/jan./1909).

A mulher aparece, assim, tanto como o principal agente ativo da moda quanto como um agente passivo da vida da sociedade. Na moda lhe é permitido exercer todo o poder que não dispõe na política, pois é o único espaço público que lhe é franqueado, ainda que sejam impostas restrições de ordem moral a esta liberdade.

Todas essas características são muito facilmente reconhecíveis nas imagens fotográficas do período. As mulheres são apresentadas – ou apresentam-se – no “rigor da moda” com todos os adornos e enfeites a que têm direito. Ao mesmo tempo, ao serem fotografadas junto ao marido ou aos filhos, transmitem – e se transmitem, há intencionalidade – um ar de maternidade, de submissão, em alguns casos, ou de mãe de *miss* em outros.

No que diz respeito à moda masculina, enquanto no século XVIII ela rivaliza em ostentação e requinte com a feminina, a “grande renúncia” do século XIX (cf. Lipovetsky, 1989; Sennet, 1988), a faz passar a apresentar mudanças lentas, sem impacto, moderadas e igualitárias. O homem tem seu espaço público garantido fora do mundo da moda, mas nem por isso se exclui dela totalmente. Ainda que toda a aparente loucura da moda seja feminina, recomendava-se aos homens certos cuidados:

Exigir o rigor da moda masculina é o maior dos absurdos. O homem [...] vive em constante luta [...] e para manter graça e *smartismo* há necessidade de tempo. E esse lhe falta. Contudo, nunca é mau o homem dedicar-se alguns minutos ao seu trato, ao trato de sua pessoa. Esse trato não deve ir ao excesso e a despreocupação não deve descer ao relaxamento (In: *O olho da rua*, 1911).

Assim, os homens constroem sua sobriedade num fleumatismo britânico, ainda que, um ou outro *dandi* apareça para provocar a indigna-

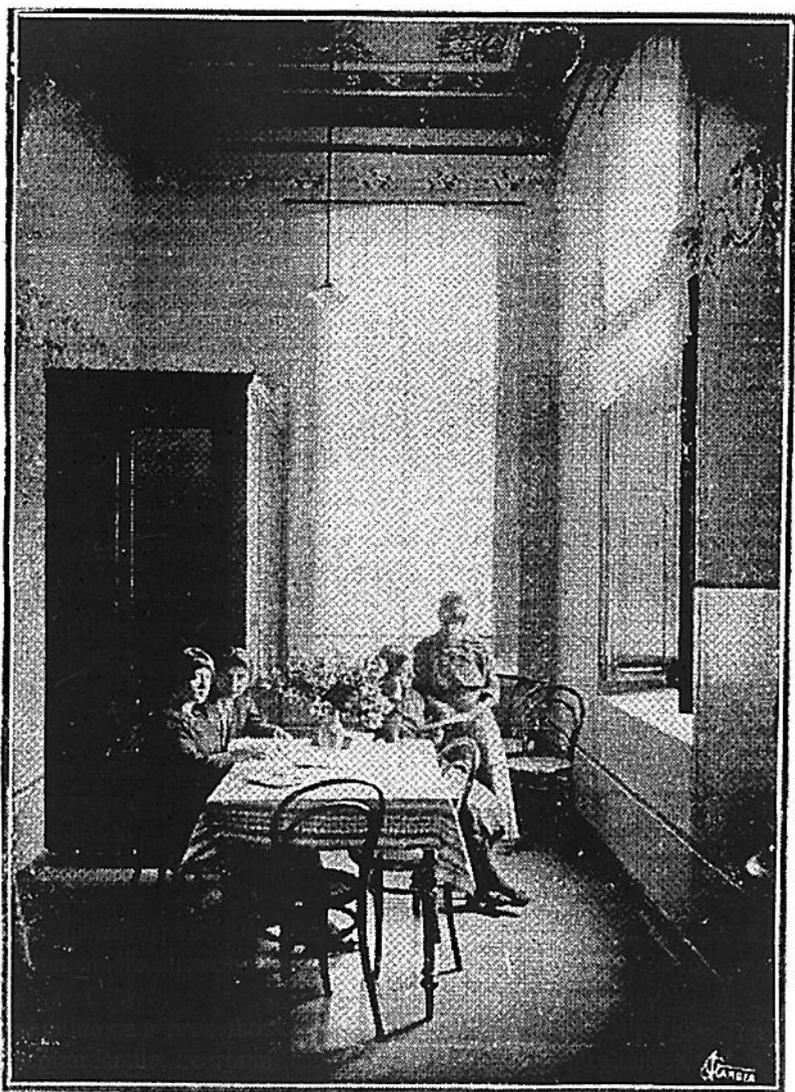
ção de muitos. E ainda, homens e mulheres procuram mostrar a modernidade de seus trajes. A partir do momento que as pessoas vestem-se segundo a última moda, elas se inserem nessa modernidade de costumes e transmitem-na visualmente, pois mostram, em um grande número de casos, a novidade que lhes interessava mais no momento da fotografia, a moda que lhes era mais peculiar. Ainda que não possamos julgar o grau de novidade que cada imagem continha na época, essa é a principal característica do sistema de moda como nós o compreendemos aqui, ou seja, um sistema onde a novidade seja uma regra social que, vinda de cima, rompe e refaz a tradição e instaura o mundo da moda (Lipovetschy, 1989, p. 25).

\* \* \*

As rupturas da moda se instauram na imagem fotográfica de modo a podermos sentir, literalmente, a presença constante da força significativa das roupas para aquelas pessoas fotografadas. Não foi o objetivo deste trabalho buscar ou identificar mudanças temporais na moda do período estudado, mas antes, ver como estas mudanças se transmitiam. Assim, os significados que as imagens assumem são bastante específicos. São a perpetuação de representações de um eu no mais perfeito estágio da novidade e da modernidade – claro que dentro do que se considerava novidade e modernidade na época.

Um outro aspecto a considerar é que este mesmo eu moderno transmitido é, em suas particularidades, um representante do eu cotidiano, no sentido em que a apresentação idealizada no momento fotográfico é igualmente a apresentação idealizada para a existência diária das pessoas. Nesse sentido, podemos aplicar o conceito, exposto anteriormente, de extraquadro. O recorte fotográfico deixa a entender que existe – ou existiu – uma realidade que lhe dava continuidade, tanto a nível de realidade concreta quanto de representação simbólica e comunicação. É neste nível que a fotografia fornece elementos mais contundentes e precisos para o trabalho do historiador.

Por exemplo, a foto de 1914, de quatro mulheres reunidas numa pequena sala, ao redor de uma mesa com flores. Além de tecnicamente ser uma foto fantástica (a perfeita composição dos elementos e a luz suave que



Toilet para as alunas.

vem da janela à direita) ela nos leva a ver, para fora do recorte, que este pequeno espaço – uma espécie de refúgio – prolonga-se para além do fotógrafo e da câmera. Naturalmente, é de grande valia sabermos que se trata do toalete feminino da Universidade do Paraná em 1914<sup>6</sup>, o que significa ser este um espaço exclusivamente feminino, mas nem por isso menos “público”. As *alumnas* que aparecem nessa foto estão aparentemente conscientes disso. Sua postura – ou pose – é introspectiva e todas, menos uma, parecem ignorar a presença do fotógrafo. A que olha para a câmera é quase inquiridora. Elas transmitem toda uma carga de responsabilidade que lhes pesa sobre os ombros: a de estarem estudando em uma universidade numa época em que, como vimos, a mulher, mãe e esposa, tinha um campo muito restrito de ação no espaço público. É difícil deduzirmos o que elas estudavam, a que se propunham ou o que efetivamente obtiveram com sua formação, mas fica mais fácil supor que elas pertenciam a camadas mais altas da sociedade, que podiam se permitir freqüentar uma universidade. Nesse tocante, porém, suas roupas diferem em muito das fotos de outras situações menos graves. Sua modernidade é despojada e simples, num reflexo de sua vida menos voltada para a exclusividade do lar e do casamento.

Esta primeira foto contrasta significativamente com aquele outro retrato da jovem extremamente alinhada, com uma blusa de gola alta de rendas e um grosso casaco com laços e bordados na lapela<sup>7</sup>. Todo o peso transfere-se agora diretamente da pessoa (como na foto anterior) para a roupa. Esta mulher não transmite nada em comum com as anteriores. Naquelas, há uma visível preocupação com uma postura, nesta, a postura existe em si mesma. Aquelas são recortadas numa situação em que querem – e necessitam – afirmar a superação de condições sociais desfavoráveis, esta imita algo já estabelecido e difundido, mundialmente até. Esta é uma imagem que se preocupa em destacar a beleza da mulher e de suas roupas e adornos. Em sua essência, esta foto de Adolpho Volk é muito

---

<sup>6</sup>UNIVERSIDADE DO PARANÁ. *Relatório Geral da Universidade do Paraná de 1914*. Curitiba, 1915.

<sup>7</sup>CASA DA MEMÓRIA DE CURITIBA. Acervo fotográfico.



Acervo fotográfico.

semelhante àquela de Henri Mann, publicada em *O Olho da Rua*, em 1911 (In: *O olho da rua*, 24/jun./1911). A semelhança está no olhar, nos lábios, na expressão, enfim. Duas fotos e um significado: isto é moda e deve ser observada e seguida, não importa que somente uma dessas fotos



Última moda de chapéus em Paris.

fosse elaborada neste sentido, com fins claramente comerciais, e a outra não o fosse.

Aprofundando a questão, mais que simples coincidência com relação à pose, elas coincidem também em suas múltiplas transcrições. As linguagens são semelhantes apesar da função que a imagem possa ter tido. A foto de Mann foi obviamente

feita para divulgar chapéus parisienses, a de Volk pode ter sido feita com uma função semelhante – o que não nos parece muito provável – ou qualquer outra que, desde aquela época, serve como justificativa para o hábito de colecionarmos imagens: saudade, amor, instinto de preservação – de uma juventude passageira – ou qualquer outra. Na foto de Mann, a

modelo também interfere profundamente no resultado final, permitindo apreendermos sua interpretação daquilo que ela veste, pois ela precisa convencer o observador que suas roupas lhe agradam para assim obter os resultados desejados. Na foto de Volk, a modelo não tem essa preocupação, mas suas roupas agradam-lhe o suficiente para que ela as use ao ter sua imagem gravada na placa sensível. Ambas dizem que estão assim vestidas porque, em sua opinião, esse é o melhor modo de vestir-se e, dados os agradáveis resultados das imagens, outras devem seguir seus exemplos – como aliás, elas já fazem em relação a outras mulheres (ou estilistas).

Numa outra imagem registrada por Volk em seu estúdio, em um cenário digno de Shakespeare, vemos uma elaborada julietta de luvas brancas e muitas rendas, debruçada em seu balcão, com Romeu, se não apaixonado, ao menos resignadamente, do lado de fora, imponente em seu casaco escuro e pesado. Muitas julietas e muitos romeus devem ter posado ali e todos devem ter parecido elaborados, resignados, empolados ou apaixonados. Todos devem ter acreditado nessa imagem como algo sofisticado e *chic*, que lhes conferiria o signo da novidade de seus trajes, ao mesmo tempo que perpetuar-lhes-ia a efemeridade do traje e do momento do recorte.

Julietas e romeus se encontravam constantemente nas ruas de uma cidade que ia “civilizando-se” e trazendo para as ruas as constantes da moda:

[...] No meu tempo não havia senhora curitibana que viesse às lojas, sozinha, fazer compras a esta hora. Parece coisa insignificante, não é? Mas pode-se medir a civilização de uma terra pela liberdade de movimentos que tenham nela as mulheres. E olhem; vejam, que diferença entre o porte destas senhoras de agora e o ar acanhado, profundamente provinciano que elas tinham, em geral, há vinte ou trinta anos atrás.

Enquanto conversávamos, ia-se animando aos poucos o trânsito público, e o que eu vira nas damas, via analogamente nos homens: estes estavam ganhando no andar, outra atitude, muito mais cidadã que a de outrora. Sensível melhora no vestir masculino, e todos de barba feita, como no domingo antigamente (Victor, 1913, pp. 121-122).



Casa da Memória de Curitiba. Acervo fotográfico.

E, naturalmente, sem a tragicidade da ficção, as julietas tendiam a tornarem-se jocastas. E as mães são um tema bastante recorrente no trabalho dos fotógrafos, seja em companhia de seus filhos e do marido ou só dos filhos. Numa dessas fotos, a mãe, em trajes sóbrios, escuros e pesados,



Casa da Memória de Curitiba. Acervo Fotográfico.

pesados, que traem visivelmente sua situação de mulher inacessível aos meros mortais que possam tê-la cobiçado, é ladeada por seus três filhos, de branco, com poucos enfeites, como convém às crianças:

Quando as meninas chegam à idade de seis a oito anos, as saias, em lugar de se fazerem mais compridas, fazem-se mais curtas, dando apenas pelo canhão da bota. Os vestidos compõem-se de duas peças: o corpo e a saia, que se cortam independentemente e se unem depois.

As saias cortam-se de uma só peça [...] Os vestidos Império em machos não se usam em meninas dessa idade, exceto se prendem na cintura para ficar bem justo.

O mais bonito para meninas de sete a oito anos é a saia curta, um pouco rodada, que dá à criança o aspecto de uma bailarina [...]. As meninas até onze anos podem vestir-se com luxo e fantasia, mas daquela idade até os quinze anos é um provado bom gosto escolher para elas os mais simples modelos (In: *O olho da rua*, 03/out./1908).

As crianças não ficam de fora do universo da moda, mas têm sua particularidade. Não há uma grande diferenciação de sexo – afinal eles são, por definição, anjos assexuados – e a predominância do branco nas roupas indica pureza. Sua presença nas fotos é unanimemente insegura, mas onde suas mães aparecem, elas figuram como sustentáculo da insegurança infantil. E exatamente por isso, as mães não deixam de aparentar o peso de sua responsabilidade, uma carga que ainda assim pode ser enfrentada com muita elegância, mesmo com a presença do pai como magnânimo (e elegante) Zeus.

Mitologias e literatura à parte, a representação do real intencionalmente registrado nas imagens é a configuração do universo sócio-cultural que possibilitou tais representações. O vestuário-imagem, com sua unidade regrada, possibilita a análise e o trabalho de reconstituição deste universo de modo sistemático. O novo e o efêmero são perpetuados como tentativa de superação da própria existência, também ela efêmera, ainda que seja na frágil constituição do papel fotográfico.



Acervo fotográfico.

**Referências Bibliográficas**

- Arendt, H. (1983). *A condição humana*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- Barthes, R. (1979). *Sistema da moda*. São Paulo, Nacional.
- \_\_\_\_\_. (1984). *A câmera clara*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- Benjamin, W. (1986). Pequena história da fotografia. In: *Obras escolhidas I*. São Paulo, Brasiliense, pp. 91-107.
- Bresciani, M.S.M. (1987). *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo, Brasiliense.
- \_\_\_\_\_. (1985/86). Metrôpoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX). *Revista Brasileira de História*, 5(8/9):35-68, set./1985-abr./1986.
- Dorfles, G. (1988). *A moda da moda*. São Paulo, Martins Fontes.
- Durand, J.C. (1988). *Moda, luxo e economia*. São Paulo, Babel Cultural.
- Eco, U. (1982). Critique of the image. In: Burgin, V. *Thinking photography*. London, Macmillan.
- Eco, U. *et alli*. (1982). *Psicologia do vestir*. Lisboa, Scarl.
- Foot Hardman, F. (1991). *O trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Hedgecoe, J. (1982). *O manual do fotógrafo*. Rio de Janeiro, Jornal do Brasil.
- Kossoy, B. (1980). *A fotografia como fonte histórica: introdução à pesquisa e interpretação das imagens do passado*. São Paulo, S.I.C.C.T..
- Kubrusli, C.A. (1984). *O que é fotografia*. São Paulo, Brasiliense.
- Leite, M.L.M. (1988). Fotografia e história. *Ciência Hoje*, 7(39):24-32, jan./fev/1988.
- Lipovetsky, G. (1989). *O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Machado, A. (1984). *A ilusão especular: introdução à fotografia*. São Paulo, Brasiliense.
- Matta, J. da. (1911). *Chronica elegante. O olho da rua*, Curitiba, 27/maio/1911.

- Neiva Jr., E. (1986). *A imagem*. São Paulo, Ática.
- Omar, A. (1988). Kodak-gnose. *Folha de São Paulo*, 29/abr./1988. (Folhetim, 586).
- O olho da rua*. Curitiba, 25/abr./1907; 27/abr./1907; 10/ago./1907; 07/set./1907; 12/out./1907; 15/nov.1907; 18/jan./1908; 21/mar./1908; 16/maio/1908; 13/jun./1908; 03/out./1908; 01/jan./1909; 19/jun./1909; 08/maio/1911; 27/maio/1911; 10/jun./1911; 24/jun./1911; 08/jul./1911.
- Paz, F.M. (1985). Corpos disciplinados, corpos individualizados. *História: Questões e Debates* 6(11):125-204, dez./1985.
- Pechman, S. e Fritisch, L. (1985/86). A reforma urbana e seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século. *Revista Brasileira de História*, 5(8/9):139-196, set./1985-abr./1986.
- Rago, L.M. (1985). *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Rodrigo Jr. (1908). Aza de corvo. *O olho da rua*, Curitiba, 18/jan./1908.
- Scharf, A. (1986). *Art and photography*. New York, Penguin.
- Sennet, R. (1988). *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Sontag, S. (1981). *Ensaio sobre a fotografia*. São Paulo, Arbor.
- Souza, G. de M. (1988). *O espírito das roupas*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Sussekind, F. (1987). *Cinematógrafo das letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Vasquez, P. (s.d.). *D. Pedro II e a fotografia no Brasil*. Rio de Janeiro, Index.
- Victor, N. (1913). *Terra do futuro: impressões do Paraná*. Rio de Janeiro, Typographia do Jornal do Commercio.

# O RENASCIMENTO DO ORIENTE NO OCIDENTE DO SÉCULO XIX: INFLUÊNCIAS DA CULTURA MATERIAL

*Eliane Moura Silva\**

## 1. Apresentação

O isolamento intelectual e científico que marcava o pensamento ocidental e de tradição judaico-cristã foi rompido pela descoberta de "estrangeiros", "desconhecidos", universos exóticos não familiares e arcaicos, mundos espirituais misteriosos diferentes da paisagem cultural familiar aos ocidentais.

Pesquisas dos orientalistas integravam-se às dos lingüistas, dos psicólogos do profundo interessados em mitos e símbolos, dos etnólogos e antropólogos, dos historiadores de todas as áreas, principalmente, das religiões e dos arqueólogos. Revelavam novas faces de um mundo longínquo, diferente dos projetos dos aventureiros colonialistas e do próprio modelo imposto pelo Imperialismo europeu.

Durante o século XIX, no Ocidente, o conhecimento científico impunha-se como crivo obrigatório de todo o pensamento. Ciência, Razão, Materialismo e Progresso procuravam refletir o lado luminoso desta sociedade. As certezas racionais afirmavam a instrução, o darwinismo social, a modernização e a superioridade racial. Este avanço do evangelho científico teve, como contrapartida, um recuo das religiões tradicionais (cf. Eliade, 1990, p. 60; 1991, pp. 1-7).

---

\* Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

A expansão colonial trouxe contatos com povos, épocas e culturas diferentes, através das mais remotas regiões, levando militares, burocratas, comerciantes, cientistas, arqueólogos, antropólogos e missionários.

Subjacente a estes movimentos, apresentava-se uma crise religiosa profunda, alimentada por duas vozes dissonantes: uma que defendia a causa da Ciência em nome de uma religiosidade exclusivamente secular, e outra, contrária a esta excessiva secularização, defendendo os direitos irrevogáveis da consciência, atacando a deficiência insanável da Razão e destacando o poder do Sagrado e do Mistério.

Desta crise surgiu uma forte recuperação da consciência religiosa. Um novo e abundante discurso espiritual procurou reintegrar Ciência e Fé, o Novo e o Antigo, o Ocidente e o Oriente. De um lado, um neoevangelismo pregando um Cristianismo nas bases da tolerância, fraternidade e paz. De outro, o retomar de um ideal humanista buscando reforço nas antigas doutrinas extra-cristãs<sup>1</sup>.

Adeptos de tendências místicas e espiritualistas buscavam nas tradições religiosas da Antigüidade e do Oriente, a defesa de suas idéias. Paul Gibier publicou, em 1886, um livro intitulado *O Espiritismo - O Faquirismo Ocidental* e, nos capítulos V e VI, apoiava-se na redescoberta das tradições religiosas da Índia para reforçar seu ponto de vista:

A Índia dar-nos-á sem dúvida a chave dos mistérios que nos encham de inquietação; dir-nos-á um dia quais são os frutos desta árvore, da qual um rebento inesperado surgiu no solo americano para lançar seus gérmenes por todos os ventos das terras civilizadas, como um desafio à Ciência que faz o orgulho dos homens modernos.(...).

Voltemos pois à Índia; é por seu intermédio que poderemos ver claro sobre esta estrada onde está penando nossa raça. Estamos longe de saber tudo; os sacerdotes de Brahma guardam severamente seus tesouros científicos. (...). (Gibier, 1956, pp. 23-4.)

Dois grandes movimentos, duas novas expressões espiritualistas refletiam esse momento, na segunda metade do século XIX: o Espiritismo no modelo francês e a Sociedade Teosófica. Aliavam o interesse pelo

---

<sup>1</sup> Sobre esta questão ver McLeod, 1990, pp. 391-404.

oculto, pelo sobrenatural, característico desta época com os novos horizontes filosófico-religiosos orientais e a crença positivista-racionalista<sup>2</sup>.

No movimento espírita francês, que sofrerá grande expansão inclusive no Brasil ainda em meados do século XIX, as imemoriais práticas necromânticas foram submetidas aos princípios da ciência positiva, do materialismo, que invadiu este campo, antes restrito à religião. Através do Espiritismo de tradição francesa, a idéia de reencarnação e do Karma, incorporadas ao cotidiano das tradições religiosas antigas, do neo-platonismo e das crenças orientais, foram renovadas dentro do pensamento ocidental contemporâneo, sendo influenciadas pelo positivismo e evolucionismo (ver Silva, 1993, pp. 171-174).

A reencarnação e o Karma, pontos centrais da doutrina espírita de sofrimentos, penas e aperfeiçoamento espiritual, tornou-se um dos aspectos mais polêmicos para o pensamento ocidental, sendo alvo de muitos ataques tanto por parte dos teólogos cristãos como dos homens de ciência. Neste momento, os principais teóricos do Espiritismo, para defender seu ponto de vista, lançavam mão da antiga e milenar sabedoria hindu.

Gabriel Delanne, um dos mais importantes teóricos do Espiritismo no século XIX depois de Allan Kardec, defendeu a reencarnação e a imortalidade da alma fazendo uma revista histórica sobre a teoria das vidas sucessivas. Dirá ele:

A Índia é muito provavelmente o berço intelectual da Humanidade e é interessante que se encontrem nos Vedas e no Bhagavad-Gita passagens como a que se segue:

---

<sup>2</sup> Atualmente, muitos historiadores de diferentes correntes historiográficas vêm concentrando seus estudos no Ocultismo, Espiritualismo e em movimentos religiosos não institucionais em diversos períodos da História. Catarismo e outros movimentos heréticos, Alquimia, Magia, Feitiçaria, Ocultismo e Espiritualismo fazem parte do cenário de correntes culturais estudadas pelos historiadores do pensamento e das idéias, assim como das Mentalidades e da História Social da Cultura. Sobre o interesse pelo Ocultismo e Espiritualismo no século XIX cabe destacar: Eliade, 1979; Brandon, 1983; Silva, pp. 164-216; Barrow, 1983; Bowman, 1969; Ellwood, 1973; Marty, 1970; Oppenheim, 1988; Tiryakin, 1972; Wilson, 1971; Galbreath, 1971.

“A Alma não nasce nem morre nunca; ela não nasceu outrora e nem deve renascer; sem nascimento, sem fim, eterna, antiga, não morre quando se mata o corpo.

Como poderia aquele que a sabe impecável, eterna, sem nascimento e sem fim, matar e fazer matar alguém?

Assim como se deixam as vestes gastas para usar vestes novas, também a alma deixa o corpo usado para revestir novos corpos.

Eu tive muitos nascimentos e também tu, Arjuna; eu as conheço todas mas tu não as conheces...”

Aqui se afirma a doutrina védica, a eternidade da alma e sua evolução progressiva pelas reencarnações múltiplas, as quais têm por objeto a destruição de todo desejo e de todo pensamento de recompensa pessoal (Delanne, 1937, p. 22).

Em agosto de 1862, um dos assinantes da *Révue Spirite* revelava sua admiração diante do valor histórico e cultural da reencarnação à partir da tradição hindu:

Lendo um livro que trata de algumas obras sânscritas, encontrei, numa passagem de um poema chamado Mahabharata, uma exposição da crença destes tempos recuados, e grande foi meu espanto de ali encontrar a reencarnação, doutrina que, para os tempos, parecia ter sido bastante compreendida.

(...).

A idéia de reencarnação, com efeito, está bem definida nesta passagem, como, de resto, todas as crenças espíritas estavam na antigüidade; (...).

Com a Sociedade Teosófica, a influência da cultura indiana aliada ao otimismo positivista e científico da época no Ocidente, alcançou o apogeu do renascimento do movimento ocultista da segunda metade do século XIX. Fundado em Nova Iorque, em 1875, por uma mulher, Helena Petrovna Blavatsky, este movimento dizia-se inspirado espiritualmente por mestres oriundos do Extremo Oriente, sobretudo da Índia e do Tibete. A partir destes conhecimentos vindos do Oriente, a Teosofia lançou as bases de uma teoria da evolução espiritual indefinida através da metempsicose e da iniciação progressiva. Para constituir este campo teórico,

os membros da Sociedade Teosófica sediada em Adyar, na Índia, empreenderam um esforço de conhecimento lingüístico, de redescoberta documental e iconográfica do passado hindu:

Em toda parte estão sendo estudados e traduzidos os livros sânscritos que o acaso ou as investigações pacientes põem à nossa disposição. (...). Uma Sociedade que se incumbiu de espalhar pelo mundo inteiro as doutrinas altamente altruísticas de Buda e as literaturas da Índia, formou-se há poucos anos e já se contam por centenas suas ramificações e publicações. (...). (Gibier, 1956, p. 18).

Ao lado desta revalorização das antigas sabedorias orientais, da dedicação em traduzir, divulgar e estudar antigos textos, frutos de recentes descobertas e pesquisas, o desenvolvimento da Arqueologia, das descobertas monumentais da Antigüidade Oriental, túmulos, cidades, textos sagrados, objetos exóticos e aspectos religiosos inesperados, tiveram um grande impacto entre movimentos místicos e espiritualistas da época.

Este surto neo-ocultista do século XIX, particularmente a reorganização da moderna Maçonaria da segunda deste mesmo século, lançou mão das descobertas arqueológicas para fundamentar, sob critérios científicos, o estudo do Simbolismo como uma nova área de conhecimento.<sup>3</sup>

O Conde Eugène Goblet D'Alviella, belga, professor de História das Religiões e reitor da Universidade de Bruxelas, grão-mestre da Maçonaria, publicou, em 1892, um estudo sobre os símbolos inteiramente apoiado em bases arqueológicas e, portanto, de acordo com seu trabalho, científicas.

Tal assunto já foi tratado por outros, (...), mas nunca de maneira integralmente científica; e assim, enquanto os escritos de Dupuis e Creuzer têm, apesar de sua imensa erudição, servido apenas para desacreditá-los, estando já obsoletos, o conde Go-

---

<sup>3</sup> O papel desempenhado pelos estudos sobre o Simbolismo e suas influências na História da Cultura Espiritual deveria ser objeto de cuidadosas investigações de historiadores.

blet D'Alviella, prosseguindo suas investigações em bases rigorosamente indutivas, imediatamente e, por assim dizer, sem a ajuda de ninguém, alcançou as investigações até a posição que lhes convinha, como um departamento de pesquisas arqueológicas, produzindo um trabalho destinado a exercer uma influência permanente em todo o futuro estudo do Simbolismo, (...).

(...): outro motivo foi o de torná-lo acessível, da maneira mais ampla possível, aos estudantes de arqueologia da Índia, onde ainda sobrevive tão grande parcela do Simbolismo da Antigüidade, (...) (Birdwood, 1994, p. 7).

O objetivo destes estudos do Simbolismo, neste caso, era espiritual: buscar, na presença constante de determinados símbolos, as realidades não-visíveis da vida humana, bem como uma ampla difusão de uma cultura espiritual popular. Num trabalho como o do Conde Goblet D'Alviella, o papel desempenhado pelas descobertas arqueológicas e da cultura oriental foi fundamental:

Sem dúvida, o caminho fôra preparado para o Conde Goblet D'Alviella, pelas extraordinárias descobertas, feitas durante a presente geração, dos ricos remanescentes da arte antiga no Egito, Fenícia, Mesopotâmia, Síria, Frígia e Grécia, e pelo amplo interesse criado no continente europeu pela Mostra Internacional Francesa de 1878, sobre a arte antiga da Índia (Birdwood, 1994, p. 8).

Para Goblet D'Alviella, o estudo do Simbolismo deveria encontrar as raízes do sentimento religioso. Através do estudo das representações simbólicas seria possível indagar os profundos sentimentos religiosos, divinos, a necessidade humana imemorial de traduzir o Grande Oculto. Para tanto, argumentava D'Alviella, a ampliação das pesquisas arqueológicas tinha um caráter excepcional:

Atualmente, temos, em toda parte, em nossas mãos, publicações que nunca serão ultrapassadas em importância e precisão, o resultado das escavações feitas, simultaneamente, na Caldéia, na Assíria, na Pérsia, na Ásia Menor, no Egito e na Líbia, sem esquecer a reprodução dos monumentos descobertos, ou estu-

dados sob um novo ângulo, na Grécia, na Itália, na Índia, no Extremo Oriente e até mesmo nas duas Américas. Revistas arqueológicas e coleções especiais, que prestaram tantos serviços ao estudo da arte antiga, multiplicaram-se mesmo nas menores províncias da Europa. Não há um só ramo da arqueologia, do estudo dos brasões à numismática, que não possua seus órgãos e sociedades (D'Alviella, 1994, pp. 23-25).

Na obra de D'Alviella sobre os símbolos, as pesquisas arqueológicas foram fundamentais. Num capítulo inteiramente dedicado ao estudo da *Gammadion* ou *Swastika* e a exploração dos significados místicos e religiosos deste símbolo, as informações fornecidas pelas descobertas arqueológicas foram centrais. Desde as descobertas realizadas por Schliemann no planalto de Hissarlik, as escavações na Grécia, Chipre e Rodas que descobriram o segundo período da cerâmica helênica e também da cerâmica arcaica de Thera, os túmulos samnitas de Cápua, as urnas funerárias desenterradas em diversas partes da Europa (das margens do Danúbio ao extremo norte da Inglaterra), os cemitérios belgo-romanos, as antigas igrejas e pias batismais cristãs antigas, até chegar às inscrições nos monumentos de diversas partes da Índia, todas as mais importantes descobertas arqueológicas foram utilizadas. Entre numerosas obras mencionadas, podemos destacar algumas: *Archeological Survey of India*; *Atas da Sociète Française de Numismatique et d'Archeologie*; *Revue Archéologique de 1845 à 1892*; *Bulletins de l'Institut Archéologique Liègeois*; *Gazette Archéologique de 1874 em diante*; *Archéologie Etrusque et Romaine*; *Archéologie Celtique et Gauloise*; *Recherches archéologiques dans le Caucase*.

Nesta proposta de estudo dos símbolos, além do seu caráter espiritual e místico, ficava colocada a relação dos símbolos com a mitologia, da História com a decifração de inscrições, a classificação e a interpretação dos documentos escritos, em suma, uma História dos Simbolismos, possível graças ao desenvolvimento da arqueologia. O estudo do Simbolismo, da História dos simbolismos, seria um poderoso aliado para compreender tendências místicas e sentimentos religiosos, contrários a imobilidade dos dogmas e da tirania das palavras escritas. Para D'Alviella,

este seria um passo importante para a liberdade das doutrinas e do pensamento religioso:

Eis que surge um tempo em que as religiões que lidam extensamente com o sobrenatural entram em choque com o progresso dos diferentes ramos do conhecimento e, acima de tudo, com a crença progressiva numa ordem racional do Universo. Por isso, o Simbolismo lhes oferece um sentido de segurança, do qual elas tiraram vantagem mais de uma vez, a fim de se manterem a altura de sua época. (...).

Neste aspecto, as funções do Simbolismo só podem tornar-se cada vez mais amplas; isso porque na religião, assim como na arte e na literatura, ele corresponde a uma necessidade da mente humana, a qual (...), nunca foi capaz de contentar-se com abstrações puras, nem permanecer na superfície das coisas. De fato, é aqui que está o segredo do impulso que, de maneira crescente, incita as novas gerações a romperem com as convenções e lugares comuns das tradições caducas, como também com as trivialidades superficiais de um falso realismo (D'Alviella, p. 205).

O interesse por formas místicas e espirituais antigas e diferentes da tradição cristã também sofreu o forte impacto das descobertas arqueológicas no Egito. Mais do que descobertas históricas, o conhecimento da religião egípcia a partir dos achados arqueológicos marcou decisivamente a história de determinados movimentos espirituais da época. Monumentos, túmulos, múmias, textos e pinturas murais destacaram-se no imaginário místico da época.

As traduções de hinos e textos religiosos inscritos nas paredes de túmulos e sarcófagos, esquifes e estelas fúnebres, em papiros, amuletos, etc., descrevendo práticas mágicas, cerimônias, fórmulas, representações, encantamentos, alimentavam as necessidades dos modernos espiritualistas:

Às portas do deserto erguem-se os templos, os pilonos e as pirâmides, florestas de pedra debaixo de um céu em fogo. As esfinges, retraídas e sonhadoras, contemplam a planície, e as necrópoles, talhadas nas rochas, abrem seus sólios profundos, à margem do rio silencioso. É o Egito, terra estranha, venerável,

no qual o homem moderno apenas começa a soletrar o mistério das idades, dos povos e das religiões.

(...).

A leitura das estelas, a dos papiros encontrados nos túmulos, permite reconstituir a história do Egito, ao mesmo tempo que essa antiga doutrina do Verbo-Luz, divindade de tríplice natureza – espírito, alma e corpo – oferece uma perfeita analogia com a filosofia da Índia. (...) A ciência religiosa do Egito foi-nos restituída pela leitura dos hieróglifos. Os templos são igualmente livros e pode-se dizer que na terra dos faraós, as pedras têm voz (Denis, 1989, pp. 41-42).

O interesse pelo Oculto e Místico, pela necessidade de transformação espiritual dos indivíduos e da sociedade, as tentativas de organizar movimentos metareligiosos que respondessem perguntas existenciais profundas foi (e é) uma marca profunda da sociedade contemporânea ocidental. Estes movimentos marcaram a época, solaparam certezas políticas, científicas e religiosas, metáforas ideológicas e o próprio Imperialismo. Lançaram novas observações sobre diferentes regiões e culturas materiais, em diferentes regiões do planeta. Influenciaram o desenvolvimento de novas áreas de conhecimento, sobretudo da arqueologia, assim como receberam das escavações e das descobertas arqueológicas, um impacto muito forte.

Neste artigo fica colocada a necessidade de historiadores que procurem caminhar nesta trilha. A releitura da própria formação da arqueologia no século XIX, a História da Arqueologia propriamente dita, deverá trazer contribuições inovadoras para a História da Cultura Espiritual e subsídios para a compreensão do renascimento espiritualista e ocultista do século XIX sob a influência da redescoberta do Oriente.

### Referências Bibliográficas

- Barrow, L. (1983). *Independent spirits - spiritualism and english plebeians (1850/1910)*. London, Routledge & Kegan Paul. (History Workshops Series.)

- Birdwood, G. (1994). Introdução. In: D'Alviella, Conde Goblet, *A migração dos símbolos*. São Paulo, Pensamento, 1994. (1ª edição inglesa de 1892.)
- Bowman, F.P. (1969). *Eliphas Levi - visionnaire romantique*. Paris, Presses Universitaires de France.
- Brandon, R. (1983). *The spiritualists: the passion for the occult in the XIX centuries*. New York, Knopp.
- D'Alviella, C.G. (1994). *A migração dos símbolos*. São Paulo, Pensamento.
- Delanne, G. (1937). *A reencarnação*. Rio de Janeiro, FEB. (1ª edição francesa de 1892.)
- Denis, L. (1989). *Depois da morte*. Rio de Janeiro, FEB. (1ª edição em 1897 em Paris.)
- Eliade, M. (1979). *Ocultismo, bruxaria e correntes culturais*. Belo Horizonte, Interlivros.
- Eliade, M. (1990). *Origens*. Lisboa, Ed. 70.
- Eliade, M. (1991). *Mefistófeles e o andrógino*. São Paulo, Martins Fontes.
- Ellwood, J.R. (1973). *Religious and spiritual groups in Modern America*. New York, Englewood.
- Galbreath, J. (1971). The history of modern occultism: A bibliographical survey. *Journal of Popular Culture*, 5:126-54, Winter.
- Gibier, P. (1986). *Espiritismo - O faquirismo ocidental*. (1ª Edição francesa de 1886), Rio de Janeiro, FEB.
- Marty, M. (1970). The occult establishment. *Social Research*, 37: 21-30.
- McLeod, H. (1990). Secularisation and religious revival in the 19th century city. *Hispania Sacra*, ESP, 42(86).
- Oppenheim, J. (1988). *The other world: spiritualism and psychal research in England (1850/1914)*. Cambridge, Cambridge Press.
- Silva, E.M. (1993). *Vida e morte: o homem no labirinto da eternidade*. Campinas, UNICAMP. (Tese de Doutorado.)
- Tiryakin, E. (1972). Toward the sociology of esoteric culture. *American Journal of Sociology*, 78:491-512, novembro.
- Wilson, C. (1971). *The occult*. New York, Kegan & Paul.

# TODOS OS CAMINHOS LEVAM AO BRASIL?

*Gilmar Arruda\**

## 1. Aviso aos navegantes

A problemática da identidade nacional têm sido estudada e debatida por inúmeros estudiosos (ver Funari, 1995a). Sem querer entrar na discussão sobre o seu caráter de “artificialidade” ou não, pretendemos verificar como a natureza, reconhecida como um dos grandes atributos do Brasil, foi interpretada em momentos históricos distintos e incorporada nos discursos sobre a “identidade brasileira”.

As idéias aqui desenvolvidas surgiram a partir da comparação da gravura “Floresta Brasileira” de 1816 e das fotografias presentes no livro “Cidades e Sertões”.<sup>1</sup> São dois documentos separados por mais de um século, entretanto, em ambos, o interlocutor privilegiado é a natureza. Foi este fato que nos chamou a atenção. O que pretendemos a seguir é tentar responder como se deram as mudanças nas formas de “representar” a natureza que separa os dois documentos.

Em 1941 foi publicado o livro “Cidades e Sertões”, sub-título: Páginas de História e Geografia do Brasil, de autoria do Ten. Cel. José de

---

\* Departamento de História, Universidade Estadual de Londrina. Campus Universitário, 86051-970 Londrina, PR. Fone(043) 371.4398 – Fax – (043) 371.4103.

<sup>1</sup>A utilização da iconografia, como fonte, pelas “Ciências do Homem” tem-se tornado mais freqüente ultimamente. Podemos citar a preocupação das modernas tendências da Arqueologia Pós-Processual, em analisar e interpretar o documento iconográfico. O alargamento de concepções no campo da Arqueologia, principalmente, no tocante ao objeto e fontes, parecem ser decorrentes, segundo Funari, de uma ligação mais privilegiada com a História. Ver Funari, 1995b.

Lima Figueiredo. Era o XL volume da Biblioteca Militar, surgida em 1937. Foi impresso pelos “Gráficos Bloch” no Rio de Janeiro.

É um livro de relato das viagens do autor pelo Brasil. Não se sabe, com certeza, o período em que as viagens foram realizadas. As referências à “Marcha para o Oeste”, de Getúlio Vargas, indicam, provavelmente, a década de 30 (Figueiredo, 1941, p. 227). Traz, como apêndice, 59 fotografias de várias partes do Brasil, cidades, paisagens, aspectos urbanos, tipos sociais dos “sertões”, indígenas, instalações militares de fronteira etc.

Podemos dizer que este livro é herdeiro de uma tradição bastante antiga na literatura brasileira, a literatura de viagem, fortemente influenciada pelos relatos dos viajantes estrangeiros no século passado. O próprio surgimento do narrador no romance brasileiro teria sido marcado pelo narrador-viajante (Süssekind, 1990).

Sobre o Ten. Cel. Lima Figueiredo sabe-se, por exemplo, que publicou vários outros livros (dez no total) e possuía em preparo outros três. Dos publicados, a metade tratava de assuntos ligados a regiões de fronteiras e seus habitantes. Pelo menos é o que se pode concluir pelos títulos: “Limites do Brasil”, “Oeste Paranaense”, “Terras de Mato-Grosso e da Amazônia”, “Índios do Brasil”, “O Acre e suas possibilidades”.

Além disso, José Lima Figueredo era colaborador ativo da *Revista Brasileira de Geografia*, participou com Candido Rondon de suas missões de mapeamento e reconhecimento das fronteiras denominadas de “Comissão Rondon”, foi diretor da Noroeste do Brasil e era engenheiro militar por formação. Pode-se dizer que era um autor ligado aos problemas da Geografia do Brasil.<sup>2</sup>

É particularmente interessante um artigo publicado no *Boletim Geográfico* em 1949,<sup>3</sup> para perceber um pouco de suas idéias e as afini-

---

<sup>2</sup>Ver a respeito da biografia de José Lima Figueiredo: Correa Filho, 1958.

<sup>3</sup>O *Boletim Geográfico* era editado pelo Conselho Nacional de Geografia e pelo Instituto de Geografia e Estatística. Tinha Circulação Nacional e era um espaço de publicação para os mais “importantes” geógrafos da época além de ser uma publicação oficial do Conselho da profissão. Essas características permitem uma leitura sobre a importância dos artigos ali publicados e sua “representatividade” entre os geógrafos. O artigo mencionado é o “Sentido do Interior”, *Bole-*

dades que mantinha com as correntes intelectuais de sua época. O artigo, intitulado “Sentido do Interior”, transcreve uma palestra feita por ninguém menos que Oswald de Andrade em Bauru naquele mesmo ano, por ocasião do aniversário da cidade. O artigo começa da seguinte forma:

Bauru, a magnífica cidade do oeste paulista que cresce vertiginosamente como filha de gigante... (p. 292).

Destacando o “progresso” pela qual a cidade do interior estava passando, no início do texto, Lima Figueiredo estabelece uma relação de naturalidade entre a presença de Oswald de Andrade na cidade e a modernidade representada pela figura do poeta participante do movimento modernista e as suas próprias idéias. Sendo assim, se a cidade é progressista, nada mais natural que convidar o poeta para uma conferência; sua presença na cidade viria a confirmar o progresso da cidade. Continua o autor:

Recebemos em nossa casa a família de Oswaldo de Andrade, o ainda não compreendido autor de *Marco Zero*, 'livro panorâmico da transformação do mundo, vista através dum dos mais curiosos e ativos aglomerados humanos, São Paulo'. Tenho aprendido, em contato com êsse lúcido espírito, muita Sociologia e muita Filosofia. (grifos no original) (*Idem*, p. 292).

A cidade de Bauru era progressista, tanto que recebia um poeta ainda “não compreendido” para suas comemorações. O autor do texto também era uma pessoa afinada com seu tempo pois recebeu em sua própria casa o poeta autor de “Marco Zero” e aprendeu muito com ele. Podemos estabelecer uma proximidade, ou talvez, uma certa simpatia de Lima Figueiredo com as proposições do movimento modernista, principalmente no que diz respeito ao “sentido do interior” e da cultura de sua gente, como diz o próprio Oswald de Andrade em uma das partes transcritas por Figueiredo: “Que é o sentido do interior senão o homem ligado

à terra e desse conjunto produzindo o característico de uma cultura? (*Idem*, p. 292).

Voltemos ao livro de Figueiredo, “Cidades e Sertões”. A fronteira estava na pauta do dia como discurso político e, portanto, não é de se estranhar que um militar-escritor destinasse a esse assunto suas preocupações intelectuais<sup>4</sup>. Embora não seja possível saber a tiragem do livro e sua repercussão, sabemos quem era o autor e aproximadamente o que pensava e por quais idéias nutria simpatias.

De qualquer forma, o livro foi publicado e isto é o suficiente para considerarmos que havia interesse pelo seu conteúdo e suas concepções. Seus temas e sua forma de abordagem podem ser consideradas representativas, de alguma forma, da sociedade daquele momento.

O livro é uma espécie de mapa narrado e ilustrado com fotografias. Examinando os temas abordados por esse mapa e a forma como aparecem, a viagem do autor pelo país assumiu um caráter de mapeamento do estágio do “progresso brasileiro”. Demarcando, em cada lugar que passou, os elementos significativos dos avanços do progresso. A produção de um mapa, seja ele uma descrição como no caso do livro ou a representação do espaço através de símbolos gráficos, envolve sempre uma produção de saberes sobre o espaço a ser representado: “A confecção de um mapa implica num certo domínio político e matemático do espaço e sobre as pessoas que ali vivem” (Lacoste, 1988, p. 23).

Como mapa, o livro também faz uma organização espacial, uma hierarquização, e toma como elemento fundante dessa classificação a idéia de progresso. O título do livro é revelador da concepção de organização espacial do país promovida pelo autor: “Cidades e sertões”, a contraposição dessas duas palavras no título, indica a própria divisão do território brasileiro em dois; o território das cidades, “civilizado”, “moderno”, “progressista” e o seu oposto, o território dos “sertões”, de contornos “selvagens”, “arcaicos” e “exóticos”. Assim, por exemplo, São Paulo seria a “capital do progresso”:

---

<sup>4</sup>Ver sobre esse assunto, entre outros Lenharo, 1986; Arruda, 1989, especialmente o capítulo I.

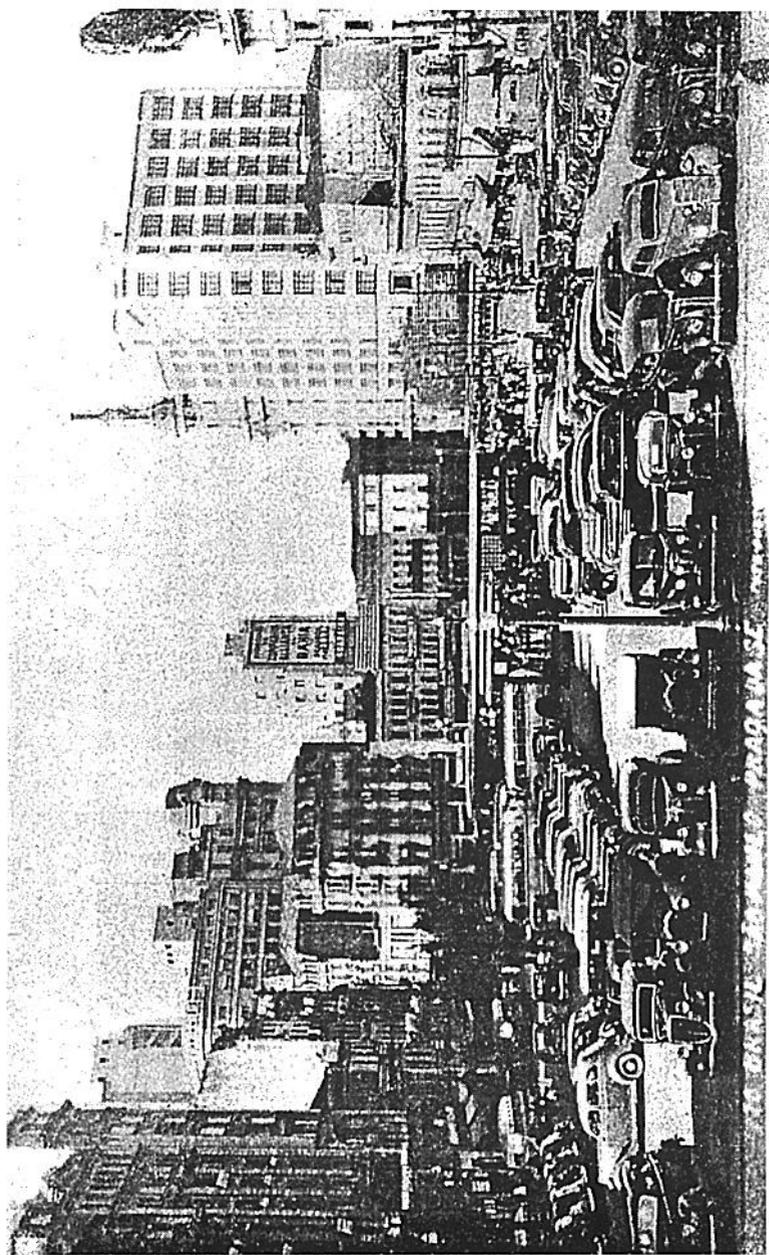
As grandes indústrias, os grandes ideais, os grandes empreendimentos surgem e tomam vulto rapidamente, na famosa Piratininga. E daí se propagam com velocidade meteórica por todo o país, atingindo até as regiões estremenhas. Por isso não erramos cogminando a grande capital bandeirante – a capital do progresso, ou melhor, o berço do dinamismo brasileiro (Figueiredo, 1941, p. 13).

A cidade aparece associada às “grandes indústrias”, a “grandes ideais”, à velocidade, e como centro irradiador de comportamentos e iniciativas que atingem todo o território nacional, mesmo as regiões mais *estremenhas*. Os atributos da cidade são as características da modernidade, civilização, velocidade, fábricas. Essa temática aproxima o autor da forma de pensar a problemática do espaço da nação colocada pelo movimento modernista. A identidade da nação deixa de ser procurada na questão da raça, no meio na natureza e sim na cultura, ou seja, na história (Albuquerque, 1994, p. 51)<sup>5</sup>.

Em uma das fotografias anexadas ao livro de Lima Figueiredo, sobre S. Paulo (p. 251-foto nº 01), traduz-se aquela forma de perceber o espaço urbano e seus símbolos como progresso. É uma fotografia da Praça da Sé. A legenda: *Aspecto de S.Paulo. – Praça da Sé, vendo-se o novo edifício da Caixa Econômica Federal* (grifos nosso). O olhar do observador é direcionado a perceber, no pátio da praça, dezenas de automóveis estacionados. A cidade da velocidade tem, na fotografia, o automóvel como seu maior atributo, símbolo da facilidade de deslocamento de indivíduos e mercadorias na modernidade. São Paulo, capital do progresso é, em primeiro plano, um grande aglomerado de veículos que circulam rapidamente por suas ruas denunciando a velocidade dos negócios e do progresso;

---

<sup>5</sup>Segundo Albuquerque Jr. (1994, p. 28), “A urbanização, a industrialização, o crescimento das cidades, os aspectos mecânicos destroem o espaço naturalista e introduzem, no país, uma nova sensibilidade, voltada para o espaço artificial, civilizado, complexo, problemático, fragmentos em múltiplas visões e falas, como produção social e humana. O espaço perde a sua condição de território fixo, de natureza imóvel, passa a ser rasgado, cartografado pela história”.



Aspecto de S. Paulo — Praça da Sé, vendo-se o novo edifício da Caixa Econômica Federal. Fonte: Figueiredo, J.L., op. cit.

O povilúus formiga nas ruas. No triângulo, elegância. Nas outras vias públicas, movimento, negócios, preços de café, cotação do algodão, bolsa... No triângulo e na avenida S. João, as cigarras; nas outras, as formigas e as abelhas (Figueiredo, 1941, p. 14).

No momento os carros estão parados, seus proprietários devem estar tratando de seus negócios, mas a qualquer momento eles podem começar a se movimentar desencadeando o progresso. Os carros estão estacionados, mas o povo fervilha pelas ruas. A metáfora da formiga e da cigarra é uma pista significativa de como as imagens da natureza são operacionalizadas para explicar a relação entre trabalho e ócio no espaço urbano. Imagens de elementos naturais são usados para justificar a necessidade da organização racional do trabalho, seja no espaço urbano ou rural (Arruda, 1989, p. 145). Ora são as formigas, ora cigarras, outras vezes as colméias; tudo girando em torno do trabalho disciplinado.<sup>6</sup>

Em destaque, no segundo plano da fotografia, o *novo prédio da Caixa Econômica Federal*, e outros prédios em torno da praça, fechando-a num círculo. À direita vêm-se automóveis e ônibus circulando pela rua;

Os prédios particulares, os edifícios públicos, as casas comerciais exibem linhas atraentes, fachadas moderníssimas variando do mais antiquado estilo até ao cubista – bizarro futurismo da arquitetura. Como sucede nas grandes cidades neste século utilitário, o limite a atingir se acha no infinito e eles sobem, sobem como a Torre de Babel. Por enquanto o Martinelli está a cavaleiro dos demais (Figueiredo, 1941, p. 14).

---

<sup>6</sup>A utilização dessas imagens da natureza para explicar um fenômeno da cultura poderia ser considerada como remanescência da tradição naturalista em um escritor do período modernista. (Ver Albuquerque Jr., 1994, pp. 48-54). De qualquer forma, o uso desses recursos parece-me bastante corrente quando se trata de demonstrar como ser disciplinado no trabalho é natural, por exemplo: na década de 30, na toda poderosa companhia Matte Laranjeira, exploradora dos imensos ervais do Mato Grosso, a organização disciplinar existente era comparada a uma colméia “Não foi em um ou dois anos que o cap. Heitor Mendes Gonçalves conseguiu ajustar as peças que constituem aquela colméia de trabalho...” (Arruda, 1989, p. 145).

O olho do viajante detecta, nos prédios, as marcas do “avanço da modernidade”, a exemplo das características das grandes cidades do século XX. A fotografia representa as impressões marcantes retidas pelo olhar do viajante, o automóvel e a arquitetura, presentes em uma grande cidade como São Paulo, a “capital do progresso”.

Os contornos e os elementos que estabelecem a diferenciação entre os espaços denominados de “cidades” e “sertões” aparecem mais claramente ao se comparar as fotografias sobre São Paulo com as demais presentes no livro. Do total de 59 fotografias anexadas, 26 são de cidades. Destas, apenas as duas sobre a cidade de São Paulo, excluem quase que totalmente referências à natureza, seja na forma de paisagens naturais, como rios, morros, campos ou simplesmente árvores de praças públicas.<sup>7</sup> Quase que totalmente porque, em uma das fotos, sobre o Largo do Palácio, aparece uma árvore, dessas plantadas nas calçadas (foto nº 02). Na outra, a da Praça da Sé, pode-se, com algum esforço, observar uma árvore ao fundo.

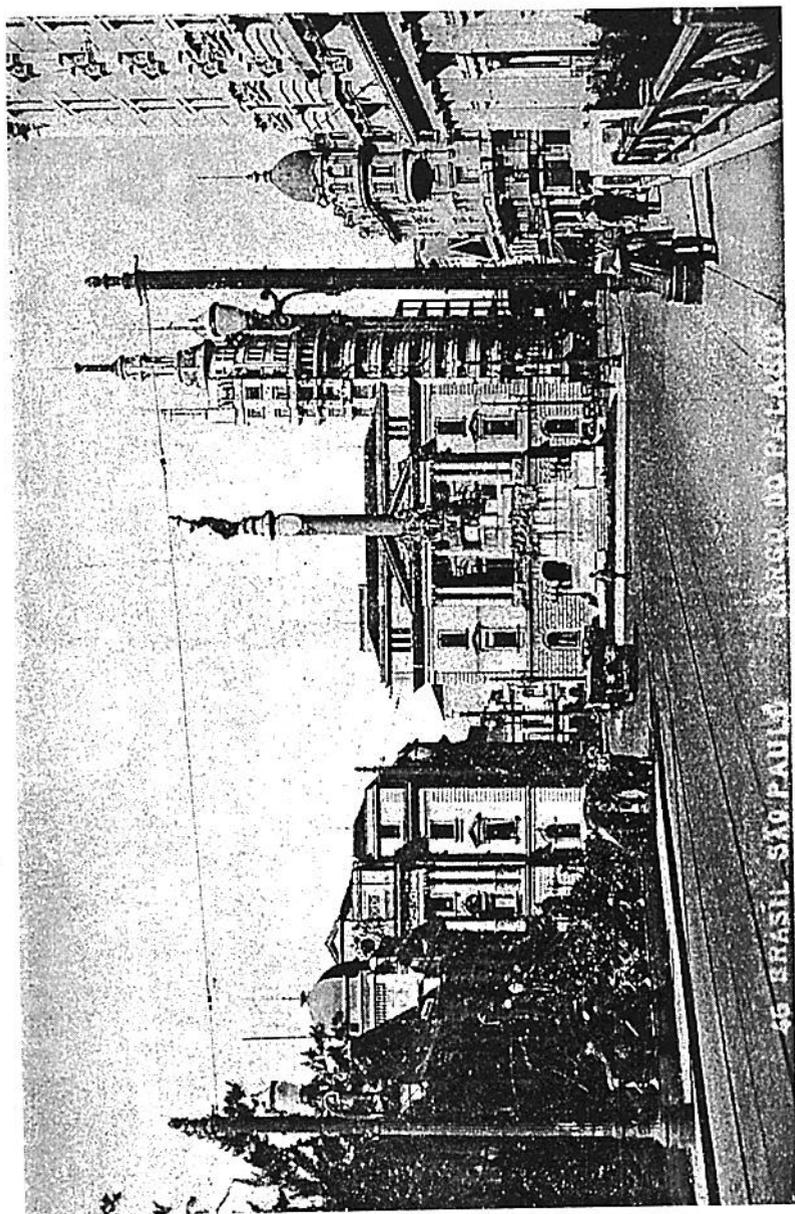
O olhar do fotógrafo, que não é o do viajante, faz claramente a demarcação proposta pela narração. Os prédios e os automóveis são elementos do espaço urbano, da cidade, e esta se contrapõe à presença da natureza, mesmo que seja a presença de uma simples árvore. Qual seria o sentido da eliminação de referências sobre a natureza nessas fotografias da cidade de São Paulo?

No centro dessa eliminação está a idéia de progresso e civilização. Lembremos que, para o viajante, São Paulo é a “capital do progresso”, o urbano, a cidade representa o progresso, a civilização. O que representariam, então, os “sertões” do título?

O nosso militar-escriptor-viajante percorreu o Brasil com um olhar armado. Seu objetivo, já enunciado no próprio título, foi verificar o estágio do progresso, anotando as manifestações da civilização, entendida como progresso, onde e como ela se manifestava. Aviões do correio aéreo

---

<sup>7</sup>O contraste entre progresso e natureza aparece em vários autores, como por exemplo, Roger Bastide (1969, p. 144): “Se a beleza do Rio de Janeiro é uma beleza natural, a de São Paulo é a beleza de cimento...” Agradeço esta referência a Pedro Paulo Abreu Funari.



Aspecto de S. Paulo - Largo do Rosário. Fonte: Figuiredo, J.L. op.cit.

militar, rádios, estradas de ferro, bons hotéis etc. E, ao mesmo tempo, catalogava as potencialidades, riquezas imensas inexploradas, palco de feitos heróicos dos habitantes e também dos que conquistaram as vastas regiões para a nacionalidade brasileira – os bandeirantes são referências constantes no seu discurso. “Cidades” e “sertões” são espaços que se contrapõem, talvez não de forma antagônica, mas caracterizam-se pela presença/ausência ou desenvolvimento/incipiência do progresso, percebidos por meio dos seus símbolos.

Porém, a marcha do progresso, mais ou menos dia, iria incorporar aqueles espaços e habitantes ao mundo civilizado. Em um dos capítulos do nosso militar-escritor-viajante comenta as cidades das fronteiras brasileiras:

Vão escasseando do sul para o norte [do país], o que é natural, pois a parte meridional é mais populosa e já viveu mais, *enquanto a setentrional ainda se acha quasi sob o domínio do ameríndio e afogada na pujança da floresta* (grifos nossos) (*Idem*, p. 68).

Na medida que se alcança as cidades e regiões mais distantes do grande centro irradiador do progresso, a natureza-floresta afoga as tentativas de se instalar o progresso e, logicamente, a civilização. Aqui aparece um outro elemento, o ameríndio, que embora sendo considerado humano, é visto como uma espécie de obstáculo ao desenvolvimento da civilização. Boa parte do território nacional ainda permanecia, segundo o autor, sob o domínio do ameríndio, um dos elementos da natureza.\*

---

\*Embora o autor não proponha o “extermínio” dos indígenas mas sim a sua “incorporação à civilização” através da catequese e do trabalho, filia-se o mesmo a uma longa tradição que considera o indígena como obstáculo ao progresso. No começo do século, em São Paulo, os indígenas moradores no “oeste”, especialmente os caingangues, foram vistos e eleitos como o “principal obstáculo” à colonização de uma vasta área. Conferir em Santos, 1992, pp. 61-67. No começo do século XX, Von Ihering, diretor do Museu Paulista até 1917, propunha que o “extermínio” dos indígenas seria a única saída para o problema. Ver sobre as propostas de Von Ihering: Funari, 1995c e também Castro, 1992, especialmente pp. 246-268.

Mas nem tudo estava perdido pois, em Foz do Iguaçu, cidade do extremo oeste do Paraná e fronteira com a Argentina e o Paraguai, dava-se importante passo rumo ao progresso nos anos 30;

A inauguração de potente estação de rádio e de excelente campo de aviação foram passadas seguras e rendosas no caminho do progresso (*Idem*, p.55).

A natureza aparece como um obstáculo ao desenvolvimento do progresso e da civilização, mas isto não se deve à própria natureza, mas aos homens e suas características ou, em outros momentos, ao desconhecimento científico das regiões dos “sertões”. A natureza é vista como fonte de riquezas e potencialidades econômicas para o país e seus habitantes. É assim que o autor avalia a pesca do tubarão no Maranhão, a extração do babaçu neste Estado e também no Piauí e até no Mato Grosso;

Quando no Brasil as cousas sérias forem tomadas a sério, teremos na pesca do tubarão uma formidável fonte de rendas. Enquanto cuidarmos somente de politicagem, os enormes peixes servirão apenas para atemorizar os coitados que, para ganhar o pão, têm de viver sulcando as águas revoltas dos mares maranhenses (*Idem*, p. 85).

Após descrever as inúmeras utilidades do babaçu, chamando-o de coco de ouro, e da sua pouca utilização no país, o autor conclui:

Da terra brota um tesouro em forma de coqueiros. Para pormos em movimento o nosso fantástico babassual são necessárias duas coisas: a abertura de estradas e uma máquina de quebrar. A primeira está na alçada dos governantes; a segunda, desafiando a inteligência dos brasileiros (*Idem*, p. 126).

As dificuldades encontradas para o aproveitamento das enormes potencialidades do território são atribuídas à política, ou melhor, à politicagem. Alguns bons planos, algumas máquinas resolveriam as dificuldades. Se os entraves estavam na esfera da política, a solução encontrava-

se no campo da técnica. O autor percorreu o país e com seu olhar armado pela “técnica” vai receitando soluções para o aproveitamento das riquezas e desencadeamento do progresso econômico e moral nas regiões dos “sertões”. Aqui a reconstrução de uma estrada, ali um porto, mais adiante uma máquina, em outro lugar dragas e usinas para um rio decadente. Em Belo Horizonte ressalta a ação do governo; “na ânsia de formar uma raça forte, o atual governo cuida, com um carinho especial, da educação física, que foi introduzida das escolas primárias aos quartéis” (*Idem*, p. 27).

Existem, ainda, outros três aspectos importantes, no livro do nosso escritor-militar-viajante, para ajudar a desvendar algumas de suas representações sobre a sociedade brasileira nos anos 30 e 40. Trata-se do sentimento de “maravilhamento” diante das belezas naturais do país, como Foz do Iguaçu; das suas impressões sobre os indígenas e trabalhadores dos “sertões” e, finalmente, suas intenções com as viagens.

A sensação de maravilhamento é descrita como: “miraculosa”, “magníficas”, “luta de titãs”, “magnificência”. Após tantos adjetivos o autor ainda não se sente satisfeito e procura, em algumas citações, tentar traduzir o seu sentimento diante daquela “beleza natural”. Segundo um argentino chamado Emilio Morales: “Em tão sublime momento o ser humano não consegue interpretar toda a impressão que produz o tormentoso jogo líquido com seus giros e envolturas. A meditação se letarga, sentindo-se tremuras estranhas, como se o próprio cérebro também rodasse para o abismo” (*Idem*, p. 195). Mas, também, provoca medo e pânico; transcreve o dizer de Afonse Daudet: “o sublime horror” (*Idem*, p. 195).

O encantamento com a natureza não consegue desarmar o olhar do viajante que anda a procura das potencialidades do Brasil-natureza, e então, para finalizar suas impressões das cataratas insere uma série de cálculos das potencialidades mecânicas das quedas para produzir “H,Ps”. O olhar sobre a natureza está impregnado da técnica:

Muitos cálculos se hão feito sobre o volume d’água que se escoia através das formosas cataratas, sem que, contudo, se tenha chegado a uma ilação precisa. Não é possível calcular-se o trabalho mecânico desenvolvido pela bela fonte de hulha branca, por não se conhecer cabalmente a descarga do rio(...) As po-

tências, isto é, os trabalhos desenvolvidos em um segundo são os seguintes:

Mínima.....132.491 H.P.

Média.....1.214.807 H.P.

Máxima.....6.985.170 H.P (*Idem*, p. 195).

Um outro aspecto é que, além das constantes menções aos indígenas, como a citada acima sobre sua presença no território, o autor dedica três especificamente para discutir o problema do indígena no Brasil: “O carnaval dos índios”, “O índico brasileiro” e “O problema do índio brasileiro”.

A posição do autor é de contraposição entre o branco, que ele denomina de civilizado e os indígenas.

O índio é, ainda, no Brasil, uma incógnita. É difícil sondar-se o coração do índico. Não é nada fácil compreender o sentimento do selvícola (*Idem*, p. 208).

Assim como as florestas e a natureza ainda desconhecida e pouco aproveitada pelo país, o problema dos indígenas também era encarado desta forma, uma questão de desconhecimento. O “problema do índio brasileiro” seria resolvido “trazendo-o a civilização” como era feito por algumas missões no Rio Negro: “metamorfosearam os índicos, deram-lhe nova mentalidade, levaram-nos ao caminho da civilização” (*Idem*, p.206). Em seguida, o autor permite-nos entender o que ele considerava um “índico civilizado”. Narra o autor o caso de um selvícola que teria ido até Manaus pedir “ferramentas para lavar a terra onde habitava sua gente”. O trabalho seria, então, a condição necessária para a civilização.

O trabalho e o conhecimento eram também os fatores que faltavam para levar o progresso e a civilização àquelas regiões longínquas do país. Por exemplo, na citada referência da exploração do babaçu que dependia de uma estrada e de uma máquina. Tecnologia e trabalho, conhecimento e esforço. Notemos que, nas poucas passagens em que o autor comenta algum tipo de trabalhador dos “sertões”, estes são ligados a atividades de extração ou diretamente à natureza (fotos 03 e 04). Aparecem em luta

constante com a natureza para conseguirem sua sobrevivência cotidiana. Entretanto, essa luta os torna fortes, com energia férrea. O trabalho árduo e cotidiano de enfrentamento da natureza transforma-os em heróis (cf. p. 80).

Para resolver os problemas do país, necessário seria, como tenta fazer o autor, um esforço de descobrimento, mapeamento e nomeação do Brasil, do seu território, das suas coisas e gentes, essa era a intenção do viajante;

Dia a dia nos convencemos de que agora é que começamos a descobrir o Brasil.(...) Somos ricos em hipóteses relativas as nossas riquezas e pobre em realidades palpáveis, porque abandonámos o "hinterland" desde que os bandeirantes fecharam o seu ciclo de ouro e de glórias.

A nossa geografia é incipiente. Não sabemos com certeza absoluta onde nascem os principais rios. Desconhecemos inteiramente algumas regiões trancadas pela floresta e pelo ameríndio, as quais imaginamos belas como as donzelas da idade medieval, que só se podiam ver através das grades dos castelos.



Foto 3: O pescador retira d'água o pirarucu, após haver lutado tenazmente para alcançá-lo. Fonte: Figueiredo, J.L., op. cit.

Ignoramos as possibilidades do nosso sub-solo. (...) Cada estudo que se faça, às vezes; em regiões já perlustradas, encontramos novidade. Aqui surge um rio inteiramente desconhecido, ali uma montanha ignota, mais além campos, pântanos, matas, jazidas... (*Idem*, p. 135).

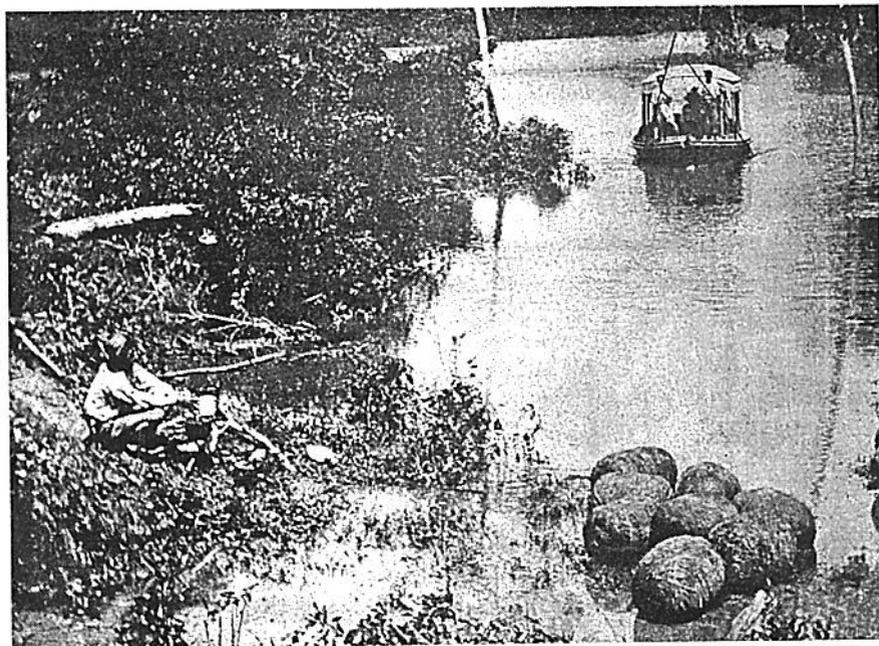


Foto 4: O seringueiro aguarda na margem do Rio Acre um batelão que deverá conduzir suas “peles” de borracha – fruto de labor intenso durante uma safra inteira. Fonte: Figueiredo, J.L., op. cit.

O momento é de construção de um Brasil Novo, de um cidadão novo<sup>9</sup>. O olhar é dirigido pela técnica, pela ciência para enquadrar o território brasileiro numa perspectiva de utilização dos seus elementos para o progresso<sup>10</sup>. O nosso autor realiza com seu livro um mapa cheio de

<sup>9</sup>Ver sobre a construção “homem novo” e da racionalização da sociedade brasileira entre outros: Gomes (1982); Rago (1985); Antonacci (1993).

<sup>10</sup>Conforme Albuquerque Jr. (1994, p. 51): “o divórcio entre homem e natureza e o rompimento com os códigos da sensibilidade naturalista tornaram possí-

referências às possibilidades ainda latentes da nação brasileira. As 59 fotografias são uma mostra evidente desse desejo de mapear, relatar, de fixar uma identidade nacional. Uma viagem pelo Brasil nos anos 30, em busca do estágio de progresso, portanto, da história das diversas regiões brasileiras.

## 2. O eterno retorno

Um século antes do militar-escritor-viajante dos anos 30, outros viajantes também percorreram partes do território brasileiro a procura do Brasil. O que procuravam?

Começemos pela mais “fiel representação da natureza tropical” segundo Humboldt. Existe uma reprodução de um gravura a buril intitulada “Floresta brasileira” feita por Charles-Othon-Jean-Baptiste, Conde de Clarac,<sup>11</sup> em 1816 (foto nº 05). Essa gravura desperta inicialmente a atenção por dois motivos: pelo seu título e pela opinião de Humboldt, conhecido naturalista, (*A Arte no Brasil*, 1986, pp. 168-169).

O seu nome remete a possibilidades de compreensão do impacto produzido pela natureza tropical nos artistas europeus que visitavam o país em confronto com as representações trazidas da Europa. Por outro lado, a opinião emitida por Humboldt permite-nos atribuir importância a essa gravura no conjunto de obras produzidas pelos membros da Missão Francesa. Isso, pelo menos no que tange às concepções sobre a natureza e de seus habitantes. Trata-se da opinião de um contemporâneo, não de qualquer um, de um naturalista conhecido, reconhecendo a fidelidade da gravura na representação da “natureza tropical”. O artista e o naturalista parecem partilhar das mesmas representações da natureza.

Flora Sussekind ao estudar o surgimento do narrador no romance brasileiro informa que as imagens produzidas pelos cronistas, pintores,

---

vel, em grande parte, ver e dizer a nação de uma nova forma, organizando-a como produto cultural e não mera expressão da natureza. Nação como geografia organizada, como geografia atravessada pela história”.

<sup>11</sup>Charles-Othon-Jean-Baptiste, Conde de Clarac (1777-1847), francês, chegou ao Brasil em 1816, seguindo a Missão Francesa. De sua curta estada no país restou apenas esta gravura chamada “Floresta Brasileira”.

viajantes e comerciantes que percorreram o país durante o século passado, influenciaram decisivamente na formação da própria imagem que os brasileiros faziam da natureza.

Diz Sússekind:

É, em especial, com dois gêneros diversos e às vezes associados, a literatura não ficcional de viagens – sobretudo a que se refere ao Brasil – e ao paisagismo – sobretudo que tematiza vistas e exuberâncias tropicais ou cenas pitorescas do cotidiano ou da “história” local – que se constrói essa figuração inicial do narrador de ficção na produção literária das primeiras décadas do século XIX (Sússekind, 1990, p. 20).



Foto 5: A arte no Brasil, op. cit.

A natureza é, portanto, um dos principais temas da literatura brasileira no início do século passado, tanto devido a influência dos interlocutores estrangeiros como pela necessidade de fixar as imagens do que seria o Brasil. Mas não seria qualquer paisagem, “Brasil seria, nesse caso, sinônimo de “natureza exuberante”, “espetáculo majestoso” (*Idem*, p. 24). Tanto viajantes como naturalistas estiveram empenhados no século passado, e também no presente, como vimos, em mapear o Brasil, mas com olhos e sentidos diferentes.

Cabia, segundo Sússekind, aos viajantes do século XIX, “narrar, fixar tipos e quadros locais, ao naturalista caberia classificar, ordenar, organizar em mapas e coleções o que se encontra pelo caminho” (*Idem*, p. 45). Faziam assim um mapeamento do território que eles julgavam ser o território brasileiro. Os mapas e anotações servirão de guia para o narrador da então literatura brasileira e isto teve um sentido profundamente político, de afirmação de uma identidade nacional, de uma paisagem nacional. Essas informações formavam uma “rede de notas descritivas, pranchas, mapas, classificação que organiza a própria paisagem brasileira, que define um Brasil aos olhos de literatos e historiadores locais” (*Idem*, p. 63).

Num momento de afirmação do Estado-nação brasileiro, de enfrentamento por parte do governo central das rebeliões regionais e da ameaça de desintegração do território nacional – fantasma que ronda as elites até os dias de hoje – a imagem criada deste país de natureza tropical, só poderia ser “a-histórica, miragem, longe do social e do cotidiano dos despossuídos” (*Idem*, p. 36). Sússekind, citando Luis Felipe de Alencastro, chama a atenção para o compromisso ilustrado da primeira geração dos românticos, e suas vinculações políticas, que, segundo Alencastro, “exerceram uma ação determinadamente política de fortalecimento do Segundo Reinado” (p. 288).

Para Sússekind, a questão da novela da década de 30 do século XIX:

é mapear o território, listar e esboçar paisagens. O que esta em primeiro plano, é a delimitação da *paisagem nacional*, é adescrição do território, são notas informativas sobre ele (grifos no original) (*Idem*, p. 158).

Mas de qual representação de natureza está-se falando? Voltemos, portanto, à gravura de Conde de Clarac, a "Floresta Brasileira". Três elementos básicos compõem a gravura. A vegetação, um riacho e quatro indígenas, dois homens, uma mulher e uma criança. A vegetação, árvores, taquaras, samambaias e arbustos ocupam todo o quadro, é o motivo principal. Suas cores são em tons de verde, verde amarelados tornando-se marrons no segundo plano da gravura, no interior da floresta, ou no lado direito oposto à penetração da luz.

O riacho surge no meio da gravura, vindo do centro da floresta, despenca numa pequena cachoeira e sai pela parte direita inferior, semi-encoberto pela vegetação. Sua cor é branca, bastante luminoso.

Três dos indígenas, um homem, a mulher e a criança, estão atravessando o riacho por uma árvore caída sobre o mesmo. O homem indica o caminho, a mulher carrega a criança e está vestida com um manto vermelho. O outro indígena está, na margem esquerda do riacho, com seu arco pronto para atirar uma flecha em direção a um alvo não visível, uma provável caça. A cor da pele dos indígenas é amarelada, praticamente a mesma cor de parte da vegetação, aquela que fica distante da luz.

A luz penetra na floresta pelo lado esquerdo, vindo do alto e atingindo diretamente o riacho e os indígenas. Isto cria um efeito de água límpida, pura, transparente, correndo pelo interior da mata densa. A luz vai diminuindo gradualmente à medida que se aproxima da direita do quadro, criando tons amarelados e gradualmente tendendo ao marron escuro. O fundo da floresta, o pano de fundo da gravura é totalmente escuro, não se distingue nenhuma forma.

Os indígenas aparecem em atitude natural, estão à vontade no seu meio. Sabem onde pisam e por onde caminham. A naturalidade com que caminham sobre a árvore demonstra isso. A cor da pele dos indígenas torna-os indiferenciáveis da vegetação. Homens e vegetais são, para o artista europeu, partes do mesmo mistério, a floresta tropical.

Embora os indígenas estejam representados como naturalmente em seu meio, a desproporção do tamanho dos mesmos e da vegetação, intriga quanto ao seu significado. Por serem humanos, apesar de selvagens, o artista parece querer demonstrar com essa desproporção a sua própria sensação de insignificância diante da natureza e da selva.

A relação entre as “luzes” e a escuridão do fundo da gravura é o contraste entre o conhecido e o desconhecido da natureza tropical. A floresta tropical é mistério, ameaça e selvageria para os “ilustrados” artistas da Missão Francesa.

A floresta é representada por uma atmosfera densa, de pouca luz, pouco ar e movimento. Seu fundo totalmente escuro é pesado como opressão na alma do artista europeu, chegado recentemente ao Brasil. O pintor sofre o impacto da natureza tropical. Num primeiro plano, as imagens de exuberância majestosa. Seus habitantes são como bons selvagens, como Adão e Eva no paraíso antes da sua expulsão.<sup>12</sup> Mas, a escuridão da mata revela o outro lado, o inexplicável, o desconhecido, a “ausência de civilização”, aquilo que precisa ser “nomeado e reconhecido”.

É também uma representação atemporal e sem localização possível. É muito mais retrato das imagens de floresta que possui o artista do que um espaço datável e determinado. Pode ser qualquer floresta e ao mesmo tempo nenhuma, pois ela não existe. Ali está expresso o desejo de se representar aquilo que era visto como um enigma ou mesmo de forma amedrontadora<sup>13</sup>. A impossibilidade para o artista pintar a mata ou a floresta foi notada e destacada por Rugendas:

As florestas nativas constituem a parte mais interessante das paisagens do Brasil; mas também a menos suscetível de descrição. Em vão procuraria o artista um posto de observação nessas florestas em que o olhar não penetra além de poucos passos; as leis de sua arte não lhe permitem exprimir com inteira fidelidade as variedades inumeráveis das formas e das cores da vegetação de que ele se vê envolvido. É igualmente impossível suprir a essa falha por meio de descrição e muito erraria quem imaginasse conseguiu-lo através de uma nomenclatura completa

---

<sup>12</sup>Süssekind (1990, p. 293) sugere uma relação de influência das descrições dos índios brasileiros na formação da “teoria da bondade natural” no século XVIII.

<sup>13</sup>A idéia do medo provocado pela floresta pode ser associada ao medo provocado pelo mar no século XVIII e discutida por Corbain (1989), especialmente p. 304, nota 09. Num outro sentido, contrapondo civilização e mata virgem no século XVIII na Inglaterra, ver Thomas (1989), especialmente o Capítulo V.

ou de uma repetição freqüente de epítetos ininteligíveis ou demasiado vagos. O escritor vê-se manietado pelas regras são da razão, e pela teoria do belo, dentro de limites tão estreitos quanto os do próprio pintor e a que é dado somente o naturalista transpor (Rugendas, 979, p. 30; *apud* Süssekind, 1990, p. 118).

Impossível exprimir a floresta com fidelidade com as leis do artista, apesar das inúmeras e infinitas perspectivas que o olhar poderia adotar. Neste jogo entre a opção do artista e o objeto a ser retratado, algo estava fadado a escapar do resultado do trabalho do pintor. Esse algo era exatamente o que a floresta representava para o artista, o que não estava no objeto, mas no olhar. Por mais que o artista tentasse, com pretensões realistas, a realidade lhe fugia pelos dedos. Na impossibilidade de exprimir a floresta, o pintor deixa a tarefa para o naturalista com o seus critérios de classificação e ordenação das coisas de forma “científica”.

Entretanto, lá está Humboldt elogiando o trabalho de um artista, a “Floresta Brasileira”, como a mais fiel representação da “natureza tropical”. Não diferia, portanto, o que o artista e o naturalista pensavam sobre a floresta, ou de forma mais ampla a própria “natureza tropical”. Ela é um objeto de investigação e de relato. Seus habitantes também não passam de mais um elemento a ser retratado. São semelhantes as formas de classificar uma nova espécie botânica e um “selvagem”. A cor da pele dos indígenas, na gravura, é bastante ilustrativa nesse sentido.

Além disso, as diversas expedições científicas do século XIX, tanto nacionais como estrangeiras, embora tivessem feito anotações sobre os grupos indígenas existentes por onde passavam, tinham como objeto principal a botânica, a geografia e a geologia. Os homens da selva eram secundários em seus projetos. (Schaden & Pereira, 1976, pp. 425-443)<sup>14</sup>.

As representações sobre os indígenas, bem caracterizada na gravura do Conde de Clarac, influíram decisivamente na visão construída pela

---

<sup>14</sup>Ver sobre a Comissão Geográfica e Geológica e seu projeto “naturalista”, Figueroa (1987) e também Santos (1992).

literatura nacional, como José de Alencar e Antônio Gonçalves Dias, o que acabou por popularizar um pouco a temática no Brasil, entre o público letrado (*Idem*, p. 442). O problema colocado por Rugendas da impossibilidade de se representar a “floresta” parece ter sobrevivido ainda por mais tempo e ser recorrente na literatura no Brasil no século XX. Porém, a floresta e a natureza passaram a ser chamadas de “sertões” e a intenção dos que procuraram descrevê-las no século XX também mudaria<sup>15</sup>.

Entre o projeto dos naturalistas de classificar a natureza tropical, de fixar a imagem e paisagem brasileiras até o olhar-técnica do coronel Lima Figueiredo existe mais de um século. Que mudanças ocorreram na sociedade brasileira que permitiram o surgimento dessa forma de “representar” a natureza dos anos 30 e 40? A resposta talvez possa ser encontrada em outros olhares e viajantes.

### 3. Outros viajantes

A preocupação em mapear o Brasil, em reconhecer e fixar tanto a sua paisagem como o seu território no sentido cartográfico, não se limitou apenas ao projeto ilustrado dos naturalistas e seus seguidores no país. Encontrou no governo imperial, a partir da metade do século passado, um forte impulso, fazendo com que esse desejo assumisse aparentemente foros de política governamental. Suas intenções, que ainda estão por ser estudadas, parecem apontar para uma prática de cartografia do território nacional, não só da Geografia e Geologia mas também de suas “gentes”.

O próprio D. Pedro II presidia regularmente as reuniões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e, na década de 50 do século XIX, apoiou financeiramente um projeto de uma grande “expedição científica às províncias setentrionais” (Schaden & Pereira, 1976, p. 434). Não im-

---

<sup>15</sup>Ver Paulo Dantas (s.d.). Dantas tenta fazer uma retrospectiva dos autores que se utilizaram da temática dos “sertões” em suas obras, como Euclides da Cunha e Guimarães Rosa. Entretanto, a melhor forma de exprimir a força desta temática é a frase de Guimarães Rosa logo no início do *Grande Sertão: Veredas*: “O sertão está em toda parte”.

porta muito se a expedição resultou em fracasso e tenha ficado conhecida como a “Comissão das Borboletas”. O importante é que podemos ver no apoio a essa comissão um indício de política para “descobrir “ o Brasil, mapeando o seu território ignorado e, portanto, fora da autoridade real ou do governo. Outro exemplo: em 1871, o botânico João Barbosa Rodrigues realizou uma série de expedições na Amazônia por ordem do governo imperial (*Idem*, p. 435).

A preocupação com a geografia do território nacional estendeu-se também, por exemplo, à província de São Paulo. Em 1886 foi criada, na província de São Paulo, uma Comissão Geográfica e Geológica, cujas atividades foram regulamentadas em 07.04.1886 (Lefrève, 1966, p. 03).

As razões para a criação da Comissão Geográfica e Geológica em S.Paulo estão claramente apontadas na justificativa do projeto apresentado pelo Visconde de Pinhal em 19.03.1886. O visconde argumentava que o desconhecimento sobre o território da província provocava dificuldades aos seus administradores e seu desenvolvimento econômico<sup>16</sup>.

De um lado, a necessidade do conhecimento geográfico do território aponta para um aumento do controle da administração sobre o mesmo território; de outro, o conhecimento desse território abriria novas possibilidades para sua exploração. Além da justificativa dada, coloca em evidência o surgimento de uma tendência, a importância crescente que os engenheiros e técnicos assumiriam nas questões da administração. Diz o Visconde:

Os engenheiros da província não podem levantar uma carta topographica sem que façam para isso os necessários estudos que demandam de um reconhecimento geral, que só se pode obter por uma comissão composta de homens profissionaes, devidamente habilitados com os indispensáveis instrumentos, com os quaes possam se habilitar devidamente para um trabalho seguro e positivo (Lefrève, 1966, p. 19).

---

<sup>16</sup> Os debates sobre a criação da Comissão Geográfica e Geológica acontecidos na Assembléia Provincial no ano de 1886 foram transcritos por Lefrève (1966, pp. 19-31). Ver também Figueroa (1987) e Santos (1992).

No debate surge uma outra preocupação dos deputados, o problema indígena. O deputado Silveira da Motta, representante de Lençóis Paulista aproveita a ocasião para criticar o administrador da província que descuidara da “cathequese de índios” e lamentar que uma parte importante da população da província estivesse condenada a viver como selvagens, sendo que “já podiam ter entrado no grêmio da civilização”. Segundo ele;

Na comarca de Lencóes, pertencente ao districto que tenho a honra de representar nesta casa, e principalmente no termo de Santa Cruz do Rio Pardo e na villa de Campos Novos de Paranapanema erram centenaes de sertanejos que habitam as montanhas, e que são o terror dos viajantes (Lefrève, 1966, p. 20).

Junta-se, numa mesma discussão, o problema do “desconhecimento” por parte dos ditos “civilizados”, da geografia e geologia do território e da vida de centenas de indígenas. São problemas da mesma ordem, ligados à natureza, aos “sertões” e já que se está tratando de reconhecer para melhor administrar, nada mais coerente de se incluir os habitantes daquelas regiões no mesmo projeto ou discussão.

Os argumentos da administração para realizar os trabalhos de mapeamento ou a “exploração geográfica e geológica” como ficou conhecida as expedições insistiam na idéia de “aproveitamento dos recursos naturais”. O presidente da província João Alfredo Correa de Oliveira em relatório enviado a Assembléia em 1886, afirmava :

É a meu ver uma das mais urgentes necessidades da província o estudo do seu território; e é fora de dúvida que os dispêndios que esta notável empresa houver de determinar serão compensados não só pela expansão que a riqueza pública trará pelo aproveitamento de recursos naturais cujo valor ficará conhecido, como também preciosos elementos que ele ministrará à solução do problema da colonização (Lefrève, 1966, p. 30).

A fala do presidente da província revela, por um lado, que a administração dependia, cada vez mais, do aumento do conhecimento sobre o

território, para melhor governar. Governo entendido como de coisas e gentes, afinal, um dos problemas que a “exploração geográfica e geológica” ajudaria a resolver seria o da “colonização”. Problema da mais alta importância para os cafeicultores paulistas que estavam diante do fim da escravidão e da crescente produção de café.<sup>17</sup>

Além disso, a natureza assume agora, claramente, a perspectiva de valor, de recursos naturais que devem ser explorados para aumentar a “riqueza pública”. A ciência, antes empenhada na catalogação enciclopédica das coisas da natureza brasileira, teria, a partir de agora, uma nova tarefa. Continuará catalogando e mapeando, mas com outros objetivos, o do aproveitamento econômico dos recursos.

A Comissão Geográfica e Geológica foi composta, na sua primeira formação, pelos seguintes profissionais: “Dr. Orville A. Derby, como chefe, do engenheiro civil Theodoro Fernandes Sampaio, na de 1º ajudante, e dos engenheiros de minas Francisco de Paula Oliveira e Luiz Fellipe Gonzaga de Campos, na de geólogo”.<sup>18</sup>

O presidente da província, nas instruções, deixou claro que os objetivos da Comissão eram o “levantamento das cartas geográficas, topográficas, itinerárias, geológicas e agrícolas” para que a “província e o país, de par com a ciência em geral, [possa] colher úteis subsídios no interesse da meteorologia e da relação prática e econômica da zoologia e da botânica com a indústria e a agricultura” (*Idem*, p. 31).

Estão claramente expressos na fala do presidente da província os novos objetivos a que deveria atender a ciência. Ela agora estava a serviço das relações entre a natureza e a economia. E, assim, partiram os en-

---

<sup>17</sup>Figueroa (1989) afirma que a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo só assumiu esse caráter instrumental após 1905, com a saída do seu chefe Orville Derby. Até então, o projeto científico da Comissão fora marcadamente “naturalista”. Santos (1992) também aceita esta periodização da comissão. Pela citação acima fica claro que as “razões instrumentais”, o interesse dos cafeicultores, marcaram os trabalhos da Comissão, desde o seu início.

<sup>18</sup>*Relatório com que o Conselheiro João Alfredo Correa de Oliveira passou a administração de S. Paulo ao Barão de Parnaíba no dia 26.04.1886* apud Lefrève, 1966, p. 31.

genheiros para reconhecerem “cientificamente” um território que há muito era conhecido por outros saberes.

A natureza, uma vez conhecida pela ciência, transformar-se-ia em recurso econômico, em riqueza potencial. Mas existem lugares, no mesmo período, em que a “exuberância” da natureza foi vista com outros olhos.

Em Cuiabá, em 1872, o presidente da província de Mato Grosso, o Ten. Cel. Francisco José Cardoso Júnior, lamentava que os recursos da exuberante natureza na região impedissem o progresso da província:

Porém o que mais affeta o progresso da lavoura no Mato Grosso é a indolência e a inércia. Aqui o proletariado não pensa no dia de amanhã. Hoje pesca, e como o resultado da pesca dá-lhe para viver dous ou três dias, dorme no quarto e torna a pesca nos seguintes. Os rios Cuiabá, Paraguay e outros são abundantíssimos em pescado.

Parece um bem, e realmente o é de baixo de certo ponto de vista, mas converte-se num grande mal, porque, pode-se dizer sem medo de errar, alimenta a ociosidade em que vive e a que se abandona a maior parte da população. Isto por um lado: pelo outro actua perniciosamente a descrença nos modernos motores que encontrão franca aceitação em toda a parte, e a prova evidente dessa descrença está no facto do governo imperial, em circular de 22 de julho do anno passado e sob condições facilimas, offerecido instrumentos e mudas de sementes aos lavradores, mediante uma pequena retribuição. Fiz o offerecimento chegar ao conhecimento de todos, mas ninguém se quiz utilizar delle (Cardoso Junior, 1872, p. 87).

A concepção de natureza do presidente da província do Mato Grosso não é diferente da expressa pelo seu par de S. Paulo. A razão do atraso da província localizava-se em outro lugar. É o uso que os “proletários” fazem da natureza, que a transforma em obstáculo. O que antes era visto como um bem, uma riqueza em potencial, transforma-se em estorvo, impedimento do progresso. A exuberância da natureza impede, por outro lado, a modernização das práticas dos lavradores, que se recusavam a incorporar, aos seus hábitos, os novos instrumentos e sementes

oferecidos pelo governo. Afinal, os recursos que a natureza oferecia parecia ser suficiente para suas vidas, mas não o era para outras pessoas, como o presidente da província.

As riquezas potenciais da natureza não são, portanto, nem boas nem más; o que as tornava elemento de progresso era o trabalho. Ciência, trabalho, além dos recursos naturais, seriam os elementos necessários para o desenvolvimento do progresso. Mas não era somente em Cuiabá e no século passado que os “proletários” não concordavam, ou não seguiam, esta visão. Em São Paulo, no início deste século, nas regiões denominadas então como “boca do sertão”, os seus moradores preferiam fazer outro uso da natureza:

No Salto [de Avandava] o povo cuida em pescar. No tempo da piracema em setembro ou outubro, depois das primeiras chuvas, finda a subida dos peixes, eles nada fazem. Passam sentados todo o tempo durante o dia, ou deitados. Plantam, os mais trabalhadores, meio ou  $\frac{3}{4}$  de alqueire de milho, feijão ou arroz; engordam 2 ou 3 porcos; com algum peixe que pescam compram rapaduras (o doce) e algum sal e *passam o resto do ano mais felizes e ricos que o Czar ou o Sultão*. Aqui na Fartura [noroeste de São Paulo] é mais ou menos a mesma cousa, mas como não tem o peixe para vender, são obrigados a criar mais algum porco. Depois de engordados 10 ou 15 porcos, *o resto do ano passam é trabalhando só um dia ou dois por semana no tempo de roça. Aos sábados caçam veados, domingo cozinham a bebedeira da véspera, e na 2ª feira recomeçam* (Schmidt, 1961, p. 400).

Cornélio Schmidt, autor da citação, fez uma longa viagem através de todo o oeste de São Paulo em 1904, nos limites dos “terrenos desconhecidos” que era como a região mais a oeste era denominada nos mapas. O objetivo da viagem, do qual resultou este diário, era mostrar, a pedido do Secretário de Agricultura de São Paulo, Carlos Botelho, os terrenos do Estado a um norte-americano, Thomaz Canty, interessado em colonizar uma extensa região. Schmidt percorreu a região durante mais de dois meses e por cerca de “trezentas e cinquenta léguas”, ou seja, cerca de 1.800 quilômetros.

Por todo o trajeto, Schmidt anota as condições da terra, altitude, tipo de madeiras, solo, produção – o olhar armado da técnica – e aqui e ali, como na citação acima, tece comentários sobre a população moradora das regiões visitadas. Os comentários quase sempre, quando se trata dos nacionais, destaca os aspectos de “rotina”, “preguiça”, “sujeira” e “atraso” dos moradores. Parece ser uma demarcação do que o viajante representava, a modernidade, concretizada na possibilidade de colonização através do norte-americano e o pouco aproveitamento que os moradores faziam das “ricas” terras do oeste do estado mais “progressista” do país.

Além dessas concepções diferenciadas sobre a utilização da natureza presentes no texto, aparece, nitidamente, um conflito em torno das representações de tempo e riqueza, que poderíamos entender como “propriedade”. Os moradores, *passam o resto do ano mais felizes e ricos que o Czar ou o Sultão* e aproveitavam o seu tempo com outras coisas que não o trabalho disciplinado, *o resto do ano passam é trabalhando só um dia ou dois por semana no tempo da roça. Aos sábados caçam veados, domingo cozinham a bebedeira da véspera e na 2ª recomeçam*<sup>19</sup>.

Voltemos novamente ao Mato Grosso, agora no século XX, década de 30, na fronteira com o Paraguai, região da exploração ervateira mantida pela Companhia Matte Larangeira. Um juiz de direito incomodado com o que via na região comentava:

Bela Vista, principal império da ociosidade (...) Há ali comerciantes que venderam em menos de três anos cerca de quatrocentos violões, ao passo que no mesmo espaço de tempo não conseguiram vender uma só enxada ou machado (Melo e Silva, 1943, p. 75).

Mais adiante, o autor completa sua visão sobre como os “nativos” da região utilizavam o tempo:

É de todos os dias verificarmos sua presença em ajuntamentos, nas casas dos seus parceiros, para tocatas de violinos, violões e

---

<sup>19</sup>Sobre concepções diferenciadas das classes populares, no Brasil no século XIX, de tempo, trabalho e propriedade e a luta em torno da introjeção de novos valores desencadeada pela “classe dominante”, ver Barreiro (1988).

outros instrumentos (...) *jerokis* [baile] engendrados sob qualquer pretexto (grifo do autor).

É comum encontrá-los, naqueles dias que devem ser destinados ao trabalho, nas pistas de corridas de cavalos em que transformam trechos da estrada ali existentes (...) *Não há dia útil. Os dias são quase sempre inúteis*. Quando não se empregam a essas práticas ociosas, dormem ou saem pelas fazendas, interrompendo o trabalho de alguém que excepcionalmente faça alguma coisa (grifos nossos) (*Idem*, p. 133)<sup>20</sup>.

O autor queria ver exatamente o contrário, provavelmente imaginava uma sociedade de trabalhadores disciplinados pelo capital, cumpridores dos horários e dos contratos de trabalho, uma sociedade disciplinar.

Entretanto, os trabalhadores pareciam viver bem com a sua forma de utilizar o tempo pois, aparentemente, viviam em *jerokis*, *tocadas* e *corridas de cavalos*. Parece-nos que os trabalhadores possuíam concepções do aproveitamento do tempo e da natureza antagônicas às que preconizava a modernidade capitalista.

Observemos a foto nº 06.<sup>21</sup> É uma foto dos anos 30. Do lado direito, na foto, o homem de terno e gravata é o governador do Estado de Mato Grosso, do esquerdo, o outro homem de terno e gravata é provavelmente o administrador da Matte Larangeira. No centro da fotografia, o motivo principal, a exposição dos “nativos” da região. Dois trabalhadores dos ervais, chamados de “mineiros”. Estão vestidos com suas roupas usuais no trabalho e paramentados com seus objetos cotidianos. O “mineiro” em pé segura um “raído”, feixe de erva mate, da forma como tradicionalmente era carregada das matas até os depósitos<sup>22</sup>. O “mineiro” agachado exhibe os objetos do cotidiano, o facão de aparar as árvores de erva mate e a cuia do “tereré”, mate frio, hábito dos moradores da fronteira.

---

<sup>20</sup>Sobre a cultura dos trabalhadores daquela região e os conflitos com a Matte Larangeira, ver Arruda, 1989.

<sup>21</sup>Acervo do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Fundo: Companhia Matte Larangeira, série: fotografias.

<sup>22</sup>Sobre o processo de produção de erva mate e sua organização, ver Arruda, 1989, especialmente o Capítulo IV.



Foto 6: Fonte: Acervo do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Fundo: Companhia Matte Larangeira.

Aparentemente, é uma foto comum. Autoridades visitando a região resolveram levar uma recordação dos “tipos” do local, e o mais característico seria o “mineiro”. Entretanto, ao examinarmos os significados presentes na composição da cena notamos uma confluência de idéias com o modernismo. Nesse raciocínio, o olhar do fotógrafo traduziu uma “concepção” modernista da cultura popular<sup>23</sup>. Não se quer dizer com isto que o fotógrafo compartilhava das idéias do “movimento modernista” mas sim que seu olhar fazia parte de um movimento maior que era o da construção da nacionalidade, intenção também dos modernistas.

Isto parece claro na foto. Homens mestiços, instrumentos de trabalho, local de trabalho e roupas características. Os “mineiros” ali reproduzidos seriam peças para a construção de um imaginário sobre nação. Porém, a aparência do poder está ali representada, e bem representada, pelo gerente da companhia e pelo governador do Estado e seus signos, as roupas. O contraste entre a aparência do poder e a dos trabalhadores é gritante. O que ela estaria nos dizendo?

Lá estão, em primeiríssimo plano, os elementos que distinguem os trabalhadores dos outros. O facão, símbolo da virilidade no seu mundo de trabalho, a cuia de tereré e a cabaça de água, símbolos de sua cultura. Esses elementos marcam as diferenças e afirmam a diversidade frente ao outro<sup>24</sup>. No momento mesmo em que o olhar do fotógrafo construía um

---

<sup>23</sup>“Na pintura modernista, esta preocupação com a definição do tipo nacional é uma constante. Quadros como *A Negra*, de Tarsila do Amaral, a série de mulatas de Di Cavalcanti, a série *As Raças* de Portinari, além dos quadros que retratavam os “tipos regionais” como: jangadeiros, baianas, pescadores, vaqueiros, cangaceiros, etc. são inspirados nesta problemática. As imagens ligadas ao tipo nacional vão ser marcadas pela ênfase no aspecto mestiço e popular. Na década de 20, é o homem do “povo, o homem da raça européia que é chamado a representar o “tipo nacional”, já nas décadas de trinta e quarenta, é o “homem do trabalho”, figuras mestiças, com mãos e pés em destaque, vestidas folcloricamente, envolvidas em cenas de trabalho ou de festas populares” (Albuquerque Jr., 1994, p. 67).

<sup>24</sup>“Talvez nada ilustre melhor o papel decisivo da mera aparência, da distinção e da conspicuidade na esfera dos negócios humanos que o fato de que os trabalhadores, quando ingressaram no cenário histórico, sentiram necessidade de adotar traje próprio, o *sans-culotte*, nome pelo qual ficaram conhecidos na Re-

“tipo social”, os que estavam sendo retratados, marcavam as diferenças que os distinguiu do poder – as autoridades e o próprio fotógrafo.

Por fim, caberia responder à pergunta título do texto: todos os caminhos levam ao Brasil? A resposta é sim, não evidentemente a um único Brasil, mas os olhares que se tentou examinar buscavam de alguma forma construir um “Brasil”. Ao examinar as fotografias e gravuras alguns aspectos se destacam e demonstram uma certa unidade nas intenções dos seus autores, mesmo que pertençam a momentos históricos diferenciados. Revelam, também, parte do imaginário de uma época, no nosso caso, sobre a natureza e os trabalhadores. O que dá uma certa identidade a todos esses olhares é a busca de uma idéia de nação. Brasil só imagem tropical do Conde de Clarac; Brasil mapeado e cartografado das Comissões Cartográficas; Brasil mapa do progresso do Coronel Lima Figueiredo. Retratam em suas páginas, fotografias ou quadros, as noções do que deveria ser este país chamado Brasil e também como deveria ser o seu povo.

Outro aspecto é que todos, embora buscassem uma identidade para o país, transformavam o seu objeto em seres passivos das suas representações. O povo aparece como sendo só “natureza”, ou como “inaptos” a incorporar o progresso e a civilização, ou ainda como “tipo social” sobre o qual se montar-ia o mapa da cultura desta nação.<sup>25</sup>

---

volução Francesa. Com este traje, adquiriram certa distinção própria, distinção dirigida contra todos os outros homens” (Arendt, 1983, p. 230).

<sup>25</sup>Agradeço pela leitura e sugestões dos Professores Claudiomar dos Reis Gonçalves e Marlene Rosa Cainelli.

**Referências Bibliográficas**

- A Arte no Brasil* (1986). São Paulo, Nova Cultural.
- Albuquerque Jr., D.M. (1994). *O engenho anti-moderno: a invenção do nordeste e outras artes*. Campinas, UNICAMP, mimeo. (Tese de Doutorado.)
- Antonacci, M.A.M. (1985). *A vitória da razão: o Instituto de Organização Racional do Trabalho de 1931 a 1945*. São Paulo, USP, mimeo. (Tese de Doutorado.)
- Arendt, H. (1983). *A condição humana*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- Arruda, G. (1989). *Frutos da terra: os trabalhadores da Matte Larangeira*. Assis, mimeo. (Dissertação de Mestrado.)
- Barreiro, J.C. (1988). *O cotidiano e o discurso dos viajantes; criminalidade, ideologia e luta social no Brasil do século XIX*. São Paulo, USP. (Tese de Doutorado.)
- Bastide, R. (1969). Duas capitais: Rio de Janeiro e São Paulo. In: *Brasil, terra de contrastes*. São Paulo, Difel, pp. 141-167.
- Castro, M.I.M. (1992). *O preço do progresso*. Campinas, UNICAMP. (Dissertação de Mestrado.)
- Corbain, A. (1989). *O território do vazio; a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo, Cia. das Letras.
- Correa Filho, V. (1958). José Lima Figueiredo. *Revista Brasileira de Geografia*, ano XX, jan/mar/58, nº 01, seção "Vultos da Geografia do Brasil".
- Dantas, P. (s.d.). Os sertões como tema literário. *Revista Brasiliense*. São Paulo, Ed. Brasiliense, nº 05.
- Figueiredo, J. de L. (1941). *Cidades e sertões; páginas de história e geografia do Brasil*. Rio de Janeiro, Gráficos Bloch. (Biblioteca Militar, v. XL.)
- Figueiredo, J.L. (1949). Sentido do Interior. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia/Instituto Nacional de Geografia e Estatística, nº 71, fev/49, ano VI, pp. 292-294.

- Figueroa, S.F. de M. (1987). *Modernos bandeirantes: a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo e a exploração científica do território paulista (1886-1931)*. São Paulo, USP, mimeo. (Dissertação de Mestrado.)
- Funari, P.P.A. (1995a). A cultura material e a construção da mitologia bandeirante: problemas da identidade nacional brasileira. *Idéias*, Campinas 2(1):29-48, jan/jun.
- Funari, P.P.A. (1995b). A hermenêutica das ciências humanas: a história e a teoria e práxis arqueológicas. *Revista da Sociedade Brasileira Pesquisa Histórica*. Curitiba, n. 10, pp. 3-9.
- Funari, P.P.A. (1995c). Arqueologia Brasileira: visão geral e reavaliação. *Revista de História da Arte e Arqueologia*. Campinas, IFCH-UNICAMP, n. 01, pp. 23-41.
- Gomes, A. de C. (1982). O redescobrimento do Brasil. In: Oliveira, L.L. *Estado Novo; ideologia e poder*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Lenharo, A. (1986). *A sacralização da política*. Campinas, Papyrus/EDUNICAMP.
- Rago, M. (1985). *Do cabaré ao lar; a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1920*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Santos, A.P. dos. (1992). *'Terrenos desconhecidos': solos historiográficos sobre uma mesma base documental*. Assis, UNESP, mimeo. (Dissertação de Mestrado.)
- Schaden, E. & Pereira, J.P. (1976). Exploração antropológica. In: Buarque, S.H. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, tomo II, v. 3.
- Süssekind, F. (1990). *O Brasil não é longe daqui; o narrador, a viagem*. São Paulo, Cia. das Letras.
- Thomas, K. (1989). *O homem e o mundo natural*. São Paulo, Cia. das Letras.

# A 'CULTURAL MOSAIC' AT PALMARES? GRAPPLING WITH THE HISTORICAL ARCHAEOLOGY OF A SEVENTEENTH-CENTURY BRAZILIAN QUILOMBO\*

*Scott Joseph Allen\*\**

## 1. Introduction

Study of the African Diaspora to the Americas offers investigators countless opportunities to research problems about the transmission of cultural elements, the creation of Afro-American culture, and the processes involved in the clash between cultures. Such studies have been central to anthropology and have involved quite prominent academics. Franklin Frazier, Melville Herskovits, Eugene Genovese, Sydney Mintz, Sally and Richard Price and countless others have laid the foundation for the way we currently think about the African experience in the New World. Specific studies, of both plantation and free-slave communities,

---

\***Acknowledgements:** For their assistance in carrying out my field research, I am indebted to the staff and faculty of the Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) of the Universidade de São Paulo, and the Centro Cultural and the Museu Theo Brandao of Universidade Federal de Alagoas. Charles E. Orser Jr., Pedro Funari, Patricia de Melo, and Zezito de Araujo, in addition to providing logistical and technical support, have demonstrated enthusiasm and patience in my research efforts in Brazil. Based on my master's research, this paper has benefited from the guidance of my committee members, Patricia Rubertone, George Hicks, and Shepard Krech III. Their task over, any shortcomings of the finished product are my responsibility alone. The field research was made possible through a generous grant from the Department of Anthropology, Brown University.

\*\* Department of Anthropology, Brown University, Providence, RI, 02912, USA.

include the impact of Christianity on traditional belief systems (Bastide, 1971), the retention of African mortuary customs of Barbados slaves (Handler and Lange, 1978), family histories and assimilation (Spitzer, 1989), and the relation of Africa to Afro-America (Dzidzienyo, 1985).

Resistance to slavery, an important component of African history in the Americas, took many forms including slave uprisings and revolts, feigned ignorance, work stoppages, suicide, homicide, and flight. The latter form of resistance often resulted in the formation of escaped slave communities, known variously as mocambos, quilombos, and maroon societies. These societies existed apart from the plantation system and often were developed by Africans who had just arrived in the Americas. Thus, they provide an important avenue of inquiry for those interested not only in resistance, but in creolization and the creation of new societies and cultures during a period of great upheaval. Relying on historical records, several scholars have attempted to reconstruct the histories of maroon communities and have placed their findings within the broader cultural issues mentioned above (Campbell, 1990; Price, 1973).

Unfortunately, mocambos have received the little attention from historical archaeologists, though some recent efforts are notable (Nichols, 1988; Orser, 1994; Guimarães, 1990; Funari, 1994). The difficulty for the archaeologist is due in large part to these societies having been located in inaccessible areas. Swamps, mountains, forests, and jungles provided natural defenses for the escaped slaves against the slave hunters. Another difficulty in the archaeological study of mocambos is one of village size and impermanence. Mocambos were most often short-lived scattered hideouts which were quickly abandoned or destroyed. The list of mocambos in the Americas is quite long; given the factors of geography and the desire for inaccessibility, it is also probably incomplete.

Perhaps the most well-known, largest, and longest-enduring mocambo was Palmares, located in Brazil in the seventeenth century. This maroon society, in existence from ca. 1605 to 1694, was the creation of slaves who escaped from the sugar plantations of northeastern Brazil. It was unlike most New World maroon societies, possessing a

highly organized social and political structure. Moreover, the presence of extensively irrigated fields, villages containing from 220-2000 houses, churches, iron forges, and a training village for a standing army attest to its permanence. Withstanding a major assault by colonial authorities after 1676, Palmares was finally destroyed in 1694.

Historical archaeology at Palmares aspires to understand the history of this maroon society and to address the broader issues of cultural change. Exploratory excavations conducted in 1992 and 1993, though limited in scope, revealed a diverse ceramic assemblage. Currently, archaeologists, following historian Décio Freitas, conceive of Palmares as a 'cultural mosaic' (Freitas, 1984). They suggest that the mosaic is somehow reflective of the many cultural groups thought to have lived at Palmares (Funari, 1994; Orser, 1994). Used as a model, however, the mosaic has several implications for interpreting the ceramic assemblage, including its static representation of cultural processes and its emphasis on material goods as bearers of culture. Drawing on the processes of 'syncretism' as formulated by Roger Bastide, I argue for an approach which emphasizes the historical context of Palmarino society.

The present research attempts to interpret ceramic diversity within a contextual framework. Specifically, I ask what cultural forces created an assemblage consisting of native, European, and locally-made (folk) pottery? Additionally, what do the different types of ceramics tell us about Palmarino culture and society? To facilitate this research I scrutinize seventeenth-century documents to place Palmares in the context of colonial Brazil. After a presentation of the archaeological data, I assess the suitability of the 'mosaic' as a model for archaeological interpretation. Finally, I interpret the archaeological assemblage within the context of Palmarino society drawing on Leland Ferguson's research of Colonoware.

## **2. Historical Context**

Seventeenth-century colonial documents, in addition to providing a rough chronological and military history of Palmares, provide insights

into Palmarino social and political organization, religious practices, and modes of subsistence. During its formative years, Palmares (palm groves) derived its name from the many palmetto trees growing in the region and the name referred only to a specific village or two or else was used very generally as in “the palmares” when referencing several scattered hideouts located in a particular region (Kent, 1973, pp. 174-175). Palmares, as the term is used today, refers to a group of mocambos which were in existence from the turn of the seventeenth century until 1694. Located in the present-day states of Alagoas and Pernambuco, Brazil, these communities were nestled in the foothills approximately 60-100km inland from coastal plantations stretching out over 140km running roughly parallel to the littoral.

Historical accounts of Palmares rely extensively on the *Diário da Viagem do Capitão João Blaer aos Palmares em 1645* and *Relação das Guerras Feitas aos Palmares de Pernambuco no Tempo do Governador D. Pedro de Almeida, de 1675 a 1678*<sup>1</sup>. These records were penned by government officials and soldiers who attempted to gather logistical information on the villages of Palmares. The content of the sources is largely descriptive containing information on topography, flora, fauna, village locations and sizes, and Palmarino defenses. Jürgens Reijembach’s assault of 1645, recorded in the *Diário*, was one of the first extensively-documented *entradas*, or military campaigns. Fernão Carrilho, whose military exploits are recorded in the *Relação*, was under specific orders to capture a village and establish a contingent that could assault neighboring mocambos. He sacked the Palmarino village of Subupira renaming it “Bom Jesus e a Cruz” and fortified it with many cannons (Conrad, 1984, p. 373; *Relação*).

In addition to recording their observations, the soldiers often spoke to individuals seized during the *entradas*. Several conversations revealed that the Palmarinos knew days in advance when soldiers were

---

<sup>1</sup>The documents have been appended to Carneiro, 1988. Subsequent references to these original documents will appear as *Diário* and *Relação*, respectively.

approaching and had subsequently abandoned or razed their villages to avoid capture. Moreover, the soldiers learned of other village locations, place-names, and about powerful individuals in Palmarino society such as kings Gangasumba and Zumbi, and chief Gangasona. Given the nature of these accounts, is no surprise that historians emphasize the final years and the ultimate destruction of Palmares (the post 1670s era is referred to as the Palmares Wars) (for example, Carneiro, 1988; Freitas, 1984; Ennes, 1948). The records, however, provide a glimpse into the everyday life of the society's inhabitants and permit a context from which to base further study.

Colonial resistance to the establishment of mocambos in northeastern Brazil began almost immediately after the slave trade commenced and Africans escaped from the plantations. A native Brazilian chief, Zorobabé informed governor Diogo Botelho (1602-1608) that there was a mocambo "in the palmares of (the) river Itapicuru" (Kent, 1973, p. 174). The governor enlisted the help of the natives to attack the mocambo quite unsuccessfully. Jürgens Reijembach noted two distinct Palmares in the *Diário* of his entrada. 'Velho', or old, Palmares had been abandoned in 1641 according to his informants, while 'Palmares Grandes', 'great' or 'big' Palmares, was still occupied though its inhabitants had fled, forewarned of the soldier's advance (*Diário*, March 18-19, 1645). After a period of relative silence in the documents during the middle of the seventeenth century the *Relação* reveals the astounding changes Palmares had undergone and also indicates a shift in colonial conceptions of the society. While in its formative years the scattered hideouts were a problem for colonial authorities to deal with, after the mid-seventeenth century, they were faced with a major military opponent (Kent, 1973).

In the northeast, mocambo of Zumbi, located 16 leagues from Porto Calvo; north of it, a 5 leagues distance, mocambo of Arotirene; along it two others called Tabocas; northeast of these, at 14 leagues, the one of Dombrabanga; 8 leagues north another, called Subupira; another 6 leagues north, the royal enclave of Macoco; west of it, at 5 leagues, the mocambo of

Osenga; at 9 leagues from our Serinhaem, northwest, the enclave of Amaro; at 25 leagues from Alagoas, northwest the palmar of Andalaquituche, brother of Zambi, and between all these, which are the largest and most fortified, there are others of lesser importance and with less people in them (*Relação*, English translations in Kent, 1973; Conrad, 1984).

No longer was Portugal faced with eradicating scattered hideouts but with confronting a highly organized society. As such, Palmares has been alternatively referred to as a Republic, State, and Nation (Orser, 1992). The term, 'united quilombos,' probably best captures the true nature of Palmares as it was under the rule of an elected king, Gangasumba (*Relação*).

How Palmares changed from being a group of dispersed mocambos to an organized society is unclear. Kent (1973) has argued that the political system of Palmares derived from several central African models and that in all likelihood people who had been in the ruling class in Africa provided the necessary knowledge and skill to unify Africans who hailed from very diverse cultural groups. Orser has suggested that Palmares was permitted to grow perhaps due to colonial economic interests (Orser, personal communication), while others hold that the growth was due to the lack of assaults during the Dutch occupation from 1624-1654 (Conrad, 1984, pp. 360 e 368; *Relação*). The entrada of 1645, however, casts doubt on this latter assessment. From the time of Carrilho's entrada in 1676-77 to its eventual destruction, Palmares withstood over fifteen colonial military campaigns. Finally, with the help of allied native Brazilians, the famed *bandeirantes* from São Paulo laid siege to Macaco, the royal enclave, in November 1694.

Palmares was a well-organized sedentary society which allowed it to operate for about one hundred years and continue to grow throughout much of that period. Many of the villages were quite large. Macaco contained 220 houses in 1645 and is reported to have had 2,000 in 1677. Other villages were comparable with Subupira, a village dedicated to training warriors, flaunting 500 houses and encompassing three mountains. Each settlement had formidable defenses including wood,

stone and mud palisades, one of which was surrounded by parapets full of caltrops (traps with deadly pointed wood or iron sticks). As early as 1645 Macaco had four smithies, a church and a "huge council house." One soldier remarked that the grandness of the villages was pronounced even when burned (*Diário*).

The records also provide a glimpse into Palmarino material and religious life. The presence of extensive and "beautifully irrigated fields" where the Palmarinos produce "cereals of all kinds" suggests that agriculture may have been a major undertaking. Moreover, they were able to supply enough food to take them through the winter and the long military campaigns. According to the *Relação*, the Palmarino leaders' "real strength" was the ability to provide ample food and security for the inhabitants. Conrad notes that "domestic animals, notably chickens and pigs, well-tended gardens, stores of food, and fishing and hunting equipment were common adjuncts, supplying fugitives with diets probably far better than those they had known on their master's plantations" (Conrad, 1984, p. 368). In addition to agriculture they were engaged in the manufacture of calabashes, baskets, and pottery. The tone of the *Diário* is one of amazement, the author noting that "all sorts of artifacts are to be found" (3/21/1645).

The *igreja* played an important role in Palmarino life. Carrilho notes:

although these barbarians have all but forgotten their subjugation, they have not completely lost allegiance to the Church. There is a *capela*, to which they flock whenever time allows, and the *imagens* to which they direct their worship. One of the most crafty, whom they venerate as *paroco*, baptizes and marries them. Baptismals are, however, not identical with the form determined by the Church and the marriage is singularly close to the laws of nature (*Relação*, translated in Kent, 1973; Conrad, 1984)

While the documents may be limited in their scope, they have provided the information and context for several interesting interpretations of Palmarino culture and society. The records tell us that

Palmares was built and maintained by escaped slaves who shared, in varying degrees, a common heritage. Thus, how might have various cultural traditions been interwoven into the fabric of Palmarino culture? Kent (1973) and Bastide (1960) have attempted to address these issues in the areas of political organization and religion. Using linguistic evidence Kent argues that the names of Palmarino villages had direct correlates to Central African words. Building on this connection, he goes on to suggest that the political system of Palmares derived from central African models. Bastide identified 'Africanisms,' retained 'African' cultural elements, in the belief systems of Afro-Brazilians. He concludes that these belief systems, while incorporating elements of Christianity, are indicative of 'tribal regression' and fetishism (Bastide, 1973). Whether one accepts the findings of these scholars or not, the documents provided a basis for their analyses which went beyond mere descriptive.

The *Relação* and *Diário* provide only a superficial glimpse into seventeenth-century life at Palmares. We are left to imagine what the villages may have looked like, what techniques were employed for constructing houses, how extensive local manufacture might have been, and a host of other questions. Archaeological excavations promise to aid in a more extensive interpretation of the society. The ceramic assemblage excavated from the Serra da Barriga provides archaeological evidence from which to interpret the social, economic, and political relations between the Palmarinos, colonists, and native groups. Moreover, the ceramics enable archaeologists to tackle issues central to anthropology concerning culture change and the formation of ethnic identity.

### **3. Historical archaeology at the Serra da Barriga**

Recognition of the importance of Palmares to Brazilian history and the shortcomings of the documentary source material prompted the formation of the Palmares Archaeological Project in 1992 by Professors Charles Orser Jr. and Pedro Paulo A. Funari. The project aspires to an interdisciplinary study of Palmares drawing on both the written and

archaeological record. To determine the feasibility of conducting historical archaeology at Palmares, Project members conducted exploratory excavations at the Serra da Barriga in 1992 and 1993. The Serra is reputed to be the location of seventeenth-century Macaco, the 'royal enclave' of Palmares. Location of the village relied on several lines of evidence: oral tradition; the construction of a monument to Zumbi, the last king of Palmares; and geographical references derived from seventeenth-century documents (Orser, 1992). Evidence of seventeenth-century pottery and the excavation of a double palisade wall are archaeological data that serve to strengthen the position that the Serra was indeed the location of Macaco. The two seasons of archaeological investigations resulted in the discovery of 14 archaeological sites on the Serra da Barriga though there are probably more to be found.

Post-occupation events on the Serra da Barriga have impacted several of the sites. A monument to Zumbi, constructed in 1982, effectively leveled off a large portion of site 1. Moreover, annual scraping of the monument area to prepare it for The Day of Black Consciousness festivities held each November, creates large deposits of earth around the site's margins. Additionally, manioc cultivation created a distinct plow-zone in some areas. As is often the bane of archaeological investigations, the practice of 'collecting' has probably gone on for quite a while as local inhabitants brought artifacts to the archaeology team. Notwithstanding these post-occupational events on the Serra, it is apparent after two seasons of excavations that a substantial number of archaeological sites on the Serra da Barriga have remained intact.

My analysis relies on the data obtained from Site 3 as it provided stratigraphic, ceramic, and structural evidence arguing for a seventeenth-century occupation. Subsurface, controlled test pits excavated at site 3 revealed that three major types of pottery were used contemporaneously. These types fall into the following general categories: native, European, folk (locally-made by the Palmarinos) (Table 1). The ceramic assemblage from site 3 consists of 366 sherds, 89% of which is native, locally-made, or undiagnostic and 11% of which is European in origin.

Moreover, a subsurface structure and daub, used in mud-and-thatch construction, are in temporal association with the ceramics. While this general ceramic pattern is also visible throughout most of the sites investigated on the Serra da Barriga, which yielded 2,355 ceramic sherds, archaeological contexts represented at these other sites is questionable, owing to conditions discussed above. Therefore, I rely on Site 3 for analysis of the ceramic diversity due to its tight stratigraphic control and probable contemporary association to seventeenth-century Palmarino occupation of the Serra<sup>2</sup>.

**Table 1 - Ceramic Types at Site 3<sup>a</sup>**

	Body	Temper	Wall <sup>b</sup>	Form	Surface Treatment	Attribution	Other
1.	brown	heavy grit	thin	closed	punctates	Tupinambá	
2.	brown	n.d. <sup>c</sup>	thin	closed, deep	none	Tupinambá? <sup>d</sup>	
3.	brown	light grit	thick	handle	lateral groove	Tupinambá?	
4.	red/tan	medium grit	thick	unk <sup>e</sup>	none	Tupinambá?	
5.	grey/ tan	none	thin/ thick	bowls	none	folk <sup>f</sup>	wheel-turned, burned outer surface
6.	buff	n.d.	thin	bowls, unk	lead-glazed	European	probably Dutch
7.	red	n.d.	thin		painted	Tupinambá	burned outer surface
8.	red	n.d.	thin		incised	Tupinambá	
9.	red	n.d.	thin		punctates	Tupinambá	

a - Table combines Orser (1992, 1993) and my research in 1994-95.

b - thin (<1cm); thick (>1cm)

c - no data available

d - ? - uncertainty exists as to this attribution; does not preclude being folk

e - unknown

f - specifically, of Palmarino manufacture

<sup>2</sup>These data presented in the following tables are quite limited for analytical purposes. The samples are derived from the limited testing of a very large archaeological site which will be more fully explored in coming years.

#### **4. Native Pottery**

Several classificatory schemes have been offered for archaeologists studying native Brazilian pottery. These frameworks, laid out initially by José Brochado (n.d.) and refined by Scatamacchia et al (n.d), are useful in the ascription of some of the Serra's assemblage to the Tupiguaraní ceramic tradition. Brochado based his typology on data gathered from over 1,000 pre-European native sites in Brazil ranging in location from the states of Maranhão in the north to Rio Grande do Sul. According to this typology, native ceramics are hand-made using the coil technique and exhibit grains of sand as temper. Pottery may be undecorated or decorated using plastic techniques such as incising, brushing, and carving. Red and brown pigments are the main colors for painted vessels. This general typology suggests, but does not prove, that types 2, 3, 4, and 7 listed in table 1 are of native South American origin (but see table note d). Building on and refining Brochado's typology, Scatamacchia developed guidelines for the identification of subtraditions of the Tupiguaraní typology, particularly in the area of vessel decoration. Scatamacchia's refinements were meant to standardize the classification schemes for Brazilian archaeology and are quite detailed. I concluded that four of the wares from site 3 exhibit stylistic patterns consistent with this classification scheme (Table 1 – types 1, 7, 8 & 9).

#### **5. European Ceramics**

European ceramics uncovered at Site 3 consisted of four varieties of lead-glazed earthenware. The first exhibits a yellowish-green glaze on the interior and has two reddish bands running parallel to each other. Although the vessel's form is not clearly discernible the application of such a decoration suggests that it was an unconstricted hollow or a flat ware. The second example has a yellow-green to pale yellow glaze on both the exterior and interior. The vessel was probably a small bowl and has a beaded rim. The next sample is a bowl with a flared rim. It reveals

a yellow glaze applied only to the interior. The last example appears to be a large bowl also showing a yellow glaze on the interior. All examples are buff-bodied.

Identification of the wares is problematic due to many similar pottery manufacturing techniques in use during the seventeenth and early eighteenth centuries. Three types revealed glaze only on the interior and all glazes were applied rather carelessly suggesting an earlier rather than later date of manufacture. Moreover, the sherds are similar to some samples from a Dutch fort (ca. 1640s) located a mere 60km from the Serra. Orser has identified the red-banded sherds as similar to those described by Wilcoxon (Orser, 1992, Wilcoxon, 1987) strengthening the possibility of Dutch affiliation.

## **6. Locally-made "Palmares Ware"**

The third type of pottery was manufactured locally. It must be recognized that several pottery sherds are undiagnostic and that the attribution of this particular ware to a local origin does not in any way preclude the fact that several various types of pottery may have been manufactured at Macaco. The ware appears to be wheel-thrown as no evidence of coiling can be discerned from cross sections. The body is smooth revealing no visible temper while the inside appears to have been worked by finger or by use of a tool such as a spatula or by the paddle and anvil method. The vessels are low-fired revealing a dark tan to grey color. All of the vessels were small, shallow bowls and all basal fragments reveal a flat base incorporated into the body (figure 1). Many examples appear to have been burned on the outside possibly attesting to their use in palmarino foodways though Macaco is known to have been razed by fire. Nothing was previously known about this pottery, the archaeologists from the Project never having seen similar wares. It is not a known European type and is quite different from native ceramic tradition (see table 1). The evidence strongly suggests that the ware was of local manufacture.

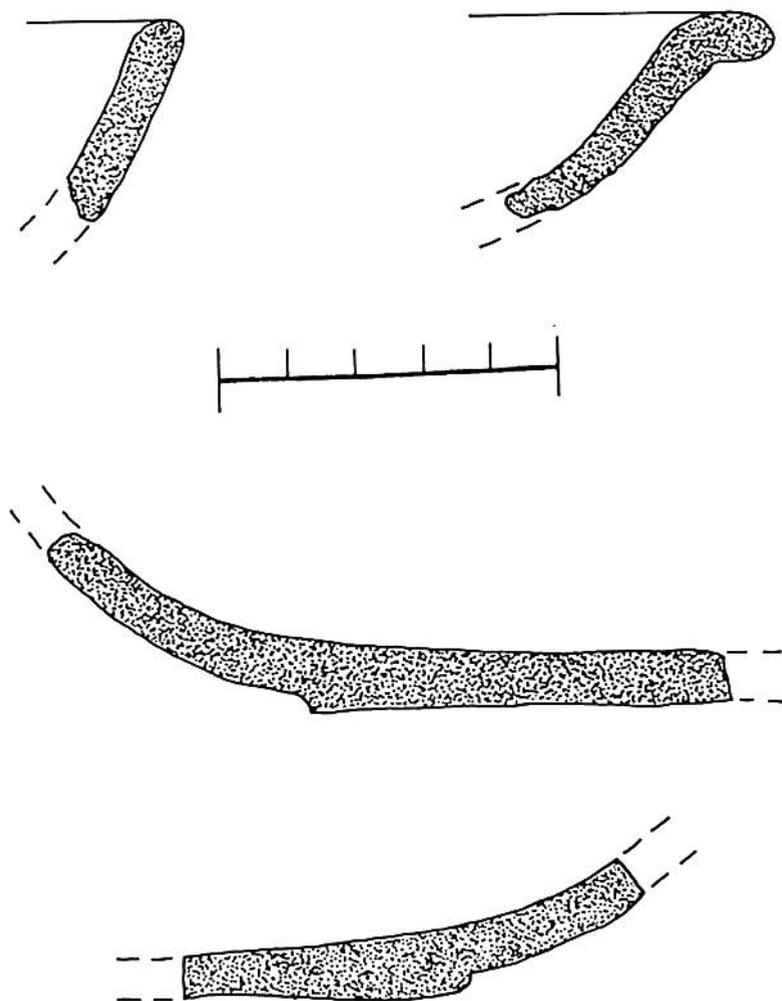


Figure 1 - Wheeled-turned Pottery (from Orser 1994)

I examined ceramic assemblages from several different sites for evidence of this type of pottery to determine whether it was regionally distributed. These comparative sources included missionary sites (17th-19th centuries) in the south and north of Brazil; pre-European native

sites in the Amazon basin and the northeast; and a Dutch fort used in the raids on Palmares during the mid-seventeenth century and located approximately 60 kilometers from the Serra da Barriga. Archaeological reports and collections housed at the Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, the Theo Brandão Museu, Maceió, Alagoas and the Universidade Federal de Alagoas, provided the comparative data. Coarse native earthenware similar to those described above and lead-glazed wares were found in some of these comparative collections. However, I did not find any examples of a type similar to the wheel-turned pottery<sup>3</sup>. With no evidence of the wheel-turned pottery in the comparative collections and no mention of the ware in archaeological reports, I was pressed to explain its presence.

In order to test the hypothesis that the wheel-turned pottery was manufactured locally, I turned to the documentary record. Palmarinos were involved in the manufacture of pottery and may have acquired ceramics by trading and raiding (*Relação, Diário*). Reijembach relates that the Palmarinos were engaged in various forms of manufacture including calabashes, baskets, and pots (Reijembach's *Entrada* 1645/Feb 23). Moreover the manufacture of pottery by slaves as a part of their daily tasks is well-documented in accounts from plantations throughout the New World. Slaves on the sugar plantations of Barbados, having learned European manufacturing techniques, constructed wheel-turned vessels to facilitate sugar and molasses production (Handler and Lange, 1978). Some pottery artisans from the Brazilian plantations probably found safe haven in Palmares and brought along their craft. Unfortunately no seventeenth-century source provides enough detail about what these wares may have looked like, the forms they took, their decoration, or how they were used. In sum, local manufacture of the wheel-turned pottery, hereafter referred to as Palmares Ware, is supported

---

<sup>3</sup>Unfortunately the artifact collection from a quilombo excavated by Guimarães was unavailable for study. Although the site is mid-eighteenth-century and located in Minas Gerais, some 1,500km to the south of Alagoas, a comparison may prove fruitful.

by the following: a seventeenth-century context; the lack of intersite and regional distribution; and, documentary and comparative historical evidence suggesting some form of pottery manufacture at Macaco. While further excavations in the northeast of Brazil (both within and outside of Palmares) may reveal evidence to the contrary, at this time it may be concluded that the ware was manufactured at Palmares.

The ceramic assemblage at the Serra da Barriga has been characterized as being diverse and the above analysis of ceramics from site 3 supports this assertion. But what cultural processes created the diverse assemblage? More importantly, how should archaeologists deal with ceramic diversity at this maroon society? Finally, are there suitable analytical models from which to tackle these questions and can they lead to an adequate interpretation of the Palmarino past?

## **7. Africanisms, mosaics, and syncretism**

Palmares was built by Africans who came from several cultural groups and it is thought to have provided a haven for a few Europeans and native South Americans. As such it is enticing to study how this community was established and maintained, and to reveal what archaeological signature may have resulted from these creative processes. On the other hand, a society which emerged from African's efforts a world away from home seduces the researcher into focusing on cultural elements assumed to be retained by these groups. Reconstruction of Palmarino culture history often falls prey to this seemingly straightforward line of inquiry which has several implications for archaeological study. The development of an adequate model for the archaeological interpretation of Macaco benefits from previous debates which have explored the transmission of so-called 'African Culture' to the Americas and the emergence of African-American culture.

At first glance, that Palmares was an 'African' society seems to be self evident. It was a society founded and maintained by Africans who escaped from the sugar plantations and the bonds of slavery. While it has

been suggested that their society also housed native Americans and the occasional European, its 'African-ness' is clearly emphasized in all of the literature. Many of the entradas and colonial government records mention the use of 'African' customs at Palmares and beyond. For instance, on their arrival in Recife to negotiate a peace treaty, Palmarinos, wearing only loincloths and braids and carrying bows and arrows, are reported to have prostrated themselves before governor don Pedro de Almeida and beat palm leaves upon the ground in his presence. Apparently the same reverence was afforded to Gangasumba and Zumbi, kings of Palmares. 'Pagan religion' (Bastide, 1960), 'African' political systems and village toponyms (Kent, 1973), and defensive systems (Kent, 1973; Schwartz, 1970) have all been used as examples of the reconstitution of an African heritage.

The position that Afro-American cultural practices may be reminiscent of similar traditions in Africa sparked a great debate among the leading scholars in Diaspora studies, E. Franklin Frazier and Melville Herskovits (Frazier, 1949; Herskovits, 1941; see also Mintz and Price, 1976 and Bastide, 1971). The two epitomize completely divergent positions on the role of African culture in the creation of Afro-American traditions. Herskovits, framing his assertions within acculturation studies, claimed that various levels of 'Africanisms,' or cultural survivals, were retained by Afro-Americans and played an integral role in the basis of their social lives (1941). Depending on social circumstances, such as the population density of people of African heritage and the social distance of a group from dominant European influences, and using "British functionalism" (Bastide, 1971, p. 2), Herskovits claimed that he could isolate Africanisms and index the rate of a groups' retention of these traits. The indexing criteria was a sliding scale ranging from a mark of 'a' ("very African"), 'b' ("quite African"), 'c' ("somewhat African"), 'd' ("a little African"), and finally, 'e' ("trace of African custom, or absent"). The marks were made for various aspects of social life. For example, Afro-Brazilians in Bahia received marks of 'd' in economic life but scored an 'a' in music (Herskovits, 1947, p. 615).

Frazier vehemently opposed Herskovits' claims on the importance of 'Africanisms' to Afro-American culture (1949). Frazier argues that the slave trade was so disruptive that it completely undermined the social of African groups. Where Herskovits assumed the homogeneity of an 'African culture,' Frazier asserted that there were numerous cultural traditions represented in the Diaspora and that any idea of reconstituting their heritage was inconceivable. The traumatic affects of slavery required Africans in the Americas to look to the dominant society for the core of their political and social organization. Thus the religion of Afro-Americans, their family structure, and other aspects of life were completely derived from Euro-American models. The 'survivals' that "Herskovits is so fond of" existed only as 'flavor' for these groups (Bastide, 1971). Clearly, one can see the usefulness in some aspects of these positions and Bastide characterized the debate as one which flowed from the respective disciplines of the two scholars – Frazier, a sociologist – Herskovits, an anthropologist<sup>4</sup>. While no longer accepted in their extreme forms, the two academics' views provide a useful basis for developing a model for understanding Palmares.

The acceptance that 'African Culture' could be transplanted wholesale involves two assumptions about the nature of culture. First is that there existed a so-called 'African Culture' to begin with. The second assumption is that historical forces have little affect on culture. In their writings on Africans' experiences in the Americas, Mintz and Price (1976) contend that historical circumstances required the creation of a new Afro-American cultural identity. Their thesis on the creation of Afro-American culture is particularly applicable to the study of Palmares. In developing their argument, Mintz and Price set out to determine that Africans faced too many barriers to 'maintain' their

---

<sup>4</sup>Though peripheral to the argument at hand, the debate between Herskovits and Frazier was also ideologically-charged. In the latter's view, Herskovits' arguments meant that Afro-Americans, when left to their own devices, could not or would not develop socially to the degree of the larger society. Frazier held that Afro-American culture was of 'European' derivation anyway and the issue of impediments to progress was one of racial barriers (Bastide, 1971).

cultures. They argued this from two angles. First, contrary to Herskovits, they asserted that an 'African Culture' simply did not exist. Africans, in their view, consisted of numerous diverse, albeit similar, cultural groups. Thus, to speak of the transplantation of 'African Culture' required the reexamination of 'African Culture' itself. A second barrier was the randomization of Africans from any particular cultural group. They suggested that this randomization was effected on two levels. First, slave raiders preferred the young to the old. As the elderly generally possess more cultural knowledge than the young, their absence would seriously limit the transmission of traditional lifeways. Second, to reduce the possibility of slave uprisings on the plantations, purchasers attempted as much as possible to separate those slaves who spoke the same language. Thus, in the wake of such obstacles, Africans had to remake themselves as all people do in the course of living, learning, and adapting.

The notion of survivals portrays culture as static rather than dynamic and would seem to preclude adaptation and the conscious manipulation of symbols. Though Herskovits wrote that cultural elements could be "reinterpreted" his method of analysis clearly imparts a 'static-ness' to these survivals. Africans were captured in slave raids, transported across the Atlantic often stopping in several ports, inducted into the plantation system, pressured into Christendom, and often separated from family and friends. Those who managed to runaway to Palmares were faced with an unfamiliar physical and social environment. Their daily lives focused around a constant attention to defense against the colonial government, forging relationships with native groups, acquiring supplies necessary for survival, and building a new society. In the face of such change, it is doubtful whether complete systems could be transposed. Though Palmarinos certainly drew on pools of available symbolic and material sources, it is not safe to assume that these practices held the same symbolic meaning that they had in Africa. Mintz summarizes the argument succinctly, writing:

...the history of a particular skill, artifact, belief, plant or food is not the same as its employment and the symbolic meanings

it has for the members of a continuing society. Culture has 'life' because its content serves as resources for those who employ it, change it, incarnate it. Human beings cope with the demands of everyday life through their interpretive and innovative skills, and their capacity for employing symbolism – not by ossifying their behavioral forms, but by using them creatively. Thus, quite aside from the question of historical origins, the cultural resources of Afro-Americans and of Afro-American cultures are by no means limited to those elements or complexes that are probably African historically; such origins are far less significant than the continuing creative employment of forms, whatever their origins, and the symbolic usages imparted to them (Mintz, 1974, pp. 19-20).

Underscoring the problems with taking a static perception of culture are the studies conducted by several scholars which are replete with inconsistencies (Herskovits, 1941; Bastide, 1960; Thornton, 1992). For example, John Thornton, in *Africa and Africans in the Making of the Atlantic World, 1400-1680*, contradicts himself writing that Africans “did not maintain their cultures intact” while previously asserting that a group of slaves “could transmit, develop, or maintain African culture” (Thornton, 1992, pp. 204-206), in the final analysis he appears to agree with Mintz and Price.

Lacking the ethnic and cultural specificity necessary to maintain or recreate their African cultures in the Americas, the slaves necessarily had to form a new culture...(as)...the Atlantic environment was so different than the African one, socially, ecologically, politically, and the like, the internal dynamic of each African culture, if it operated at all in this disruptive environment, was altered...Out of this mass of interaction would gradually emerge an Afro-Atlantic culture (Thornton, 1992, p. 184)<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup>Thornton did not, however, assume that ‘Afro-Atlantic’ culture was homogenous which may be implied in the passage.

Herskovits reflects this line of thought, writing:

whether Negroes borrowed from whites or whites from Negroes, in this or any other aspect of culture, it must always be remembered that the borrowing was never achieved without resultant change in whatever was borrowed, and, in addition, without incorporating elements which originated in the new habits that, as much as anything else, give the new form its distinctive quality (1941, p. 225)

Most current Diaspora scholars agree that several cultural groups were represented in the slave trade and that Africans forged a new culture in the Americas. Recognition of this presents investigators with the problem of discovering how these differences manifested themselves in Afro-American culture. Décio Freitas (1984) applied the concept of 'cultural mosaic' to Palmares, a term which is meant to reflect the presence of several cultural groups in the community (Orser, 1994). Subsequent scholars have followed Freitas and used this term in attempting to understand and reconstruct seventeenth-century Palmares (Funari, 1994; Orser, 1994). At first glance, the term 'mosaic' seems an appropriate characterization: Africans of various cultures piecing together a society reminiscent of Africa.

Apparently, a 'mosaic' seems to make 'sense' in characterizing Palmares and may be the reason it has been invoked without careful scrutiny. It is important to note that the image on the tile itself is immutable – it does not change. If the analogy of Palmares as a mosaic is an appropriate one, then each tile represents a particular culture or tradition. To understand the mosaic requires one to isolate and identify each tile which has several implications for explaining ceramic diversity. Ceramics, and their elements such as form and decoration, would represent different cultural traditions. Thus, the focus of study would be to discover the cultural affiliations of each sherd or vessel. If the diversity of the assemblage is understood to reflect the cultural mosaic we are forced to accept that the artifacts themselves are carriers of culture, irrespective of the contexts in which they are used. A tile, in this

mode of thought, would represent a 'cultural survival' and clearly, the model falls prey to the same criticisms outlined above.

The mosaic model must assume that cultural 'traditions' are transplanted wholesale implying that they retain the same meaning in Africa as in Brazil. Such a static perspective, however, may veil a unique 'Palmarino culture'. Current anthropological thinking holds that "cultural structures are never static; (they) are transformed as they are reproduced in the ongoing historical process of a society" (Rogers and Wilson, 1993). Unlike tiles in a mosaic the Palmarinos were affected by their experiences: capture in a slave raid, transatlantic shipment, plantation slavery, and escape to Palmares. If indeed the segments of the cultural mosaic represent cultural groups and people, they looked quite different from the African mosaic to the Brazilian one. Moreover, the presence of European and native ceramics, originating apart from Palmarino society, did not reflect in any way a tile in the mosaic. Material items are a manifestation of cultural processes, and manufactured, used, and discarded, within a cultural system. The mosaic approach effectively takes archaeological interpretation out of the social, political, economic, and environmental context of Palmarino culture. The shortcomings of the mosaic as an analytical framework have been noted by other anthropologists as well. Robert Redfield asserted that the folk cultures of the Yucatan are not like individual paints in a paint box (read mosaic) but more like the colors in a spectrum or "shades of grey" (Redfield, 1941). It follows that the study of palmarino culture should be understood in the same manner.

The criticisms outlined above indicate the importance of traditional African *influences* in Afro-American culture. Archaeologically, these influences may be manifest in the decorative arts, architecture, and settlement patterns. The symbolic systems within which portable and nonportable artifacts conveyed meaning, whether arguing for African influence or not, must be understood within the specific social context in which they were used. Therefore, tracing cultural correlates in African-inspired traditions, material or otherwise, in addition to being quite problematic (Thornton citing Posnansky,

1992), certainly does little to advance our understanding of a specifically Afro-Brazilian, and Palmarino, cultural history (Handler and Lange, 1978, p. 214).

It is imperative to remember that as Africans built and maintained Palmares they forged a new culture and the concept of 'syncretism' may best illustrate this process. Syncretism is defined for present purposes as the fusion of cultural elements from various sources which are then symbolically renegotiated into various cultural systems. It is employed in this discussion to emphasize *context* in understanding Afro-Brazilian culture and society. Syncretic models have been used by Bastide mostly in the area of Afro-American religious practices (1971, 1960). Although he never actually defines the term, he proposes two levels of syncretism which are of pertinence to this discussion. The first is "mosaic syncretism" which shares similar features of the cultural mosaic. This model assumes that elements are adopted into the overall framework of various religious beliefs as illustrated by the use of Christian Saints for deities in Candomblé and other African-inspired religions. Rather than attain new meanings, these symbols merely added to the system. Bastide suggests that this was a process of "amalgamation," which never took the form of "true syncretism." The second syncretic process is that of "reinterpretive syncretism" which may be thought of as a creative process. This perspective focuses on the "syncretic traditions fusing African and Brazilian elements" (Orser, 1994). According to this process, various cultural traditions are *fused*, setting the concept of syncretism, as it is utilized here, apart from the mosaic or "mosaic syncretism." This model of syncretism holds that cultural elements are adopted from various sources and *renegotiated* into new cultural systems which leaves room for the creation of new traditions to meet current needs. Like Herskovits and Thornton, however, Bastide's methods for analysis, like others who have adopted syncretic models, present difficulties for interpretation often leading to confused results.

Kent's study of Palmarino political development utilizing linguistics and cultural practices (1973) and Bastide's analysis of social and religious practices in maroon societies (1973) are notable. While

each attempted to trace 'Africanisms,' in developing their studies, in the final analysis the differences between so-called African cultures and Brazilian maroon societies was glaring. Bastide, in portraying cultural elements as transmitted intact, seemed to ignore the model of reinterpretive syncretism to explain his findings. Kent perhaps sticks closest to the notion of African survival concluding that the political system of Palmares did not spring from a single system but from several Central African models. It is clear that his analysis did not give weight to the adoption of native social elements as suggested by Schwartz who argues that the incorporation of native systems of organization by maroons was not uncommon (Schwartz, 1973). Bastide claims that "a communal way of life was practiced in the quilombo... indicat(ing) a return to African Traditions" (Bastide, 1973, p. 195). Moreover, "in most cases, as in Palmares, we are dealing with 'tribal regression', a kind of return to Africa" (*Ibid.*). Again this analysis appears to put aside his own convictions of syncretism as the *Relação* clearly suggests that Palmarino religious practices were a fusion of western and traditional belief systems (see above citation from Kent, 1973).

A partitive method, like that which might be used if one were to conceive of Palmares as a cultural mosaic or if syncretism is not taken to its fullest extent, requires taking each element out of its context. Clearly, as illustrated by the efforts of Kent and Bastide, such an approach is not fruitful and leads to inconsistent analyses. The assertion that African 'elements' were incorporated into palmarino culture is not doubted – but their meaning certainly changed.

The purpose for outlining the process of syncretism is two-fold. First, it developed as a model to understand the African Diaspora to the Americas and any discussion of anthropological theory concerning Afro-American culture must deal at some level with syncretism. Second, and most important for present purposes, is the emphasis the concept of syncretism places on *context*. "Archaeologists use the term context in a variety of ways which have in common the connecting or interweaving of things in a particular situation or groups of situations" (Hodder, 1992, p. 123). Interpreting the ceramic diversity from a contextual approach

requires placing the assemblage in relation to the human and physical environment. Contextual interpretation permits understanding the role of ceramics as they pertain to networks of exchange, social organization, settlement patterns, the creation of identity, and so forth.

The preliminary nature of excavations at Macaco preclude a thorough contextual interpretation of the many facets of Palmarino life but do permit me to broach two issues. First, the native and European components of the assemblage indicate the extent of Palmarino exchange networks. Second, the Palmares Ware reveals the meaning it may have held for the creation of Palmarino culture and identity considering the historical context of that society.

## **8. Ceramic diversity and Palmarino society**

Explaining ceramic diversity, depending on the site under study, may attempt to understand a plethora of cultural processes (Ornton, 1993; Sinopoli, 1991; Hodder, 1992). Diverse assemblages at Palmares may obtain from social organization indicating status or hierarchy, cohabitation with Europeans and native Brazilians, ethnic group affiliation within Palmares, and so on. Even though archaeological research on the Serra da Barriga is in the preliminary stage, the ceramic diversity sheds light on Palmarino exchange networks and social identity.

The presence of native pottery at the Serra da Barriga is not at all unexpected. Native Americans, and in particular the Tupi, lived all along the littoral prior to Portuguese settlement. As the Europeans arrived natives were captured and placed into slavery to facilitate the brazilwood trade and was generally a profitable endeavor. The wood was used by the European textile industry for it yielded a rich red dye and until the advent of the sugar economy was the major Portuguese pursuit in Brazil. Native Brazilians, lacking immunity to European diseases and weakened by laborious tasks, died in great numbers shortly after contact. With the beginning of the sugar plantation economy in Brazil, together with its

arduous working conditions, the Portuguese concluded that the native Brazilian would not suffice as slave labor (Merchant, 1942).

Recognizing the need for cheap labor the Portuguese began importing slave labor in the early to mid sixteenth century (Merchant, 1942). Africans were more resistant to Old World disease and could perform the required labor though conditions usually ensured an early death. Concomitant with the processes of colonization and the forced African Diaspora was the displacement of native groups and the flight of African slaves. Those who could, escaped to the interior away from coastal plantations and beyond the reach of colonial authorities. Thus, both natives and Africans were placed into contact with other native American groups living in the hills and beyond.

Native pottery uncovered at the Serra may point to the hill as a native American settlement (pre- and/ or post-European), may indicate that Palmarinos and native groups co-habited the Serra, or may reveal that the Palmarinos acquired these goods through trade and/or raids. Numerous references indicate that maroons often sought refuge with native groups and often became powerful members in Native Brazilian societies (Schwartz, 1973). At present, however, there is not enough archaeological evidence to warrant the conclusion that natives lived at Macaco though in all likelihood there was some direct involvement. At present, little documentary evidence exists on the relationship between the Palmarinos and native groups seriously limiting interpretive power. Thus the presence of native wares is unclear but nonetheless indicates some form of Indian/Palmarino interaction.

The Palmarinos were able to acquire European manufactured wares attesting to their relationship with the local settlers. Presence of lead-glazed earthenware, slipware, and maiolica at Macaco in the seventeenth century supports the documentary record which reveals that the *moradores* were involved in extensive trade with the mocambos of Brazil (Conrad, 1984). Moreover, maroons were known to enter Portuguese villages and plantations to raid and recapture Africans still in slavery (*Relação*). Though probably seeking goods unavailable to them and possibly beyond their manufacturing capabilities, such as guns and

ammunition, the Palmarinos' raids probably enabled them to acquire various items including clothing, tools, and pottery. Merchants and settlers trying to profit from the slaves' plight or perhaps sympathetic to their cause were admonished by the Crown and Palmarino/colonist cooperation was of great concern of the colonial authorities probably for two general reasons. Perhaps the authorities were concerned that such a relationship would enable Palmarinos to remain strong, posing an even greater oppositional force. It was already difficult for the colonial government to mount successful attacks and their future endeavors would suffer as Palmares grew became more entrenched, both in social and political organization, and increasingly important to the regional economy. Another consideration might have been that Palmarinos were undermining the economy of the colony. Merchants traded guns and information for agricultural products grown by Palmarinos and silver and gold that some had obtained in *razzias*, or raids. Portugal had been spending an enormous amount of money waging military campaigns against Palmares. An independent supply source, undermining the European-Brazil trade, would have been salt in the wound.

The presence of native and European ceramics begins to underscore the extent to which Palmares was integrated into a larger, regional system. We can see that Palmares was not a society that sought to isolate itself from its neighbors and these two aspects of the ceramic diversity are illustrative of the need to concentrate not solely on local ethnographies in historical archaeology (Schuyler, 1988) but on the broader level (Orser, 1994). Moreover, these artifacts, manufactured outside of the Palmarino cultural system, held meanings different from the cultures in which they originated. It is doubtful at this time whether any statements on Palmarino taste, status, or preference can be offered using native and European ceramics. Without intra-site spatial relationships from which to contextualize the assemblage, and without a more fully developed archaeological research program in northeastern Brazil, our interpretive powers are quite limited.

The mosaic approach would certainly lead to a different interpretation. According to that model, for instance, a native or Dutch

assemblage is indicative of direct cultural influence if not the physical presence of members of those cultures (Orser, 1994). Though there may be some indication of the physical presence of non-Palmarino people, the artifacts themselves were introduced into the system under a new set of symbolic meanings. A dynamic model, such as syncretism, recognizes the difficulty in making such assumptions, and limits interpretations until more contextual evidence, both archaeological and documentary, is forthcoming.

### **9. Slave resistance and the creation of culture and identity**

To understand the role folk pottery had in the creation and maintenance of palmarino culture and identity, I turn to North American archaeologists' interpretations of Colonoware (Ferguson, 1992, 1991; Deetz, 1993). Studies of this pottery range from its role in resistance to slavery and Afro-American foodways to more theoretical issues concerning the creation of distinct cultural traditions and ethnic identity. Research on the significance of Colonoware in understanding African-American and 'slave culture' has been ongoing for a number of years and I can not, at this time, hope to offer as sophisticated an interpretation for Palmares Ware. However, both Colonoware and Palmares Ware are examples of a 'folk pottery'; that is, they are thought to have been produced by specific, identifiable groups. Of use here is the extensive and developed research that has been conducted by archaeologists on plantation sites throughout the southeastern United States.

Colonoware was identified by Noël Hume in 1962 and was originally thought to have been of Native American manufacture. Though few questioned this attribution, evidence began pointing to its having been manufactured by African slaves. These assertions were due to the wide distribution of the ware. As more and more plantation sites were excavated, archaeologists uncovered similar pottery on sites ranging from as far afield as Tennessee and Georgia. Moreover, the native groups previously thought to be the manufacturers of the ware were being displaced at the same time that frequencies of Colonoware

were on the increase (Deetz, 1993; Ferguson, 1992). The increase in Colonoware correlated with an increase in African slave importation in the southeastern colonies. Richard Polhemus observed in 1977 that “the single historically-documented factor linking ‘Colono-Indian’ pottery producing settlements on the coastal plains of Virginia, and North Carolina, with those in the uplands of South Carolina and the Tellico blockhouse, is the presence of Negroes at the sites in question” (Polhemus, 1977 cited in Deetz, 1993, p. 84).

Comparisons between the two types of pottery reveal that they are not similar in every detail. Colonoware is a handmade pottery, while Palmares Ware is wheel-turned, though both are unglazed. They appear to have been fired at low temperatures and exhibit a tan to grey body. Most Colonoware is undecorated, like Palmares Ware, although maker’s marks have been found on some Colonoware bases which have also been discovered on vessels manufactured in Ghana (Ferguson, 1992). Shallow bowls are the most common vessel form for both, although northern Colonoware appeared to borrow heavily from English forms and include: pipkins, milk pans, porringers, large punch bowls, chamberpots and tea pots (Deetz, 1993).

The differences in Colonoware vessel forms from plantations located in Virginia to those from Southern plantation sites in Georgia has been explained by the differences in colonist/Afro-American interaction (Ferguson, 1992; Deetz, 1993)<sup>6</sup>. While the forms from the Northern plantations closely replicate English forms, the Southern plantation slaves were in a position to control more directly their individual food preferences and thus the forms of their foodway-related manufactures. The physical structure of Southern plantations effectively isolated slaves from everyday, intimate contact with European colonial society. Often, slave overseers were also African American and contact with

---

<sup>6</sup>The relationship between vessel form and slave quarters/plantation house proximity may be an artifact of the archaeological sample. Genovese (1972) notes that 50% of the slave population were not employed on plantations (defined as consisting of more than 20 slaves) but on farms and that the small slave owner often worked side-by-side with the slaves.

Euroamericans was very limited. The workers would leave the slave quarters for work in the fields, have contact mostly with other Africans, and return to their dwellings. Such a system was apparently not the case in the northern plantations where slaves were often in closer contact with their masters. Deetz suggests that the separation or proximity of slaves' and masters' habitations and interaction spheres was reflected in the material culture – the northern Colonoware being heavily influenced by English forms with the southern plantations revealing forms suggesting a varied culinary culture.

Ferguson has suggested that traditional African foodways were carried over to North American plantation sites (1992). The shapes of bowls and lack of cutlery marks indicate a preference for cuisine very much in keeping with many African groups' foodways. Drawing on comparative studies of African culinary culture, the use of pots and shallow bowls suggests the following:

The large pots are used to prepare whatever starchy food that might be used, such as manioc, samp, or rice. A mix of vegetables, meat or fish, and spices is cooked in a smaller pot, and the dish is served by placing the starchy base in a shallow bowl and spooning the meat and vegetable sauce over it, consuming it with the fingers (Ferguson, 1992, p. 97).

As with the Colonoware uncovered on Southern plantation sites, the principle vessel form of the Palmarino ware is a shallow bowl. The bowls reveal no cutlery marks suggesting the use of leaves, bread, or the fingers to scoop up the meal. Moreover, some sherds are scorched on the outside. While the houses of Macaco are known to have been razed by fire with all of their contents including pottery, excavations at site 3 do not reveal such an association and it is quite likely that these bowls were burned by use in the hearth. No large cooking pots were uncovered but this may be due to the preliminary nature of the excavations.

Evidence of foodways at Palmares unfortunately does not enjoy the rich documentation available for those studying North American plantation slavery. We do know, however, that Palmarinos were engaged

in fully-developed agricultural pursuits, growing “all kinds of cereals” which probably included corn and manioc. The preparation of these staples might have been similar to the preparation of similar foods as argued by Ferguson. In northeastern Brazil, particularly in Bahia, as in the southern United States, African-inspired cuisine is very much a part of the culinary culture. These connections are quite intriguing, suggesting that Palmarinos may have constructed vessel forms in keeping with a new way of cooking which may hold similarities to previously-held traditions. As archaeology at the Serra da Barriga is still in its infancy, however, such in-depth analyses will have to await further investigations.

Ferguson has extended his study beyond foodways to issues related to the creation of Afro-American culture and to the resistance of slaves to colonial society. “African Americans did not disappear into the so-called American melting pot but used their African inheritance together with newly encountered things and ideas to create a distinct creolized African American culture” (Ferguson, 1992, p. 118). Ferguson follows Hodder who states that “the daily use of material items...recreates from moment to moment the framework of meaning within which people act” (Ferguson, 1992, p. xlv; Hodder, 1982, p. 10). Cultural traditions are manifest in such things as hair style, personal adornment, calabash decoration, architecture, stories, and foodways. It follows that even a ceramic vessel has a role in reifying accepted cultural norms. Ferguson suggests that in the creation of Afro-American culture, Colonoware can be understood on two interrelated levels. First, that in the creation of a distinct material assemblage, plantation slaves set themselves apart from the material world of Anglo-America. Second, the manufacture of pottery may be viewed as a form of resistance; an opposition that, while not overt, clearly marked a boundary between masters and slaves. Ferguson calls the latter ‘unconscious resistance’ (1991).

Ferguson’s two assertions provide a framework from which to interpret Palmares Ware and are particularly applicable within the context of seventeenth-century Palmares. The role of Palmares Ware can

be addressed by contextualizing the reasons for the creation of Palmares. First, the rejection of the colonial slave system and second, an interest in maintaining a lasting and viable society. Resistance to slavery took many forms including feigning ignorance, work stoppages, rebellion, and flight. Clearly the Palmarinos were overtly resisting plantation slavery by running away but were they reacting against the *institution of slavery* or the *colonial slave system*? Many Palmarinos were all too familiar with slavery and it is interesting to note that some form of slavery was practiced at Palmares, though apparently quite different from the chattel slavery of the colonial system (*Relação*). According to seventeenth-century sources, slaves captured from plantations were placed into servitude for other inhabitants of the community. To secure their freedom, the palmarino slaves had to kidnap plantation slaves and bring them back to Palmares. Though the documents do not reveal the rationale behind such a system, it might have functioned to increase the society's population thus enabling Palmarinos to present a stronger defense against the colonial authorities. It is without question that the slave system limited the opportunities of Afro-Brazilians and we might attempt to understand the Palmarinos as resisting the slavocracy and uniting in order to form a cohesive political opposition which was in the position to control its own destiny. The colonial government sued for peace indicating Palmarino success in this endeavor; they successfully organized themselves requiring the Portuguese to take notice of their emerging society.

It is not disputed that Africans were brought to Brazil against their will. But does it follow that they all wanted desperately to go home once they were free in Palmares? There existed at Palmares extensive irrigated fields, a highly organized political and social structure, and a standing army which the Crown could do very little about for almost one hundred years. Moreover, many of the inhabitants of Palmares were born there and had never known Africa or the slave system. Additionally, Palmarinos did not live in squalor. The *Relação* and the *Diário* relate that their villages were quite grand and had a developed infrastructure as evidenced by the presence of churches, iron forges, a military training

camp, and so forth. The *Relação* indicates that the real strength of Palmarino leaders was their ability to provide food and security for the inhabitants.

The use of African-derived village names (Kent), the practice of a syncretic religion (Bastide), settlement patterns (Schwartz), modes of dress (*Relação*), and so forth, resulted in a distinctiveness between escaped slave communities and colonial society. I propose that the apparent 'Africanness' of Brazilian mocambos is best understood as the conscious manipulation of a symbolic and material world to stress separation from the colonies. This construction allowed the Palmarinos to emphasize their difference, while they continued to maintain economic and political relationships with colonial society. This is not to imply that each and every aspect of palmarino life was an overt emblematic display of identity. Rather it serves to portray these escaped slaves as being fully cognizant of the colonial situation and constructing a culture and identity which could be used in their interactions with the Dutch and Portuguese colonists.

The use of cultural traditions suggests that Palmarinos may be understood as an ethnic group<sup>7</sup>. As utilized herein, an ethnic group contains the following elements: first, a common belief that something is shared among the members of the group; second, that these beliefs effectively create boundaries which separate the group from others. Moreover, cultural elements, real or invented, can be emphasized to set one group off from another. But ethnic identification is not a one way street; non-members must also recognize the groups' validity.

---

<sup>7</sup>This discussion of ethnicity does not assume that Palmarino identity was the only one used by the inhabitants of Palmares. It is quite probable, particularly as people from several cultural groups lived at the community, that multiple identities were used. For instance one might have been a Palmarino while interacting with native groups or with the colonists, and Betwebe when involved in relations at Palmares. At present, however, the documentary and archaeological data do not permit an adequate analysis of intra-Palmares social relations. Therefore, I limit my discussion of ethnic identity to that which ensued in the context of colonist and Palmarino interaction.

Maintaining economic ties, as illustrated in the ceramic assemblage, and political relations with the colonial and native Brazilian worlds, the maroons expressed an identity in contrast to these groups. Palmarino ethnicity served to regulate interactions with their neighbors.

The historical documents illustrate and provide evidence of the constitution of Palmarino ethnicity. The Portuguese and Dutch settlers thought of the maroons as a distinct social group. The documents reveal that colonists were upset because the 'quilombolas' were raiding their villages, stealing goods and slaves. Moreover, the treaty of 1677 was entered into by the Portuguese Crown and the Palmarinos. Conversely, the Palmarinos who entered Recife to discuss the treaty exhibited a style of dress unlike the colonists and carried spears though more effective weapons were certainly at their disposal (*Relação*). Additionally, these maroon delegates were sent to represent Palmarinos, differentiating between recent arrivals and those not born at Palmares.

Like plantation slaves in the North American southeast, Palmarinos were faced with having to create a new culture in the presence of an unfamiliar social and natural environment. Palmarinos overtly resisted the colonial slavocracy by running away and their continued resistance can be seen in the use of cultural symbols such as place-names, clothing, and in the creation of a material world, the manifestation of which was clearly distinct from that of the Dutch and Portuguese colonists and native Brazilian groups. Just as Afro-Americans reconstituted their identity just by being themselves, so too did the Palmarinos. They were actively creating a separate society in the use of place-names and by practicing a syncretic religion. It is doubtful whether a shallow bowl, however, was used as an emblematic display of an ethnic identity. But in line with Ferguson's assertions, the Palmarinos were creating a material world quite distinct from the colonial society. If one were privileged enough to take supper at the home of a merchant in Recife and at Zumbi's home in Palmares, the differences in material assemblage would be glaring. Remarking on plantation slavery, Creel writes, "insofar as people develop their own culture they are not slaves" (Ferguson, 1991, p. 120). Ferguson adds that "insofar as people create

their own culture in the face of slavery's opposition they resist slavery" (Ibid.). Moreover, "archaeological research helps us to see the contrast between the world the slaves built and the one they rejected" (Ibid.).

## References

- Andrews, G. (1991). *Blacks and Whites in São Paulo Brazil, 1888-1988*. Madison, University of Wisconsin Press
- Bastide, R. (1973). The Other Quilombos. In: Price, R. (ed.) *Maroon Societies: Rebel Slave Communities in the Americas*. New York, Anchor Press.
- . (1971). *African Civilizations in the New World*. New York, Harper Torchbooks.
- Beaudry, M. (1991). Artifacts and Active Voices: Material Culture as Social Discourse. In: McGuire, R. and Paynter, R. (eds.) *The Archaeology of Inequality*. London, Basil Blackwell.
- Brochado, J. (n.d.). A Tradição Cerâmica Tupiguarani na América do Sul. *Clio*.
- Cadamosto (n.d.). *Voyages of Cadamosto and Other Documents on Western Africa in the Second Half of the Fifteenth Century* G. R. Crone, ed. London, The Hakluyt Society, 2nd series, v. 80.
- Campbell, M. (1990). *The Maroons of Jamaica, 1655-1796, A History of Resistance, Collaboration, and Betrayal*. Trenton, NJ, Africa World Press.
- Carneiro, E. (1947). *O Quilombo dos Palmares*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira. Includes extensive appendix containing the primary documents related to Palmares; pp. 187-246.
- Cleland, C. (1988). Questions of Substance, Questions that Count. *Historical Archaeology*, 22(1):13-17.
- Conrad, R. (1984). *Children of God's Fire: A Documentary History of Black Slavery in Brazil*. University Park, Pennsylvania, The Pennsylvania State University Press.

- Deagan, K. (1987). *Artifacts of the Spanish Colonies of Florida and the Caribbean, 1500-1800*. Washington, D.C., Smithsonian Institution Press.
- Deetz, J. (1993). *Flowerdew Hundred: the Archaeology of a Virginia Plantation, 1619-1864*. Charlottesville, University Press of Virginia.
- Degler, C. (1971). *Neither Black nor White: Slavery and Race Relations in Brazil and the United States*. Madison, WI, University of Wisconsin Press.
- Dzidzienyo, A. (1985). The African Connection and the Afro-Brazilian Condition. In: Fontaine, P. (ed.) *Race, Class, and Power in Brazil*. Los Angeles, UCLA.
- Ferguson, L. (1991). Struggling with Pots in Colonial South Carolina. In: McGuire, R. and Paynter (eds.) *The Archaeology of Inequality*. London, Basil Blackwell.
- . (1992). *Uncommon Ground: Archaeology and Early African America, 1650-1800*. Washington, D.C., Smithsonian Institution Press.
- Freyre, G. (1946). *The Master and the Slaves: a Study in the Development of Brazilian Civilization*. New York.
- Frazier, E.F. (1949). *The Negro in the United States*. New York.
- Freitas, D. (1984). *Palmares: A Guerra dos Escravos*. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- Funari, P.P.A. (1994). Maroon, Race, and Gender: Palmares Material Culture and the Social Relations in a Runaway Settlement. Paper delivered at the World Archaeological Congress 3, New Delhi.
- Genovese, E. (1972). *Roll, Jordan, Roll: The World the Slaves Made*. New York, Pantheon.
- Handler, J. and Lange, F. (1978). *Plantation Slavery in Barbados: An Archaeological and Historical Investigation*. Cambridge, Harvard University Press.
- Hellwig, D. (ed.) (1992) *African-American Reflections on Brazil's Racial Paradise*. Philadelphia, Temple University Press

- Herskovits, M. (1948). *Man and His Works: the Science of Cultural Anthropology*. New York, Alfred A. Knopf.
- . (1941). *Myth of the Negro Past*. Boston, Beacon Press.
- Hodder, I. (1992). *Reading the Past: Current Approaches to Interpretation in Archaeology*. Cambridge, Cambridge University Press.
- . (1982). *Symbols in Action: Ethnoarchaeological Studies of Material Culture*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Issac, R. (1982). *The Transformation of Colonial Virginia, 1740-1790*. New York, W. W. Norton & Company.
- Kent, R.K. (1973). Palmares: An African State in Brazil. In: Price, R. (ed.) *Maroon Societies: Rebel Slave Communities in the Americas*. New York, Anchor Press.
- Little, B. (1994). People with History: an Update on Historical Archaeology in the United States. *Journal of Archaeological Method and Theory*, 1(1):5-40.
- Merchant, A. (1942). *From Barter to Slavery: The Economic Relations of Portuguese and Indians in the Settlement of Brazil, 1500-1580*. Baltimore, Johns Hopkins Press.
- Mintz, S. (1974). *Caribbean Transformations*. Chicago, Aldine Publishing Co.
- Mintz, S. & Price, R. (1976). *The Birth of African-American Culture*. Boston, Beacon Press.
- Nascimento, A. do and Nascimento, E.L. (1992). *Africans in Brazil: a Pan-African Perspective*. Trenton, NJ, Africa World Press, Inc.
- Nichols, E. (1988). No Easy Run to Freedom: Maroons in the Great Dismal Swamp of North Carolina and Virginia, 1677-1850. M.A. thesis, University of South Carolina, Columbia.
- Noël Hume, I. (1969). *A Guide to Artifacts of Colonial America*. New York, Vintage Books
- Ornton, C., Tyers, P., and Vince, A. (1993). *Pottery in Archaeology*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Orser, Ch.E. Jr., (1992). *In Search of Zumbi: Preliminary Archaeological Research at the Serra da Barriga, State of Alagoas, Brazil*.

- Midwestern Archaeological Research Center, Illinois State University, Normal.
- . (1993). *In Search of Zumbi: The 1993 Season*. Midwestern Archaeological Research Center, Illinois State University, Normal.
- . (1994). Toward a Global Historical Archaeology: An Example from Brazil. *Historical Archaeology*, 28(1):5-22
- Price, R. (ed.) (1973). *Maroon Societies: Rebel Slave Communities in the Americas*. New York, Anchor Press.
- . (1983). *First-Time: the Historical Vision of an Afro-American People*. Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- Redfield, R. (1941). *The Folk Culture of Yucatan*. Chicago, University of Chicago Press.
- Rogers, J. & Wilson, S. (eds.) (1993). *Ethnohistory and Archaeology: Approaches to Postcontact Change in the Americas*. New York, Plenum Press.
- Scatamacchia, M., Caggiano, M., & Jacobus, A. (n.d.). O Aproveitamento Científico de Coleções Museológicas: Proposta para a classificação de Vasilhas Cerâmicas da Tradição Tupiguarani. *Clio*, 4.
- Schyuler, R. (1988). Archaeological Remains, Documents, and Anthropology: a Call for a New Culture History. *Historical Archaeology*, 22(1):36-42.
- Schwartz, S.B. (1973). The Mocambo: Slave Resistance in Colonial Bahia. In: Price, R. (ed.) *Maroon Societies: Rebel Slave Communities in the Americas*. New York, Anchor Press .
- Singleton, T. (ed.) (1985). *The Archaeology of Slavery and Plantation Life*. New York, Academic Press.
- Sinopoli, C. (1991). *Archaeological Approaches to Ceramics*. New York, Plenum.
- Spitzer, L. (1989). *Lives in Between: Assimilation and Marginality in Austria, Brazil, West Africa 1780-1945*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Thornton, J. (1992) *Africa and Africans in the Making of the Atlantic World, 1400-1680*. Cambridge, Cambridge University Press.

Unknown (1645). *Diario da Viagem do Capitão João Blaer aos Palmares em 1645* in appended to Carneiro 1947.

——— (n.d.). *Relação das Guerras Feitas aos Palmares de Pernambuco no Tempo do Governador D. Pedro de Almeida, de 1675 a 1678*. appended to Carneiro 1947.

Wilcoxon, C. (1987). *Dutch Trade and Ceramics in America in the Seventeenth Century*. Albany, Albany Institute of History and Art.

# O MUSEU, A ARQUEOLOGIA E O PÚBLICO: UM OLHAR NECESSÁRIO\*

*Elizabete Tamanini\**

## 1. A Arqueologia e o público

Os meios de comunicação, especialmente a TV e a indústria do turismo alteram o nosso modo de ser e a própria maneira de percebermos o mundo. Os shoppings tomaram o lugar das praças, dos museus, dos encontros e dos passeios. Em função de sua trajetória histórica, é muito natural que a Arqueologia esteja distante do cotidiano das discussões na sociedade como um todo. De acordo com Funari, Larry Z. Zimmermann e Steve Dasovich, constataram que “a Arqueologia, nos Estados Unidos, é considerada, na melhor das hipóteses, como tendo pouca utilidade prática. Para a grande maioria, trata-se de um hobby exótico, um ramo da História que nos dá pouco mais do que uma interessante perspectiva e,

---

\* Agradeço a diversos colegas e amigos que forneceram textos, trocaram idéias e me ajudaram de diversas maneiras: Pedro Paulo A. Funari, Vani M. Kenski, Lucila Arouca, Cristina Bruno, Walter Neves, Maria Cristina Alves, Margarita Barreto, Mario Moutinho, Afonso Imhof, Silvio Borges, Edio Soares, Luis Mello, Neiva A.S. König. As idéias expressas são minhas e sou a única responsável. Este artigo faz parte da pesquisa de Dissertação de Mestrado em Educação pela UNICAMP, e, só foi possível graças ao apoio das seguintes Instituições: UNICAMP-CAPES e Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville-SC.

\* Setor de Educação do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville e Doutoranda na Faculdade de Educação da UNICAMP.

talvez, um pouco de curiosidade intelectual” (1981, p. 1). A esse respeito, Funari (1993, p.1) levanta um questionamento: “Seria diferente a situação entre nós, com uma Arqueologia muito menos enraizada do que a norte-americana?” “No Brasil, para as pessoas comuns, a Arqueologia, se significa alguma coisa, é uma prática aventureira que deve ser levada a cabo no Egito ou em qualquer outro lugar, mas não no Brasil, já que nos faltam pirâmides e outras ruínas interessantes. A Arqueologia pré-histórica, no que diz respeito aos nativos americanos, é comumente desprezada com uma desnecessária procura por índios bárbaros e incivilizados. A única exceção é o caso da *mídia* e, como efeito colateral na população, e seu interesse pelos mais antigos vestígios humanos descobertos no país”.

Os livros didáticos, uma das fontes mais utilizadas no Brasil, como em outros países da América Latina, transmitem informações fragmentadas sobre a realidade da ocupação Pré-colonial e sobre as minorias étnicas. Ou seja, revelam quase total desconhecimento da contribuição realizada pela Arqueologia, Etnologia e Lingüística. Tais livros contribuem para veicular representações ideológicas que acabam por reforçar o preconceito e a desinformação: “Na academia, por outra parte, a Arqueologia é ainda considerada como auxiliar da História; ela pode prover ilustrações incidentais de fatos conhecidos desde documentos contemporâneos nos períodos históricos e coletar artefatos pré-históricos” (Funari, 1994).

Funari (1994) teoriza, afirmando que esses fatores ligados à compreensão da Ciência Arqueológica no Brasil são decorrentes do desenvolvimento histórico no país e da disciplina, e, também, devido ao *establishment* arqueológico que controla, largamente, a matéria no país. “Em contrapartida, os museus como herdeiros do elitismo cultural do século passado, que os definiu e os elegeu como templos do saber burguês e do intelectualismo ocidental, fazem de seus objetivos acadêmicos a sua razão de ser”. O museu apresenta para o público “conhecimentos”, “conceitos”, “idéias”, “artefatos”, não importando se essa relação é puramente estética. *Experts* fornecem produtos culturais, capital cultural para o visitante, e manufaturas para o cliente. O museu supermercado é, sim-

plesmente, o local físico para essa transação (Shanks & Tilley, 1987, p. 91). Esses autores chegaram a propor um “programa de ação museológica para o arqueólogo, que abrange dois pontos principais: em primeiro lugar, a introdução de conteúdos políticos nas exposições convencionais permite mostrar como o passado pode ser manipulado e mal representado a partir de propósitos atuais. Em segundo lugar, enfatizam o caráter transitório e constantemente mutável das exposições, reforçando a idéia de autoria. Neste caso, é a teoria arqueológica que sustenta o programa de defesa e socialização do Patrimônio”. Deste modo, entendemos que a Preservação, notadamente, ganha um novo sentido. Possibilita-se pensar a sociedade nela representada com a interação e o processo de preservação, levando em conta as questões do meio-ambiente, a diversidade sócio-econômico-cultural e, como centro dessa aliança, a própria gerência da comunidade sobre o que deve ser preservado.

## 2. Aspectos da Arqueologia no Brasil

Os museus foram as instituições pioneiras no processo de sistematização das ciências no país. Enquanto órgãos de pesquisa, antecederam em muitos anos o surgimento das primeiras universidades brasileiras. Segundo Funari (1994), “a Arqueologia no Brasil desde seus primórdios, esteve ligada à influência estrangeira e ao patrocínio do Estado”<sup>1</sup>.

O Museu Nacional foi o primeiro órgão em nível nacional a encarregar-se, legalmente, da Arqueologia no Brasil. Lacerda (1905) relata que “quando da instalação do Museu Real, aproveitou-se uma importante coleção mineralógica com mais de três mil amostras, classificadas pelo estudioso e pioneiro em análise de material lítico, o alemão Charles Wei-

---

<sup>1</sup> Conforme Funari (1994), “Peter Wilhelm Lund, estudioso, nascido em Copenhague em 1801, é considerado o primeiro que tratou da Pré-História Brasileira. Chegou ao Brasil em 1825, permanecendo por três anos e voltando em 1833. Lund estabeleceu um laboratório paleontológico numa pequena cidade da Província de Minas Gerais, Lagoa Santa, onde encontrou fósseis humanos e animais”.

ner, um dos fundadores da geologia moderna” (1876). Nesse mesmo período, “Karl Rath (1871), estudou os montes de conchas (*sambaquis*) e o estudioso alemão Fritz Müller foi admitido no Museu Nacional como pesquisador de material natural e humano” (Funari, 1994). Nessa época, a pesquisa científica ainda estava longe de ser sistemática no país. De acordo com Funari (1994), “todas estas atividades eram devedoras do caráter iluminista da corte real brasileira. Havia uma responsabilidade oficial em diferentes campos, tal como Paleontologia e Etnologia. Ladislau Neto, como diretor do Museu Nacional foi, talvez, o primeiro brasileiro a estudar explicitamente e escrever sobre Arqueologia como tal”.

Dando prosseguimento “à tradição naturalista, no final do século XIX e início deste século, dois museus foram responsáveis pelos avanços dos estudos arqueológicos no país, particularmente no que se refere à “Paleontologia, o atual Museu Paraense Emílio Goeldi e o Museu Paulista. O núcleo inicial do Museu Goeldi, concretizado em 1871, está ligado à “Sociedade Philomática”<sup>2</sup>. Sua história não é muito diferente da de outros museus brasileiros, repleta de contratempos, chegando até a ser fechado em 1881. Reaberto em 1891, estava sob a direção do estudioso suíço Emílio Goeldi. Goeldi explorou a Bacia Amazônica, organizando dentro das mais exigentes em matéria de museus científicos do mundo, “as seções de Zoologia, Botânica, Etnologia, Etnografia, Geologia, Mineralogia, além do Parque Zoobotânico” (Cunha, 1986, p. 9). Dentro dessa dinâmica, o Museu, aos poucos, foi reconhecido, nacional e internacionalmente, por suas coleções científicas, bem como pela qualidade de suas investigações ao longo das décadas.

---

<sup>2</sup> “A Sociedade Philomática, fundada em 1866 por Domingos Soares Ferreira Penna, naturalista e Secretário da então Província do Grão Pará foi responsável pela origem do Museu Paraense Emílio Goeldi. Desde 1871, o Museu contou com os trabalhos de pioneiros no estudo da geologia da Amazônia, tais como Ferreira Penna, Charles Frederick Hartt, H. Shmith e Orville Derby. Mas aos poucos foi se tornando “uma simples e rotineira repartição pública, igual a tantas outras que vegetaram durante os anos do Império na Província do Pará...” (Lopes, 1988, p. 28).

A partir da “crescente importância do Estado de São Paulo na Federação e, também, como resultado da sua hegemonia econômica, houve uma substituição, no país, da Corte no Rio de Janeiro pela nova elite paulista. Isto explica o papel que o Museu Paulista exerceu no seu campo desde o início do século” (Funari, 1994). Dirigido em seus primeiros anos (1894-1916) pelo naturalista-viajante e zoólogo Hermann Von Ihering, o Museu Paulista incentivou a pesquisa em ciências naturais e ofereceu grandes contribuições no campo dos estudos paleontológicos no Brasil (Lopes, 1988). Em seu discurso de posse, Ihering ressaltava a importância desse Museu para o ensino e a pesquisa, em função da inexistência de universidades ou mesmo escolas de formação de professores que se comparassem às existentes na Europa. Esses fatores, segundo ele, contribuíam para o “grande atraso da ciência no país”. A esse respeito, Funari (1994) comenta que “embora Ihering fosse um racista, ainda que tenha defendido o extermínio dos índios nativos no Brasil, e a despeito do fato de ele ter-se oposto à idéia de que montes de conchas eram evidências de assentamentos humanos pré-históricos, ele poderia ser considerado como o primeiro ideólogo conservador da Arqueologia brasileira”. Na mesma tendência, Funari (1994) destaca o pioneirismo de Teodoro Sampaio (1916; 1918; 1922), que foi, talvez, o melhor exemplo desta geração de *scholars*, nenhum dos quais arqueólogos profissionais: ele produziu um ensaio geral sobre “Arqueologia Brasileira” (1922), e era alguém que acreditava sinceramente que marcas nas rochas poderiam ser interpretadas como escrita hieroglífica.

Esta estagnação das pesquisas arqueológicas era decorrente, em parte, à revisão dos conceitos e interesses na área da Antropologia. Esta ciência apoiou-se, durante muitos anos, na coleta da cultura material do “homem primitivo”. A partir dos anos 30, o interesse dos pesquisadores deslocou-se para o estudo e comportamento do povo brasileiro moderno, “envolvendo-se em discussões acerca da mistura racial, que envolvia muito mais os negros do que os índios” (Prous, 1991, p. 11). Conseqüentemente, nesse período, os museus brasileiros participaram, segundo Russo (1977), de uma longa fase de inércia.

De meados da década de 20 até os anos 40, assistimos no Brasil a algumas mudanças importantes no cenário político, social, cultural e educacional. Nessa fase, Edgar Roquette Pinto à frente do Museu Nacional, criou sua divisão de Educação com o Serviço de Assistência ao Ensino e, posteriormente, surgiu a idéia de criação do Serviço de Extensão (ver item sobre “Educação em Museu”, abaixo). A criação da primeira universidade do país, a Universidade de São Paulo (USP), no início dos anos 30, foi conseqüência desta nova situação (Funari, 1994)<sup>3</sup>.

### **3. A Arqueologia e a pesquisa universitária**

Após a Segunda Guerra Mundial, o país passou a viver um período de maior abertura. “A democracia significou a introdução dos interesses populares no discurso intelectual e a expansão da universidade e de outras instituições de ensino por todo o país” (Funari, 1994). Ortiz (1985, p. 108) “analisa esta tendência participativa, pela via da organicidade da Cultura, a favor de uma transformação econômica”. A incapacidade dos intelectuais tradicionais de elaborarem um plano nacional de cultura não é casual, mas estrutural. Por isso o Estado se volta para um novo tipo de intelectual, aquele que representa a possibilidade real de consolidação de uma organicidade política e ideológica: os administradores<sup>4</sup>.

De acordo com Prous (1991, p. 11) “este período caracteriza-se pela atuação de grandes amadores, cujas vidas foram em boa parte dedicados à Arqueologia, e pelo despertar das instituições oficiais, que procuraram criar centros universitários de pesquisas arqueológicas, com a colaboração de profissionais estrangeiros, visando a formação de especi-

---

<sup>3</sup> Alguns museus de Geologia foram criados nesta época, como o atual Museu da Escola de Minas Gerais de Ouro Preto, o Museu Vicente Pallotti (RS), criado em 1935, o atual Museu de Ecologia Fritz Müller, fundado em Blumenau (SC), o Museu Municipal de Campinas, de História Natural de 1938 (Lopes, 1988, p. 33).

<sup>4</sup> Neste período foi fundada, também, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

alistas locais. Dentre as personalidades, talvez seja a de Guilherme Tiburtius a mais marcante”. “Imigrante alemão, chegou ao Brasil no século passado. Simples artesão em Curitiba, interessou-se pelas antiguidades indígenas e reuniu magnífica coleção de instrumentos e esqueletos provenientes de Sambaquis do Norte de Santa Catarina e do Paraná, e de peças do Planalto Paranaense. Suas notas são repletas de informações, conservando, assim, informações sobre sítios desaparecidos, como também parece não ter sido ultrapassada pelos mais recentes estudos sobre a área” (Prous, 1991, p. 12). O resultado dessa magnífica coleção foi a criação do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville, em 1969. É importante assinalar que esse colecionador (“estudioso”), além de resgatar praticamente todo o material procedente de sítios arqueológicos destruídos ou agredidos, teve a preocupação de registrar informações a respeito das condições dos artefatos encontrados. Com a colaboração do geógrafo paranaense João J. Bigarella e de sua esposa Iris Bigarella, publicou um grande número de artigos: monografias sobre sítios hoje arrasados, esboço de tipologia e análises químicas de materiais, realizados com a colaboração da Universidade Federal do Paraná. Vale ressaltar que uma parte significativa de suas anotações estão em alemão e continuam sem tradução e sem publicação. Conforme Funari (1994) “todo esse período anterior à introdução da Arqueologia no mundo acadêmico do Brasil (isto é, antes dos anos 50), é comumente desprezado pelos estudiosos da História da Arqueologia Brasileira. Entretanto, a publicação dos primeiros manuais e o início dos estudos de coleção não deveriam ser subestimados, considerando-se que a Arqueologia no Brasil continua vagarosamente atrás da de alguns outros países da América Latina. O que significa que esse período de formação deveria ser reinterpretado como um importante marco delimitador”. Embora não sendo reconhecido como cientista e arqueólogo (década de 50/60), é através de suas investigações e de seu espírito pioneiro, que é explicitado o rigor e a seriedade dispensado a esse acervo arqueológico, bem como para com o Patrimônio Arqueológico de Santa Catarina. Para o pré-historiador André Prous (1991), “Guilherme Tiburtius foi enquadrado pela Arqueologia Brasileira na Categoria de “amador”, cujo conceito para muitos “profissionais” brasi-

leiros possuía uma conotação negativa. O que não existe em outros países, pois esses profissionais recebem treinamento adequado e são integrados às pesquisas oficiais”.

Esse Acervo era um dos maiores com referência específica a grupos pré-históricos litorâneos. A criação de um museu cientificamente elaborado para abrigar tal acervo, representou um marco importante para a Arqueologia Brasileira na década de 60.

Segundo Funari (1994), foi neste contexto que a Arqueologia acadêmica ou erudita foi criada sob a direção do humanista brasileiro Paulo Duarte. Duarte, como um destacado intelectual, foi capaz de criar a Comissão de Pré-História de São Paulo (USP), em 1952<sup>5</sup>, e redimensionar as características da matéria no Brasil. Estudou sambaquis, e também trabalhou, incessantemente, para convencer Joseph Emperaire e Annete Laming-Emperaire a realizarem pesquisas de campo no Brasil. Nesta trajetória a favor da preservação dos sítios arqueológicos e, concomitantemente, à luta pela instauração de uma ciência arqueológica humanística no Brasil, Paulo Duarte pôde contar com a participação de alguns profissionais como a do antropólogo L. de Castro Faria, do Museu Nacional e José Loureiro Fernandes, da Universidade do Paraná. Depois do Golpe Militar de 1964, o casal Clifford Evans e Betty Meggers (Smithsonian Institution), organizaram o Projeto Nacional de Pesquisa Arqueológica (PRONAPA), reunindo o Museu Paranaense Emílio Goeldi, o Patrimônio Brasileiro (então chamado SPHAN) e um número significativo de profissionais do Sul e do Nordeste (Funari, 1994)<sup>6</sup>. Para este autor (1994, p.

---

<sup>5</sup> Nas palavras do próprio Paulo Duarte: “trata-se do Instituto de Pré-História, ao qual dei toda minha dedicação, todo meu carinho, durante anos. Fundei-o sob o patrocínio de outro Instituto, no qual trabalhei, que é o *Musée de l’Homme, de Paris*, fundado e dirigido, até a sua morte, pelo grande antropólogo e etnólogo Paul Rivet, o maior americanista do tempo em que viveu. Foi Paul Rivet que me aconselhou a fundar, no Brasil, um laboratório de pesquisas sobre as origens do Homem Paleoamericano.” (Funari, *Idéias*, Paulo Duarte e o Instituto de Pré-História: Documentos Inéditos).

<sup>6</sup> De fato, enquanto as autoridades governamentais e universitárias brasileiras negavam verbas à Arqueologia Humanista proposta por Paulo Duarte, implantava-se um Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) coman-

158) “isto tudo foi possível graças à colaboração de intelectuais com a repressão. Os militares souberam usar o clientelismo a favor de redes de apoio ao regime... O regime não eliminou as redes de clientela, mas as centralizou e controlou”. É importante ressaltar que, em contrapartida, várias instituições importantes e “pesquisadores alheios a essas discussões não comungaram do ‘Esquema PRONAPA’ ” (Prous, 1991), como o Museu Nacional, o Museu de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina, o Museu Paulista e o Instituto de Pré-História (IPH), da Universidade de São Paulo. Segundo Prous (1991), o pesquisador isolado mais famoso desse período talvez seja o Pe. J.A.Rohr, célebre por sua incansável atividade na defesa dos sambaquis catarinenses e pela riqueza dos sítios que escavou.

É neste contexto, meados da década de 60 e início da década de 70, que nasce o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Influenciado pelo dinamismo dos museus americanos, e pela ideologia tecnicista incorporando as funções educativas e de comunicação social dos museus dessa época, o projeto do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville atestava seu compromisso com as visões de progresso das ciências e eficiência da técnica. Para a elaboração e construção dessa Instituição Científica, pioneira no Sul do Brasil neste período, o Poder Público Municipal contou com o apoio do Ministério de Educação e Cultura (SPHAN) através da realização de convênios. A respeito do aparato criado pelo Regime Militar de 1964 a 1985, Funari (1994) pondera que “as autoridades brasileiras combatiam, em primeiro lugar, o humanismo. Logo, os cortes nos orçamentos das Universidades afetavam em primeiro lugar as Ciências Humanas e Sociais. No caso da Arqueologia Humanista, restrições orçamentárias significavam um poderoso meio de impedir seu desenvolvimento”. “Assim, a Arqueologia Brasileira estava novamente nas mãos de diretores de museus e outros funcionários burocráticos”.

A década de 80 trouxe para nosso país perspectivas de uma retomada no âmbito da História das Ciências. “Cursos de Pós-Graduação em

---

dado por norte-americanos ligados ao Departamento de Estado dos EE.UU. (Funari, 1992, in: *Idéias*).

Arqueologia foram criados em algumas universidades, notadamente, na Universidade de São Paulo e na Universidade Federal de Pernambuco. No início dos anos 80, criou-se uma Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB). Assim, o “*establishment arqueológico*” ou a “*geração pioneira*”, através da criação dessa Sociedade, estabeleceu uma estrutura hierárquica que a habilita a controlar o desenvolvimento da Arqueologia no país” (Funari, 1994). Observa-se, nesse sentido, que a Arqueologia Brasileira assim como os museus e demais ciências, assumiram diferentes papéis ao longo desses anos. Alguns museus que atuam na área da Arqueologia, e a própria Arqueologia, incorporaram, a partir das novas reflexões sobre a utilidade social da ciência, atitudes com relação ao entorno social, a ligação com múltiplos públicos e a responsabilidade social quanto ao retorno do desenvolvimento das pesquisas.

#### **4. Patrimônio e preservação: traços das primeiras ocupações no Litoral Norte de Santa Catarina**

O Litoral Norte de Santa Catarina é reconhecido como uma das regiões favoritas da ocupação Coletora-Pescadora, que ocorreu por volta de 5 mil anos atrás. Esses povos adaptaram-se à vida do litoral em função desses locais possibilitarem ao homem abundante alimentação e sobrevivência. São conhecidos como Sambaquianos ou Construtores de Sambaquis. Ao longo da paisagem, por vezes, depara-se com grandes elevações de conchas. Possuem dimensões variadas, atingindo até centenas de metros de comprimento, com altura máxima de trinta metros (catálogo do MASJ, 1991). Conforme a região, esses sítios arqueológicos ou montes de conchas, recebem denominações variadas pela população local, como por exemplo, casqueiro, cascalhos, caieiras, sernambis e outros.

O desenvolvimento industrial acelerado e, conseqüentemente, as transformações urbanas desordenadas, provocaram significativos danos para a História da ocupação no litoral brasileiro. Grande parte dos sítios arqueológicos foram completamente destruídos; em alguns casos, parcialmente. Apesar da existência ainda significativa desse tipo de sítio ar-

queológico (Sambaqui), no Litoral Norte de Santa Catarina, com mais intensidade em Joinville, sabe-se, perfeitamente, que uma fonte inestimável de informações sobre a pré-história brasileira perdeu-se. Esses restos de artefatos (sedimentos) trarão algum tipo de informação histórica, quando for mencionado o asfaltamento de ruas em cidades próximas ao litoral catarinense; talvez, também, poderá ser útil realizar um estudo mais acurado sobre a sedimentação do aeroporto em Joinville, no final da década de 50, e a peregrinação das caieiras no Estado. Prous (1991, p. 11) comenta que “coleccionadores como o médico L. Gualberto (São Francisco do Sul) e Simões da Silva (Rio de Janeiro), publicaram notas sobre os instrumentos encontrados nos sambaquis destruídos, já que as municipalidades usavam as conchas para pavimentar as estradas litorâneas. E, ainda, os sedimentos de sambaquis foram utilizados, com frequência, como adubo para hortas caseiras e contribuiu para a construção de algumas centenas de casas. Na primeira década do século XX, o calera, depois da erva-mate, o produto mais comercializado em Joinville”.

### **5. Patrimônio, preservação e (participação?)**

A maneira mais cômoda e tranqüila que, normalmente, as políticas culturais utilizam para justificar a preservação da memória, da história e da cultura, é apelar para a criação de novos museus e centros de memórias. Assim, o discurso da preservação torna-se vazio, dissociado e distante da sociedade que é, novamente, sacralizado. Entendemos que não há planejamento sem a participação social. O que devemos preservar? Por quê? E, como devemos preservar? Traço comum nas políticas de preservação no Brasil é a atenção dispensada a determinados “patrimônios”, em conformidade com as políticas vigentes. Segundo Fenelon (1992, p. 29), “neste país, a política cultural do Estado tem sido conceituada como o conjunto de princípios filosóficos, políticos doutrinários que orientam a ação dos órgãos governamentais, marcando sua intervenção nas mais diversificadas manifestações sociais – sempre pautada pelos critérios do mercado e do consumo cultural. No tocante às políticas de

preservação do Patrimônio Histórico, seja no âmbito federal como no estadual e municipal, estas ações guardam sempre a marca da improvisação e da empiria, ou da manipulação e do uso político da cultura”. A criação do SPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1937,<sup>7</sup> foi resultado das preocupações de alguns intelectuais e patriotas (entre eles, Rodrigo Mello Franco de Andrade, Ribeiro Lessa, José Mariano e Lúcio Costa, sem esquecer Mário de Andrade e o poeta Carlos Drummond de Andrade). A busca de uma identidade nacional própria e de valores autenticamente brasileiros levam à criação de um plano que não é exclusivamente estético, mas voltado para a questão cultural do país. “Este cenário, configura, também, o resultado de um processo de conscientização em termos de nacionalidade, desenvolvendo-se continuamente com explosões cíclicas: os episódios de 22 e 24, a Revolta Paulista de 32 e a Reconstitucionalização em 45”. De acordo com Funari (1994), de “1920 a 1940, ocorreram mudanças importantes no Brasil. Rebeliões, revoluções e ditaduras andaram passo a passo com transformações culturais: modernismos e idéias tardias, fascistas e comunistas, levaram à emergência do povo no discurso intelectual. Os intelectuais vinham agora ao encontro dos interesses populares e as massas eram o objeto do discurso intelectual e, ainda, o público principal deste discurso”. Lembremo-nos da tão conhecida busca da “brasilidade” no período Vargas. E, ainda, da caracterização de um modelo de Identidade Nacional Popular nas décadas de 60 e 70.

Em termos de preservação do Patrimônio Arqueológico Brasileiro, nesta época (década de 60), o Humanista Paulo Duarte lutava junto ao Governo Federal para a aprovação da Lei de Proteção dos Sítios Arqueológicos. Graças à sua insistência e capacidade intelectual foi aprovada em 1961, a Lei de Proteção dos Bens Pré-históricos (Lei nº 3924/1961).

---

<sup>7</sup> “Este órgão mudou seu nome vários vezes (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional Pró-Memória e atualmente Instituto Brasileiro do Patrimônio Nacional). Existe um Departamento Nacional em Brasília, é um órgão de controle burocrático e os escritórios regionais são usualmente dirigidos por pessoas politicamente indicadas, às vezes auxiliadas por arqueólogos, arquitetos e outros” (Funari, 1994, inédito).

A respeito da atuação de Paulo Duarte, Funari (1994) diz: “Duarte não era apenas um diretor de Museu pretendendo ser um *Scholar*, como era usualmente o caso antes e depois dele, mas ele era um intelectual e um ativista dos Direitos Humanos, que lutou para introduzir princípios éticos na própria Arqueologia como disciplina. Assim como Paulo Duarte, tivemos outras pessoas que foram imprescindíveis na construção de Leis de Proteção e especialmente em relação à própria tarefa de “cuidar” e pôr a “mão na massa”, quando nada existia, e se havia Leis, elas, de forma alguma, eram cumpridas”. Nesse sentido, é importante destacar a personalidade de Pe. J.A. Rohr, célebre por sua incansável defesa dos Sambaquis Catarinenses, Tiburtius (Joinville - SC), pela abnegação em defesa dos sambaquis no Litoral Norte de Santa Catarina, D. Aytai (SP), João J. Bigarella e Iris Bigarella, companheira de Tiburtius nas pesquisas e que contribuiu através da Universidade Federal do Paraná, para que fossem publicadas monografias e notas sobre as intervenções nos sítios arqueológicos de Santa Catarina e Paraná. É necessário destacar que o Brasil possui, em nível constitucional, legislação específica de Proteção e Bens Culturais desde 1937. Com o passar do tempo, a existência de órgãos federais de Patrimônio Histórico foram se somando às instituições estaduais, sobretudo na década de 70, e o aparecimento dos Conselhos Municipais, ao longo da década de 80. Vale ressaltar que, concretamente, no final da década de 60, inicia-se mais um estágio em favor da Preservação dos Sítios Arqueológicos no Sul do País, que era a criação do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (1963/1969/1972). Embora aparentemente descomprometido com a ideologia vigente da época, caracterizou o modelo e a inspiração do investimento tecnocrático do Regime Militar, em detrimento da implantação da Arqueologia Humanista de Paulo Duarte no Instituto de Pré-História da USP. Desde sua implantação, veiculou o discurso pela Preservação do Patrimônio Arqueológico e Cultural da Região. Essa “ação” provocou a neutralização do processo de destruição dos Sítios na cidade. Por outra parte, há que se discutir a sua função social para a Arqueologia, Museologia e Ciências afins e na comunidade como um todo, mediante a sua “ambigüidade” ao longo desses anos.

“Joinville preserva seu Patrimônio Histórico e Cultural”. Esta afirmação tende a dificultar a possibilidade de refletirmos e situarmos essa cidade no cenário das cidades brasileiras que carregam consigo o agravante problema da Preservação do Patrimônio. No panorama das tradições, essa cidade representa um marco importante na trajetória do processo de ocupação Pré-Colonial e Colonial no Brasil. Às custas de nossos imigrados; pois as circunstâncias ambientais indicavam absoluta precariedade em todos os níveis: condição de moradia, condição de trabalho, clima, alimentação, saúde, educação, estava tudo por ser feito. “Em busca da terra prometida”, mas de olho no outro lado mundo – a Alemanha – a cidade aos poucos foi mudando de fisionomia. Em seu contexto historiográfico, herdou ao longo dos anos *o mito do colonizador, o mito da cidade dos príncipes* e mais recentemente, *cidade das bicicletas e Manchester Catarinense*. Poder-se-ia criar um novo slogan para a cidade justificando o destaque dessa região, na existência significativa de *sítios arqueológicos de tipo Sambaqui*.

Nesse movimento de transformações, perdeu-se muito da memória local. Entendemos que a preservação do Patrimônio Arqueológico, Cultural e Natural passa pela identificação dos indivíduos primeiramente como cidadãos, em que o desejo ou o impulso pela preservação não seja somente o ato de celebrar o “monumental” passado acadêmico, mas sim uma tentativa de promover novos valores baseados em uma concepção completamente transformada da tradição e patrimônio, ou seja, a reapropriação da cidadania. Fato que torna ainda mais premente a necessidade de iniciativas que introduzam também aspectos desse campo do conhecimento nos Museus Brasileiros.

## 6. O relato, o espaço, a memória

A alusão a um episódio ocorrido na década de 80 em Joinville, que embora nos parecendo aparentemente insignificante, reflete, em parte, a arbitrariedade do setor público em relação à paisagem citadina, bem como à gerência dos cidadãos em torno de seu patrimônio. Hoje, a atual

praça “Dario Sales” foi totalmente desvirtuada de seu aspecto histórico e paisagístico. Árvores centenárias davam um toque todo especial ao cenário da praça no centro da Cidade. Com certeza essas árvores ou aquelas árvores foram referências, escondiam histórias e segredos de muitas pessoas que por ali passaram e não resistiram ao convite da sombra acolhedora. Outro detalhe que merece ser registrado era a existência de um parque infantil. Não se tratava de um expressivo *playcenter*, mas milhares de crianças nos seus mundos encantados se deliciaram com aquele pequeno parque. Hoje, já adultos, recordam, com nostalgia e fascinação, os passeios aos domingos com passagem obrigatória pelo parque, depois de olhar as vitrines das lojas com os pais<sup>8</sup>. Basta salientar que a destruição da praça aconteceu na calada da noite, para que se evitassem protestos de rua ou qualquer outro tipo de descontentamento.

Adorno atenta para os riscos da perda de nossa memória. Para ele “o espectro da humanidade sem memória... em uma tecnologia galopante de produção de massa onde os homens deverão ter quatro empregos completamente diferentes em sua vida, as qualidades herdadas e toda produção cultural que os rodeia estão desacreditadas”. Há, portanto, o perigo econômico em que todo o patrimônio cultural, a História, irá para a lata do lixo, e, segundo Adorno, esse é exatamente o grande perigo para nós (in Silver, 1988, p. 187). Observa-se, nesse sentido, que “a idéia de conservação não se define em termos arqueológicos ou estéticos da tradição do patrimônio, mas dentro do processo de decisão econômica ou urbanística”<sup>9</sup>. Maurice Habwachs nos lembra da importância dos espaços para a construção da memória coletiva. Argumentando sobre as pedras da cidade, desenvolve as seguintes premissas: “se entre as casas, as ruas e os grupos de seus habitantes, não houvesse apenas uma relação inteiramente acidental e efêmera, os homens poderiam destruir suas casas, seus quarteirões, sua cidade, reconstruir e reconstruir sobre o mesmo lugar uma outra, segundo um plano diferente, mas se as pedras se deixam transpor-

---

<sup>8</sup> Vale lembrar que, nesta época, não havia *Shopping Center* na Cidade.

<sup>9</sup> Yves Lequim, texto mimeografado, Ministério da Cultura, Missão do Patrimônio (citado por Jeudy).

tar, não é tão fácil modificar as relações estabelecidas entre as pedras e os homens”. De acordo com Roberto da Matta (1991, p. 48), “praças públicas e monumentos são símbolos de poder”. Tudo o que diz respeito ao poder político é, na nossa sociedade (brasileira) conotado como duradouro ou eterno, é marcado pelos monumentos e palácios. O poder, como ordenador supremo de um mundo penetrado por todo o tipo de conflito, situa-se naqueles espaços de confluência do tempo e de unidades sociais. Assim, nas cidades ocidentais, as praças e adros, que configuram espaços abertos e necessariamente públicos, servem de foco para a relação estrutural entre indivíduo – o líder, o santo, o messias, o chefe da igreja ou do governo – e o povo, a massa, a coletividade que lhe é oposta e o complementa. Observa-se, nesse sentido, que mesmo dentro da atual crise de valores, o vandalismo exercido contra os monumentos ainda soa como um sacrilégio. Isso expressa o quanto a idéia de monumentalidade está associada ao sagrado, ao poder. A questão não está na defesa, naturalmente, de uma memória coletiva, ou de patrimônio, nos moldes do purismo nostálgico, contrário aos ritmos das transformações urbanas. A problemática presente é a inserção do passado nos contextos atuais sem desfigurá-los completamente. Não se trata de algo comparável à representação das escavações arqueológicas, ou de passar a idéia do “arqueólogo como herói”, do tipo que acontece, por exemplo, no Centro Viking Jorvik (Inglaterra). O trabalho é aparentemente tão revolucionário, que o rótulo “museu” não pode ser dado ao Centro Viking Jorvik. Segundo Shanks & Tilley (1987, p. 86), o Centro é um projeto da guarda Arqueológica e sua intenção é lembrar as pessoas de um esquecido mas importante e excitante pedaço da história inglesa, e ao mesmo tempo explicar como os arqueólogos desenvolvem suas tarefas (livro guia-oficial). Os visitantes fazem uma *viagem no tempo* com *carros do tempo*, em uma rua e uma travessa no Viking Jorvik completado com sons, cheiros e modelos de pessoas. Um guia para escavações arqueológicas é seguido por exposições convencionais e uma loja do museu. Tão grande é a autenticidade da representação e reconstrução do passado, que a técnica científica tem que ser mostrada ao visitante. E a ciência exclui o visitante – o manequim de branco olha no microscópio, mas não para o visitante. Jor-

vik é descrito como uma experiência, e como qualquer experiência ele apenas acontece, assim como a emoção da descoberta, descobertas de tesouros, de artefato estético, do artefato carregado de informação. “A galeria e a loja do museu são o objeto comodificado do trabalho arqueológico e a realidade da compra cômoda, e o objeto retificado na exposição seguida de uma oportunidade de comprar um momento de experiência, comprar o passado (pedaços de vigas com 1.000 anos de idade)”.

Por outra parte, não se trata de descobrir o que o tempo recobriu, mas sim compreender a urgência do perigo da perda dos traços ainda atuais, vivos, que comprovam um passado que não estaria verdadeiramente morto. Em seus territórios, os grupos sociais sofreriam com o desaparecimento de seus referenciais culturais. Walter Benjamin (in Balle, 1992, p. 139) propõe, nesse sentido, a leitura da grande cidade contemporânea, utilizando como método a escrita da cidade, reclamando o seu direito ao passado. Dessa forma, o escritor (*historiador, arqueólogo*), grifo nosso, é “arrastado para a rua”. Essa concentração sobre o material lembra a maneira como, num Museu, por meio de determinados artefatos, apresenta-se a cultura de gerações, há muito tempo desaparecidas. Este “olhar museológico” é aplicado à leitura do presente.

## 7. Museu, educação, experiência e perspectiva

Como vimos até agora, os museus fizeram uma longa caminhada histórica. Desde o século III, em Alexandria, onde aparece pela primeira vez o *Museion*, o museu tem sua história ligada à evolução do pensamento humano, relacionando-se aos diversos processos de mudanças econômicas, sociais e culturais. Segundo Wulf (1987, p. 7), “somente a burguesia amadurecida do século XIX separou as áreas [no museu] e criou para isso locais especiais. No interior das coleções desta época estão da mesma forma, segundo a ideologia – os objetos em si, separadamente, destacados e as obras atribuíveis, nas quais se expressava a vontade de forma do homem. Com o surgimento do historicismo, o aparecimento único de um objeto entra em conflito com um novo interesse

histórico-cultural. O historicismo traz as primeiras exposições temáticas, embora os tipos de objetos sejam ainda relativamente homogêneos<sup>10</sup>. O crescente interesse pela cultura, todavia, confronta as exposições como problema da recepção. Quanto menos base cultural portavam os visitantes, tanto mais necessitavam os expositores explicar seus objetos. Este é o nascimento da pedagogia do museu, que se manteve até hoje em diferentes variações”.

Na complexa relação museu e sociedade, o museu tem sido visto enquanto guardião dos objetos produzidos por diferentes povos, em distintos períodos históricos. É também a idéia do museu como banco de dados, como um dos suportes da memória, como instituição científica, do museu como palco de ações educativas do museu cenário-exposição. “Independentemente da sua filosofia, área de atuação ou museografia (técnica de exposição), todo o museu, estando aberto ao público transmite uma mensagem, educa através do objeto qualquer pessoa que nele entrar, seja qual for a sua classe social, sexo, idade, raça ou escolaridade. Esta característica coloca os museus dentro das instituições de educação permanente” (Barreto, 1993, p. 19). É necessário dizer que é absolutamente indispensável a ação articulada com as demais práticas sociais globais, priorizando a participação conjunta.

A função do museu, enquanto agência educativa responsável pela mudança de mentalidades, difunde-se com maior intensidade a partir da década de 50. Noção esta formalmente definida a partir da década de 70. “O projeto burguês de utilizar os museus para educar o povo nos gostos definidos pela classe dominante começou a dar mostras de exaustão à medida que o conceito de educação passou por revisão” (Barreto, 1993, p. 43). No século passado, temos o conceito de educação enraizado na sociedade de classe privilegiada, em que o ponto-chave do processo era a aquisição de informação fatural. “O traço mais original deste século, na educação, é o deslocamento da formação puramente individual do ho-

---

<sup>10</sup> O primeiro museu a criar um serviço educativo permanente foi o Louvre, na França, em 1880. Pioneiro, nesse sentido, foi também a criação em Surrey, Inglaterra, do primeiro Museu especialmente para crianças.

mem para o social, o político, o ideológico. Embora haja ainda muitos desníveis entre as regiões e países, existem tendências universais, entre elas, a de considerar como conquista deste século a idéia de que não existe idade para a educação, de que ela se estende pela vida e que não é neutra. A educação deste fim de século tornou-se permanente e social” (Gadotti, 1993, p. 268). O processo educativo será, antes de qualquer coisa, uma transmissão de algo que torna o homem maduro. Este algo é definido como *cultura*, e portanto, pode ser designado como verdadeira “*bagagem cultural*”. Será um “haver” que se sobrepõe à realidade anterior e que pertencerá ao homem como um capital, do qual vai desfrutar e entreter-se (Furter, in Gadotti, 1993). Entendemos, como Brandão (1984, p. 65), que a educação precisa ser permanentemente universalizante, aberta, absolutamente democrática, e precisa se constituir como um domínio do saber, que muito mais amplo do que a escola e o sistema escolar, acabe sendo o da própria cultura pensada como educação. A escola passou a ser defendida como mais um dos agentes educacionais formais, que não excluem outras instâncias educativas. Diz McLuhan: “um dia passaremos nossa vida inteira na escola; um dia passaremos nossa vida inteira em contato com o mundo, sem nada que nos separe dele...”, e ainda, “o arquiteto de amanhã será capaz de se lançar na apaixonante tarefa que é a criação de um novo ambiente escolar. Os estudantes nele evoluirão livremente, quer o espaço que lhes foi concedido seja delimitado por uma peça, um edifício ou edifícios, ou quer que seja bem mais vasto. Nesse dia, educar-se será sinônimo de aprender a querer progredir, a melhorar; nesse dia, educar não será sinônimo de formar, manter homens a meio caminho de suas possibilidades de desabrochamento, mas ao contrário, abrir-se à essência e à plenitude da própria existência” (in Gadotti, 1993, p. 285)<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> Maurício Tratemberg, pensador crítico da estrutura policialesca e burocrática da escola, afirma que “as áreas do saber se formam a partir de práticas políticas disciplinares, fundadas em vigilância. Isso significa manter o aluno sob um olhar permanente, registrar, contabilizar todas as observações e anotações sobre os alunos, através de boletins individuais de avaliação, ou uniformes-modelo. Dessa forma, a escola se constitui num observatório político, um aparelho que

“O sistema educacional e seus auxiliares, bem como os departamentos pedagógicos em museus foram definidos, tradicionalmente, como importantes ferramentas para a reprodução das relações sociais, ‘transmitindo um saber verticalizado’, reforçando ideologicamente estruturas hierárquicas e reproduzindo desigualdades sociais e culturais” (Funari, 1993, p. 51). Nesse sentido, Freire afirma que “não basta saber ler mecanicamente que ‘Eva viu a uva’. É necessário compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir uvas e quem lucra com esse trabalho” (in Gadotti, 1993).

A partir da nova concepção de educação, que não se restringe ao espaço escolar formal, mas como uma atividade de criação e aprofundamento pessoal, social, cultural e permanente “inseparável da vida política”, os museus, aos poucos, passaram a atuar na perspectiva da educação contínua.

A grande identidade entre os museus de todos os tipos, tanto nos países hegemônicos como periféricos, é o serviço educativo. Em quase todos os programas desenvolvidos as premissas comuns são: desenvolver a criatividade infantil, propiciar maior envolvimento com os aspectos da realidade histórica e cultural (nacional e regional) e, principalmente, contribuir para o ensino formal. De acordo com Bruno (1984, p. 229), “a maioria dos museus latino-americanos desenvolvem atividades voltadas para as crianças e, geralmente, essas experiências ocupam um lugar que deveria ser da escola, que por sua vez é deficitária em muitos países desta parte do continente”. Este pensamento vem ao encontro da avaliação que Furter (1974, p. 96) faz com relação à cultura de dominação na América Latina. “Na América Latina, mais que em outras regiões, a situação atual é resultante de uma colonização que criou sociedades fragmentadas, onde coexistiam elites – tradicionalmente identificadas com a cultura das metrópoles – e populações esparsas e isoladas que lhes pareciam tão estranhas e longínquas como os povos estrangeiros”. Seguindo esta tendência geral, conforme Funari (1993, p. 52), “desde o século

---

permite o conhecimento e o controle perpétuo de sua população através da burocracia escolar, do orientador educacional, do psicólogo educacional, do professor ou até dos próprios alunos” (Gadotti, 1993, pp. 261-262).

XIX, um Museu Nacional (caso Uruguiaio) iria incumbir-se de forjar uma identidade européia abastada, que opunha o europeu/civilizado/abastado e sua cultura à ignorância e atraso de indígenas, negros e gente pobre em geral”. Nesse sentido, é importante destacar as experiências realizadas pelo Museu Antropológico do México. Seu objetivo é explicar a História e costumes do país, destacando as características nacionais. Da mesma forma apresenta-se o Museu do Banco Central, em Quito, e o Museu de Antropologia, em Lima, Peru. Destacamos, mais uma vez, o trabalho realizado pelo Museu do Índio (Rio de Janeiro), Museu do Marajó e o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (SC), que, com imensas dificuldades, realizam um trabalho no sentido de através de suas exposições, despertar o público infanto-juvenil para a importância ‘histórica dos aspectos da ocupação Pré-Colonial e Colonial no Brasil’. Ao lado das constantes atividades educativas, estes museus estão caminhando para uma integração maior com o seu entorno social. Cabe ainda ressaltar a importância dos Museus Paraense Emílio Goeldi e o Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, o “extinto Instituto de Pré-História da USP”, ambos com estruturas bem mais estáveis que os demais museus brasileiros. Este último possui uma importância histórica significativa. Foi por intermédio de Paulo Duarte, criador desse Instituto, que a Arqueologia Humanista no Brasil deixou suas raízes e, a partir de sua atuação materializada posteriormente em exposição, concretizou-se um museu de experimentação científica e pedagógica. Vindo a partir do final da década de 70 a contribuir, imensamente, com as experiências museológicas e educativas no Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville, bem como em outras instituições brasileiras.

Observou-se, também, que nas últimas décadas, os museus abriram suas portas para atender os escolares, confundindo suas ações específicas às experiências educativas oferecidas pelo ensino formal. “A educação dentro de um museu é mais do que... a quantidade de ônibus escolares que param na porta: é antes de mais nada um estado de espírito, uma conscientização profunda” (Trudel, 1991, p. 389, citado por Barreto). O Brasil não está alheio a essas tendências. O agravante nesse sentido é que as experiências realizadas, sofrem pela descontinuidade e, em geral, não têm sido publicadas, por isso a dificuldade de analisá-las. “O importan-

te”, questiona Georges Henri-Riviére: “é mesmo receber uma grande quantidade de público, e disso se vangloriar? Ou constatar se o visitante tirou proveito de sua visita, verificou, enriqueceu seus conhecimentos e fez intercâmbio, aguçou sua curiosidade e seu espírito crítico, cultivou sua sensibilidade, sentiu prazer, estimulou sua criatividade, melhorou seu modo de vida, privada e pública” (in Giraudy & Bouilhet, 1990, p. 92).

## **8. Tendências da educação que convive com o universo dos museus**

A atuação do museu como agência educativa cultural resulta, principalmente, das transformações ocorridas com o próprio conceito de educação. Em contrapartida, os museus não pertencem ao campo da educação escolar, seriada, sistemática, intra-escolar. Situam-se no campo da educação não escolar, na qual, mediante uma grande diversidade de experiências, que relacionam práticas educativas e comunicação social, buscando novas alternativas para seu papel social (Lopes, 1988, p. 38).

Os museus americanos foram os pioneiros em experiências pedagógicas, e foi aí que a função educativa se afirmou como uma das principais funções a serem desempenhadas pelos museus. Estes museus, dispondo dos mais variados recursos técnicos e pessoal qualificado foram os primeiros a desenvolver experiências estimulativas para o público infanto-juvenil. Em geral, têm, como princípio pedagógico, a noção de que a relação da percepção da criança está baseada na expectativa da experiência pessoal interativa com o objeto ou a natureza. Citamos entre tantos casos, o Museu de História Natural do Smithsonian Institution, em Washington, o Explorattórium de São Francisco e o Brooklyn of Arts and Sciences, em Nova Iorque, o primeiro museu que decidiu atender 300 mil crianças do bairro com temas que as interessassem (Barreto, 1993, p. 33)<sup>12</sup>. Foram inovadores, sem dúvida, cujo modelo serviu de

---

<sup>12</sup> Para Mouro (1979, p. 105) “a abertura de uma série de museus de crianças em outros países trouxe uma pergunta. Deverão ser construídos museus especiais para crianças?... Não seria... um elemento cerceador? Na saída de um dos museus infantis no exterior, um garoto afirmou: agora quero ir a um museu de verdade...”

inspiração aos outros museus americanos, assim como para outros museus no mundo. A procura por parte das escolas é muito comum nos países de primeiro mundo. Os museus intensificam suas atividades, de modo a atrair um número significativo de usuários em potencial.

## 9. Educação permanente e educação patrimonial

No Brasil, esta relação de escola com o museu é bastante confusa e delicada. Conceitos e práticas da educação vão impregnar as atividades dos museus. Como primeiro indício, temos a tendência e o reflexo da corrente escolanovista. Nessa “pedagogia”, o centro da ação educativa passa a situar-se na relação aluno/professor. A aprendizagem deve passar a realizar-se em ambientes motivadores, com diversidade de materiais didáticos, que estimulem as aptidões e o interesses pessoais. As escolas mudariam seu aspecto sombrio, disciplinado, silencioso e assumiriam um lugar alegre, movimentado e multicolorido (Lopes, 1988, p. 44). Segundo Gadotti (1993, p. 148), “o respeito apregoado pela Escola Nova equivale, muitas vezes, a renunciar à direção educativa, a apontar as influências com as quais a burguesia impregna todo o social, sobretudo hoje, quando ela domina, nos países capitalistas, os mais poderosos meios de comunicação, de informação e de formação da mentalidade popular. Educar não é ser omissos, ser indiferente, ser neutro diante da sociedade atual. Deixar a criança à educação espontânea da sociedade é também deixá-la ao autoritarismo de uma sociedade espontânea. O papel do educador é intervir, posicionar-se, mostrar um caminho e não se omitir”.

E assim, sob a égide do uso educacional dos museus, através da influência de Anísio Teixeira, são introduzidos os “velhos museus” à prática cotidiana dos educadores. O Museu Nacional foi pioneiro nesse senti-

---

Não seria mais certo ter sessões de atendimento infantil nos museus do que os museus especiais? O museu amplo, aberto, cheio de mensagens ocultas em suas obras que a criança vai retirando pouco a pouco e interpretando livremente... este é o museu da criança” (citado por Barreto, 1993, p. 33).

do. Roquete Pinto, durante a sua gestão nesse museu, criou a Divisão de Educação (1926-1935), assim como Venâncio Filho trouxe de suas excursões aos Estados Unidos, contribuições acerca da educação aos museus daquele país. E Sussekind de Mendonça apresenta, em 1946, quando concorria ao cargo de chefia da recém-criada seção de Extensão Cultural desse museu, uma monografia que constitui um documento para a discussão da questão educacional dos museus no país (Lopes, 1988). “O educador brasileiro Paulo Freire, herdeiro de muitas conquistas da Escola Nova, denunciou o caráter conservador dessa visão pedagógica e observou corretamente que a escola podia servir tanto para a *educação como prática da dominação* quanto para a *educação como prática da liberdade...* A educação nova não foi um mal em si, como sustentam alguns educadores “conteudistas”. Ela representou, na história das idéias e práticas pedagógicas, um considerável avanço” (in Gadotti, 1993). Ainda que as idéias escolanovistas tenham significado um avanço para o rompimento da inércia em que sobrevivem os museus brasileiros, inserindo nos esforços por modernizações (modelos internacionais), essas concepções impregnaram, desde então, nossos museus de seu papel de complemento ao Ensino Formal (Lopes, 1988, p. 46).

A partir do final da década de 60 e início da década de 70, o Programa Nacional de Museus passa a adotar como linha de ação os pressupostos da Educação Permanente, definidos pela UNESCO. Datam dessa época, as experiências de educação popular desenvolvidas por Paulo Freire. Sua metodologia influenciou outros autores do mundo inteiro. “Ambas – a Educação Popular e a Educação Permanente – apesar de suas diferenças significativas propuseram-se a enfrentar a mesma necessidade de propostas globalizantes para a questão educacional brasileira, que superassem os programas paliativos de alfabetização, que se sucediam no país” (Lopes, 1988, p. 47). No caso do Brasil, os museus não assumiram as propostas de educação popular. “Estiveram ausentes, ou pelo menos não participaram ativamente dos movimentos de educação e cultura deflagrados na década de 70”. Por outro, presenciamos nesse período uma proliferação de centros culturais, casas de cultura e museus. Nessa época, início da década de 70, era criado o Museu Arqueológico de Sambaqui

de Joinville. Nasceu sob influência dos modelos de museus americanos. Adotou, logo de início, o discurso da “Educação para o povo”. “Museu que não educa não é Museu”, assim eram suas chamadas jornalísticas. Priorizou o atendimento ao ensino formal. Em parte, adotou as linhas propostas pelo Programa Nacional de Museus. Em linhas gerais, o Programa Nacional de Museus concebia os museus como “Agências educativas-culturais”, em uma linha de educação permanente que visava possibilitar tanto o atendimento alternativo, de natureza não convencional, como o desenvolvimento de ações complementares ao ensino formal de caráter experimental, procurando adequar em maior grau a educação à realidade sócio-econômica e cultural da clientela (MinC, 1985, p. 7). Em termos gerais, o programa pretendia orientar todos os museus do país para atender às necessidades educativo-culturais. A Educação Permanente inspirou propostas como o MOBREAL, reduzindo-se no caso ao ensino supletivo para adultos, e apresentou-se como solução para a impossibilidade do sistema educacional de fornecer a força de trabalho exigida pelos anos do “milagre brasileiro” (Lopes, 1988, p. 50). Para Arouca (1983, p. 115) a Educação Permanente mostra-se como a “solução parcial ou mesmo complementar para os impasses da universalização do ensino formal”. As práticas escolares foram introduzidas nos museus no auge do movimento escolanovista. Servindo-se dessa idéia, não é difícil compreender o porquê de um grande número de escolas procurarem os museus. Elas buscam ilustrações e complementações aos seus cursos, concepções estas, também, herdadas das experiências da Educação Permanente, “importadas” para o país que reduz os museus à complementariedade da escola.

O Programa Nacional de Museus, atualmente desativado, buscou, a partir de 1983, dar outra dimensão para os museus brasileiros. A base conceitual do programa era enriquecida com a referência teórica de grandes pensadores da Educação: Paulo Freire, Furter, Dewey e outros. “Norteavam suas intenções às orientações emanadas do II Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos 1980/1985. O documento do Programa Nacional de Museus estabelecia uma diferença entre ação complementar e ação alternativa da Escola Formal. A primeira complementar os con-

teúdos curriculares da escola e a segunda seria dirigida aos grupos não atendidos pelo Sistema Formal de Ensino” (Barreto, 1993, p. 47).

Nesse período, eram também introduzidas no Brasil as discussões da Educação Patrimonial. “Educação Patrimonial é a tradução para o português do conceito de *Heritage Education* nascido na Inglaterra” (Candau, 1987). Essa metodologia foi introduzida no Brasil por Maria de Lourdes Parreira Horta, quando era chefe da Divisão de Acervo Histórico e Artístico do Museu Imperial. Horta define Educação Patrimonial como “o ensino centrado no objeto cultural, na evidência material da cultura. Ou ainda, o processo educacional que considera o objeto como fonte primária de ensino” (1983). Um dos objetivos a ser atingido com o desenvolvimento de experiências com a Educação Patrimonial seria o de transmitir à criança e ao adulto a importância do museu como parte da vida comunitária, local onde se preserva a memória cultural e lugar onde se educa permanentemente pela fonte de imagens, idéias e testemunhos da capacidade criadora do homem em seu processo evolutivo, dado pelos museus.

Alguns museus brasileiros adotaram esta metodologia em suas atividades educativas. Experiências significativas foram realizadas, mas, na sua grande maioria, não tiveram continuidade, e às que conseguiram implementar-se falta análise dos resultados. Dentre os museus que adotaram inicialmente esta linha de investigação, estão o Museu Imperial (RJ), Instituto de Pré-História da USP, atualmente Museu de Arqueologia e Etnologia (SP), Museu Lasar Segal (SP), Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (SC)<sup>13</sup> e outros por todo o Brasil. Deve-se ressaltar que esta linha de interpretação do objeto cultural permitiu a utilização pelo museu de uma metodologia capaz de resolver, em parte, a interferência dos modelos do ensino formal nas práticas educativas, desenvolvidas até então pelos museus. Criou-se maior densidade em relação às avaliações

---

<sup>13</sup> As experiências com relação a Educação Patrimonial no Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville foram analisadas no quarto momento de nossa dissertação de mestrado (IV). A partir da nossa experiência, traçamos alguns pressupostos dessa relação “ambígua” entre teoria e prática.

acerca do envolvimento do público com o Patrimônio. Ela especificou as bases em que o trabalho educativo dos museus pode ser desenvolvido, e esse trabalho pressupõe lidar com a mudança de atitude com relação ao patrimônio cultural, apelando mais para o sensível e o emocional (Candau, 1987, p. 33). Conforme Candau (1987), “tanto a Educação Permanente, como a Educação Patrimonial, são convergentes. Sendo a finalidade da primeira o aprofundamento tanto da experiência pessoal quanto da vida social global, que se traduz pela participação afetiva, ativa e responsável de cada sujeito. E a segunda que é o enriquecimento do homem como ser total. Assim a Educação Patrimonial pode ser considerada uma das áreas de intervenção da Educação Permanente, capaz de permitir, através da interpretação do objeto, a leitura dos contextos nacional e universal da cultura, o que viabiliza a extrapolação da cultura”.

Na verdade, estas propostas não são fáceis de serem assumidas concretamente. Entendemos, como Lopes, quando analisa a situação da relação entre museu e ensino formal que “o problema está em que a contribuição dos museus à educação não deveria ser tratada prioritariamente nem apenas do ponto de vista de enriquecer, complementar currículo, ilustrar conhecimentos teóricos, nem tampouco a partir de propostas de intervenção direta no processo educacional que dificilmente não se comprometeriam com o desempenho como um todo das seqüências longas e rotineiras das relações formais da aprendizagem escolar” (1989).

Estudos recentes mostram poucas modificações neste quadro. Os museus continuam sobrevivendo em conseqüência do número de alunos que vem ao museu à procura de complemento para suas atividades escolares. Mas, por outro lado, os “museus também não estão aparelhados com recursos humanos para contribuir com o ensino formal” (Lopes, 1991). O problema, também, é que, no caso da educação em museus, usa-se, com freqüência, o discurso abrangente e inquestionável da formação cultural, permanente ao longo de toda vida, função essa atribuída aos museus; e, na prática, como não há maiores comprometimentos com políticas educacionais e culturais que avancem para atingir, efetivamente, a grande maioria da população do país, a solução é complementar a escola.

O que norteia a nossa reflexão é a discussão do sentido mais amplo da contribuição dos museus à educação. Que essencialmente está imbutida no problema da função social dos museus da atualidade, da sua relação de produção de conhecimento e separação da produção intelectual dentro das próprias estâncias dos museus. A ciência museológica há que refletir sobre os limites da escolarização dos museus, especialmente no Brasil, onde a maioria dos museus não possui em seus quadros funcionais especialistas e pesquisadores ou, o que é mais agravante, a atuação permanente do museólogo. Nesse sentido, consideramos essencial a participação efetiva dos museus nas dimensões sociais, culturais e educacionais como mais um dos espaços possíveis de produção, divulgação e socialização das experiências humanas. Como diz Hannah Arendt “a educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável, não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens. A educação é, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos e tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de compreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as, em vez disso, com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum” (1972, p. 247).

## **10. A museologia e as tendências contemporâneas**

Os temas principais entre amigos e inimigos dos museus surgiram desde a Revolução Francesa, quando “reliquias” aristocráticas e religiosas foram primeiro salvas do vandalismo político e depois exibidas ao público. Praticamente todo o trabalho inovador que provocou profundas modificações na museologia concretizou-se a partir de 1950, na França, notadamente, através da participação dos profissionais Georges Henri-Rivière, Georges Bazin, Marcel Evrad e Hugues de Varine Bohan. Esses especialistas começaram a questionar os museus tradicionais, cujo modelo, o método de analisar o fenômeno e o patrimônio cultural, foram impostos pelos museus europeus aos museus não europeus (Varine-

Bohan, 1974, p. 12). Estas modificações vieram como resposta à crise advinda do impacto da industrialização e da grande tendência de especialização do conhecimento. Desse modo, eram realizados novos debates e algumas experiências inovadoras acerca do papel social dos museus na sociedade contemporânea. É atualmente reconhecido que a função do museu não pode limitar-se ao ato de recolher, restaurar e expor os objetos que compreendem o seu acervo. Cada vez mais a pesquisa, a divulgação, a socialização do conhecimento e a participação da comunidade tornam-se elementos determinantes das funções sociais dos museus. De um lado, temos um público que olha para uma exposição. De outro, uma população que gera o seu patrimônio. A primeira imagem não se refere ao museu-supermercado ou “museu templo”,<sup>14</sup> cujos objetos, densamente expostos, constituem para uma grande parte da população, ainda, a imagem dominante do museu. Dizendo de outro modo, os primos pobres da museologia. Fala-se da coleção exposta segundo as mais modernas técnicas da museografia e museologia e com recursos e meios financeiros elevados que, no entanto, estão ainda direcionados para os objetos, através dos quais estabelecem uma comunicação unívoca em relação ao público-visitante. Temos neste quadro, os museus de ciência e tecnologia que permitem, acima de tudo, a manipulação e a experiência; “os objetos funcionam, tem-se a sensação de que tudo é explicado”. “O de maior dimensão no momento é o da Cidade das Ciências e das Indústrias em La Villete, Paris, com sete andares, onde o visitante pode realizar os mais variados experimentos de som e ótica. Entrar no mundo dos micróbios e até sentir o cheiro... O Lawrence Hall of Science da Califórnia e o Launch Pad de Londres que permitem experiências com o próprio corpo, tais como fazer o próprio eletrocardiograma ou utilizar a transpiração das mãos para produzir energia” (Barreto, 1993, p. 36). “A lei da gravitação é, para muitos, uma noção abstrata da qual podemos tomar consciência facilmente por uma série de experiências “aperta-botão”, tais as apre-

---

<sup>14</sup> Um exemplo de sacralização dos objetos nos museus e da própria transformação de museu em “altares do templo”, é o Museu Nacional de Ontário, no Canadá, que anuncia em seu frontão: “Os trabalhos de Deus através dos tempos, as artes do homem através dos anos” (Suano, 1986, p. 90).

sentadas no Smithsonian de Washington, e no Deutsches Museum de Munique”, (Giraudy & Bouilhet, 1977, p. 35), “aberto em 1925<sup>15</sup>, que serviu de inspiração para muitos museus americanos, como o de Chicago. Estes novos museus de experimentação têm recebido algumas críticas, pois em muitas situações assemelham-se à “Disneylândia”. Em contrapartida, seus criadores argumentam que não se deve esquecer que estes museus foram criados com uma vocação educativa. Com princípios e métodos científicos sólidos procuram desenvolver e despertar a curiosidade e o desejo de aprender”. (Barreto, 1993), “Museus ou centros de ciências e de técnica se apresentam como espaços de reflexão, de experimentação e aquisição de conhecimentos. A introdução de um questionamento acerca das relações entre tecnologia e sociedade, além da vontade de mostrar o papel dos erros parece anunciar um programa epistemológico cada vez mais global. Nesses novos templos da cultura viva, começa a ser abordada a relação complexa entre ciência e ideologia” (Jeudy, 1990, p. 103). Conforme Hudson (1989, p. 112), “um museu de ciência e tecnologia que não estimule seus visitantes a pensar sobre as conseqüências humanas e sociais do desenvolvimento está agindo de forma irresponsável e retrógrada... assim, um dos papéis dos museus é envolver e motivar seus visitantes”. A este respeito, Giraudy & Bouilhet (1990, p. 61) propõem a “educação do olhar”. “O visitante de museu, amador da arte, especialista, pesquisador turista, universitário ou estudante pode aprender a educar seu olho e saber ler as formas. O problema do olho é que o mesmo órgão com o qual lemos, atravessamos a rua, escolhemos uma fruta, é também o que pode refinar-se ao contato com

---

<sup>15</sup> Este Museu teve seus anos dourados ao redor dos anos de 1920, em parte devido a obrigatoriedade que todo estudante deveria freqüentá-lo pelo menos uma vez por ano. Seu fundador passou à História como um notável arrecadador de fundos que soube combinar o público com o privado de forma muito produtiva... Mas a dependência do dinheiro proveniente das indústrias criou problemas no que se refere a contextualização da produção industrial e tecnológica. Isto piorou com o Nazismo, e o museu passou a ser um museu “puramente de tecnologia”. Atualmente o seu mérito reside em ser ponto de encontro dos campos científico, industrial e tecnológico... “As pessoas que controlam a indústria alemã sentem que este é um museu deles”(Hudson citado por Barreto, 1994, p. 52).

obras e aprender delas nuances e sutilezas que levam da contemplação ao deleite, e também da curiosidade à descoberta e à compreensão dos fatos culturais e científicos”. Outra tendência atual são os Museus de História e Etnologia. “A Etnologia regional, começou a ser utilizada com maior intensidade nos países industrializados, no período em que a fase de sua história, designada como ‘pós-moderna’, desvela uma paixão coletiva por uma volta ao passado. Por outro lado, a Etnologia luta contra a nostalgia, excluindo-a de sua própria esfera semântica, mas é no entanto conduzida por ela e por essa folclorização” (Jeudy, 1990, p. 42). Por exemplo, o Museu Castelo, York: Cabana Charneca (Inglaterra), que exhibe um quarto de época. “Típico do Nordeste de Yorkshire... tecido de fio feito em casa e espartano... A lareira era o centro da vida familiar, provendo não só calor e conforto, mas um lugar para a velha panela de cozinhar até a fervura sobre a turfa brilhante. Pão foi assado aqui: a massa foi mexida no parapeito da janela. Em frente ao fogo há um trapo de casa ou um “tapete” de lã tosquiada... A mobília feita no país, reflete uma tradição do artesanato não sofisticado que quase foi perdido. Já no consolo da lareira existem penduricalhos e ornamentos – o par de vasilhas para o cachorro de Staffordshire, o elegante vidro do broche redondo, bengalas e um barato, mas charmoso relógio alemão. Na janela pendura-se uma “bola de bruxa”. A sua superfície vítrea popularmente fazia refletir o poder de qualquer bruxa ou diabo” (Shanks & Tilley, 1987, p. 76). A esse respeito Shanks e Tilley constataram que o “quarto de época” é atrativamente misterioso, mas por outro lado, é um instante estático, revela um momento desconectado e quanto mais completo for o inventário do quarto, mais ele terá a dizer aos visitantes, o mínimo que eles sabem... “O quarto de época não é uma réplica mas um *simulacrum*, uma cópia exata do original que nunca existiu. Situação idêntica pode ser também constatada em inúmeros museus de Província em Portugal, em particular vilas e aldeias onde o esforço abnegado da população “põe em pé” um “verdadeiro museu”. Com salas de exposições permanentes, em busca do passado, amontoam-se milhares de objetos supostamente organizados. Em nome da Etnografia, reconstitui-se interiores e cenas da vida rural por meio de manequins de lojas retocados para o efeito. Jornalistas são convidados, durante semanas o museu é visitado. Depois, acalmam-se os

ânimos, os objetos começam a confundir-se, passado e presente se misturam. Visitado o museu, já lá não se volta. Na ausência de espetáculo, este discurso esgota-se sozinho” (Moutinho, 1989, p. 26). Considera-se, atualmente, que transportar material de um lugar para outro é inevitavelmente dar a este material um toque de romantismo, esquecendo dos problemas da vida cotidiana desse passado. As lutas de classe, o esforço para sobreviver, a escassez, as doenças, os conflitos de gerações. Este mesmo enfoque crítico é feito para os museus ao ar livre, que em lugar de fazer história social realizam estudos de folclore (Barreto, 1994, p.17)<sup>16</sup>. Outro exemplo de reconstituição dos aspectos do cotidiano é o Museu (*site museum*) de Williamsburg, na Virgínia “não se tentou romantizar a vida daqueles tempos... A história inclui os menos privilegiados e os descontentes... Devemos descobrir um passado... que tenha relevância para todos... mostrar mais claramente a contribuição dos residentes negros que constituíam perto da metade da população e faziam a maior parte do trabalho pesado. Réplicas de mobília são feitas nas próprias oficinas, na presença do público (Hudson, 1987, p. 146, citado por Barreto). “Em Champlite, na Haute-Saône, é um padre que vai prolongar a obra empreendida por seu pai, de coletar todos os objetos-traços da vida econômica e técnica do passado, do habitat e modos de vida. Sob seu impulso, ateliers inteiros são reconstituídos no castelo que vai se tornando um grande museu. Numa aldeia próxima, em Chateau-Lambert, ele criou um museu ao ar livre com instrumentos agrícolas. No plano social, esse museu anima toda uma transmissão de cultura, associando camponeses, jovens e velhos, à sua operação que mistura o folclore, a etnologia e o retorno possível a atividades artesanais” (Judy, 1990, p. 26). “Trabalho similar acontece no Museu do Marajó, em Cachoeira do Arari (Pará/Brasil). O ponto de partida foi um prédio abandonado, sede de uma fábrica falida, à beira de um rio. Este museu não nasceu por decreto ou como proliferação de uma instituição científica. Foi simples-

---

<sup>16</sup> O folclore, ao produzir simulações de animação, responde ao desejo simplório de prolongar o que está morto ou que poderia morrer. Ele parece fazer reviver a emoção contida no estereótipo, enquanto a Etnologia parece perseguir um trabalho de conceitualização do vivido (Judy, 1990).

mente o instintivo manifestar de uma comunidade, sob orientação de pessoas com raízes completamente diferentes à qual coube a tarefa de provocar respostas e coletá-las num certo esquema” (Gallo, 1989, p. 91). “Praticamente sem recursos, transformou-se num verdadeiro centro de recuperação da economia local e da cidadania, revalorizando o homem Marajoara, permitindo que seu contato com a população branca fosse realizado em termos mais equilibrados. Revitalizou o artesanato, levando ao crescimento econômico da região, através da venda desse artesanato reelaborado e da constituição de um museu histórico com peças arqueológicas, que atrai centenas de turistas” (Barreto, 1994, p. 49). “Aceitando o dado que o brasileiro tem os olhos na ponta dos dedos, em muitas ocasiões o visitante é convidado a manusear os objetos: o vira-mundo do escravo fujão, no próprio pescoço, transforma a informação em experiência sensorial inesquecível” (Gallo, 1989). “Um exemplo de reelaboração do artesanato está constituído pela ‘tradução’ em pontos de cruz dos desenhos da cerâmica Marajoara a fim de que as bordadeiras os reproduzam em panos de prato para vender” (Barreto, 1994). De acordo com Hudson os museus “devem ter sentido dentro da estrutura política e econômica do país em que se encontram o que pode envolver métodos de arrecadação de fundos e organização que muito provavelmente os puristas não vão gostar” (1987, p. 172). Ou para citar as palavras proferidas por Giovanni Gallo, “o museu cresce e vira notícia ou então desmorona feito tapera”. “Mas os museus nunca podem perder de vista... o aparente paradoxo de que o sucesso da popularização depende diretamente de uma profunda pesquisa científica” (Hudson, 1987, p. 176).

## 11. Os Museus e a vida comunitária

Com referência aos museus que trabalham com a história social, com a vida cotidiana das pessoas, e que “*agem como uma espécie de parteira da nova consciência*”, temos algumas experiências significativas. Por meio de formas diferentes, encontradas caso a caso por cada comunidade, esses museus são concebidos como instrumentos de desenvolvimento e, neste sentido, as populações são agentes, tanto da preser-

vação, como da construção de seu acervo e de seu patrimônio. Como agentes de mudanças, as populações “não olham para a exposição (coleção). Olham-se no seu patrimônio” (Camacho, 1989, pp. 133-134). O despontar das atividades museológicas relacionadas à participação coletiva apareceu com a criação dos ecomuseus. Um dos primeiros inspiradores dessa concepção de Museu, que foi também responsável pelas grandes transformações da museologia contemporânea, é Georges Henri-Rivière. Seu conceito de museu: “instrumento concebido, moldado e operado conjuntamente pelo público (constituído pelas autoridades e pela população local). O envolvimento da autoridade pública dá-se através dos *experts* e dos recursos. O envolvimento da população depende das suas aspirações, conhecimentos e abordagens individuais. É um espelho onde a comunidade vê a si própria para descobrir sua imagem e no qual procura uma explicação para o território do qual faz parte e para as populações que a precederam... É um espelho que a população mostra aos visitantes para ser melhor compreendida, de forma que sua indústria, costumes e identidade inspirem respeito. É a expressão da humanidade e da natureza. Coloca o ser humano em seu ambiente natural, retrata a natureza tanto na sua condição selvagem quanto nas adaptações provocadas pela sociedade tradicional e industrial” (Hudson, 1987, p. 29). O primeiro ecomuseu constituído com esse nome surgiu na França, em 1971, juntando-se os ideais de duas pessoas: Georges Henri-Rivière, que queria contextualizar as exposições e Hugues de Varine-Bohan, que desejava fazer um museu democrático, gerido igualmente pelos profissionais e pela comunidade local. “O ecomuseu de Creusot-Montceau-les-Mines ocupou uma área de 500 quilômetros quadrados, situado em Saône e Loire, no desvio das vias de comunicação que circundam as cidades de Creusot (siderurgia) e de Montceau les Mines (carvão), com cerca de 150 mil habitantes” (Varine-Bohan, 1987, p. 37). “O centro desse museu estilizado foi um castelo onde a família morava. No castelo guardavam-se coleções de reserva, constituídas por objetos que perderam seu valor funcional e emocional, mas ainda tinham algo essencial para contar sobre a comunidade e seu ambiente” (Barreto, 1993, p. 25). “Os habitantes locais viviam o museu na sua operacionalização, como também construíam

dia-a-dia as experiências sociais, participando na criação de programas, planejando e inventariando todas as atividades, juntamente com os profissionais técnicos, pesquisadores e animadores culturais que moravam na própria comunidade, interagindo nas relações dessas comunidades; eram sujeitos e ao mesmo tempo objetos da investigação social. Sua originalidade constitui no agrupamento de dezoito municípios da região, verdadeiro museu descentralizado. Atuou extramuros criando uma rede de antenas diversificadas e descentralizadas, pequenas estações ou mini-museus, em cinco regiões ligadas à história social e preocupações dos seus moradores” (Giraudy & Bouilhet, 1990, p. 39). “Por diversas razões a experiência não teve sucesso a longo prazo. Por um lado, o governo francês não via com bons olhos a proposta de gestão popular e, na França não é fácil instituir fundações particulares que permitam a continuidade de um museu independente do Estado” (Barreto, 1994). A experiência do ecomuseu atuou como um fator determinante de construção comunitária. Mesmo não tendo continuidade, permitiu que outros museus sássem de seus prédios em busca da participação da sociedade, agora já com possibilidades teóricas de avaliação. Segundo Hudson (1986, p. 163), “esse museu constitui a maior inovação dos últimos 50 anos. Pode ser definido por sua determinação de envolver a população local no seu planejamento, elaboração conceitual e por considerar os recursos de uma área como um todo, sem distinguir muito claramente o ambiente natural das criações humanas entre passado, presente e futuro”.

A partir da experiência do ecomuseu de “Le Creusot-Montceau-les-Mines” (1972 a 1982) e do encontro em Santiago do Chile em 1972, que adotou uma definição para os Museus da América Latina, testemunhamos novas reflexões e, conseqüentemente, algumas aplicações museológicas em diversas realidades sociais e culturais. Foi no México que as resoluções, então tomadas no Chile (1972), tiveram um reflexo imediato. “O conceito de ‘Museu Integral’ é uma instituição a serviço inseparável da sociedade que lhe dá vida. Capaz de estimular em cada comunidade uma vontade de ação, aprofundando a consciência crítica de cada um de seus membros, buscando os fundamentos da ação nas condições históricas de desenvolvimento de cada comunidade. A este museu compete,

igualmente, uma prática direta nos processos de desenvolvimento, fazendo uso da interdisciplinaridade, em particular, na área das Ciências Humanas” (Moutinho, 1989, pp. 31-32)<sup>17</sup>. “O pioneiro nesta nova forma de gestão, foi o Museu Antropológico do México. Toda a planificação e realização das atividades então desenvolvidas era realizada por especialistas a partir do Museu Nacional, afastando, por conseguinte, qualquer razão que justificasse a participação dos grupos locais” (Moutinho, 1989). A partir do projeto “Casa del Museo”, organizaram-se grupos onde se discutia e estudava as temáticas das exposições. A casa em exposição foi montada pelas pessoas das comunidades e todas as exposições estão baseadas na vida cotidiana constituídas através de imagens e elementos plásticos. “Este Museu tem uma política que é comum à museologia mexicana: a) a visita aos museus deve ser livre e voluntária; b) as atividades devem acontecer em lugares de fácil acesso; c) os programas de visita devem estar previstos para o tempo livre, ou seja, fora do horário de trabalho; d) as condições de participação devem ser mínimas e de fácil cumprimento; e) é desejável que as atividades sejam subvencionadas pelos próprios participantes” (Barreto, 1993, p. 08). As tendências da nova museologia provocaram experiências similares em museus de Portugal, como a revitalização dos estaleiros de madeira no Rio Tejo, fruto da ação do Ecomuseu do Seixal, em defesa do patrimônio naval do rio. Em Monte Redondo, a ação do museu junto às costureiras da região, permitiu uma valorização profissional e social destas. Em Portimão, a memória da vida industrial cria condições de desenvolvimento para o turismo cultural e cria também condições para o reencontro com a identidade real da região. Em Setúbal, um vasto programa de História ao vivo mobiliza milhares de jovens em busca de um passado menos místico da História de Portugal (Moutinho, 1989). “Fruto também desse movimento

---

<sup>17</sup> A diferença básica entre a definição adotada para Museus em geral e para os Museus da América Latina em particular, reside em que nos museus Latino-americanos não há referência à finalidade de deleite (Barreto, 1994, p. 13). Ainda nesse sentido, concordamos com Barreto quando afirma “de não ver nenhum inconveniente em que um museu do terceiro mundo ofereça deleite aos seus visitantes”.

é o Ecomuseu de Haute-Beauce, situado numa zona relativamente rica, mas ficou no desvio dos grandes movimentos dos últimos decênios, e espreitada pelo grande turismo americano, mostra as capacidades de mobilização de uma sociedade liberal tradicional. Ele é de alguma forma, o revelador de uma identidade comunitária implícita, que permite a ela melhor se defender, explorando seus melhores trunfos, tanto culturais como econômicos” (Varine-Bohan, 1987, p. 44). Conforme Moutinho (1989), “esta diversidade de áreas de intervenção não exclui o fato de que outras iniciativas ocorram através do país. O problema reside no fato de que em nível local, tais instituições ou não existem, ou repousam na inércia do serviço público”. “Um outro projeto de ação museológica teve lugar na Suécia, e buscava, igualmente, aprofundar a participação das populações. Em conjunto com o Centro Nacional do Teatro (*Riksteatrar*) e o Centro Nacional dos Concertos (*Rikskonserter*), estas instituições tiveram por objetivo descentralizar as manifestações culturais, consolidar os recursos da vida Cultural de cada região, estimular a promoção de atividades culturais por meio de grupos inovadores, desenvolvendo novas propostas criativas. Exposições com a participação de sindicatos, escolas, associações, comitês culturais, bibliotecas e outras entidades são realizadas. Vários temas compõem o cenário das exposições (contextos sociais, ecologia, artes, artesanato, entre outros). A exposição não é considerada como um fim, mas sim um meio de integração das populações distantes dos recursos dos grandes centros de mídia. No fundo, o CNSEI, é um organismo que presta assistência aos grupos que, tendo uma mensagem a transmitir, carecem de um conselho ou de um apoio material” (Moutinho, 1989, p. 39)<sup>18</sup>. Uma das propostas para aproximar diferentes públicos ao

---

<sup>18</sup> Atualmente muitos museus complementam suas exposições com atividades paralelas, que podem acontecer dentro da mesma sala ou em lugares paralelos. Esse trabalho de apoio, compreende, oficinas de manipulação de materiais, vídeos, slides, encenações, experiências científicas. Também há atividades especialmente programadas para crianças, como jogos de encaixe, “sala das descobertas” (Smithsonian), teatro de marionetes ou esculturas comestíveis (Centro Pompidou-Paris), existe ainda salas reservadas para contar histórias (Barreto, 1993, p. 36).

museu foi desenvolvida no Museu Paraense Emílio Goeldi (Pará-Brasil). A experiência deu-se com a montagem de uma exposição intitulada “*Ciência Kayapó: Alternativas contra a Destruição*”. “Produto de longo trabalho de pesquisa Etnobiológica, coordenado pelo Dr. Darrell Posey, na comunidade de Gorotide, às margens do Rio Fresco, no Sul do Pará. Foi montada em Belém do Pará, no próprio Museu Goeldi. Concebida com a assessoria da comunidade Kayapó, através da discussão do projeto na própria aldeia, contando com consultores nativos permanentes da exposição. Um casal de Kayapós e seus filhos juntaram-se à equipe por quatro meses, auxiliando na concepção da exposição que objetivou repassar ao público a riqueza dos conhecimentos desse grupo, acumulados ao longo dos séculos. Em razão do diálogo com a comunidade indígena, a inauguração contou com a presença de cerca de 100 índios Kayapó e durante sua exibição pública foi visitada por diversas comunidades indígenas da região” (Hamú, 1993, p.12). Na mesma tendência temos a experiência implantada pelo Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville, em 1991, com a realização de um projeto de pesquisa Arqueológica, numa comunidade periférica da cidade. A concepção inicial era de envolver a população na discussão sobre a preservação dos Sambaquis, já que estas viviam sobre e ao redor de um deles, sem saber exatamente o porquê do desejo incansável deste museu em dizer que era preciso preservá-lo. Foram realizadas várias atividades em conjunto com essa comunidade, envolvendo associação de moradores, escolas e outras entidades no sentido de envolvê-los no projeto de preservação. Essa experiência comunitária foi encerrada em 1992, pois o projeto em andamento, naquele período, priorizou somente a “preservação e a conscientização daquela comunidade, de que o Sambaqui era um bem patrimonial e que cabia à Ciência, com a ajuda deles, dar conta de preservar”. De qualquer forma, este trabalho do museu com esta realidade possibilitou novos encaminhamentos quanto aos objetivos da preservação e do envolvimento da Instituição Museu com problemas emergenciais e sociais. Para Bruno (1991), “a dinâmica institucional deste museu, notadamente nos últimos anos, em nada diferencia-se do Museu de Pré-Histoire d’Ille-de-France, situado na cidade de Nemours na França, nem de outros museus

regionais de Arqueologia, localizados na Inglaterra e nos Estados Unidos. As experimentações vinculadas à Educação Patrimonial coloca-o em parceria com muitas instituições do México, Canadá e Portugal, nascidos sob a inspiração da nova museologia”.

Do ponto de vista do papel social dos museus, constatamos, notadamente, contribuições museológicas significativas. Elas vêm, na maioria das vezes, de países ditos de primeiro mundo, e como diz Varine-Bohn, com quase meio século de atraso. Observa-se que as regras de consumo do discurso museológico são em parte exteriores ao produto museológico. “Na nova sociedade da informação, o recurso-chave passou a ser a informação, o conhecimento e a criatividade”. Estas preocupações conduzem-nos a reflexões sobre a integração dos museus na comunidade. A cada dia, multiplicam-se o número de museus, sendo que os museus que já existem carecem de estrutura para o seu funcionamento. Nas grandes instituições há um grande desajuste entre os objetivos do discurso museológico e a percepção que o público em geral tem dos museus. Por outro lado, os pequenos museus sofrem de um grande mal, o desajuste entre contextos sociais e iniciativas museológicas. É necessário refletir se o papel do museu é de incrementar programas para o ensino formal, elaborar a venda do artesanato, intervir nas resoluções de saneamento básico e outros, substituindo em alguns casos, as instituições responsáveis pela prestação do serviço público. Ou seja, a discussão que se coloca é, talvez, da intervenção dos museus junto às instâncias correspondentes, exigindo, neste caso, qualidade e acesso de todas as crianças nas escolas. Discutindo e conscientizando as comunidades em relação aos seus direitos enquanto cidadãos, para que tenham uma participação efetiva no mercado de trabalho e, conseqüentemente, melhorem a qualidade de vida. Ao discutir as tendências que permeiam os museus hoje, Moutinho (1989), se assegura de dois argumentos. De que o museu tradicional não é instrumento de educação, na medida em que a percepção das coleções é, no essencial, superficial, sectária, como também não é de estudo na medida em que a informação prestada não faz apelo à reflexão nem à consciência crítica de cada um. Paralelamente à modernização dos museus que se traduz numa nova encenação museológica, a idéia de aprofundar a di-

menção espetáculo manifesta-se numa outra forma de museologia tradicional, geralmente denominada de museu vivo. Esta denominação que se presta, aliás, a confusões, não representou uma alteração nos objetivos culturais da museologia tradicional, mas tão-somente uma forma diferente de transmitir o mesmo discurso. Nesse sentido, devemos em primeiro lugar, questionar sobre os benefícios que o público recebe daquilo que está acontecendo nos museus, daquilo que poderia e deveria estar acontecendo neles. Resta-nos analisar as tendências atuais e refletir “através de um olhar brasileiro, esses ‘novos tempos, novos museus’ ”.

## **BIBLIOGRAFIA**

- Barreto, M. (1993). *Museus por Teimosia: Uma Análise da Utilidade Social dos Museus em Campinas*. Campinas:UNICAMP. Dissertação de Mestrado.
- Benjamin, W. (1993). *Magia, Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense.
- Brandão, C.R. (1984). *Educação Popular*. São Paulo: Brasiliense.
- Bruno, M.C.O. (1984). *O Museu do Instituto de Pré-História. Um Museu a Serviço da Pesquisa Científica*. São Paulo: USP. Dissertação de Mestrado, 1984.
- \_\_\_\_\_. (1991). *O MASJ e o Futuro da Museologia*. Joinville: Boletim MASJ, n.4., p.38.
- Camacho, C. (1989). *Museu e Participação das Populações*. In: *Museus e Sociedades*. Monte Redondo, Portugal, pp. 133-141.
- Da Matta, R. (1991). *A Casa e a Rua*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Fenelon, D.R. (1992). *Políticas Culturais e Patrimônio Histórico*. In: *O Direito a Memória: Patrimônio e Cidadania/DHP*. São Paulo.
- Funari, P.P.A. (1988). *Arqueologia*. São Paulo: Ática.
- \_\_\_\_\_. (1991). Education through archaeology in Brasil: A bumpy but exciting road. In: *Ciência e Cultura*. V.43. SBPC, jan/fev.

- \_\_\_\_\_. (1992). *A História e o sentido das Escolas Técnicas*. São Paulo: CEETEPES.
- \_\_\_\_\_. (1992a). *Algumas Reflexões sobre a Relação entre Teoria e a Praxis na Arqueologia*. Conferência apresentada em Taquara. Porto Alegre, abril.
- \_\_\_\_\_. (1992b). *La Arqueologia em Brasil: Política y academia en encrucijada*. In: Gustavo Politis (ed). *Arqueologia en America Latina hoy*. Equador: Biblioteca Banco Popular.
- \_\_\_\_\_. (1992c). *O Papel da Cultura Material Urbana na Construção de uma Memória Histórica*. In: *Cidade e Memória*. Porto Alegre.
- \_\_\_\_\_. (1994). *Paulo Duarte e o Instituto de Pré-História: Documentos Inéditos*. In: *Idéias*. Campinas. jan/jun.
- \_\_\_\_\_. (1994). *Arqueologia Brasileira: Visão Geral e Reavaliação*. UNICAMP.
- Further, P. (1972). *Educação e Reflexão*. Petrópolis: Vozes.
- Gadotti, M. (1993). *História das Idéias Pedagógicas*. São Paulo: Ática.
- Gallo, G. (1989/91/94). *O Museu do Marajó*. In: *Ciências em Museus*. Brasília: CNPq, n.1.
- Giraudy, D. & Bouilhet, H. (1990). *O Museu e a Vida. Pró-Memória*. Belo Horizonte: Inst. Nac. do Livro, UFMG.
- Hamú, D.L.P. (1993). *Papel dos Museus de Arqueologia e Etnologia no Brasil*. I Conferência proferida no Simpósio Internacional "O processo de Comunicação nos Museus de Arqueologia". São Paulo: USP. Out.
- Horta, M. de P. (1993). *Educação Patrimonial*. Apostila do Curso de Especialização em Ação Educativa e Cultural dos Museus. Rio de Janeiro, 1993.
- Hudson, K. (1987). *Museums of Influence*. London: Cambridge Univ. Press, 1987.
- Jeudy, H.P. (1990). *Memórias do Social*. Rio de Janeiro: UNICAMP.
- Lopes, M.M. (1988). *Museu, uma Perspectiva de Educação em Geologia*. Campinas: UNICAMP. Dissertação de Mestrado.

- MASJ (1991). *Pré-História Regional*. Exposição de Longa Duração. Joinville, Catálogo de Exposição.
- MINISTÉRIO DA CULTURA (1985). *Subsídios para o Planejamento de Atividades Educativas Culturais*. Rio de Janeiro.
- Moutinho, M. (1989). *Museus e Sociedade*. Monte Redondo, Portugal, Cadernos e Patrimônio.
- Ortiz, R. (1985). *Cultura Brasileira & Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense.
- Prous, A. (1992). *Arqueologia Brasileira*. Brasília, 1992.
- Rússio, W. (1977). *Museu, um aspecto das organizações culturais num país em desenvolvimento*. Memória apresentada à Escola Pós-Graduada de Ciências da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, para obtenção do Título de Mestre. São Paulo.
- Shanks, M. & Tilley, C. (1987). *Re-constructing Archaeology Theory and Practice*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Ternes, A. (1993). *Joinville, a construção da cidade*. Joinville: Bartira Gráfica e Editora.
- Varine-Bohan, H. de. (1958). *O Tempo Social*. Rio de Janeiro: Livraria Eça Editores.
- Wulf, C. (1987). Tendências da Sociedade Cultural: uma discussão. In: *Aesthetik und Kommunikation*, 67/68, ano 18, p.6-7. Traduzido por Ciro Marcondes F. São Paulo.

# NÚCLEO PEDRINHAS HISTÓRIA E IMAGEM

*Silvana Cristina Oliveira Muniz\**

## 1. Introdução

O objetivo deste artigo é o estudo da cultura material do Núcleo Colonial Pedrinhas. Ele consiste em desvendar o sentido da socialização racional de um projeto de colonização, traduzido na utilização e no significado dos recursos econômicos, de socorro e saúde modernos, na moradia familiar, escolaridade e serviços. A colonização do referido Núcleo deu-se por iniciativa da CBCII – Companhia Brasileira de Colonização e Imigração Italiana, criada em 1950.

Atualmente, a Arqueologia não é mais vista como o estudo auxiliar de outras ciências afins, ou mesmo como mera coleta de artefatos. Para Norblach, o objetivo da arqueologia é “promover uma reflexão constante sobre as condições sociais e humanas e levá-la à crítica social do presente” (cf. Funari, 1992, p. 3). As perspectivas para a Arqueologia se dão não somente pelo estudo da cultura material, como também para o gerenciamento do patrimônio e educação, através de exposições temáticas, aulas trabalhadas com artefatos, estudo com referenciais do cotidiano e próximos à realidade vivificada.

---

\* Agradeço aos amigos com os quais troquei idéias e que me ajudaram de diversas maneiras nas montagens das duas exposições: Pedro Paulo A. Funari, Mário Fernando Bolognesi, Kiko Roseli, Deise A. Santos, Euclides Amorim, Carlos Roberto Silo, Derli S. de Araújo, Eliana Martinelli, Sônia, Fernanda. Este artigo faz parte da pesquisa de Mestrado em História e Sociedade, pela UNESP/Assis SP, e só foi possível graças ao apoio do CNPq.



distribuição espacial do território, considerando-se os imigrantes italianos e também os migrantes nacionais, que participaram da constituição do Núcleo, hoje transformado no município de Pedrinhas Paulista.

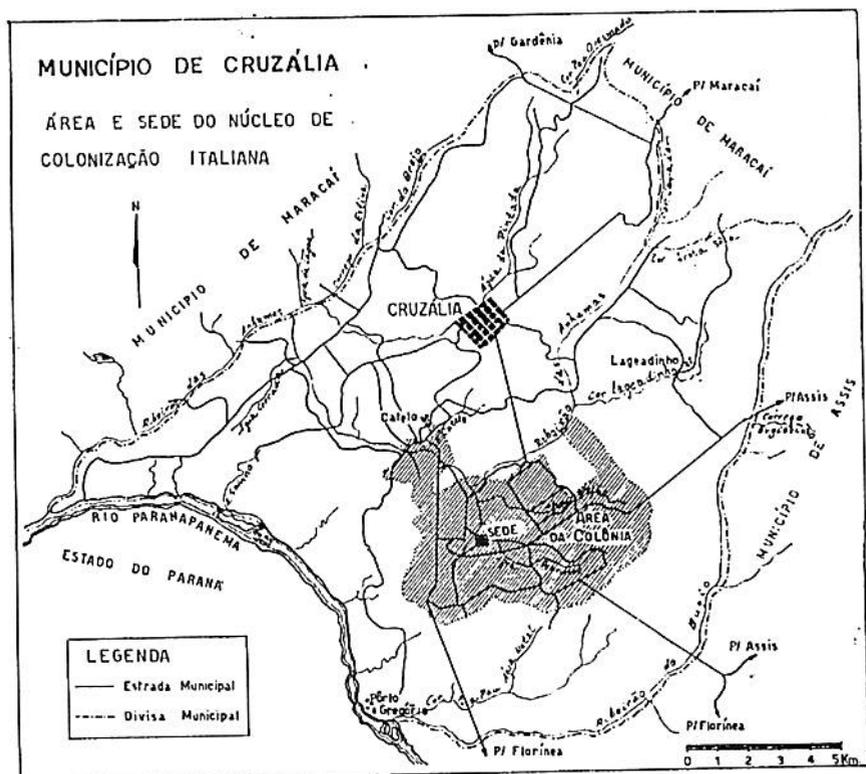


Imagem 2 – Mapa do Município de Cruzália, delimitando terras iniciais do Núcleo Colonial<sup>2</sup>.

A organização da Colônia foi planejada e executada de acordo com moldes capitalistas, visíveis nas plantas baixas, mapas, desenhos,

<sup>2</sup> As imagens utilizadas neste artigo fazem parte do acervo produzido na década de 50, pela Companhia Brasileira de Colonização e Imigração Italiana – CBCII.

croquis e fotografias, produzidos e acumulados pela CBCII. Culturalmente, resta reconstruir um conjunto documental, com as várias partes do espaço como um todo e de como essas construções, equipamentos e serviços representavam “suportes” ao convívio social. E, ao mesmo tempo, compreender, em bases históricas e culturais, como a comunidade se constituiu e se identifica, enquanto agente social e urbano.

Funari (1988, pp. 9 e 22) define a Arqueologia como o estudo dos sistemas socioculturais, de sua estrutura, funcionamento e transformações com o decorrer do tempo, a partir da totalidade material transformada e consumida pela sociedade. Para o autor, a Arqueologia nada mais é que um tipo particular de leitura, na medida em que seu texto não é composto de palavras mas de objetos concretos, em geral mutilados e deslocados do seu local de utilização original.

Assim, pretende-se iniciar uma análise cultural, em seus aspectos material e imaterial, entendendo-os como produto do trabalho humano, socialmente determinado e determinante das relações sociais. Para a metodologia arqueológica, a vida material diária, do passado e do presente, tem permitido entender as relações sociais e históricas.

O trabalho baseia-se nas Arqueologias histórica e crítica. Aborda-se uma sociedade contemporânea, com ampla documentação escrita e iconográfica, permeada pela visão ideológica da realidade representada pela CBCII.

A Arqueologia crítica possui uma abordagem ainda pouco difundida em nosso país e muitos estudos ainda estão por ser executados, com a tarefa de teorizar sobre a interpretação crítica da cultura material, que investiga o trabalho humano materializado no raciocínio arqueológico e envolvido nas relações sociais.

## **2. Exposições iconográficas**

Ao iniciar meu trabalho de pesquisa em 1993, com os documentos da extinta CBCII e com moradores do município de Pedrinhas Paulista, foi dada maior importância ao registro de opiniões, visando registrar as

experiências vividas pelas pessoas que permaneceram, ou tiveram alguma passagem pelo antigo Núcleo Colonial. Conjuntamente com a cultura material como principal fonte, seria necessário compreender a documentação produzida pela Companhia, mas seguramente a História de vida ampla e fundamenta o contingente da análise pretendida. O objetivo era inserir os agentes da História local no processo de reconstituição histórica.

Durante o processo de reconhecimento da documentação existente e da comunidade envolvida, grande interesse despertou a expressiva documentação iconográfica do acervo da extinta CBCII. A documentação encontrada necessitava de cuidados especiais. Mas, apesar disso, foi necessário recolher informações adicionais, sob o risco de se perder, com o intuito de recuperar as particularidades que somente aquela comunidade vivificou e sabe informar. O acervo tornou-se importante, dado o seu caráter inédito, que aguarda ser interpretado, crítica e cientificamente, sob o prisma da cultura material e das relações sociais envolventes. “A imagem do real retirada pela fotografia (quando preservada ou reproduzida) fornece o testemunho visual e material dos fatos aos espectadores” (Kossoy, 1992, p. 22).

Muitos trabalhos técnicos foram produzidos por profissionais especializados, ligados à CBCII e ao ICLE, *Istituto di Credito per il Lavoro all'Estero* (organismo estatal italiano, acionista majoritário da Companhia Brasileira de Colonização e Imigração Italiana). A imigração italiana de Pedrinhas também gerou algumas teses acadêmicas, ligadas às áreas da Educação, Sociologia e Geografia<sup>3</sup>. Contudo, a maior parte da

---

<sup>3</sup> Borges Pereira, J.B. *Aculturação de Italianos* – Alguns aspectos da marcha aculturativa de um grupo de imigrantes na Região da Alta Sorocabana. Trabalho apresentado como tese de livre-docência à Cadeira de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, ano de 1967.

Salgado, F.C.F. *As Colônias Bastos e Pedrinhas* – Estudo comparativo de Geografia Agrária. Trabalho apresentado como tese de doutoramento na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Presidente Prudente, no ano de 1969.

Bonilha, J.F.M. *Organização Social e Educação Escolarizada numa Comunidade de Imigrantes Italianos* – Estudo Sociológico de caráter monográfico da escola e de suas relações com a comunidade. Trabalho apresentado como tese de doutoramento à cadeira de Sociologia Geral e Fundamentos Sociológicos da

documentação iconográfica, ligada à cultura material, está ainda por ser investigada.

Deste modo, a primeira seleção documental visou a cultura material, através das construções e fotografias, que expressavam simbolicamente a transformação do Núcleo Colonial em município. O objetivo era reconstituir o processo de formação das relações sociais, uma vez que a CBCII cumpriu o papel a que se propôs e não mais existe.

Determinados os objetivos da pesquisa, deparei-me com a necessidade de colocar a público a importância da documentação iconográfica, organizando uma exposição utilizando as fotografias do acervo e de coleções particulares dos moradores locais. O interesse era sinalizar a importante documentação, bem como recolher informações.

A exposição *Fazer a América* foi pensada como uma trajetória, a partir da saída dos imigrantes de seus locais de origens. Ela foi organizada em temas abertos, e não especificamente com textos em cada “mancha” fotográfica. O intuito era de reconhecimento dos assuntos e dos sujeitos



Imagem 3 – Escritório da Cia.

presentes aos temas. As fotos compunham-se de flagrantes registrados por fotógrafos diversos, produzidas sob incentivo da CBCII. A preocupação com o

registro fotográfico, desde os primeiros anos, com um fotógrafo permanente e uma casa comercial do ramo instalada no Núcleo, determinou, intencionalmente ou não, a constituição do acervo fotográfico existente.



Imagem 4 – Técnicos e engenheiros.



Imagem 5 – Foto Studio Pravato.



Imagem 6 – Flagrante fotografado por Natalino Pravatto.

Esta exposição, assim como as entrevistas, foram organizadas em 1993 e 1994, como prestação de serviço junto à CAP – *Cooperativa Agropecuária de Pedrinhas*, já que esta era a responsável pela guarda da documentação da extinta CBCII.

No ano de 1996<sup>4</sup> voltei às fontes documentais e, percebendo mudanças no cotidiano da comunidade eleita como objeto de estudo, outra exposição foi organizada, envolvendo outros pesquisadores da área de História e Arquivística, estudantes do curso de graduação de História (UNESP-Assis), bem como pessoas da comunidade.

Foi necessário envolver, em primeiro lugar, a cultura material não somente como *fato*, mas analisar a correlação da esfera material com a ideológica, que remete à compreensão das relações sociais. Portanto, isso requer uma interpretação, que foi efetuada com base na Arqueologia histórica, que, segundo Funari (1988, p. 16), possui uma *práxis* e uma

---

<sup>4</sup>Agora em atividade de campo, a nível de pós-graduação.

reflexão metodológica própria, ambas em construção, como um projeto de ciência da cultura material.

Um outro fator diferenciou a primeira exposição desta segunda. No intervalo entre uma e outra a documentação foi transferida da guarda da CAP para a Prefeitura Municipal de Pedrinhas Paulista. Agora, o acervo tornou-se um bem público, gerenciado pela Secretaria de Educação e Cultura Municipal. O interesse dessa outra exposição visou a reestruturação do acervo, a preservação, programas educativos e também um esforço em legitimar a constituição de um arquivo histórico municipal.

Desta feita, usaram-se não apenas fotos, mas, também, documentos escritos, plantas baixas, mapas, desenhos, esboços, pinturas, croquis, recortes de jornais e maquetes de réplicas das construções locais, construídas em bambu por uma pessoa da comunidade. O assunto abordado na exposição envolveu desde o período denominado como “Missões” (que será adiante detalhado), com a passagem dos técnicos por diversos estados brasileiros, até a formação do Núcleo e a relação com as cidades vizinhas. Foram mostrados também projetos existentes que nunca foram executados, como o de um aeroporto e o de uma cadeia pública.

Esta segunda exposição envolveu também visitas monitoradas por alunos da graduação do curso de História da UNESP de Assis, que participaram desde a montagem, até a recepção e o trabalho pedagógico junto aos alunos das escolas locais e dos municípios vizinhos de Cruzália e Assis (alunos do curso de graduação em Letras, disciplina Italiano), como também a própria comunidade. O serviço educativo monitorado procurou diferenciar os diferentes tipos documentais em exposição, demonstrando a correlação de cada documento com o trajeto histórico da colonização.

O interesse está em tornar legítima a difícil aceitação de uma cidadania consciente, mesmo que transformada pelo dia-a-dia que a estabelece. O que pretendi com as exposições foi, justamente, aplicar o que venho estudando na metodologia arqueológica, como o conceito de museu ativo que visa transformar os visitantes em produtores de história (Schoenberner 1985, p. 24. in: Funari, 1995, p. 6), como Museu da sociedade aberta ou democrática, “onde deve haver espaço para diferentes relatos

do passado” (Baker, 1991, p. 59. In: Funari, 1995, p. 6), ou ainda em pensar a exposição iconográfica como “programa de interpretação pública que ponha em exibição a ideologia usual, para demonstrar como certos aspectos da vida contemporânea, normalmente dados como verdade, podem ser questionados e desafiados em vez de, simplesmente, serem aceitos como imutáveis” (Potter, 1992, p. 118, in: Funari, 1995, p. 6) no sentido de socialização do patrimônio cultural.

### 3. Histórico da constituição do núcleo colonial

No Estado de São Paulo, particularmente no Vale do Paranapanema, os núcleos urbanos foram criados a partir da chamada “Marcha para o Oeste” (Martins, 1986, p. 37). Genericamente, podem ser arroladas as seguintes ações: os pioneiros desbravadores, fazendeiros do café, implantação das ferrovias, formação de pastagens para o gado, crescentes migrações nacionais e estrangeiras.

Segundo José de Souza Martins

a ocupação territorial do oeste de São Paulo, se dá pela frente pioneira, a qual tem desdobramentos significativos e sua conceituação exige uma elaboração mais precisa das relações sociais que nela se estabeleceram. (...) é necessário considerar-se dois momentos: o primeiro, denominado *frente de expansão*, pois os personagens desta ocupação dedicavam-se à própria subsistência e secundariamente à troca (...) E mais tarde, o segundo momento, denominado *frente pioneira*, é que a ocupação se instaura como empreendimento econômico: empresas imobiliárias, ferroviárias, comerciais, bancárias, etc., loteiam terras, transportam mercadorias, compram e vendem, financiam a produção e o comércio. Passam-se assim da produção do excedente para a produção de mercadorias (In: Penço, 1994, p. 17).

Dos anos vinte aos anos cinquenta deste século formaram-se, na região, diversas colônias de imigrantes. Essas iniciativas de colonização adquiriam glebas extensas de terras e dividiam-nas em pequenas proprie-

dades, com relativa proximidade de centros urbanos já formados. Como exemplo podem ser arroladas a Colônia Rio Grandense (1932) e a Colônia Amoré (1925), formadas por alemães e descendentes; Colônia Aipal (1925), formada por húngaros; Colônia Labiano, formada por russos; algumas formadas por japoneses, como a Companhia Brasil Takuchoko Wai (BRATAC), Fuji, Sankiô e Bunka (Salgado, 1971, p. 28) e o Núcleo Colonial Pedrinhas, formado pela CBCII, composta por italianos (1950).

Até o período de entre-guerras, a emigração no Brasil teve um caráter individual, livre e espontâneo, embora houvesse campanha de incentivo ao ato de emigrar. A partir da Segunda Guerra Mundial, mais do que incentivada, tornou-se orientada e conduzida em grandes grupos.

O Núcleo Colonial Pedrinhas foi criado sob um modelo de imigração planejada, de iniciativa dos governos italiano e brasileiro, num acordo firmado após a Segunda Guerra Mundial, em 1949. Um dos itens do acordo ítalo-brasileiro dizia respeito à criação da Companhia Brasileira de Colonização e Imigração Italiana – CBCII, em 28 de setembro de 1950. “A conciliação de 1949 previu a conclusão de acordos bilaterais em todos os campos de relações que promovessem interesses para ambos os povos. (...) distinguindo uma pré-seleção italiana e a seleção brasileira, e sobre a constituição dos núcleos, que deveriam compreender 70% de italianos e 30% de brasileiros” (Cervo, 1994, p. 197).

Brasileiros, italianos e seus descendentes conviviam desde os primeiros tempos, considerando-se a população que existia no local antes da implantação da colônia e os que chegaram na região em busca de trabalho e de melhores perspectivas sócio-econômicas. Os migrantes nacionais e a comunidade local representavam a mão-de-obra assalariada, de parceria ou volante. Os brasileiros, proprietários de terras, efetivamente, significavam apenas 4,4%, nos limites da colônia (Salgado, 1971, p. 152), contradizendo o acordo ítalo-brasileiro firmado, que previa um percentual de 30% das colônias, ocupado por brasileiros.

Nos anos de 1949 e 1950, a Itália organizou duas missões técnicas para a América Latina (Chile, Brasil e Argentina). A primeira foi orientada pelo Ministério do Exterior; a segunda, pelo ICLE, *Istituto Nazionale di Credito per il Lavoro Italiano all'Estero*, de Roma, com a assis-

tência técnica do *Istituto Agronomico di Firenze*. Tais empreendimentos receberam também financiamento do governo norte-americano, através do ECA – *Economic Cooperation Administration*, da ordem de 1.300.000 dólares (ICLE, 1952, p. 32). A finalidade das missões era, genericamente, fazer estudos com vistas à emigração agrícola na América Latina.



Imagem 7 – Mapa do Brasil, com o itinerário das Missões, produzido pelo ECA, de 8 dez. 1950.

A Companhia Brasileira de Colonização e Imigração Italiana foi constituída no período em que a Missão de Assistência Técnica estava em território nacional, em 1950, visando a avaliação de áreas e concepção do projeto de colonização que viria a ser adotado.

O principal trabalho desta segunda Missão foi direcionar todas as atividades colonizadoras no Brasil para três campos específicos: através da Companhia, recém formada; das cooperativas de agricultores italianos; e, por último, por intermédio de empresas de caráter capitalista.

Nos dois primeiros casos, o modelo seria a formação de núcleos coloniais, com base em pequenas propriedades destinadas a unidades familiares de trabalho. Para o terceiro, o de empresas, a Missão previa uma participação do colono na produção, com o objetivo de propiciar uma acumulação de capital, em um período não muito extenso, para a aquisição futura de uma pequena propriedade agrícola. Para todos eles, contudo, indicava a necessidade de se criar condições infra-estruturais que fossem além do loteamento do terreno.

O novo modelo a ser implantado era o típico “podere” italiano, com possibilidade diversificada de atividades e rendas, que possibilitava, ainda, a adoção de formas orgânicas de combate ao empobrecimento da qualidade do solo e a conseqüente exaustão.

A partir do percurso das duas Missões foi possível avaliar o estágio em que se encontravam as iniciativas de colonização nos diversos estados brasileiros, levados adiante por entidades recém formadas, particularmente as cooperativas italianas. Em sua quase totalidade, as experiências iniciadas no pós-guerra apresentavam sinais de falência.

As famílias colônicas, contudo, teriam de restituir toda e qualquer quantia adiantada, ou serviço prestado pela CBCII, além de, aos poucos, irem amortizando as dívidas para a posse definitiva dos lotes rurais. Também era obrigação dos colonos a transformação dos seus respectivos lotes, cuidando do cultivo e de todo o trabalho que este requeria, sempre de acordo com as diretrizes técnicas e administrativas da Companhia, até o término do débito dos colonos.

A intenção dos empreendedores da colonização era fazer com que o italiano imigrante assumisse, na nova colônia, o papel de agente do trabalho livre, inicialmente na condição de arrendatário e, posteriormente, como comprador do lote ocupado. Para tanto, empenharam-se para que essa implantação viesse assegurada por tecnologias avançadas de trabalho agrícola, com racionalização do uso do solo, através da policultu-

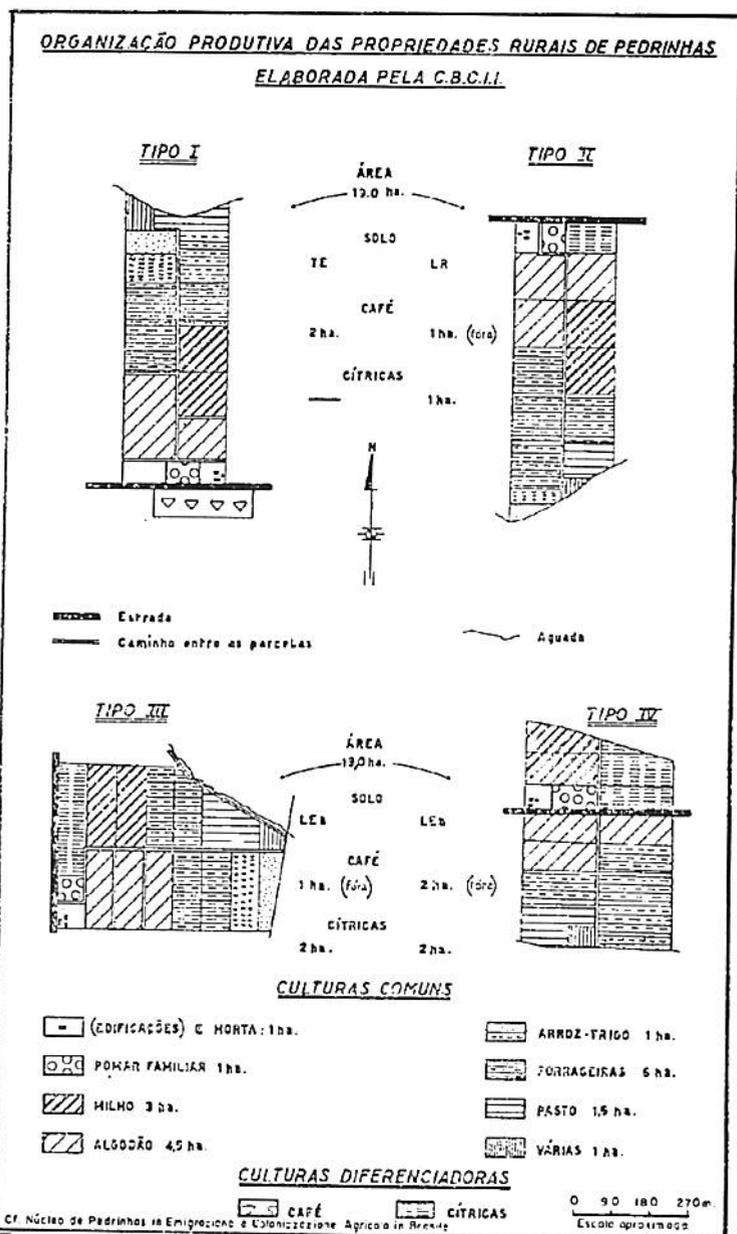


Imagem 8 – Croquis de lotes rurais.

ra, bastante diferenciada da prática dos agro-pecuaristas brasileiros que ocupavam a área. Estava no horizonte da colonização a possibilidade de promover uma exploração econômica nos moldes do capitalismo avançado que a Europa apresentava, estendido para o campo, gerando condições de acumulação de riquezas.



Imagem 9 – Família Pomilio.

Um empreendimento complexo, prevendo, prioritariamente, a exploração agrícola, mas também a pecuária e industrial, necessitava de toda uma infra-estrutura civil, em termos de serviços assistenciais, particularmente escolar e religioso, o que, aliás, estava previsto no acordo ítalo-brasileiro do pós-guerra. Para tanto, o projeto da Companhia direcionou a criação de um Centro Urbano, que congregaria as principais atividades da vida comunitária. O objetivo era promover a adaptação de mão-de-obra italiana em uma região extremamente diferenciada da en-

contrada até então em suas terras de origem, quer seja do ponto de vista da organização social e civil, quer seja da qualidade das terras e das práticas e técnicas de cultivo.

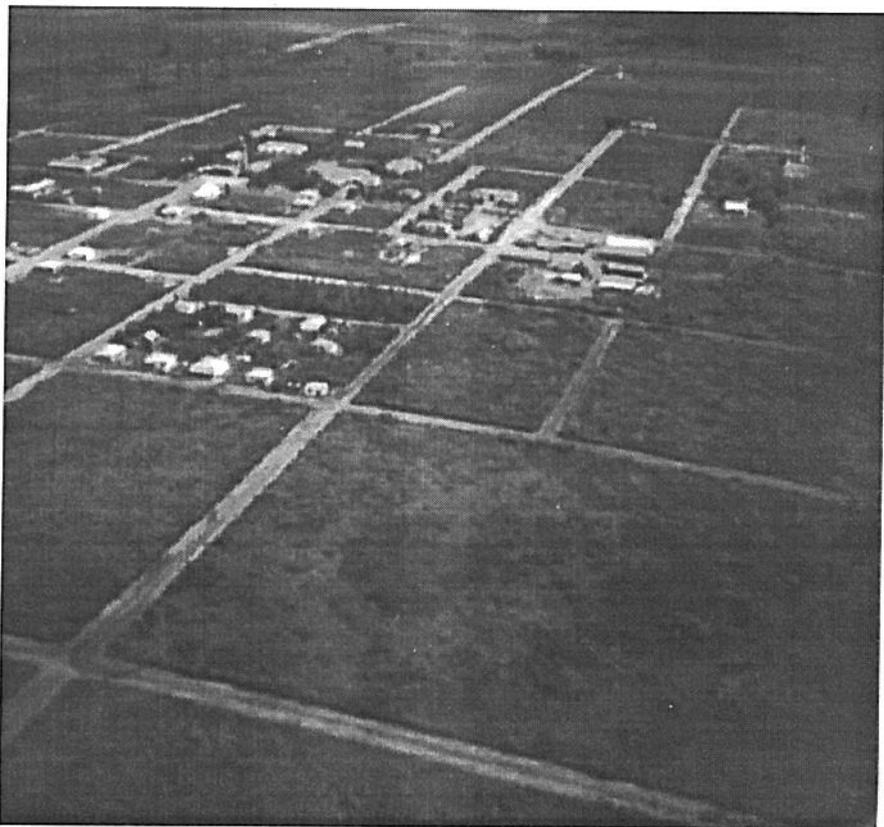


Imagem 10 – Foto aérea do Centro Urbano.

## **5. Interpretação da documentação iconográfica**

O programa de colonização proveu a divisão da gleba em lotes rurais, preocupando-se para que cada um viesse a ser delimitado, de um lado, pelo curso d'água, e, por outro, de uma estrada, que levaria ao Centro Urbano planejado. Em média, os lotes tinham 20 hectares, com

pequenas variações, de acordo com as condições topográficas e a qualidade das terras.

Cada lote rural seria provido de uma casa de moradia, construída em alvenaria, composta de três quartos, sala, cozinha e varanda. Ao projetar as casas e outras construções do lote levaram em conta as conveniências funcionais e econômicas.

As casas foram planejadas para ocupar a zona alta do terreno, com recuo de, aproximadamente, trinta metros da margem da estrada. Foram ainda dispostas em um dos cantos do lote, de forma a facilitar o convívio com os vizinhos, reunindo-se assim, pequenos grupos de casas, distantes não mais de sessenta metros umas das outras.

Além da casa, cada lote seria dotado de outros benefícios, tais como poço, horta, pomar, chiqueiro, galinheiro, estábulo e barracão para guarda de sementes, adubos e ferramentas de trabalho.

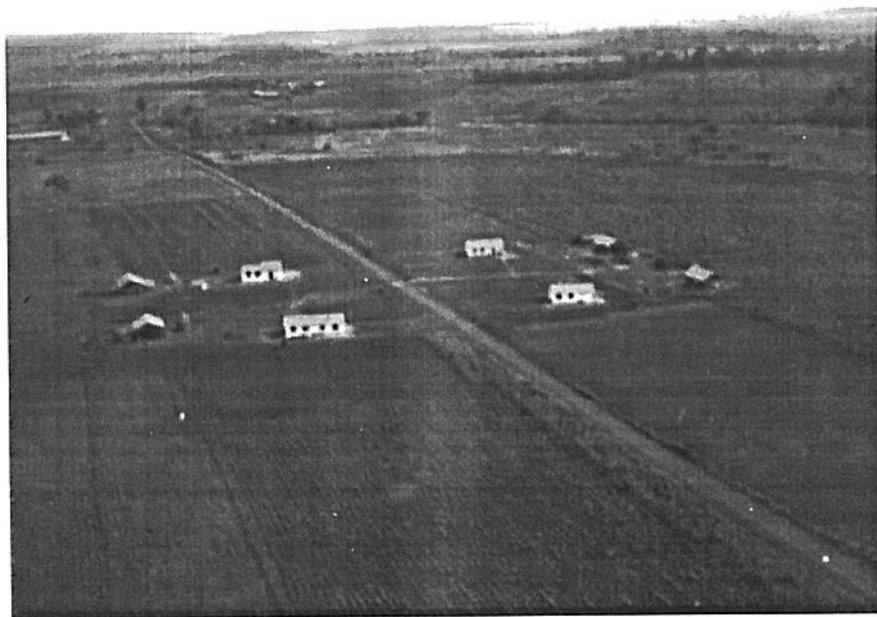


Imagem 11 – Foto aérea de lotes rurais.

O Centro Urbano foi projetado tendo em vista aspectos técnicos e econômicos e, desta forma, os edifícios de natureza coletiva, destinados aos serviços públicos, foram agrupados no centro, em ambos os lados da Avenida Brasil, a artéria principal do Centro Urbano. No lado norte da avenida foram dispostos os serviços assistenciais: Igreja e Casa Paroquial, Grupo Escolar, Jardim da Infância e Hospital. Ao sul, os edifícios dedicados à atividade recreativa, como cinema, bares e jardins.

A parte leste da Avenida Brasil foi reservada para as oficinas, indústrias, casas de operários, restaurante e hotel. O lado oeste foi projetado para conter pequenas casas comerciais. O restante da área do Centro Urbano, circundando os equipamentos e serviços centrais, foi destinado aos lotes residenciais.

Até mesmo os nomes e formação das ruas foram planejados e distribuídos estrategicamente, como por exemplo as avenidas Brasil e Itália, que representam as duas principais ruas do centro urbano e possuem canteiros centrais, formam um cruzamento em frente à igreja, a rua Das Ciências, onde se projetou o ambulatório médico, a rua Do Progresso, onde delimitava-se o prédio de assistência e educação infantil com trabalho de religiosas italianas, as quais, por muitos anos, mantiveram a língua italiana como forma de comunicação durante as atividades e, ainda, a rua Das Indústrias onde foi construído o laticínio.

A Companhia construiu dois edifícios escolares, além do Jardim da Infância. Desde os primeiros tempos contou com o apoio do governo estadual para o funcionamento de dois grupos escolares, um no centro urbano e outro na zona periférica. o Grupo Escolar sempre desenvolveu outras atividades, especialmente de cunho cultural e religioso, tais como festas cívicas, promoção de teatro infantil, competições esportivas, canto, biblioteca etc.

O atendimento do Grupo Escolar, a partir de sua criação, apresentou um movimento crescente. Iniciou com uma média de 140 alunos nos primeiros anos, entre filhos de italianos e brasileiros.

Nos horários noturnos, desenvolveram-se cursos de alfabetização de adultos e cursos de língua portuguesa para os imigrantes, acompanhados de História e Geografia do Brasil.

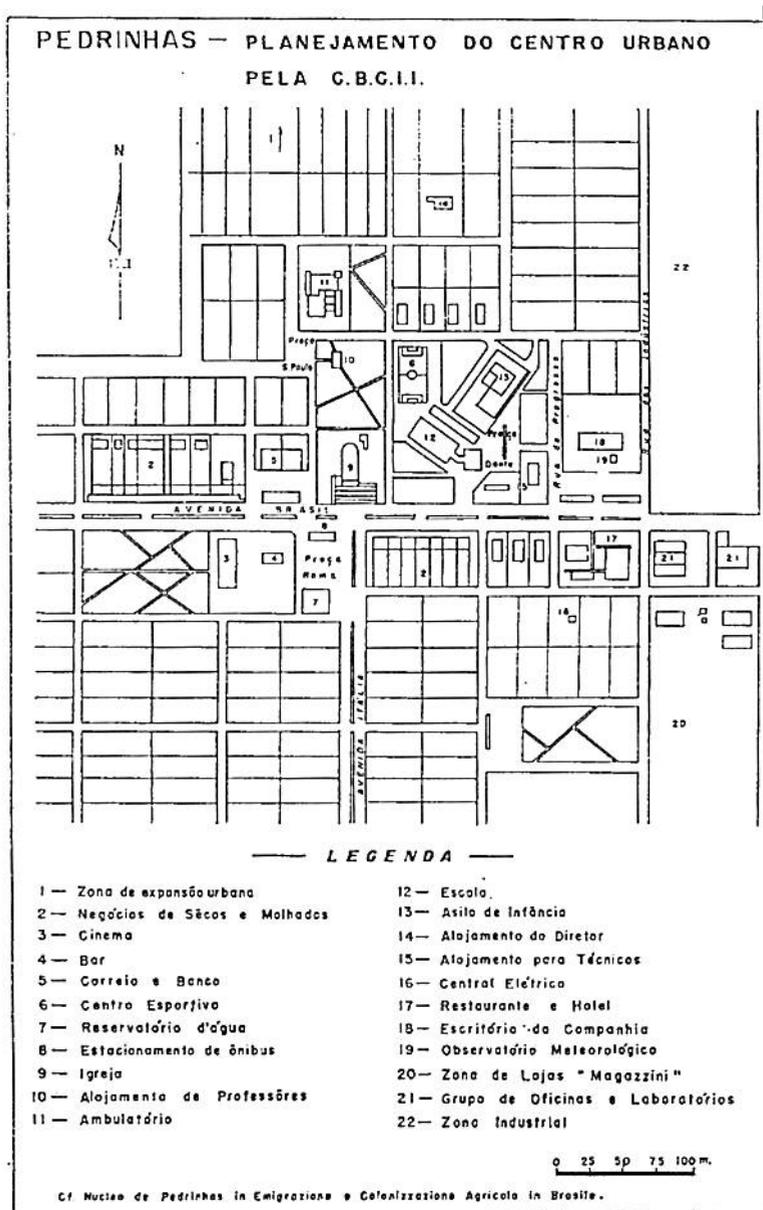


Imagem 12 — Croqui do Planejamento do Centro Urbano.

A importância da escola primária foi, desde o início, relevada pelos imigrantes italianos, principalmente porque traria, especialmente às crianças (mas não apenas para elas, já que adolescentes e adultos procuraram os cursos noturnos), as condições necessárias à inserção social na nova realidade.

Os imigrantes italianos vêem na escola um meio de comunicação com a sociedade inclusiva, na medida em que seus filhos nela adquirem e dominam o uso da língua nacional, pelo conhecimento das técnicas de leitura e da escrita. Isso cria uma interdependência dos pais com respeito às necessidades que eles esperam que a escola atenda.

De forma que ao grande valor instrumental que os imigrantes italianos atribuem ao conhecimento da língua nacional corresponde a exigência maior que a sociedade inclusiva exerce sobre eles. Havendo pois essa compatibilidade, a escola é bastante valorizada e os alunos em seus estudos são encorajados pelos pais, que jamais interferem em seus estudos, desviando-os para o trabalho – mesmo em épocas mais críticas das atividades agrícolas. Ao contrário, enquanto estudam, não trabalham na lavoura, ou quando o fazem é em horário compatível, que concilia os interesses da família, como unidade de produção às exigências da escolarização. (Bonilha, 1970, pp. 239-240).



Imagem 13 – Primeiro Grupo Escolar do Núcleo.

Ao contrário das escolas, o Jardim da Infância sempre foi dependente da Companhia e sempre esteve sob os cuidados do padre e das irmãs. Inicialmente, as Missionárias da Imaculada, que vieram diretamente da Itália tomaram conta dos trabalhos do Jardim. Após 1960, a tarefa foi entregue à Congregação Dominicana da Beata Imelda.

...quando eu cheguei fiquei um pouco constrangida por causa da língua, porque no começo, no Jardim de Infância só se falava a língua italiana, até com as crianças. Fiquei com medo de chegar aqui e não conseguir aprender. Mas, para mim foi uma experiência grande e boa, na verdade eu até aprendi com as crianças. As crianças até brincavam comigo dizendo 'Nossa... você é tão grande e não sabe falar, e a gente que é pequena, sabe...' Agora, não é que eu não sei muito, mas dá para se entender [com o idioma italiano] Irmã Adeodata, (entrevista gravada em 26.08.93).



Imagem 14 – Jardim da Infância.

Enquanto a escola primária tinha a função principal de inserir o aluno na vida brasileira, o Jardim da infância cumpria a orientação de

transmitir à nova geração os padrões culturais da sociedade de origem. Isso dava-se através de atividades lúdicas e também com o reviver de histórias, canções e tantas outras atividades trazidas pelos italianos. Mesmo as crianças brasileiras que freqüentavam o Asilo aprendiam a cantar e a falar em língua italiana.

Quanto à assistência técnico-agrícola, desde cedo a Companhia preocupou-se em manter cursos especiais sobre uso de maquinário, técnicas de plantio, tratamento com a pecuária etc. Nesses cursos discutia-se os problemas atuais das plantações e da criação do gado. De resto, toda a colônia foi dividida em cinco zonas, cada uma confiada a um técnico, chefe de zona. Também a assistência comercial e de serviços, que deu conta do comércio de adubos, inseticidas e todos os demais requisitos da agricultura e da pecuária, até a manutenção do maquinário, a Companhia repassou essa tarefa à Cooperativa agrícola Mista, que reunia a totalidade dos colonos.



Imagem 15 – Técnico ensinando a prática da ordenha.

As atividades industriais foram caracterizadas somente nos primeiros anos, pelo beneficiamento de grãos, principalmente do algodão, para escala comercial, além do milho, arroz e trigo, que supriam basicamente a comunidade da colônia, e

pela construção do laticínio, que recebia leite não somente da colônia, mas dos bairros e municípios vizinhos. O laticínio produzia manteiga, queijo fresco e curado, comercializados na região. O moinho foi vendido à família Tuccilli, colonos que migraram em 1955. Contudo, a família não pôde usufruir comercialmente, pois, neste período, os moinhos de trigo eram

concedidos somente ao Estado. O laticínio foi transformado em supermercado, pertencente à Cooperativa Agropecuária de Pedrinhas – CAP.



Imagem 16 – Prédio do antigo Laticínio.



Imagem 17 – Igreja Matriz, concluída em 1953.

A Igreja, inaugurada em dezembro de 1953, foi um desses suportes essenciais à vida da colônia. Dom Ernesto Montagner, que viveu em Pedrinhas desde 1952, até a sua morte em 1995, foi a figura catalisadora dos conflitos e dos problemas dos colonos. Para ele se dirigia a maioria dos imigrantes, quer seja para conselhos quanto à vida pessoal e familiar, quer seja quanto a problemas dos colonos com a administração da Companhia.

A autoridade e o prestígio de Dom Ernesto sempre foram reforçados pelo fato de ter exercido, além das atividades citadas, a função de representante do Consulado junto à comunidade italiana da região. Era, portanto, ponto de contato entre os imigrantes e a Itália.

Nesse ponto, há que se mencionar certas contradições quanto à postura adotada pelo padre, já que sempre procurou manter vivos os laços que uniam os imigrantes à sua terra natal, chegando, inicialmente, a colocar-se contrário ao processo de naturalização dos italianos, algo que se tornou necessário face à compra e escritura definitiva dos lotes, compreensível, aliás, para as funções de representante diplomático, porém, em desacordo com os interesses imediatos dos colonos que passariam a viver definitivamente no Brasil.

... a Companhia tinha um papel, vamos dizer, paternalista em relação a Pedrinhas. Quando a gente estava querendo uma escola pública, o pessoal pensava: “nós não precisamos do governo”. D. Ernesto, como agente consular, resolvia todos os problemas. O problema de dinheiro a Companhia resolvia. Só que eles não pensavam que os filhos eram brasileiros, iam viver no Brasil e precisavam do governo brasileiro. Precisavam ser cidadãos brasileiros, com todas as dificuldades, direitos e deveres. Aqui era uma ilha italiana. (...) Mas veja bem, não é uma crítica.

Ela [a Companhia] estava fazendo o seu papel. Só que formou uma mentalidade nos mais velhos de que Pedrinhas era completamente independente; que Pedrinhas nunca iria precisar de fora, estava ilhada num pequeno paraíso onde todos viviam bem. Inclusive Andréa e Márcia Vicentini tinham uma visão diferente. Eles sabiam que tinha uma necessidade imperiosa de Pedrinhas crescer e se relacionar com o resto do Brasil. A área territorial da Companhia era pequena e com a virada da economia, do algodão para soja e trigo, os colonos estavam acumulando dinheiro. Eles tinham que aplicar em mais terras, mas como italianos, só poderiam comprar dentro de um determinado limite da Companhia. Eles não poderiam expandir suas propriedades como fizeram após a naturalização. *Rosemar Munhoz Gonçalves* (chegou a Pedrinhas em 1970 como educadora. Entrevista gravada em 15.04.94).

Em Pedrinhas, a Igreja católica exerceu o papel de pólo centralizador da vida institucionalizada. Foi a principal instituição, ao lado da família, a garantir o nível de integração mais elevado, chegando a controlar todas as atividades sociais.

Enquanto a Companhia, em maior grau, e a primeira cooperativa, em menor, atuavam nas relações econômicas, a Igreja realizou e coordenou todas as demais relações sociais, internas e externas. Foi o centro de difusão e de contato, agindo dentro e fora da comunidade, regulando e filtrando as relações externas.

Os serviços assistenciais assumiram, no interior do processo de colonização, um papel dos mais destacados. Através deles é que se criaram condições de convívio público. A sua função sempre foi tornar menos difícil e penoso o processo de adaptação dos colonos no novo ambiente.

Tal assistência estava prevista na legislação brasileira que regulamentava a imigração após a Segunda Guerra Mundial. Vinha também consubstanciada no Acordo de Migração entre a Itália e o Brasil, assinado em 5 de julho de 1950. Um núcleo colonial só era considerado emancipado quando houvesse se integrado à vida civil e municipal brasileira e quando os colonos tivessem conquistado a autonomia econômica.

## **5. Conclusão**

Os imigrantes nacionais e italianos, dos anos de 1951 e 1952, eram essencialmente pobres, destituídos de bens financeiros e imobiliários. Entre esses, o intuito de crescer, de encontrar um lugar onde pudessem expandir, em curto espaço de tempo, era pensamento geral. De resto, uma tônica ilusória que alimentava o sonho de se realizar em um novo “eldorado”.

Contudo, a realidade se encarregou, aos poucos, de desfazer esses sonhos. No desmoronar da ilusão, quase sempre recaiu sobre os organismos incentivadores da emigração a acusação principal do fracasso. É certo que muitos desses organismos ainda trabalhavam, no ato da seleção, com o intuito de seduzir o emigrante, já que dele dependia o sucesso

da iniciativa colonizadora. A desilusão era uma experiência já conhecida dos velhos colonos italianos, emigrados em outros tempos, em outras situações. A América não estava mais por fazer.

A vida de um imigrante sempre é triste. A árvore que se transplanta, se não for bem cultivada, morre. Assim é o homem. Não existe só o fato de morrer. O mau-viver leva a pessoa num desencorajamento que se não for mesmo de opinião, não vai prá frente. Francesco Pomilio (entrevista gravada em 12 de agosto de 1993).



Imagem 18 – Réplica do navio Giulio Cesare.

Para além do sofrimento e da resignação fazia-se necessária a exata medida da esperança, motivadora do empenho e do trabalho em um território estranho. Esses fatores a CBCII ponderou não somente em termos contábeis, como um acerto de débito e crédito.

Em um balanço geral, a expansão da propriedade não se deu de forma igualitária, para todos os colonos. Em Pedrinhas, hoje, encontram-se agro-pecuaristas com grandes extensões de terras, tanto na região como em outros estados, infinitamente superiores às dimensões do lote inicial. Outros, permanecem com a mesma propriedade. Há também casos de perda total, mantendo-se, hoje, na condição de assalariados.

Os jovens foram particularmente os experimentadores de um processo quase que necessário de abandono da colônia, em busca de coloca-



Imagem 19 – uma mulher na lavoura.

ção em outros centros comerciais e industriais. A quantidade inicial de terras, de certa forma, tornou-se insuficiente para o sustento de filhos e netos. Ademais, chegado o momento de se fazer a partilha da propriedade entre os herdeiros, aqueles colonos que se mantiveram como pequenos proprietários vêem o seu lote ser seccionado em proporções diminutas, absolutamente inadequadas às exigências cada vez maior de consumo e bem-estar.

Quanto aos migrantes nacionais que procuravam a colônia, só conseguiam trabalho como operários, no período de construção, e como mão-de-obra nas lavouras, até a década de 1960. Depois, com a mecanização da lavoura, somente a família proprietária do lote era suficiente para o trabalho. A maioria da população da colônia, que não possuía lote agrícola ou alguma atividade no centro urbano, dirigiu-se ao trabalho volante na indústria canavieira, quando não, migraram para grandes centros urbanos, em condições de vida nada favoráveis, um fenômeno atribuído ao grande êxodo rural, decorrente do projeto de modernização e racionalização do campo, empreendido pelos governos militares.



Imagem 20 – operário da Cia.

A continuidade dos estudos sobre a constituição do Núcleo Colonial Pedrinhas visa novos conhecimentos e interpretações sobre a realidade social existente dispersa nos artefatos. Analisar cuidadosamente a relação dos sujeitos com a cultura material tem por objetivo a aplicação dos procedimentos arqueológicos, no estudo histórico, de

uma maneira crítica e não meramente ilustrativa. Isso é o que se pretende.

Este trabalho, apenas em seu início, permitirá compreender como a cultura material explica as características e avatares da colônia.

## Referências Bibliográficas

### 1. Livros e artigos:

- Cervo, L.A. (1992). *As relações históricas entre o Brasil e a Itália: o papel da diplomacia*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília; São Paulo, Instituto Italiano di Cultura.
- Funari, P.P.A. (1988). *Arqueologia*. São Paulo, Ática.
- Funari, P.P.A. (1992). O papel da cultura material urbana na construção de uma memória histórica. In: *Cidade e Memória*. Porto Alegre.
- Funari, P.P.A. (1995). A hermenêutica das Ciências Sociais: a história e a práxis arqueológica. *Revista da SBPH*, n. 10, pp. 3-9.
- Kossov, B. (1992). *Fotografia e história*. São Paulo, Ática.
- Martins, J.S. (1986). *Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis, Vozes.
- Martins, J.S. (1973). *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo, Pioneira.
- Penço, C.C.F. (1994). *A "evaporação" das terras devolutas no Vale do Paranapanema*. São Paulo, HVF Representações.
- Salgado, F.C.F. (1971). *As colônias Bastos e Pedrinhas*. Presidente Prudente, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente.

### 2. Documentos vários do Arquivo da antiga CBCII, sob a guarda da Prefeitura Municipal de Pedrinhas:

- Acordo de emigração entre a Itália e o Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 5 de julho de 1950.
- CBCII – COMPANHIA BRASILEIRA DE COLONIZAÇÃO E IMIGRAÇÃO ITALIANA. *Atividade da Companhia Brasileira de Colonização e Imigração Italiana*. São Paulo, 12 de agosto de 1960. Relatório de atividades.

- \_\_\_\_\_. La Companhia Brasileira de Colonização e Imigração Italiana durante il 1952. S.l., s.d.
- ICLE – ISTITUTO DI CREDITO PER LAVORO ALL'ESTERO. *Brevi note sulle iniziative in Brasile*. Roma, 15 de agosto de 1950.
- \_\_\_\_\_. *Emigrazione e colonizzazione agricola in Brasile*. Relazioni e progetti della Missione Italiana di Assistenza Tecnica. Firenze: Istituto Nazionale di Credito per il Lavoro Italiano all'Estero, 1952. 3 vol.
- MISSÃO ITALIANA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA. *Dados sobre a constituição e as atividades da 'Missione Assistenza Tecnica all'Emigrazione Italiana' no Brasil*. Rio de Janeiro: s.d.
- MISSÃO TÉCNICA AGRÍCOLA. *Appunti sui problemi dell'emigrazione e della colonizzazione italiane in Brasile*. Fevereiro de 1950.
- \_\_\_\_\_. *Programma di lavoro per lo sviluppo della immigrazione colonizzatrice in Brasile*. Roma, 10 de maio de 1950.

# CACHIMBOS MBYÁ-GUARANI: APORTES ETNOGRÁFICOS PARA UMA ARQUEOLOGIA GUARANI

*Ivori José Garlet\**  
*André Luis R. Soares\*\**

## Introdução

Este trabalho é uma breve abordagem sobre a matéria-prima, confecção, uso e decoração dos cachimbos Mbyá-Guarani e sua relação com os cachimbos arqueológicos Guarani. É uma busca de elucidar alguns pontos presentes na etnografia que podem facilitar um resgate arqueológico, ou uma etno-arqueologia.

## 1. Quanto à matéria-prima

Os cachimbos Mbyá são confeccionados em barro, madeira e, eventualmente, taquara. Do ponto de vista arqueológico é praticamente impossível estabelecer a precedência na utilização de uma matéria-prima em relação a outra. As peças em madeira ou taquara não resistem à ação do tempo. Talvez a etnografia possa oferecer subsídios para algumas hipóteses.

Müller (1989:75) identifica a confecção em “madera de *aguai* tallada, posiblemente imitación de la generalizada pipa de terracota”.

---

\* Mestre em História Ibero-Americana, PUCRS.

\*\* Prof. Substituto do Departamento de História/UFRGS.

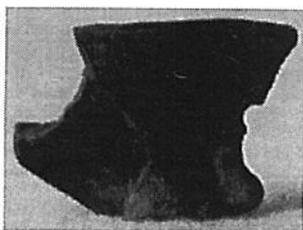
Susnik (1968/69, p. 21) faz referência à “la pipa hecha de madera (*arasá-guayaba*) se considera la 'Pipa-Grande' del héroe cultural”.

Observam-se, portanto, opiniões divergentes quanto à precedência. Há dois aspectos, contudo, que permitem concluir apontando a anterioridade da utilização da madeira sobre o barro. Primeiro: a citação de Susnik evidenciando o uso de um cachimbo de madeira pelo herói cultural. Se o herói cultural que na concepção mítica é tido como paradigma, usa madeira, pode-se inferir ser essa a matéria-prima originalmente empregada. Segundo: a técnica de confecção dos cachimbos cerâmicos, até hoje dominada pelos Mbyá, em tudo lembra a técnica e a dinâmica necessárias à manipulação da madeira, que remete antes ao esculpido, ao 'tallado', do que ao modelado.

### 1.1. Madeiras empregadas na confecção do cachimbo

- a. Cangerana (*Cabralea cangerana*) Cedrorã/ Yvyra Apyte Pytã
- b. Aguai (*Chrysophyllum gonocarpum*) Agwai
- c. Guatambú (*Balfourodendron riedelianum*) guyrapaju
- d. Goiabeira (*Psidium guajava*) Arasá-Guayaba
- e. Nó de pinho (*Araucaria angustifolia*) Kuri rakua
- f. Cerejeira (*Eugenia uruguayensis*) Ywyrá djepiro (Müller 1989:75)
- g. Petinguai (*Cassia bicapsularis*) Petyngua'y (Cadogan, 1992b:141)
- h. Guajuvira (*Patagonula americana*) Guajayvi.

### 1.2. Confeccionados em Taquara



Petyngua em taquara (takwa)

Os cachimbos confeccionados de taquara (*takwa*) não se destinam ao uso cotidiano. É uma peça rude, feita na mata, por ocasião das expedições de caça, coleta, de reconhecimento de terreno e tem seu uso limitado ao tempo passado fora de casa. Para essas circunstâncias os índios evitam levar consigo seus cachimbos de cerâmica ou madeira, para evitar perdê-los ou quebrá-los.

### 1.3. Tipos de barro

1.3.1 – **Ñae'ũ** – palavra empregada para designar o barro que tem por finalidade a produção da cerâmica, segundo Cadogan (1992b, p. 123). Diferenciam o barro segundo a cor:

1.3.1.1 – **Ñae'ũũ** – barro preto. Há uma preferência por este tipo de barro para a confecção do **petyngua**. É encontrado normalmente no fundo de alguns rios (Rio Irapuá, Cachoeira do Sul), onde se apresenta em forma de “bolas”. Parece haver uma relação das “bolas” com as enchentes. É um barro de textura fina, macio, “liso” ao tato, lembrando a massa para pão de farinha refinada. Apresenta pouca incidência de impurezas (pedras, raízes, folhas). Exige o tempero.

1.3.1.2 – **Ñae'ũju** – barro amarelo. É encontrado com maior frequência próximo a cursos d'água (córregos, arroios, rios), nas barrancas (**y akã yvy'ã**). Esse barro caracteriza-se por uma pasta mais grossa, normalmente com alta percentagem de areia e pedras.

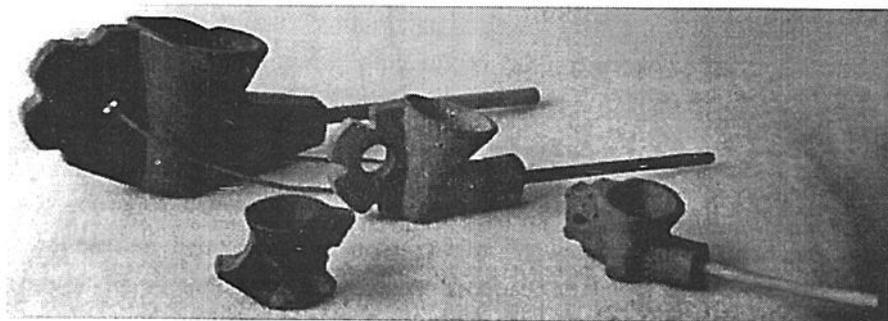
1.3.1.3 – **Ñae'ũpytã** – barro vermelho. Sua ocorrência é freqüente no entorno às fontes e olhos d'água, ou locais úmidos, mas dificilmente em banhados. Os Mbyá referem-se a um barreiro (**ñae'ũngua**) próximo a São Miguel e que oferece um dos melhores barros desta coloração.

1.3.2- **Yapó**. Esse tipo de barro não se presta à produção cerâmica. Tanto Montoya (1872:163), quanto Cadogan (1992b:192) atribuem este verbete o significado de “pântano, estero”. Os Mbyá utilizam tanto esta palavra quanto o sinônimo **tuju** para designar barro ou lama. Em relação à palavra **tuju** dizem ser de “uso dos paraguaios”, isto é, do guarani falado no Paraguai e, portanto, não sendo uma palavra Mbyá. Com efeito, Guash e Ortiz (1986:774) atribuem-lhe os significados de “barro, lodo; podredumbre”.

Este barro, segundo informações colhidas entre os Mbyá, não é utilizado na produção cerâmica, pelo menos não do **petyngua**. Dependendo de sua qualidade, utilizam-no no revestimento das paredes das casas. Mesmo para esta finalidade, às vezes, é preciso agregar-lhe algum tempero, como cinzas ou um tipo de capim (não identificado) triturado. Segundo os Mbyá, tanto as cinzas quanto o capim proporcionariam maior

consistência à massa, impedindo de rachar-se, permanecendo por mais tempo aderida à estrutura de varas a qual reveste.

O barro destinado às paredes das casas pode, ainda, 'ser feito'. A expressão **yvy nhamo'u** “fazemos barro de terra” (Dooley, 1986:118) indica que a terra pode ser trabalhada de tal forma que se adapte a esta finalidade. Este processo foi observado na área do Cantagalo (Viamão) por ocasião do revestimento das paredes da casa-de-reza (**opy**). Consiste na definição de um local, livre de pedras e raízes, e que a terra indica ser de boa qualidade. Limpa-se o local, tendo-se o cuidado de remover uma camada estratigráfica de, mais ou menos, 30 cm de espessura. A remoção desta camada estendeu-se por um perímetro diversas vezes maior que a dimensão necessária para a realização do buraco. Esse cuidado pode ser atribuído ao fato de que o local definido estava dentro de uma área cultivada e a camada de solo fértil não é utilizada para revestimento de paredes. Talvez a presença de húmus impeça que o barro, uma vez destituído de seu resíduo orgânico e estando seco, se torne compacto e aderente. No centro do local, onde removeram a camada superficial, os índios delimitaram um buraco. À medida que cavam a terra, acrescentam água. Um grupo de três ou quatro pessoas – normalmente crianças, entre 10 e 12 anos – misturam água e terra com os pés. Quando a massa atinge uma consistência julgada apropriada, é transportada até a casa a ser barreada. Nisto consiste o '**mo'ũ** – o processo de 'fazer barro'.



Cachimbos de barro.

## 2. Quanto à produção

### 2.1. Tratamento dispensado ao barro

As tarefas relacionadas à coleta e transporte do barro podem ser efetuadas por ambos os sexos. Há, contudo, uma preponderância masculina no que diz respeito à coleta, pois às vezes o barro encontra-se em locais de difícil acesso e exige um esforço físico maior. É o caso do *ñae' ũ* buscado no fundo dos rios, exigindo que o coletor mergulhe até onde localizam-se as 'bolas' de argila.

Uma vez recolhido, o *ñae' ũ* passa por um processo de limpeza. As impurezas que devem ser removidas consistem em pedras, raízes, folhas e galhos. Gancedo (1972, p. 234) refere-se ao uso de peneiras (*yrupe*) para separar as impurezas da argila. Nunca foi observado os Mbyá executando este processo. Também não foram indagados sobre o uso ou não de peneiras. Foi visto o barro ser limpo com as mãos, removendo-se as impurezas.

O barro precisa, também, ser amassado. Isto pode ser feito de duas maneiras: com as mãos, consistindo em apertar com vigor a massa (amassando-a dentro de algum recipiente, podendo ter base plana) ou amassando o barro no pilão (*angu'a*).

É nesse momento que é colocado o tempero, se a massa precisar. Amassar o barro é uma forma de homogeneizar a pasta.

### 2.2. Tempero

Dependendo da origem, da qualidade do barro e da finalidade a que se destina o cachimbo, a pasta deve receber o tempero. Para o *ñae' ũ* proveniente do fundo dos rios, o antiplástico normalmente utilizado é a areia. Qualquer tipo de barro aceita o acréscimo de pó de ossos, mas o *ñae' ũũ* “é um barro delicado, lasca fácil” segundo um informante Mbyá. Exige, portanto, pó de ossos.

Os *petyngua* que se destinam ao uso ritual normalmente contém ossos em sua pasta. O animal preferido é o porco do mato, *kochi* (*Jayassu tajaçu*) considerado *ñanderu rymba* (animal doméstico de Nosso Pai).

Também referem-se aos ossos do **kaguare** (Tamanduá), outro animal que emprestaria maiores poderes ao cachimbo.

O tratamento dado aos ossos consiste em torrá-los junto à fogueira e pulverizá-los no pilão. “Mesclamos arcilla con huesos calcinados, pulverizados, hacemos la pipa, la pulimos con un hueso e la cocinamos” (Cadogan, 1992b:140-141).

Constata-se, portanto, que o processo de produção de cachimbo, desde as observações feitas por Cadogan aos dias atuais, permanece inalterado. Apesar da dificuldade em encontrar alguns elementos imprescindíveis a sua confecção, ainda que do ponto de vista simbólico. Os Mbyá do RS, não tendo à disposição ossos de kochi, incursionam com frequência pela Argentina e Paraguai com a finalidade exclusiva de adquirir, junto aos seus parentes, petyngua confeccionados com ossos deste animal. Tais cachimbos constituem-se em verdadeiras raridades, tendo sua circulação e uso restritos entre os líderes religiosos.

### 2.3. Instrumentos utilizados

Para os cachimbos cerâmicos, os Mbyá utilizam, basicamente, a faca, **kyche**. Com ela podem tanto escavar o forninho quanto esculpir as paredes externas de toda peça. A forma cônica do forninho requer, para escavar-lhe o fundo, um faca de lâmina pontiaguda.

Dependendo do tamanho da peça, recorrem ao uso do **patula** (es-pátula, espanholismo). O nome Mbyá é **yvyrape**. Ambos os verbetes são citados por Müller (1989:75), sendo que para **yvyrape** atribui o significado de colher. Somente peças grandes aceitam o uso do **yvyrape**, que serve para fazer a abertura inicial do forninho e desbastar, externamente, isto é, as partes que dispensam cortes precisos. Este instrumento deve ser substituído por faca tão logo o trabalho exija gestos delicados e precisos.

Gancedo (1972:235) fala a respeito do uso de um 'cuchillito de takwa-pi', pequena faca de lasca de taquara. Provavelmente este instrumento servia para dar o acabamento às peças, sendo usado junto com o **yvyrape**, ou em alguns casos, após o seu uso. Não foi observado o uso de instrumento semelhante entre os Mbyá atuais.

Quanto aos cachimbos em madeiras, a faca é o instrumento indispensável. Ao contrário dos cerâmicos, os cachimbos em madeira exigem uma lâmina muito bem afiada, principalmente em se tratando de nó-de-pinho e cerne de guajuvira.

O machado e o facão podem ser usados na fase inicial do processo, ou seja, até a formação de blocos retangulares de madeira, retirando-lhe partes que dispensam precisão (ver item 2.4, letras **a** e **f**).

Para fazer o orifício em que será introduzida a boquilha (**takwa'i**), usam arame ou prego. Após aquecê-lo ao ponto de brasa, pressionam contra a madeira no ponto escolhido. É um processo lento, pois além da necessidade de aquecer diversas vezes o instrumento perfurante, o trabalho exige habilidade e precisão. O orifício, imaginado pelo artesão através da parte posterior, deve coincidir com a base cônica do forninho, formando um ângulo levemente inclinado (aproximadamente 15°).

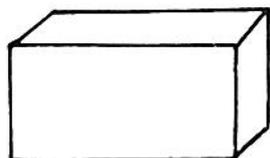
Foi observado, em diversas circunstâncias, os Mbyá fazendo uso de cacos de vidro para raspar e dar o alisamento final às peças. O gume extremamente cortante provocado na quebra do vidro reduz o trabalho – se comparado à faca –, proporcionando um acabamento bem mais esmerado.

## 2.4. Confeção

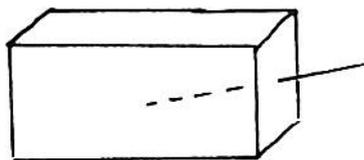
Colhido o barro, retiradas as impurezas e acrescentados os temperos, o artesão pode iniciar o processo de confeção da peça. Uma série de outros aspectos – que não são apenas de ordem técnica – devem ser observados. O artesão deve considerar o tipo de barro que manipula: há critérios para definir a área de atividade ou oficina; a partir do conhecimento empírico do barro, o índio sabe se poderá expô-lo mais ou menos às correntes de ar e ao sol.

Se o barro tem uma tendência natural a rachar, o trabalho deve ser executado dentro de casa. As estações do ano e as condições meteorológicas também são fatores determinantes ao bom êxito do trabalho. No verão o ar é mais seco, a luz e o calor intensos: é recomendável que as atividades se desenvolvam à sombra, preferencialmente dentro de casa. Já no inverno, há mais umidade no ar e deve-se considerar a ação dos ventos.

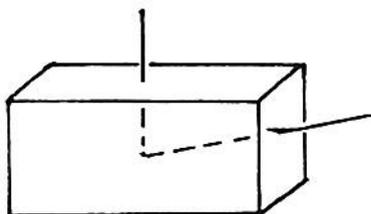
A seguir a descrição das fases mais significativas do processo de confecção de um petyngua.



a) O primeiro passo é formar um bloco maciço com o barro, considerando o tamanho da peça a ser produzida. O formato é, normalmente, retangular. O barro deve ser bem comprimido para evitar a formação de bolhas dentro do bloco.

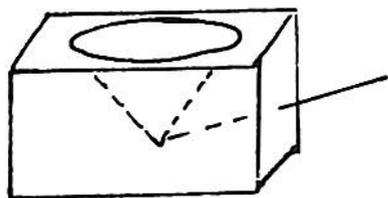


b) Uma haste, preferencialmente de taquara, é introduzida longitudinalmente no local definido para a chaminé. Esta haste deve ser proporcional ao tamanho do cachimbo e à *takwa'i* que se deseja introduzir a guisa de piteira. Deve formar um ângulo de aproximadamente  $15^\circ$  em relação à parede do lado em que é introduzida.



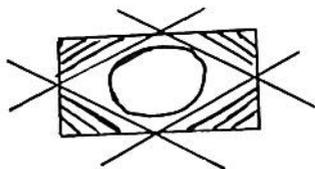
c) Outra haste é introduzida no centro da superfície superior de cima para baixo, devendo encontrar-se com a haste da chaminé.

d) Após estes procedimentos, o barro deve ser posto em local adequado (ao abrigo do sol, umidade, correntes de ar) e deixado secar até ficar firme.



e) Com faca, ou *yvyrape*, começa-se a escavar o forninho. Este tem a forma cônica e o centro deve ser tomado com base no orifício deixado pela haste fixada na face superior.

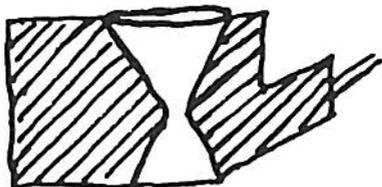
f) Concluído o forninho, começa-se a esculpir o corpo da peça obedecendo os seguintes passos:



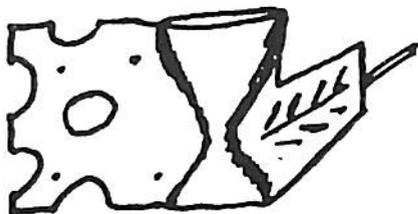
Corte dos 'cantos' das porções anterior e posterior formando um bloco losangular;



Corte na parte posterior;



Passa-se a esculpir as paredes laterais externas do forninho;



Acabamento da peça com os enfeites desejados.

Deve-se agregar, ainda, que a confecção de uma peça não ocorre num único dia. O ritmo de trabalho obedece às condições anteriormente descritas. O artesão deve ir trabalhando de acordo com o processo de secagem da peça.

Quanto à confecção de peças em madeira: os passos são praticamente os mesmos referidos para os cachimbos em cerâmica. Não há um rigorismo quanto à ordem de cada fase, ficando a critério do artesão por onde dar início ao trabalho. Normalmente o orifício da chaminé é feito quando a peça já se encontra pronta.

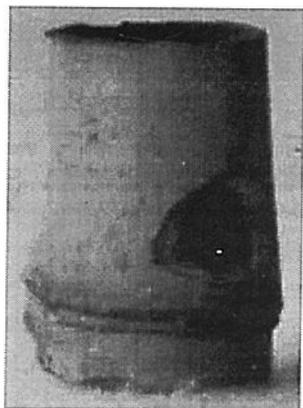


Foto 6. Petyngua em ñac'uju. Partes anterior e posterior quebradas.

Em relação aos cachimbos de taquara, a confecção é simples, rápida e não requer muita habilidade. Basta tomar uma cana de taquara seca, com uma circunferência aproximada de 15 cm, cortá-la na parte inferior bem junto ao nó, e na parte superior alguns centímetros (de 3 a 5) acima o nó que servirá de base ao cachimbo. Com o auxílio da faca faz-se um furo (*kua*) logo acima do nó, onde será introduzida a *takwa'i*, à guisa de piteira. Uma vez pronto, esse cachimbo lembra o utilizado pelo personagem do folclore brasileiro popularmente conhecido como Saci-Pererê.

## G - Tratamento de Superfície

Gancedo (1972, p. 235) faz referência à técnica do engobo utilizada pelos Caingúás (Mbyá). Consiste em 'un baño de mezcla de tierra colorada y agua'. Não foi observado o emprego de tal técnica entre os Mbyá atuais. Mas isto não significa que a desconheçam, ou que a tenham abandonado. Talvez submetam a este tratamento os cachimbos de uso ritual.

Conservam, contudo, tanto a memória quanto o uso, de uma técnica de alisamento que consiste na fricção da superfície da peça com a semente denominada *kurúguái*. O nome e o uso desta semente têm sido assinalados por Montoya (T: 110), Cadogan (1992a:138) e Gancedo (1971:235). 'Unas habas silvestres gruesas con que se alisanm la loza', diz Montoya. De fato, as peças friccionadas com *kurúguái* apresentam uma superfície muito lisa e com um brilho característico, lembrando os

reflexos produzidos pelo vidro. Os Mbyá manifestam preferência pelas peças alisadas desta forma.

Costumam também friccionar os cachimbos com ossos (Cado-gan, 1992b:140/141). Segundo informações de Félix Brissuela (Pacheca, Camaquã) produzem o mesmo efeito pedras de superfície lisa, cacos de vidro e lâmina de faca. De acordo com Félix, as peças, além do alisamento, adquirem, após a queima, a cor do objeto friccionado sobre a sua superfície.

Em relação aos cachimbos de madeira não se observa nenhum tratamento específico, além do alisamento com faca e/ou caco de vidro. Chama-se a atenção, contudo, para os cachimbos feitos em nó de pinho. Tendo concluído a peça, é comum aquecê-la ao fogo. Esse processo faz com que a madeira libere do seu interior uma resina. Quando esta estiver borbulhando sobre a superfície aquecida, o índio assopra forte sobre as bolhas de resina, espalhando-a sobre a peça. A ‘técnica do asso-pro’ é utilizada para distribuir uniformemente a resina sobre o cachimbo. Tão logo esfria, a resina endurece, conferindo à peça uma tonalidade avermelhada; forma na superfície uma camada semelhante ao verniz, ao qual imita também no brilho.

Por se tratar de uma peça associada prioritariamente ao universo mágico-ritual, sua confecção está condicionada a uma prescrição tácita. Somente os indivíduos portadores de determinados nomes sagrados/religiosos podem produzi-la. Para os indivíduos de sexo masculino, somente os portadores dos nomes **KARAI** e **VERA** estão autorizados a confeccioná-lo. Em relação às mulheres, a atividade está restrita às nominadas **ARA**.

### 3. Quanto à queima

Uma vez acabada e estando seca a pasta, a peça está em condições de passar pelo processo da queima. Este deve ser feito considerando algumas observações elementares.

O local em que será feita a fogueira é muito importante. Não pode ficar sujeita à ação de correntes de ar. A hora do dia também é determinante. Segundo informações colhidas, as horas mais favoráveis são as do meio do dia, “quando Ñamandú (Deus-Sol) encontra-se caminhando no meio do céu (Yva Mbyte)”. Esta observação não é de caráter exclusivamente religioso, pois a estas horas do dia não ocorrem oscilações térmicas e há maior estabilidade nas correntes de ar.

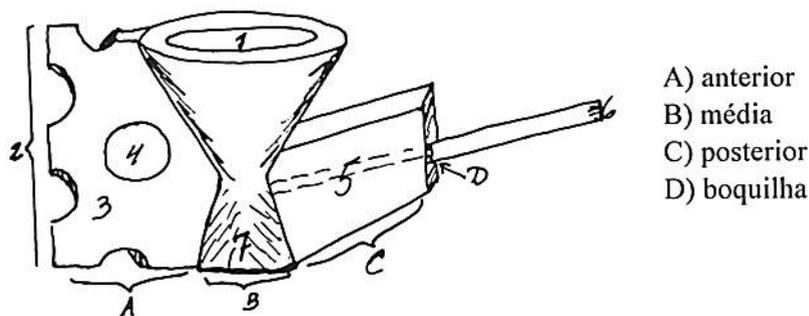
A escolha da lenha também exige cuidados. As madeiras que produzem muito calor durante o processo de combustão são as mais indicadas. Os Mbyá citaram as seguintes como sendo de boa qualidade; guajuvira (*Patagonula americana*), angico (*Parapiptadenia rigida*), aroeira vermelha (*Schinus therebinthifolius*) e branquilha (*Sebastiana klotzschiana*).

Segundo comunicação pessoal de Ignacio Kunkel (indigenista e membro do Projeto Mbyá-Guarani) – que assistiu em duas ocasiões o processo de queima de cachimbos – os índios fizeram fogueiras de proporções maiores do que as comumente utilizadas para cozinhar alimentos ou para se aquecer. Em ambas as ocasiões o processo ocorreu no interior da casa e foi executado por mulheres. Após a queima de quase toda a lenha, e tendo-se formado um grande braseiro, foi aberto no seu interior um espaço onde foi colocado o cachimbo. Foi coberto com brasas e lenha ainda não totalmente queimada. O informante não soube precisar o tempo em que a peça permaneceu no fogo, mas observou que ao ser retirada, apresentava uma cor muito semelhante ao ferro em brasa.

O informante Félix Brissuela acrescentou que, sempre que executam a queima, preenchem o forninho com cinzas. Elas ajudam a evitar que a peça rache.

#### 4. Quanto à terminologia

Neste item pretende-se fazer referência às designações que os próprios Mbyá fazem das diferentes partes do cachimbo petyngua. Adotar-se-á a divisão estabelecida por Gancedo (1972:231) na análise sobre exemplares colhidos entre os Mbyá.



1. **Juru**: boca, abertura. **Petyngua juru**: boca do cachimbo
2. **Ichã**: alça ou orelha.
3. **Jopy'á** ou **jopyrendá**: pegador, cabo, local onde se pega.
4. **Kua**: buraco, orifício.
5. **Rendá**: lugar para algo, sustentáculo.
6. **Takwa'i**: taquarinha, boquilha, piteira.
7. **Evi**: assento, traseiro, (stop glotal).

## 5. Quanto à forma

Segundo Schaden “uma das peças mais interessantes da cultura material dos Mbyá é o cachimbo, petynguá, de forma típica” (1974:), porém não descreve em que consiste a forma típica. Acrescenta contudo, ter observado a produção de cachimbos de barro entre os ñandeva (chiripá) no litoral de São Paulo. O *fornilho* destes cachimbos eram ornitomorfos.

Os cachimbos confeccionados pelos Mbyá apresentam, tanto nos motivos como na forma, inspiração na flora e na fauna, respectivamente. No entanto, os motivos não estão atrelados às formas. Pode ocorrer que no cachimbo zoomorfo só haja motivos que lembrem determinado animal, não necessariamente o que serviu de inspiração para a forma. Como podem também combinar forma animal com motivos da flora.

As peças zoomorfas representam os seguintes animais: cascudo (peixe), borboleta, aranha e tartaruga.

Mesmo que os Chiripá tenham adquirido o uso do cachimbo dos Mbyá, conforme afirmação de Susnik (1968/69, p. 21), há evidências que as formas dadas às peças, por uma e outra parcialidade seguiram caminhos diferenciados. Não foi constatado a confecção de cachimbos ornitormos entre os Mbyá.

Um outro aspecto que chama a atenção na passagem de Schaden é o fato de citar o forninho como sendo a parte da peça que recebe a forma. Entre os Mbyá é o conjunto todo que lembra o animal, e o forninho raras vezes recebe alguma decoração.

Segundo a classificação estabelecida por Becker e Schmitz (1969, pp. 146-147) para os cachimbos arqueológicos, os dos Mbyá atuais podem ser agrupados da seguinte forma:

- tipo angular de porta-boquilha curta;
- tipo angular de porta-boquilha curta com grande apêndice.

Apesar de vários informantes Mbyá terem mencionado a confecção de um cachimbo zoomorfo (**jakare-petyngua**) do tipo tubular, não foi observado nenhum exemplar em uso ou confeccionado.

### **5.1. Tipo angular de porta boquilha curta**

As peças reunidas sob esta designação apresentam o forninho lembrando a forma de um pilão. Não apresentam a “crista” típica. A porta boquilha é curta, podendo não ocorrer em algumas peças, existindo apenas o orifício ou chaminé. Sob este tipo podem ser enquadrados exemplares das seguintes formas:

a) **ñandu petyngua** (cachimbo aranha). Ocorre em duas versões: 1º com apêndices cúbicos (normalmente quatro) na base do forninho e antes da base da peça; a porta boquilha localiza-se em um destes apêndices; 2º com um anel com hachuras situado na mesma posição descrita para os apêndices (Foto 5).

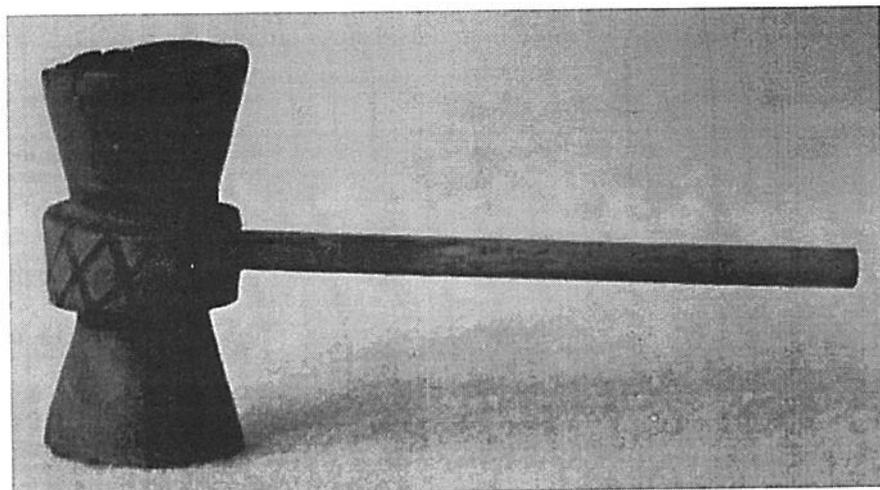
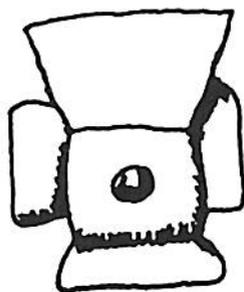


Foto nº 5 - Petyngua em nó-de-pinho. Ñandu petyngua (Cachimbo aranha).



b) **karumbé-petyngua** (cachimbo tataruga). Apresenta os apêndices mencionados na primeira versão da letra a), porém bem mais curtos. O forninho é baixo, com a boca mais larga do que funda e o suporte também curto.

## 5.2. Tipo angular do porta-boquilha curta com grande apêndice

É segundo este tipo que logo são identificados os cachimbos Mbyá. É composto por quatro partes distintas:

- parte anterior (**jajopy'a**), recebe também os nomes de **nambi** (orelha) e crista; consiste numa parte plana anexa ao forninho podendo apresentar um furo ao qual normalmente prende-se um cordão (**ichã**); os cachimbos rituais têm este cordão em cor vermelha. Serve para man-

tê-lo preso à mão do pajé durante as danças e rezas. As bordas desta crista são carenadas permitindo o encaixe dos dedos. É sobre esta parte que são esculpidos os motivos;

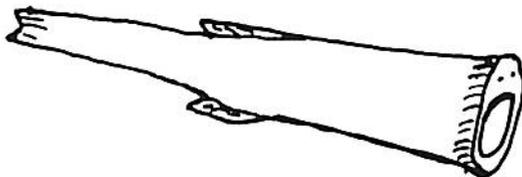
- forninho. Na parte interna, escavada, possui a forma cônica; externamente lembra o pilão. Eventualmente pode receber alguma decoração;
- parte posterior (**renda**). Pode apresentar a forma trapezoidal ou cilíndrica. É perpassada longitudinalmente por um orifício (chaminé) onde é introduzida a **takwa'i**. Normalmente é decorada;
- boquilha. Consiste numa fina haste de taquara (**takwa'i**) por onde é absorvida a fumaça.

O que caracteriza e destaca este tipo é o grande apêndice, crista ou orelha. Para os Mbyá esta parte lembra a asa da borboleta. E é sob esta forma que concebem e definem **popó-petyngúá** ou seja cachimbo borboleta. Lembra-lhes também o rabo do peixe, portanto, **piráruguái petyngua**, cachimbo rabo-de-peixe.

### 5.3. Tipo tubular

Cita-se pelo fato dos Mbyá terem memória de sua confecção e de seu uso. Pode ser feito em barro ou em madeira. Tem sua forma inspirada no peixe cascudo, citado também por Cadogan, com o nome que os Mbyá usam tanto para identificar o peixe quanto para definir o cachimbo: **jakare petyngua**.

O desenho é a representação conforme a descrição de Cláudio Brissuela:

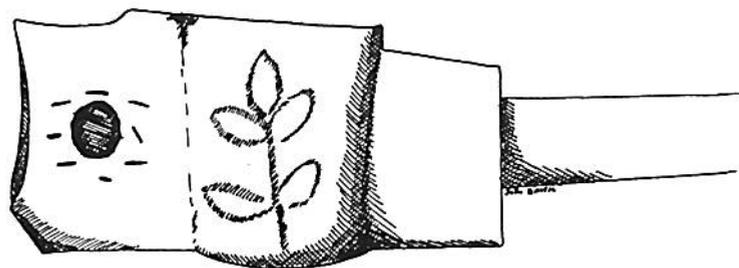


A recorrência com que certos animais e plantas servem tanto como motivos das decorações quanto à forma com que são produzidos determinados itens da cultura material indígena merece uma abordagem específica. A título de exemplo, cita-se que borboleta, peixe e cobras servem de motivos na decoração da cestaria Mbyá, principalmente no **ajaka** tradicionalmente utilizado pelas mulheres.

## 6. Quanto à decoração

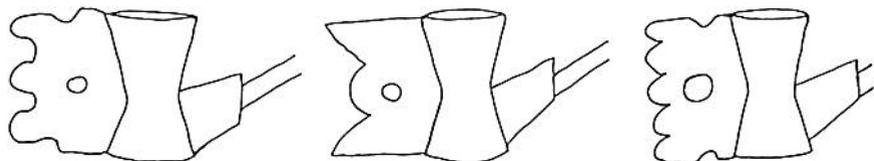
Há várias maneiras de os Mbyá definirem o ato de enfeitar, decorar, adornar. Os próprios Mbyá auto-definem-se como **jeguakava tenondé porã'i**, os primeiros a serem formosamente adornados. Temos **jegua'a**: enfeite ou adorno; **mbojegua'a**: enfeitar, adornar; **mbopara** (**para**: pintar, trançar, escrever): também significa adornar, enfeitar, desenhar; **mbovyoty** (**yvoty**: flor): adornar com flores; **mbopoty** (**poty**: flor): enfeitar com penas ou flores; **rangá**: é utilizado com sentido de imagem, cópia, que lembra algo, 'foto': **ivotyrangá**: motivo inspirado na flor.

As partes mais visadas para a decoração, conforme já visto, são **ja-jopy'a** (parte anterior) e **renda** (posterior). Às vezes o forninho também recebe algum motivo como pode ser visto no desenho n° 2.

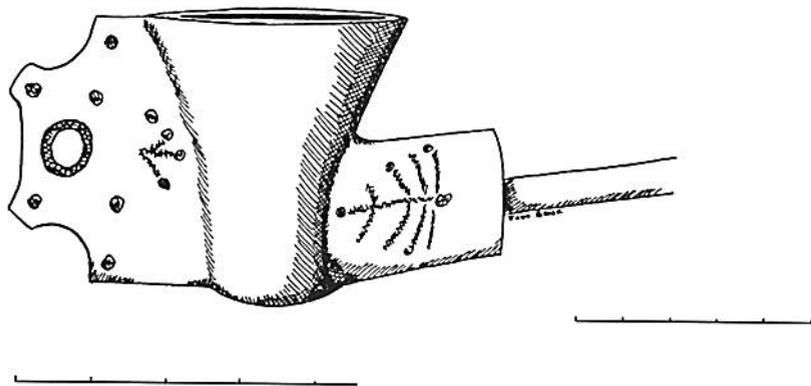


Desenho n° 2.

a) decorações na parte anterior – vimos que quanto à forma os cachimbos podem ser denominados de **popo petyngua**, **pira ruguái ranga** e os **ivoty ranga**. Os desenhos dos apêndices respectivamente seriam:



Também podem aparecer ponteados, feitos com ramos (conforme desenho nº 1) e desenhos em baixo relevo, normalmente **ivoty ranga**. Na peça cujo desenho e foto foram citados percebe-se o desenho de um “tri-dígito” ou ramo estilizado ou também a reprodução de um dos motivos da pintara facial feminina (pé da saracura).



Desenho nº 1

Acontece também de toda a crista ter o contorno percorrido por um ‘lavrado’ (**ape’i**), podendo circundar furo, e este mesmo furo pode ainda receber ponteados. (Foto nº 2) ordenados ou não e podendo ser vazados (foto 4).



Foto nº 2 **Petyngua** em ñae'upytã e pirita. Decorações nas partes anterior e posterior. Procedência Itajaí-SC.

b) decoração do forninho. A única peça que apresenta esta parte decorada foi produzida por uma criança. Normalmente as peças não apresentam decoração nesta parte. (Ver desenho nº 2)

c) decoração na parte posterior (**renda**) – tanto nas portas-boquilhas em formas trapezoidal quanto nas cilíndricas somente as faces laterais são decoradas. Os motivos que ocorrem com maior frequência representam a folha do **pindo** (**pindo rogué ranga**) ou espinha do peixe (**pira kangue**) e a imagem do peixe (**pira ranga**). A folha da palmeira e a espinha do peixe são feitos em baixo relevo, à faca (Foto nº4 ), ou com a

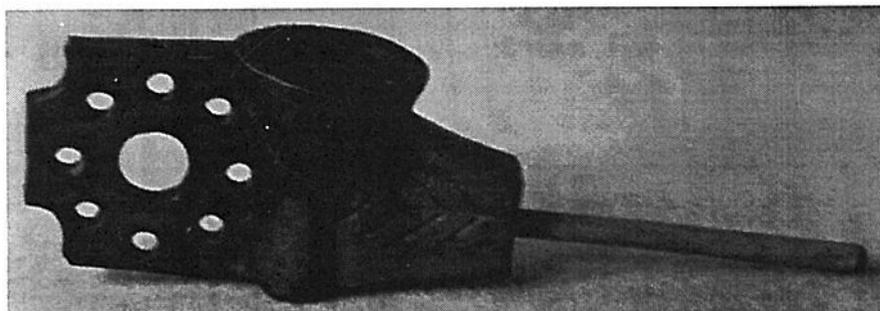
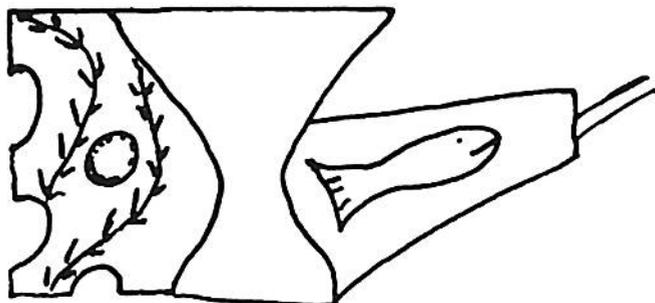


Foto nº 4 Peça em Nó-de-pinho. Parte anterior com furos vazados. Parte posterior com decoração (**pindo rogué** ou **pira kangue**).

a ponta de um ramo (foto nº 2, desenho nº 1). Não há exemplares conhecidos do **pira ranga**, mas segundo informação de Santiago Franco, seria como o desenho a seguir:



## 7. Quanto ao uso

O uso do petyngua ocorre de forma intensiva, obedecendo a dois momentos bem delimitados: o cotidiano e o ritual. Todos Mbyá fumam, independente do sexo. Somente às crianças (até 15 anos) é proibido o uso do cachimbo.

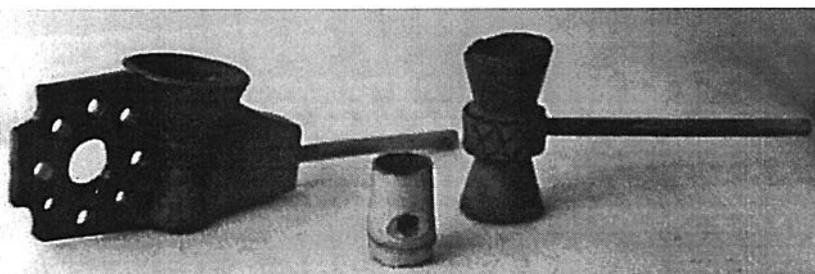
O petyngua é usado ritualmente nas seguintes ocasiões:

a) curas: Cachimbo e cura estão de tal forma associados que uma das formas de denominar o pajé é **poropejua**, literalmente, “aquele que sopra os outros” (Dooley, 1982, p. 141).

b) rezas: Nos momentos de rituais tanto o pajé quanto os demais índios consomem, via cachimbo, grande quantidade de fumo. No caso do pajé, ele é utilizado para entrar em transe.

c) recepção: um visitante só é reconhecido e se considera bem recebido após sentar com o anfitrião e fumar com ele o cachimbo.

Como se pode concluir, o petyngua é uma peça de importância na vida Mbyá que justifica a manutenção do uso da cerâmica.



Cachimbo em nó-de-pinho e taquara.

## Análise de laboratório

Becker e Schmitz (1969, p. 152) definem, num conceito que abrange todos os exemplares analisados, a pasta como sendo “grossa, arenosa ou argilosa”, mas não diferenciam um tipo do outro.

Tomando-se como padrão a classificação definida por LaSalvia e Brochado (1989, p. 17) pode-se enquadrar as pastas utilizadas na confecção dos cachimbos Mbyá nas seguintes modalidades: medianamente plástica ou plástica.

Dos exemplares analisados, apenas um apresenta uma concentração maior de antiplástico, permitindo classificá-lo como medianamente plástico (Foto nº 3). O antiplástico utilizado é osso pulverizado. Não se trata de uma peça ritual, sem procedência, e é impossível determinar qual animal foi empregado.

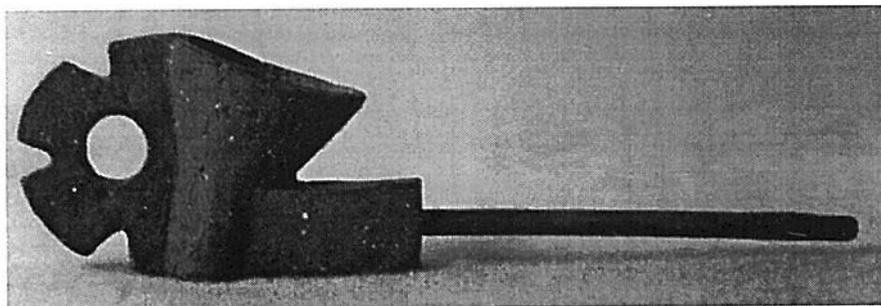


Foto nº 3 Petyngua em ñae'u. Presença de ossos. Sem decorações.

Outra peça que merece destaque pela sua pasta é a da Foto nº 2. Este cachimbo foi confeccionado em Itajaí-SC. Na composição da pasta observa-se alta concentração de pirita. Este mineral não foi acrescido à pasta, pois o artesão coletou a argila em local onde o mineral mostrava-se abundante.

A peça vista na Foto nº 1 é proveniente do Paraguai. Trata-se de uma peça ritual, podendo-se observar a presença de ossos na pasta. Segundo o índio que a trouxe, trata-se de ossos de **kochi** (porco do mato).

Conclui-se, portanto, que à exceção da areia e do pó-de-ossos, a pasta não recebe nenhum outro tempero.

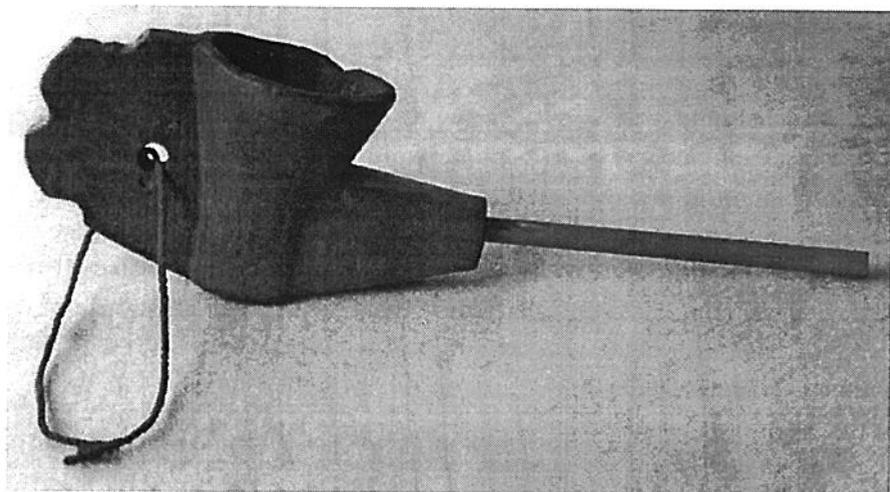


Foto nº 1 Petyngua em ñae'u com ossos de kochi. Peça Ritual. Proveniente do Paraguai.

## Queima

A queima, realizada em fogueiras, é oxidante. As peças inteiras apresentam paredes externas de cor pardo-escuro ou avermelhadas, atribuídas antes ao tipo de barro do que ao processo de queima.

A única peça quebrada permite observar que o miolo apresenta uma coloração diferenciada em relação às paredes. No caso, o núcleo é bem mais claro que a superfície. O critério de queima oxidante refere-se à queima de baixa temperatura, a céu aberto. Uma vez que os temperos utilizados culturalmente são apenas dois, percebe-se que não há critérios muito excludentes quanto aos elementos intrusivos presentes na própria argila. Há um acentuado conhecimento das argilas apropriadas (e seus respectivos resultados após a queima) para o cozimento e o critério do antiplástico parece tornar-se secundário na confecção do cachimbo.

A ausência dos cachimbos nos registros arqueológicos justifica-se tanto pela ausência de escavações em grande escala (tipo *open area*) quanto ao caráter ritual que a peça possui. Desta forma quem a utiliza deve levá-la consigo ao invés de abandoná-la com a desocupação do sítio.

Em segundo lugar, o material presente em algumas coleções, mesmo de origem etnográfica (como se referem Becker e Schmitz, 1969) pode ser de uma antigüidade relativa ao período dos antigos contatos. Deve-se ter em conta também que a mudança notória entre os cachimbos etnográficos atuais e os arqueológicos não significa apropriação do padrão europeu, mas pode ser uma ressignificação com fundo de afirmação étnica. O número reduzido de peças e de análises exaustivas sobre os mesmos limita de forma contundente as conclusões deste trabalho.

Finalizando, um aspecto deve ser colocado. As mudanças constantes de local, às quais os Mbyá são forçados, os impele à escolher uma matéria-prima mais durável. O cachimbo de madeira parece mais um processo de adaptação às condições do que propriamente uma mudança no seu caráter.

**Agradecimentos:** a Pedro Paulo Funari por sua avaliação e opinião; a José Proenza Brochado pela revisão do manuscrito. As idéias aqui expressas são de total responsabilidade dos autores. As fotos são de autoria de Gislene Monticelli.

### Referências Bibliográficas

- Becker, I. & Schmitz, P.I. (1969). Cachimbos do Rio Grande do Sul. *Anais do Terceiro Simpósio de Arqueologia do Rio da Prata*, IAP.
- Cadogan, L. (1992a). *Ayvu Rapyta. Textos Míticos de los Mbyá-Guarani del Guayrá*. Assunción, Biblioteca Paraguaia de Antropologia, Vol. XVI, CEADUC/CEPAG.
- Cadogan, L. (1992b). *Diccionario Mbyá-Guarani-Castellano*. Assunción, Biblioteca Paraguaia de Antropologia, Vol. XVI, CEADUC/CEPAG, Assunción.

- Dooley, Robert A. *Vocabulário do Guarani*. Vocabulário básico do Guarani contemporâneo (dialecto mbüa do Brasil). Brasília, Summer Institute of Linguistics.
- Guasch, A. e Ortiz, D. *Diccionario Castellano-Guarani, Guarani-Castellano*. Assunción: CEPAG, 1986.
- Gancedo, O. (1972). Un elemento de la alfarería Caingúa: la pipa. Extracto de la *Revista del Museo de la Plata*. Sección Antropología, tomo VII, pp. 225-238. La Plata, Argentina.
- Lasalvia, F. & Brochado, J. (1989). *Cerâmica Guarani*. Porto Alegre, Posenato, Arte e Cultura.
- Montoya, A.R. (1876). *Arte, Vocabulário y Tesoro de la Lengua Guaraní*. Leipzig, Júlio Platzmann.
- Müller, F. (1989). *Etnografía de los Guarani del Alto Paraná*. Societatis Verbi Divini.
- Schaden, E. (1974). *Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani*. São Paulo, EPU/EDUSP.
- Susnik, B. (1968/1969). *Guia del Museo. Etnografía Paraguaya*. Asunción.

## CULTURA MATERIAL, PRÁTICA ARQUEOLÓGICA E GÊNERO: UM ESTUDO DE CASO<sup>1</sup>

*Luciana S. Freitas*

Este artigo tem como proposta fundamental enriquecer o panorama da discussão sobre Cultura Material e defender, sobretudo, a prática arqueológica, considerando que muitas pessoas, inclusive acadêmicos, questionam a utilidade concreta da pesquisa arqueológica histórica para suas próprias pesquisas. O universo material, ou melhor, como a realidade é apreendida materialmente, carrega consigo práticas que, quotidianas ou não, são criadas, incorporadas e ratificadas pelo social, enquanto construção política. Nesse sentido, é extremamente necessário observar e analisar as várias formas de relação de poder contidas nos objetos e seu uso. Não é a intenção, aqui, fazer um estudo detalhado de uma semiótica exaustiva dos objetos, mas sim utilizarmos essa perspectiva de maneira a aplicá-la à observação do objeto enquanto artefato.

Ao trabalharmos com a contemporaneidade, gozamos de uma vantagem fundamental sobre a Arqueologia de outros períodos, nosso “olhar” dirige-se para o artefato imediatamente recuperado, ou seja, algo que tem sua materialidade definida dentro de nosso presente, um contexto definido no “agora”, sobre cuja prática vivenciada lançamos hipó-

---

<sup>1</sup> Este artigo surgiu da discussão abordada na pesquisa de Iniciação Científica “Introdução ao Estudo da Cultura Material e Arqueologia” - CNPq/PIBIC, orientada pelo prof. Dr. Pedro Paulo A. Funari, cujo apoio e estímulo foram fundamentais e, pelos quais, agradeço.

ses. Essa abordagem em termos de análise dos artefatos mediada por uma "práxis", que é, ao mesmo tempo, construída e desconstruída, estabelece um consenso entre as relações presentes no objeto (material e socialmente construído) e o "discurso" inerente a essas construções. Em se tratando, pois, de um objeto material do "presente", estas opções de leitura devem ficar claras.

## **1. Arqueologia e cultura material**

A pesquisa durou aproximadamente dois anos. Durante o período inicial distinguimos duas fases distintas, que seriam, por um lado, um primeiro contato com a disciplina arqueológica propriamente dita, trabalhando com textos cuja preocupação era a de contextualizar a discussão corrente na Arqueologia, e também com textos mais teóricos da prática arqueológica, e por outro lado, a aplicação desses pressupostos levantados em nível textual a um trabalho de campo específico, aliando a isto, também, parte da teoria apresentada sobre as relações de gênero. Para efeito de apresentação e para melhor situar o leitor, abordaremos primeiro os pressupostos teóricos que serviram de base à prática de campo, para depois, então, passarmos à discussão e análise de algumas rupturas ocorridas durante o trabalho de campo.

A pesquisa realizada buscou trabalhar com um panorama teórico de questões existentes sobre Arqueologia de Gênero e Cultura Material, aplicadas na análise de elementos verificados em pesquisa de campo efetuada no ambiente do IFCH/UNICAMP e num bairro de Campinas, em casas de nível econômico médio-baixo. A adoção deste nível econômico obedeceu a uma necessidade de comparar a realidade acadêmica a outra não acadêmica, abrangendo diferentes classes sociais.

## **2. Considerações teóricas**

A constante preocupação em legitimar os estudos arqueológicos, como sempre baseados em padrões rigorosamente científicos, criou, no

campo da técnica e método, momentos de ruptura e esforços de teorização da disciplina. Assim, os elementos inerentes à pesquisa arqueológica foram definidos e redefinidos de acordo com os vários momentos em que sofreram reflexões críticas. Esses elementos são, basicamente, a idéia de localidade referente a uma situação geográfica específica e histórica; a noção de contexto cultural relacionado a um conceito de historicidade específico; a idéia de um contexto arqueológico que é centrada na relação entre representação histórico-cultural e espacial; a concepção de artefatos como elementos dotados de informações históricas específicas materialmente construídas pela ação humana, e por fim, a idéia de cultura como abstração, em que são estudadas as relações entre análises causais, formações discursivas e os respectivos contextos sócio-políticos gerados.

Esses pressupostos assumiram, na crítica à Arqueologia, feições próximas à Antropologia – o que se convencionou chamar de *New Archaeology*. Este momento permite-nos perceber o quanto uma preocupação com o “futuro” da disciplina estava vinculado não só às transformações culturais marcantes como também ia ao encontro de esforços e anseios para a constituição de um corpo teórico mais condizente com o comportamento que uma “ciência” deveria ter. Mais especificamente, foi no debate travado entre a Arqueologia Tradicional e a *New Archaeology* ou Arqueologia Processual, que essas modificações e anseios assumiram contornos, e propiciaram, também, uma retomada de parâmetros de interpretação de dados mais explicativos. No entanto, no campo metodológico, este anseio pela interpretação conduziu, por vezes, ao abandono de um rigor no manuseio dos dados/artefatos, ao mesmo tempo em que se furtava a problematizar, em termos teóricos, metodológicos e epistemológicos, a posição e visão do arqueólogo e sua conseqüente interpretação, às vezes entendida como discursivamente descompromissada.

Posteriormente, a Arqueologia Pós-Processual insere estas novas preocupações em torno da definição epistemológica e teórica no conjunto de debates contemporâneos. A Arqueologia Processual questiona a idéia de que “os objetos fariam por si mesmos”, redefine padrões de reconhecimento e método, colocando em xeque a noção de que a pura descrição de artefatos num passado estático seria suficiente para estabelecer

um conjunto de interpretações verossímeis. Já o momento seguinte, consistiu em repensar esse furor crítico de modo a valorizar também o trabalho técnico, fundamentando uma Arqueologia Crítica e estabelecendo padrões definidos teórica e metodologicamente, além de embasados numa visão sobre os artefatos, de forma que a técnica seja valorizada como metodologicamente coesa e politicamente engajada frente à própria crítica.

Talvez não fosse sensato dizer, então, que a Arqueologia Pós-processual se constitua num movimento próprio de ruptura em sentido cronológico. É evidente que ela surge como ruptura daqueles padrões interpretativos de reconhecimento historicamente estabelecidos, porém devemos considerar que questões levantadas em um e outro momento ainda estão sendo discutidas em nosso contexto atual. Neste caso, enquadra-se, por exemplo, toda a discussão sobre as operações do pesquisador na definição de sujeitos e objetos sócio-históricos, onde a repercussão de discursos legitimamente constituídos passam a ter força de lei. Como diz Funari (1995, p. 5), ao citar Hodder:

A reflexão auto-crítica da Arqueologia deriva dessa concepção semiótica da Arqueologia. Se produzimos e lemos discursos, há que se “considerar reflexivamente a produção do conhecimento arqueológico (que) levará a um engajamento crítico, identificando as causas da construção do passado”.

É justamente este o problema que a Arqueologia Crítica aponta, ou seja, a noção de que o “olhar arqueológico” se debruça, antes de tudo, sobre objetos socialmente constituídos num passado, mas interpretados num presente contextualmente distinto, não podendo entretanto, estar esse esforço de leitura dissociado de alguns padrões significativamente claros e justificados, não só entendidos como técnicas empregadas, exclusivas ou não, mas também como modelos teóricos em que o pesquisador se apóia.

São nesses termos que toda a discussão sobre uma Arqueologia de gênero ganha seu sentido e vigor, cuja tarefa que mais exige fôlego é, justamente, questionar padrões interpretativos de uma realidade no pas-

sado que é lida através de categorias não-problematizadas no presente. Esses pressupostos, que são tomados de empréstimo da Sociologia, da Antropologia, e de outras ciências afins, permite-nos entrever o quanto o caráter interdisciplinar da questão demonstra sua importância, principalmente numa sociedade em que as categorias classificatórias de grupos, indivíduos e realidades espaciais estão em permanente processo de negociação.

Embora não fosse a intenção estudar, de maneira exaustiva, como o conceito de classe é construído, devemos explicitar a opção metodológica seguida. Fundamentalmente, é a relação entre dimensão simbólica e condição de determinação econômica e política que nos direciona. Contudo, ao falarmos de classe, e os gostos e estilos como sendo específicos, a dimensão ideológica está presente, mas foi concebida, principalmente, a partir de práticas políticas específicas que são utilizadas como elementos fundamentais na manutenção de uma ordem social, e vão além de um sistema de valores e idéias como simples visão de mundo, em que a dimensão econômica revela-se como um forte determinante. Nesse sentido, a noção de classe que foi aceita como ponto de partida assenta-se em critérios não só econômicos, mas critérios de definição do próprio grupo, à medida em que cada um expressa, frente aos outros, marcas distintivas que são dinamicamente afirmadas e/ou negadas, de acordo com práticas que são construídas dentro de uma estrutura definida politicamente.

Ao falarmos de uma divisão hierárquica de escalas, pensamos numa noção de estrutura que pode, simplisticamente, remeter-se às posições de prestígio ocupadas pelos indivíduos. Nesta noção está implícita a idéia de hierarquia e de um sistema de valores comum aos grupos sujeitos a essa hierarquia. No entanto, essa "divisão" hierárquica não é tão explícita e definida quanto possa parecer. Não é sem razão que autores como Stavenhagen (1977, pp. 133-134) salientam que o conceito de classe social se identificou com o de estratificação social e chegou-se a uma completa confusão dos fenômenos.

Isso posto, torna-se legítimo compreender os elementos de pesquisa como inseridos num contexto histórico, em cuja base social as diversas forças sociais articulam-se, tendo em mente, obviamente, que essa

articulação encontra-se inserida num modo de produção específico, no qual faz sentido os conceitos de ideologia, poder, estratificação. Devemos, pois, usar uma idéia de classe social explorada e definida como instrumento de delimitação a partir dos objetos estudados de forma problematizada para, como aponta Durham (1986, p. 27), não incorreremos no erro de transportar categorias explicativas não adequadas para as pesquisas.

Autores diversos têm diferentes definições sobre classe social. Contudo, a referência é basicamente, a marxista, ou seja, a dimensão econômica enquanto primordial para a delimitação desse grupamento social específico, já que foram Marx e Engels os primeiros a apresentar uma definição mais sistemática e formal para a questão, enfocando a sociedade moderna. Sorokin (1947), entretanto, especifica como característica particular da classe social

...a coalescência dos liames ocupacionais e econômicos além do vínculo constituído pelo fato de pertencer ao mesmo estrato básico, cujas propriedades são definidas pela totalidade de seus *direitos e deveres essenciais*, ou pela existência ou não de privilégios, comparados com os das outras classes (p. 86; grifo nosso).

Como podemos perceber, essa definição vai muito mais no sentido de significar uma delimitação em termos de estratificação social do que de classe propriamente dita, muito embora, em primeira instância, seja referente a uma dimensão econômica. Nesse sentido, a definição de Gurvitch (1957) é mais abrangente:

As classes sociais são grupamentos particulares de fato e à distância, caracterizados por sua suprafuncionalidade, sua tendência para uma estruturação crescente, sua resistência à penetração pela sociedade global e por sua incompatibilidade radical com as outras classes (p. 95).

O autor que apresenta uma definição próxima da exposta acima e distingue classe de estratificação, sem contudo deixar de mostrar como este conceito se adequa a uma estrutura dada, é Bourdieu (1966). Ao

abordar essa questão, chama a atenção para a inserção ou exclusão de classes em estruturas e grupos específicos. Não se pode pois, definir classes, ou melhor, partes constitutivas de uma sociedade estratificada apenas através de relações de justaposição, já que a pertinência e a forma como elas se manifestam na estrutura indicam propriedades resultantes de uma interdependência. É tão fundamental a noção de estrutura, para Bourdieu, a ponto de estabelecer que a idéia de propriedade de posição não se limita a uma prática profissional específica ou da própria condição material em que se encontra o indivíduo. Para esclarecer melhor esta distinção entre posição de classe e condição de classe, podemos reformular a questão da seguinte maneira: a condição de classe define uma margem de variação de qualificação, de pertinência a uma ou mais categorias/níveis (ocupação, por exemplo), enquanto que a posição de classe refere-se basicamente à posição em que cada grupo ou indivíduos de grupos se encontra dentro da estrutura mais ampla que se tem como referencial. Além das razões citadas acima, este autor é conveniente por ressaltar, em seus estudos, uma dimensão cultural e uma análise do consumo baseada, numa dimensão simbólica:

Uma classe não pode jamais ser definida apenas por sua situação e por sua posição na estrutura social, isto é, pelas relações que mantém objetivamente com as outras classes sociais. Inúmeras propriedades de uma classe social provém do fato de que seus membros se envolvem deliberada ou objetivamente em relações simbólicas com indivíduos das outras classes, e com isso exprimem diferenças de situação e posição segundo uma lógica sistemática, tendendo a transmutá-las em distinções significantes (p.14).

Neste momento, o autor já qualifica um sistema de atos e procedimentos como marcas de distinção, das quais os sujeitos sociais utilizam-se e reconstróem para si mesmos e perante outros, sua posição na estrutura social, e cuja operação de valores próprios de sua posição e de outras são permanentemente articulados e contrastados. Neste aspecto, interessa-nos, principalmente, que essas relações simbólicas entre-classes,

quando confrontadas à prática cotidiana de poder, demonstram construções de gênero reificadas por este cotidiano. Isso nos permite concluir que as práticas de gênero possuem, na pertinência concreta a determinadas classes sociais, um fator determinante na construção de seus valores específicos.

Por outro lado, o autor analisa, em outro trabalho, (Bourdieu, 1983), a relação entre apreensão estética, gosto e inclusão numa estrutura social. A idéia central deste texto é a de que a pertinência a determinadas classes sociais indica, por sua vez, gostos e estilos específicos de vida. Contradiz, pois, o senso comum de que o gosto seria uma característica psicológica, particular e individualmente determinada. Isso pode ser apreendido através da expressão:

Às diferentes posições no espaço social, correspondem estilos de vida, sistemas de desvios diferenciais que são a retradução simbólica de diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência (p. 82).

Observa-se, assim, uma correspondência entre o espaço das posições sociais e os estilos de vida que engendram, segundo uma lógica própria, práticas que são objetivamente o produto de contradições e marcas de distinção, transmutadas em distinções simbólicas. Essas distinções simbólicas constituem-se a partir das condições materiais de existência dos sujeitos, que reproduzem, através das oposições na apropriação desses elementos simbólicos, as diferenças relacionadas à posição na estrutura, e também podemos acrescentar, as diferenças em relação às identidades e vivências de gênero.

Em síntese, as condições de vida geram determinados limites e padrões aos gostos e práticas cotidianos, e por sua vez, uma visão de mundo e aspirações correspondentes. A noção de luxo e de necessidade, bem como a funcionalidade e estética são, pois, essenciais para se entender a distância colocada entre as classes, pois as marcas de distinção são dadas através da relação de estranhamento à elas. Se partimos, pois, desta perspectiva, levaremos em consideração os seguintes aspectos: de que essa perspectiva abrange um corte econômico de inserção diferenciada

no mercado de consumo; de que ela possui uma dimensão ideológica correspondente com uma noção de pertinência às classes; que há uma diferenciação de ocupações com status correspondentes; e que possui uma hierarquização que implica em manipulação diferenciada de poder.

Estes são pressupostos fundamentais com os quais nos deparamos ao longo da pesquisa. Trabalhar com um objeto, que nos induz a pensar em uma suposta realidade estática figurativa de passado, exige que aclaremos sua dimensão de mediação de uma *práxis*, e a que tipo de *práxis* nos referimos.

### 3. O objeto enquanto artefato

Enquanto as teorias de gênero passam por um trabalho constante de reformulação, podemos dizer que a própria discussão sobre a importância e uso de teorias na Arqueologia tem sido levantada muito recentemente. A esse respeito, podemos nos remeter ao texto de Kern, que indica como propósito de trabalho:

...o de apresentar, sob a ótica das abordagens interpretativistas relacionadas aos vestígios materiais da cultura, as conveniências, vantagens e desvantagens do uso das teorias em Arqueologia... (1991, p. 1).

Na sua opinião, os primeiros desenvolvimentos da Arqueologia se centraram na melhoria dos métodos de escavação em um primeiro nível, e no aperfeiçoamento das análises dos dados obtidos, num segundo nível. Mas um terceiro nível seria também essencial e há pouco começa a se destacar: o da inferência, entendida como raciocínio, indução e dedução, que conduz à utilização de modelos e teorias explicativas. É preciso, pois, saber interpretar os achados, já que eles nos colocam frente a evidências que nos obrigam repensar as necessidades de adequar essas interpretações e modelos concebidos *a priori*. O fundamental, neste ponto apontado por Kern, é o fato de que não se pode pretender uma neutralidade absoluta do pesquisador ao manipular os dados que recolhe, já que

a própria organização dos mesmos numa “ordem lógica” e mais objetiva possível obedece antes a critérios interiormente formulados e culturalmente construídos.

O autor ressalta, então, que a utilização do método comparativo permite identificar similitudes e diferenças, para que assim possam ser feitas as abstrações necessárias. Sua definição dos tipos de organização do material é essencial para se entender que as reconstituições do passado são uma série de julgamentos feitos pelos arqueólogos a partir dos vestígios materiais elaborados criteriosamente e aceitos de forma consensual, e que portanto, são as sociedades às quais eles se referem, ou seja, que os produziram, que se constituem no objeto de estudo legítimo. Os artefatos constituem-se enquanto tais no momento em que reconhecemos características inerentes a eles. Estas características são estabelecidas no momento da organização do material, que abrange principalmente quatro aspectos: situação temporal; situação espacial; unidades deposicionais (casa, muros, fontes, etc.) e unidades tipológicas. Feito isso, a opção por uma metodologia adequada que abarque o maior número possível de contextos simbólicos é orientada em função do pólo explicativo que se deve priorizar: seja mais empírico ou mais teórico, e também por que discutir essas questões facilita a compreensão da relação entre universo simbólico, relações sociais e produção material, visto que a construção do objeto se dá em dois níveis: o epistemológico e o discursivo.

As teorias desempenham, pois, um papel fundamental, “uma dupla função: podem vir a explicar evidências já conhecidas propondo uma primeira solução, ou sugerindo reinterpretções elaboradas sobre trabalhos...anteriores” (Kern, 1991, p. 9) abrindo assim, novos horizontes. Como podemos perceber, a concepção de artefato implícita neste caso difere bastante da apresentada por outros autores mais “tradicionais”, como por exemplo, Gordon Childe, que parte de uma concepção mais factualista da Arqueologia, concebendo os artefatos como os dados históricos mais significativos por serem expressões de pensamentos e finalidades (Childe, 1969, p. 11). Embora ele tenha o conceito de cultura como referência, este é construído a partir de sua relação com os artefatos, e difere essencialmente de concepções como as de Funari (1988) e Orser

(1992). É pois, uma noção mais sistemática e prática no sentido em que corrobora uma tradição técnica, empenhada em servir testemunhos históricos “seguros”.

#### 4. A discussão de gênero

A particularidade dos estudos de gênero está fundamentada no fato de que o surgimento e a evolução da problemática feminista contemporânea deve ser entendida através da análise de paradigmas e configurações ideológicas que se constituíram num passado/presente social, e que estão presentes tanto na produção intelectual militante quanto não-militante. Embora não seja aqui nosso objetivo delimitar e tratar exaustivamente desse itinerário, é-nos de suma importância ressaltar que as práticas “quotidianas” que nos são colocadas como questões nesta pesquisa são expressas de certa forma por esse percurso, no que diz respeito à constituição de espaços delimitados de gênero.

Remetendo a um debate travado nos trabalhos sobre gênero, devemos retomar uma questão que é essencial para desenvolver uma pesquisa focando as perspectivas e definições existentes sobre as esferas de atuação de homens e mulheres. Esta questão diz respeito à definição da categoria analítica Gênero, e traz consigo toda a trajetória do pensamento feminista dentro e fora da academia, seja em discussões, em congressos ou em movimentos sociais.

A conceitualização de gênero, até recentemente, girava principalmente em torno de dois eixos paralelos: o da contraposição do “natural” versus “social”, e o da contraposição entre “dominação” versus “autonomia”. No plano do “natural” versus “social”, podemos detectar como ponto-chave, a definição de gênero partindo do pressuposto biológico de diferenciação dos sexos (natural), onde a constituição de gênero enquanto categoria de análise corresponderia à construção simbólica, político-ideológica, econômica, em relação ao outro (mulher/homem) e permeado pelo aspecto biológico. No paradigma social, a diferenciação/construção dessas categorias se dá fundamentalmente no nível do

discurso – Falocrata *versus* Ginocêntrico, não sendo o biológico o ponto de partida. No primeiro, reconhecemos autoras norte-americanas, e no segundo, principalmente autoras francesas. No outro plano, temos “Dominação” *versus* “Autonomia”, onde a relação mulher-homem/gênero é trabalhada a partir dessa dicotomia, considerando-se, entretanto, os dois aspectos comentados acima. Estas noções, entretanto, adquiriram sofisticacões e nuances, e tornaram a discussão muito mais complexa hoje.

Utilizando-se em parte do recorte sobre as teorias de gênero e suas discordâncias, presentes no texto de Costa (1994), pudemos chegar a um panorama dos mais diversos paradigmas do tema no que diz respeito às premissas básicas. São colocadas, neste trabalho, as questões centrais de cada teoria de gênero: como variável binária; como papéis dicotomizados; como variável psicológica; como sistemas culturais e como relacional.

Ao falar de gênero como variável binária, Costa (1994) basicamente refere-se à caracterização de opostos isolados como categorias já dadas, sem haver sequer a preocupação de especificar o que vem a ser “homem” ou “mulher”, ou “masculinidade” e “feminilidade”, em outras palavras, não se questionam diferenças biológicas, constituindo-se, assim, uma forma dicotômica e estática de análise. Já quando se fala de papéis dicotomizados, encara-se gênero no âmbito das funções desempenhadas, sem contudo, levar em conta o “status” referente a esses papéis assumidos na realidade. Como afirma a autora “a conexão entre gênero e poder fica fora da análise” (Costa, 1994, p. 148) ou ainda “...são usados para referir-se a um ideal normativo de comportamento” (Costa, 1994, p. 148) deixando claro, com isso, que a teoria não fornece espaço para que se possa trabalhar com a idéia de mudança social.

Já a particularidade de se entender gênero como variável psicológica está no fato de que o eixo da análise está centrado na idéia de variação e *continuum*, e não numa idéia de dicotomia. Contudo, essa forma de tratamento da questão não é capaz de tratar da dimensão política de sua constituição. Ao procurar inserir esta dimensão, o paradigma dos sistemas culturais demonstra claramente a influência do feminismo culturalista, e do discurso da diferença, e como diz Costa, essa diferença insti-

tui-se num conceito-chave para estabelecer a constituição de dois mundos, dois sistemas culturais. Essa perspectiva põe de lado, entretanto, as diversas categorias de estratificação, tanto em termos de relações simétricas/dicotômicas, quanto relações hierarquizadas, além do que induz a pensar as categorias isoladamente.

Por fim, Costa expõe o paradigma do gênero relacional, que situa, da melhor forma, a problemática no que tange à Arqueologia de Gênero, porque considera relevante os condicionantes de poder, práticas sexuais, relações hierarquizadas, ou seja, o sistema social como um todo dinâmico. Como coloca a autora, a concepção dinâmica sexo/gênero trabalha com a constituição simbólica e histórico-social das diferenças, inclusive em termos biológicos, permitindo assim, que conjunturas sociais, períodos específicos e representações político-ideológicas, não desapareçam no discurso, elaborando gênero da perspectiva das práticas semântico-materiais e das experiências sociais do cotidiano dos indivíduos, bem como através da análise das interações entre sujeitos e seus respectivos contextos permitindo-nos, assim, entender como os gêneros são forjados e incrustados em uma semiótica da diferença social (Costa, 1994, p. 160). Pois é justamente por permitir a comunicação entre as esferas, as categorias hierarquizadas e o aspecto funcional em termos de inserção social, que este paradigma mostra-se de suma importância.

Com relação à questão da diferença, citamos o trabalho de Joan Scott (1988) – *Gender and the Politics of History* – com um prefácio já citado em outros trabalhos (Kofes, 1993), em que sustenta uma discussão em torno da diferença sexual enquanto fundamento de uma construção específica da categoria gênero. No entanto, alguns autores salientam que a utilização da diferença enquanto conceito analítico, e mesmo empírico, significou opções políticas perigosas ao ser tomado pelo movimento feminista. Em seu trabalho, Pierucci (1990) afirma que a apropriação pela esquerda de um tema definidor das tradições de direita, coloca a tradição do movimento feminista frente a um problema, que é o perigo de se cair em armadilhas racistas e sexistas, e enfatiza que a insistência no uso das “diferenças”, quaisquer que sejam as formas pelas quais sejam expostas, implicariam em altos riscos na prática política, por não ser

possível impor, fora do ambiente acadêmico, construções teóricas recheadas de nuanças, sutilezas ou sofisticações.

No caso dos estudos de Arqueologia de Gênero, devemos dizer que essa questão deve ser bem problematizada. Recorrendo a esta percepção da diferença *stricto sensu*, podemos incorrer no erro de estabilizar categorias num passado e desestabilizá-las no presente, ou seja, entender as mulheres romanas, egípcias, indígenas ou quaisquer outras como inseridas numa essência universal feminina no passado, que nós, do presente, tratamos de construir em discurso, enquanto esforçamos-nos desesperadamente em desconstruir essa essência no “hoje”.

No estudo de Butler (1987), o “discurso da diferença” sofre crítica incisivas. A autora analisa a diferença enquanto uma categoria binariamente construída, e que se refere especificamente a um corpo constituído enquanto situação. O corpo seria, então, um lugar de interpretações culturais de uma realidade material, e sendo, a partir dela, situado e definido como de um contexto social. Esta conjuntura nos obriga a estudar e interpretar o conjunto de códigos recebidos como elaborados socialmente e que implicam em escolhas políticas específicas. Assim, o conjunto de possibilidades colocado ao indivíduo em termos de interpretação de gênero indica que a anatomia seria menos restritiva dessas possibilidades do que as instituições culturais nela trabalhadas, isto é, reinterpretadas pelo indivíduo. Contudo, o corpo quanto à especificidade física, deve ser ressaltado não como fator biologicamente determinante da noção de gênero, mas como uma noção da qual se parte, não sendo esse fato destituído de opções metodológicas e políticas. Desta feita, a institucionalização do corpo como *locus* da diferença binária é o elemento fundante da diferenciação sexual, porque possibilita relacionar a ambos – corpos específicos e reprodução – com o processo reprodutivo como um todo. Isso corrobora um outro fato, a saber, o de que o corpo enquanto um artefato arqueológico é, ainda assim, construído socialmente, e que as leituras que se possa ter sobre um passado ou um presente feminino são suscetíveis de um discurso específico. Assim, parte do esforço de desconstrução de noções limitadas tem sido o de lançar críticas violentas a todo e qualquer modelo dicotômico que trabalhe com perspectivas binárias.

A temática tratada por lingüistas passa pela questão da exclusão da mulher na articulação do discurso literário tanto cotidiano quanto formal. O artigo de Varikas (1989), partindo dessa perspectiva de exclusão, contrapõe a condição social da mulher na realidade da sociedade burguesa, ao desprovemento de categorias específicas para designá-la, fazendo, para isso, um paralelo com a condição do “pária”. A autora expõe, então, através dessa ambigüidade, o perigo da elaboração de escalas de superioridade/inferioridade, que só serviriam, em última instância, para deslocar o debate da importância da emancipação feminina. Dentro dessa visão, Spencer-Wood (1992, p. 99) relembra que os próprios termos utilizados na linguagem corrente são definidos em função da dominação masculina.

Se tomarmos essas dicotomias, que têm sido extremamente questionadas, somos forçados a procurar outras alternativas metodológicas que trabalhem estas críticas. Um importante debate metodológico deste âmbito é o que se refere à pós-modernidade. Nesse sentido, o texto de Bila Sorj (1992) nos proporciona um bom panorama desta “encruzilhada”. Seu objetivo é o de analisar a inserção do discurso, tendências e teorias feministas à luz do modelo explicativo pós-moderno. Utiliza-se de um conceito central que é o da definição da categoria explicativa gênero em duas dimensões já citadas neste artigo: uma que seria a inadequação da idéia de que o corpo biológico seria chave para o entendimento do comportamento diferenciado na sociedade; e a outra que seria a distribuição desigual efetiva do poder entre os sexos, havendo, com isso, uma subordinação feminina.

A primeira delas explora a universalidade da categoria “gênero”, que pressupõe uma vivência de gênero coletivamente compartilhada constituindo-se numa experiência comum. E é esse inclusive o pressuposto do qual partem a maioria dos estudos arqueológicos clássicos. Entretanto, esse discurso, que pode ser definido como meta-essencialista, possui a contradição de assentar-se numa unidade dicotômica dos sexos. A diferenciação biológica enquanto determinista corrobora essa “condição feminina”. Refutando-se o determinismo biológico, desfigura-se a base em que o discurso da opressão da mulher e do patriarcado foram fundados.

A segunda dimensão seria a constituição de um ator político coletivo a partir da teoria feminista (identificação única, genérica e coletiva) advinda da definição do grupo específico para exercer direitos políticos (por exemplo, o sufrágio universal), bem como a definição desse grupo como portador de interesses e identidades próprias. O problema deste pressuposto é óbvio, pois não há como darmos conta das múltiplas identidades e diferenças sem reafirmá-las de forma contraditória, e também, ficamos impossibilitados de compreender as várias identidades sociais que se cruzam (a mulher – a operária – a negra). Esse questionamento é sobretudo válido, se compreendermos que lidamos com um sujeito dinâmico e histórico de transformação, e que sua própria constituição enquanto sujeito está em jogo permanentemente.

Assim, a constituição de uma moral racional leva a uma nova estrutura da esfera pública que, por sua vez, nos conduz ao abandono da idéia da soberania da identidade particular. As contradições das teorias feministas detêm-se no fato de que uma estreita ligação com perspectivas emancipatórias leva a propor um novo ideal de consenso, o que, como já foi demonstrado, fica inviabilizado devido à realidade multifacetada das identidades sociais. Temos, então, em última instância, que a aceitação da crítica pós-moderna e sua conseqüente reestruturação teórico-metodológica das múltiplas identidades ilimitadas pelo social de forma heterogênea, levariam à renúncia da prioridade da oposição binária feminino-masculino como organizativa da sociabilidade humana.

Ao fazermos referência a um tipo de estudo que busca interpretações menos presas a um marco de análise definido *a priori*, citamos o texto de Funari (1994), que parte do ponto central de que os estudos clássicos reforçam pontos de vistas conservadores ao focarem os documentos antigos. Ao falar desses documentos e da visão de sexualidade que mantém, indica que seria necessário admitir que esta é culturalmente determinada, ponto de vista, aliás, confluyente com a maioria das autoras feministas. Defende que seu objetivo principal seria o de

levar a cabo uma análise crítica de uma limitada amostra de diferentes tipos de dados: textos escritos por mulheres,... por elas

ditados, suas representações em desenhos e pinturas (Funari, 1994, p. 3).

Por meio de dois textos, o autor demonstra que análises anteriores destes documentos apoiavam-se no senso comum, como a incapacidade da mulher de escrever poesias ou de que elas sempre gostam de brigar entre si. Outro detalhe importante enunciado por este autor é o da necessidade de questionar que “os conceitos culturais dominados pela ordem fálica fossem aceitos sem oposição...” (Funari, 1994, p. 9), lembrando que “o conceito de que a esposa ideal era aquela que submergia sua identidade na do marido era uma criação masculina, antes que uma realidade” (Funari, 1994, p. 9).

Isso vem corroborar a modalidade de crítica de um consenso social, e por que não dizer, histórico. É importante reter, aqui, essa idéia de dinâmica na construção de sujeitos históricos, em contraposição a um passado estático. Os fatos históricos e os artefatos existem na medida em que os interpretamos, utilizando-nos de padrões em que nós próprios estamos imersos.

No que tange, especificamente, à Arqueologia de Gênero, podemos contrapor trabalhos de Arqueologia Clássica e Histórica que não se utilizam de categorias próprias para expor a realidade feminina, aos estudos que procuram exatamente evitar isso a que denominam “viés androcêntrico”, denunciando a prática da construção do gênero a partir de modelos masculinos centralizados. Na Arqueologia Clássica podemos citar o trabalho de Brown, como um apanhado sobre Arqueologia Mediterrânea e do Novo Mundo, enfocando os problemas que a pesquisa arqueológica feminista enfrenta no âmbito clássico, ao afirmar que

while excavating the remains of ancient culture, we usually live as outsiders within modern societies. Feminist 'gaze theory', often applied to representations of women intend for a male audience... (Brown, 1993, p. 240).

Em uma resenha deste livro, Funari (1994) salienta o que é apresentado por Brown como uma tipologia a ser criticada como mecanismos

classificadores que carregam noções masculinas da realidade, não-isentas enquanto descrições. Por outro lado, percebemos a ausência do feminino no estudo de Arqueologia em trabalhos importantes como o de Deetz (1977), particularmente, a falta de construção de uma categoria própria, que contenha expectativas, sociabilidade e particularidades no que diz respeito à sua participação e elaboração de identidades no universo masculino, ora imiscuindo-se nele, ora criando universos paralelos. Isso se explicita na própria construção de seu trabalho onde *people* em “Archaeology is the study of the past of people...” (Deetz, 1977, p. 4) engloba tanto o feminino quanto o masculino, reunindo-os em um único modelo – o masculino. Outras críticas, entretanto, são-lhe imputadas, como por exemplo o fato de que reduz tanto os recortes de classe à categoria globalizante “people” assim como os de gênero, recebendo inclusive, acusações sobre sua displicência em relação à historicidade. Mas estas são outras questões.

Outro autor (Pina-Cabral, 1993a), cujo enfoque recai sobre objetos obscenos populares na cultura portuguesa, busca entender como as relações entre comportamento de gênero e suas conseqüentes atribuições de sentido manifestam-se, assinalando que essas atribuições são, em última instância, culturais.

The cultural uses to which sexuality and gender can be put cannot possibly be described by means of any direct and constant identification of a person's physical sex and his or her social and symbolic behavior (1993a, p. 103).

Mostra-nos, assim, que essas práticas são utilizadas indiscriminadamente por homens e mulheres, quando isto significa um ato de poder.

Porém, alternativas que incluem o gênero enquanto categorias explicativas em seus estudos concretos, entendendo no entanto que estas categorias estão inter-relacionadas, também estão presentes na Arqueologia Histórica como mostra o trabalho de Spencer-Wood (1991).

Anthropological models of cultural system are biased in not including a gender subsystem, although a culture is certainly

permeated at least as much by its gender system as by economic, social, ideological and political systems” e que “Gender is a basic aspect of culture that cross-cuts others subsystems and can't be reduce to any other ... variable... (1991, p. 235).

Spencer-Wood (1992) propõe em outro ensaio, como objetivo principal, defender um “programa feminista” para contrapor ao modelo de viés androcêntrico de análise na Arqueologia e desenvolver teorias e construções do passado. Define, com isso, o viés androcêntrico como sexismo prejudicial, proveniente de um ponto de vista centrado no masculino, que produz distorcidas e parciais construções do passado que, por sua vez, sustentam a opressão da mulher no presente. A Arqueologia Androcêntrica representa, assim, a dominância masculina e a subordinação feminina como universal, inevitável, justificada e natural. Apresenta, então, algumas das proposições mais comuns na Arqueologia, como sexistas e por isso prejudiciais, acrescentando que as próprias normas linguísticas reforçam, através de convenções, a “primazia e dominância masculina” sobre as mulheres. Defende o início da utilização de uma abordagem feminista nos estudos arqueológicos, definindo-a como uma perspectiva teórica de entendimento das nuances de gênero, como uma construção cultural fundamental, que estrutura todos os aspectos da cultura e as condições de comportamento de todos os membros da sociedade, incluindo homens, mulheres e crianças.

Os elementos criticados por Spencer-Wood têm suas origens no processualismo, pós-processualismo e também nos paradigmas arqueológicos críticos atuais. Na Arqueologia processual, o androcentrismo envereda-se através de aspectos subjetivos do método científico, incluindo a escolha de esquemas e hipóteses. A própria seleção dos dados, a categorização, a interpretação e as conclusões são consideradas relevantes, mas não sofrem uma discussão de método e nem procuram explicitar o processo seguido, como já foi dito. Surgem, assim, teorias de sistemas que incluem gênero como variável, mas consideram-na como um subsistema dentro de outro sistema. Daí a importância de encarar a perspectiva de gênero como não determinada por modelos biologicamente construídos, e sim como uma construção cultural que perpassa todas as esferas da

vida social. A Arqueologia pós-processual, por outro lado, enfatiza que o conhecimento é socialmente constituído dependente do contexto em que está inserido, dando extrema importância ao “establishment”. Mas, por considerar informações não-lineares como contextos lineares de múltiplas leituras, acabaria resvalando para um subjetivismo/relativismo que, em última instância, revalidaria o androcentrismo. A Arqueologia crítica enfatiza, por sua vez, como as posições políticas capitalistas são usadas para manter e justificar relações sociais e políticas específicas do capitalismo, além de criar a idéia de uma interpretação “neutra”.

A partir destas questões apresentadas, surge a busca por um paradigma alternativo que se assente na rejeição de qualquer construção da mulher como uma categoria universal. Reconhecendo o sexo como uma categoria biológica, este paradigma manifestar-se-ia contrário à redução da mulher a essa dimensão. A crítica aos modelos androcêntricos advém, pois, da evidência de diversidade e flexibilidade dos comportamentos de gênero, e a certeza de que a utilização de parâmetros e comportamentos estereotipados refutam essa realidade constatada através de pesquisas que demonstram o poder das funções, papéis e comportamento feminino, bem como liderança. Uma forma de quebrar com essas categorias monolíticas seria a sugestão de esquemas e estruturas de análise que endossem a “variedade multidimensional” dos padrões. Assim, a dicotomia doméstico-feminino x público-masculino, por exemplo, pode ser destituída através da compreensão da múltipla atuação com respeito à dinâmica de poder, tanto da mulher quanto do homem nas duas esferas. Deste modo, a metodologia para o estudo da Arqueologia, de Gênero e da Cultura Material começaria a abarcar as exigências teóricas confrontadas de forma mais concreta.

## **5. O estudo de caso**

A etapa inicial de trabalho adveio da leitura de textos específicos sobre classe e gênero. A hipótese examina a perspectiva da associação entre aquisição/posse de determinados objetos materiais e seu uso, e a relação de pertinência a certas classes sociais e relações de gênero. Por-

tanto, a investigação foi orientada no sentido de desvendar as conexões existentes entre gênero e classe, a partir da premissa de que esses aspectos guardam entre si relações específicas, ou seja, tentar entender até onde o universo material revelado pelos objetos denotam resultados e explicam definições feitas a partir desses condicionantes com base na literatura estudada.

Esta hipótese foi definida dentro das questões surgidas a partir de leituras que serviram como base e fio condutor. O ambiente inicialmente escolhido para o estudo de caso foi o IFCH (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp), um ambiente de trabalho acadêmico. Ao realizarmos a pesquisa no ambiente do IFCH, percebemos a impossibilidade de realizarmos ilações baseadas nos artefatos, devido à ausência de cortes comparativos importantes, como o de classe. Por esse motivo, surgiu, então, a necessidade de se ampliar o universo da pesquisa, o que foi feito ao escolhermos casas num bairro de média-baixa renda de Campinas (SP). Inicialmente, o bairro escolhido foi Jardim Estoril. No entanto, a continuidade da pesquisa neste local revelou-se impossibilitada, pois neste contato descobriu-se a dificuldade de serem encontradas pessoas dispostas a colaborar com a pesquisa. Isso demonstra, talvez, a falta de penetração de idéias e práticas acadêmicas em ambientes populares como este, com não só uma resistência a tornarem-se “objetos de pesquisa”, quanto uma desconfiança a esse tipo específico de investigação de seus ambientes domésticos.

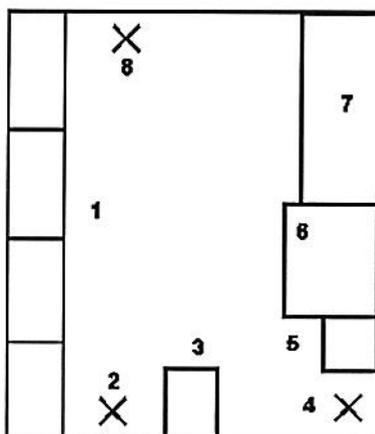
O bairro escolhido como alternativa foi Vila Santa Isabel, no Distrito de Barão Geraldo, também em Campinas. Este local apresenta como características o fato de se constituir num bairro de indivíduos de média e de baixa renda, porém com a particularidade de encontrar-se distante do centro comercial da cidade de Campinas, e ali misturarem-se universitários de vários Estados, pessoas ligadas à UNICAMP em termos administrativos, docentes de melhor situação econômica em partes próximas do distrito e pessoas humildes de origem rural em outras. As casas escolhidas abrigavam essas pessoas de origem rural e humilde e deu-se num espaço em que não estavam muito distanciadas umas das outras, onde as redes de sociabilidade aparentemente estão mais centradas nas relações de vizinhança e parentesco.

Considerando que o ambiente de trabalho onde as funções desempenhadas pelos indivíduos no ambiente acadêmico não nos forneceram elementos suficientes para chegarmos a conclusões acerca das dimensões das relações de gênero, a idéia era a de que, no caso de ambientes domésticos, estas ficassem bem mais claras quando as comparássemos, articulando todas as questões levantadas pela bibliografia. Com base nos artefatos descritos, pudemos fazer as ilações necessárias e comparar a primeira com a segunda fase da pesquisa.

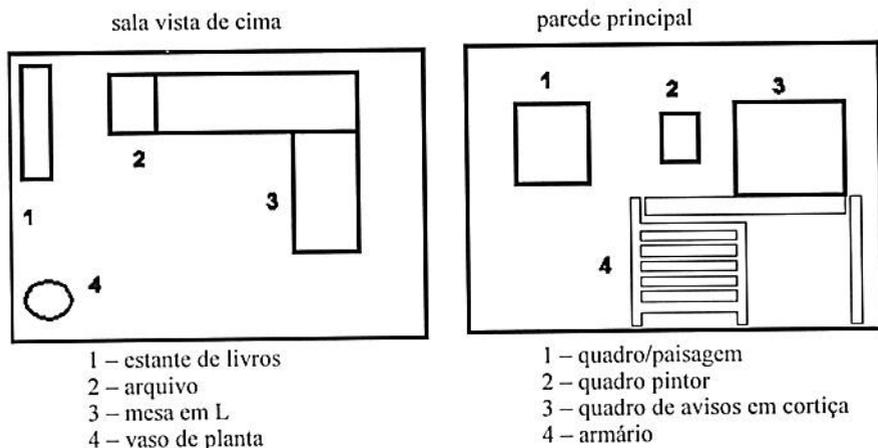
Com efeito, a relação entre classe econômica e aquisição de objetos, anteriormente comentada, é facilmente verificada. A opção por móvel barata que realize da melhor forma as funções pelas quais foram adquiridas, mostra-se através da conciliação do espaço que se tem para alojar os móveis e o que ele deve conter. No caso “acadêmico” o espaço foi ocupado basicamente com aquilo que mais se valoriza: livros. Mesmo nas salas mais “ascéticas”, estes tinham seu espaço, e houve até aquelas em que eles ocupavam todas as paredes (Objeto D). A opção por elementos funcionais com *designs* diferenciados, formas arredondadas ou de arestas bem definidas no caso dos acadêmicos (Objetos A e D) contrapõem-se às formas mais “populares”, como por exemplo, a diferenciação entre um

### Objeto D

- 1 – estante de livros (até o teto)
- 2 – colchonete
- 3 – arquivo
- 4 – feitiçeira (limpador de carpete)
- 5 – mesinha (micro/impressora)
- 6 – mesa
- 7 – mesa
- 8 – lixeira

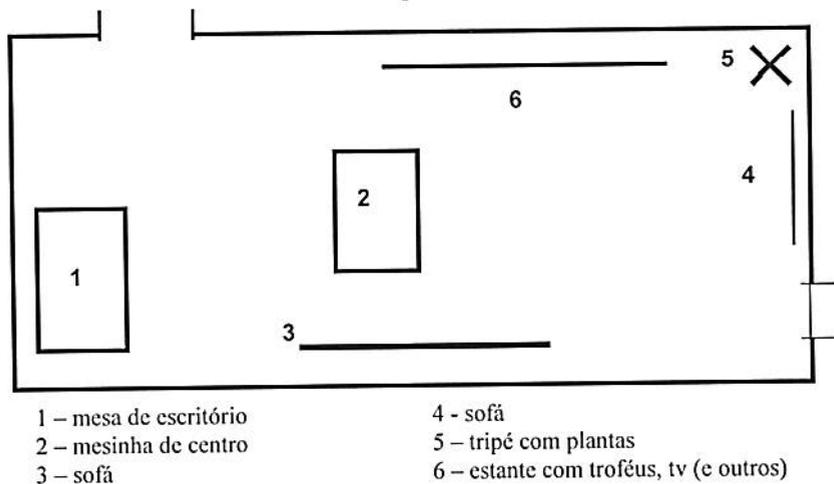


## Objeto A



porta-caneta encontrado na estante de uma casa de tipo conjugado (Objeto 2) de madeira e formato retangular com orifício simples e para uma caneta, e os porta-canetas feitos de resina, para várias canetas e outras coisas, multicoloridos encontrados nas salas dos acadêmicos (Objetos A e D).

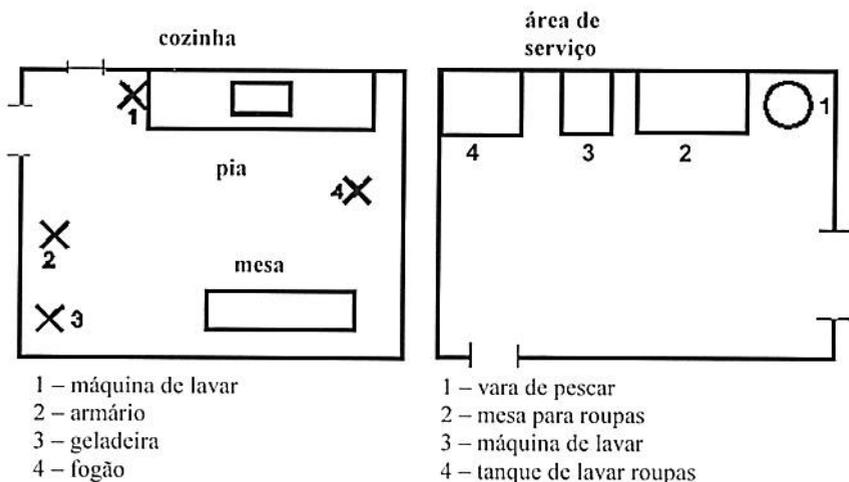
## Objeto 2



Um outro aspecto a ser ressaltado diz respeito ao tipo de material e sua qualidade. Entre os cestos de lixo de plástico do tipo vazado encontrados nos ambientes populares e os lixos de madeira, da instituição, ou “lixo pessoal”, como na sala de um acadêmico (Objeto D), há diferenças quanto a tipo de material, desenho, qualidade do material e diferenciação na aquisição do mesmo. Um quadro do “Sagrado Coração de Jesus” (obs.: 1, 2 e 3), por exemplo, de papel e moldura simples pode ser contraposto aos quadros de paisagens ou cidades famosas, e de pintores famosos, encontrados nas salas acadêmicas, (Objeto A e D) e até mesmo quadros de concursos, em que o amplo acesso de várias camadas da população não se verifica por falta de informação ou por serem dedicados a públicos específicos. Nesse sentido, o tipo da moldura, do papel, se comparados entre si, nos dão diferenciações nos cortes, não só de aquisição econômica mas também cultural.

Nas casas, o espaço era arranjado de modo a conter os elementos mais utilitários em exposição: máquina de lavar, fogão, máquina de costura, como pudemos notar numa casa onde, por falta de espaço na área de serviço, uma das máquinas de lavar roupa encontra-se na cozinha (Objeto 1).

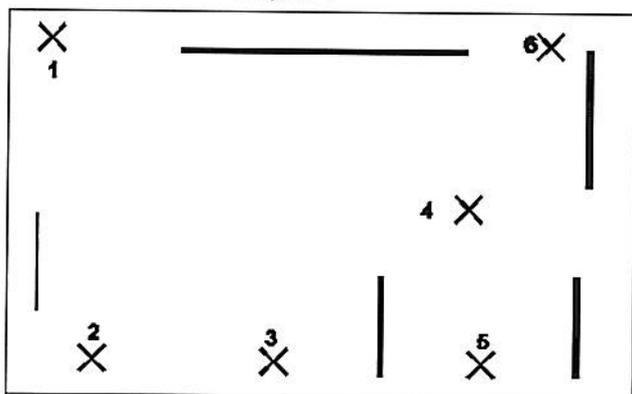
### Objeto 1



Entretanto, este não é o único aspecto relevante. A tentativa de conciliar padrões almejados de estética e funcionalidade, nem sempre condizentes com a capacidade econômica de aquisição, induz à existência de elementos que se traduzem ora mais por sua função estética do que propriamente por uma função prática, como por exemplo, uma mesinha de centro (Objetos 2 e 3), ora pelo critério da funcionalidade, como no caso supracitado.

A mobília possui também uma finalidade de “assinalar” o ambiente, melhor dizendo, significá-lo de um modo específico. Um fato que facilita esta interpretação seria a presença da mesinha de centro tanto na sala de uma casa de dois quartos (Objeto 2), quanto num conjugado (Objeto 3). No primeiro caso, como há uma mesa de escritório, poderíamos pensar que aquele espaço é visto e utilizado mais como um ambiente de trabalho, uma espécie de sala de recepção com poltronas e cadeiras, onde a dona da casa recebe visitas e trata de assuntos menos domésticos. A mesinha de centro, com papéis de deveres escolares, a televisão e até mesmo um porta-caneta de madeira com recados numa estante, serviriam, entretanto, para indicar que a sala é utilizada principalmente como um espaço familiar, onde as pessoas conversam, assistem televisão, e realizam tarefas mais quotidianas e mais integradas no ambiente familiar. Interessante também é a posição ocupada pela mesinha de centro (Objeto 3), no segundo caso. Neste lugar percebe-se que, talvez, a mesinha servisse para romper um pouco o “ascetismo” do ambiente, onde poucas coisas indicam que ali se dorme e se come, por ser um conjugado com poucos móveis e onde o objeto de trabalho – a máquina de costura – ocupa uma posição de destaque. Outro detalhe interessante é que esta casa em questão, ou seja, um conjugado, é habitada por duas mulheres – mãe e filha – e esta constitui-se duplamente no ambiente doméstico e de trabalho. Este fato pode ser averiguado através da máquina de costura, já citada, numa posição de destaque em relação ao cômodo, com a qual as duas trabalham. Cabe aqui a questão: se nesta casa não houvesse apenas mulheres, a disposição dos móveis e sua utilização seguiriam os mesmos padrões?

## Objeto 3



- 1 – cesto  
 2 – poltrona  
 3 – máquina de costura  
 4 – mesa de cabeceira  
 5 – máquina de costura  
 6 – pilha de retalhos

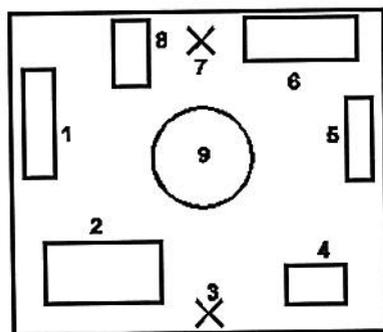
- a - estante de madeira  
 b - cama  
 c - cama  
 d – armário  
 e – sofá

Ao tratarmos de relações de gênero, pudemos perceber que uma predisposição em encontrar indicações de ser este ou aquele um ambiente predominantemente masculino ou feminino, facilmente induziria a conclusões precipitadas, uma vez que estas estavam, na caso das residências, muito mais imiscuídas nos objetos que indicavam atividade ou tarefa, do que nos objetos mais decorativos, como no caso da sala em que há uma estante com troféus, onde estes ficam bem à mostra (Objeto 2). Nada, naqueles troféus, indica seu proprietário, e isto só pode ser verificado através da pergunta direta à proprietária da casa. Muito mais sugestivo seria, talvez, o “bibelô” de menino-anjo ao lado dos troféus. O fato de que um conjunto com mais de 20 troféus de “Queda de Braço” não denunciam, de imediato, quem os possui, e mais, nos colocam diante da surpresa de que pertencem a uma mulher, demonstra um desvio num pressuposto estabelecido socialmente de que certos tipos de exercícios e tarefas não são desempenhados por mulheres. No entanto, isso demonstra também, como é de suma importância não nos atermos à visão de que “os artefatos falam por si”, pois se realizássemos o raciocínio de que, “se são

troféus, então pertencem a um indivíduo masculino da casa, marido ou filho, ou senão não teriam outro motivo para estarem em destaque, então estaríamos ratificando o pressuposto acima, que pretendemos criticar.

Um outro bom exemplo do que acabamos de expor, remete-se ao fato de uma máquina de costura ocupar um lugar de destaque na casa de apenas um cômodo (Objeto 3), quando esta poderia estar “escondida” atrás do armário numa outra arrumação, como observou a própria moradora. Outro detalhe interessante é que a casa em questão, ou seja, um conjugado, é habitada por duas mulheres – mãe e filha – e esta constitui-se duplamente no ambiente doméstico e de trabalho. Este fato pode ser averiguado através da máquina de costura, já citada, com a qual as duas trabalham. Cabe aqui a questão de saber se nesta casa não houvesse apenas mulheres a disposição dos móveis e sua utilização seguiriam os mesmos padrões.

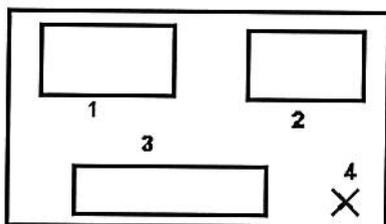
Talvez seja o fato de serem duas mulheres as ocupantes daquele espaço explique, em parte, a arrumação que deixa explícito o local onde dormem e o objeto de trabalho. Aliás, isto serve de excelente contraponto, se pensarmos que no ambiente de trabalho do IFCH, onde as funções não são explicitadas como essencialmente femininas ou masculinas, os objetos que poderiam indicar uma suposta presença feminina são os eminentemente decorativos: plantas, flores, fotografias etc, e que, no entanto, podem ser encontrados na sala de um secretário, por exemplo (Objeto C).



### Objeto C

- 1 – mesa para computador
- 2 – mesa do secretário
- 3 – vaso de planta (janela)
- 4 – mesa de telefone
- 5 – mesa do café/arquivo
- 6 – prateleiras
- 7 – lixeira
- 8 – mesa
- 9 – mesa dos coordenadores

Não poderíamos pensar, então, que um “ascetismo estético” no uso de pouca mobília e objetos e a preferência por objetos de “enfeite” guardem uma relação de antagonismo entre categorias que se representam materialmente? Melhor dizendo, não seria correto afirmar que um ambiente “feminino” seria aquele onde predominassem objetos decorativos, e “masculino” aquele onde predominassem objetos funcionais? Como foi observado na sala de duas docentes (Objeto B), no ambiente só havia a mobília mínima de responsabilidade da instituição, jornais e quase nenhum ornamento, ao passo que na sala de um secretário (Objeto C), havia não só uma quantidade maior de móveis, mas também flores, quadros e outros ornamentos.



#### Objeto B

- 1 – mesa
- 2 – mesa
- 3 – estante pequena de livros
- 4 – lixeira

Há também casos em que há uma diferenciação extrema em termos do que um ambiente de trabalho deveria conter, segundo o parâmetro do que seria um ambiente “masculino” e um ambiente “feminino” e o que seria restrito à casa. Este é o caso do Objeto E, em que há, além dos objetos pessoais, colchonetes, chinelos, almofadas, lâminas de barbear e até barbante. Isso, contudo, não nos leva a pensar que não haja correspondência entre a expectativa de ambientes tipicamente “femininos” ou “masculinos” e sua existência de fato. O essencial é que devemos considerá-los mais como variantes do que um estereótipo poderia impor, e que esse fato indica, inclusive, como atuam os determinantes culturais e econômicos.

Estes estereótipos poderiam funcionar, também, como um elemento para encobrir as práticas de poder quotidianas no contexto da casa, em que se espera, em teoria, que os espaços sejam delimitados e específicos. Para melhor ilustrar este ponto, citemos o caso da casa onde

a área de serviço é basicamente o lugar de trabalho da mulher, onde ela lava e passa roupa para terceiros e onde encontramos, encostada a um canto, uma vara de pescar pertencente a seu marido (Objeto 1). Tanto poderíamos dizer que se trata de um fato que corrobora uma autoridade da mulher sobre o local, por encontrar-se a vara de pescar no canto da parede, quanto poderíamos dizer que estamos diante de uma tentativa do homem de também marcar sua presença num local da casa “dominado” pela mulher.

Como foi observado, há uma relação entre funções, sejam elas remuneradas ou não, e expectativas com respeito à realização das mesmas, indicando a existência de diferenciações decorrentes de protótipos sociais sobre atividades “femininas” e “masculinas”. Nos ambientes domésticos, evidenciou-se que as funções tidas como femininas (lavar, passar, etc.) mesmo sendo realizadas para aumentar a renda familiar, estavam nitidamente representadas, e os objetos que denotariam interstícios de classe eram, basicamente, os decorativos, com relação a tipo, material etc. As atividades relacionadas com um estereótipo feminino, independentemente se serviam para aumentar a renda familiar e/ou indicavam uma participação na esfera da produção, eram tarefas de assistência que englobavam o cuidado dos filhos, a preparação dos alimentos e outros, como por exemplo lavagem roupas de terceiros e realização de pequenos serviços para indústrias têxteis. Mesmo no caso da mulher que tratava de assuntos da comunidade dando consultorias e outros, sua principal atividade remunerada era a costura industrial, logo, coincidente com que acabamos de dizer. Já no ambiente de trabalho acadêmico, seriam os objetos decorativos que desempenhariam a função de indicar gênero, pois os estritamente utilizados na realização de tarefas profissionais seriam desprovidos de marcas nítidas, melhor dizendo, no caso acadêmico as funções não designam abertamente distinções de gênero.

Essa expectativa de encontrarmos ou não elementos definidores de relações de gênero bem marcados no ambiente doméstico em contraste com o ambiente de trabalho, está intrinsecamente relacionada com a dimensão de análise que “separa” as esferas do público e do privado enquanto uma divisão bem determinada.

Contudo, essa “dicotomia” entre as esferas não explicaria o porque da divisão sexual implicar numa noção de inferioridade feminina, pois o conceito de patriarcado em conjunto com o capitalismo não considera como fundamental que a divisão sexual do trabalho já existisse (Engels, 1981). Anita Brumer (1988) apresenta duas explicações relevantes para a inserção inferiorizada e diferenciada no mercado de trabalho das mulheres em relação aos homens, que seriam a segmentação do mercado de trabalho e a já referida “dobradinha” patriarcado/capitalismo. Partindo do pressuposto de que a separação entre as esferas de produção e reprodução, produzida pelo capitalismo, ou melhor, modificada por ele (Brumer, 1988, p. 32) ocorreu em dois níveis, separação entre produtor e meios de produção e entre local de produção e o de reprodução de força de trabalho, a consequência dessa separação seria a hierarquização de tarefas, notadamente, as domésticas. Mais isso não explicaria porque o “papel” referente às tarefas ditas “femininas”, ou seja, desempenhados no cotidiano por mulheres, foi inferiorizado, e nem explicaria porque foi este conjunto específico de tarefas relegado às mulheres. De fato, atribuir ao capitalismo a gênese única dessa inserção social inferiorizada soa algo simplista, sendo mais sensato dizer que esta inferiorização possui estreita ligação com este tipo específico de modo de produção. Mesmo que aceitemos que tarefas como cuidar dos filhos sejam desempenhadas por mulheres com maior desenvoltura, isso não nos autoriza a dizer que estas possuem um valor inferior na escala produtiva.

Apesar de não nos caber aqui tentar resolver estas questões mais amplas, formular hipóteses para elas não significa esforços infrutíferos. Servem, sobretudo, a uma tentativa de ampliar, cada vez mais, a questão fornecendo novos elementos e instrumentos de análise, à medida que nelas avançamos. Contudo, o que procuramos é salientar diferenças ainda existentes na realidade quotidiana, concretamente falando, na questão de gênero, e como essas diferenças podem ser percebidas através de uma perspectiva material. Nesse sentido, nossa análise seria enriquecida substancialmente à medida em que nela inseríssemos uma visão histórica trabalhada com rigor.

## 6. Conclusão

Todo nosso trabalho nos leva a duas direções, a duas conclusões importantes. A primeira delas diz respeito diretamente à questão de Gênero, ou seja, em que medida os elementos estudados colaboram para tal discussão. A segunda diz respeito à natureza mesma dos estudos de Cultura Material, de que forma podemos afirmar a validade deste tipo de instrumento de análise para o entendimento de relações sociais.

Sobre o primeiro ponto, poderíamos formular hipóteses teóricas de que há uma necessidade social de se contrapor à “inferioridade masculina” na esfera reprodutiva, uma inferiorização da esfera produtiva feminina, confinando a elas tarefas específicas, ao mesmo tempo em que as inferioriza. Um argumento favorável poderia ser encontrado nos estudos de Funari, já citados, e no trabalho de Pina-Cabral (1993a), mais especificamente aquele que trata dos usos e atributos de objetos obscenos em Portugal. Além disso, historicamente falando, inferioridade feminina ou masculina são conceitos tratados distintamente em várias sociedades.

Retomando o que foi exposto acima, podemos entender a reação feminista e a tentativa de ocupação de um universo masculino no mercado de trabalho e de atuação política, e como isso foi na direção de afirmar e ratificar uma diferenciação hierarquizada e dicotomizada, ao invés de combatê-la. O pressuposto decorrente disto é que deveria haver uma crescente participação feminina numa esfera pública como solução, questionando-se a participação ou sua falta nesta esfera, num espaço que é excludente, ao invés de se discutir a separação e exclusão dicotômicas entre as esferas.

Entretanto, essas afirmações remetem-se a uma categoria global “mulher”, não problematizada. Surgem, a partir daí, as dificuldades em observar e transpor para a análise as formas de identidade de gênero assumidas pelos indivíduos em nossa sociedade. Isso está relacionado como uma ruptura (que está inserida no contexto da discussão acerca da modernidade) dos padrões identitários e dicotômicos de várias categorias sociais, sobretudo gênero. No entanto, devemos ter claro, que é exatamente por se assentar esse cosmos simbólico num universo que é criado e

recriado por suas representações nos vários planos, com realidades multifacetadas, intercaladas e não estritamente delimitadas, que a busca por padrões de gênero distintos dos já existentes, que são dicotômicos e hierarquizados, passa necessariamente pela problematização e procura de novas categorias, cada vez mais tentando abranger essa realidade multifacetada e dinâmica. Esse processo deve, portanto, referenciar-se numa realidade que é excludente, no sentido em que delimita marcas de pertinência mas também de exclusão de identidades específicas, concomitantemente ao seu caráter universalizante.

É neste sentido que devemos entender a pesquisa em questão, ou melhor, de que podemos observar elementos distintivos de poder nos espaços domésticos tanto do homem quanto da mulher, embora este espaço ainda guarde, nas classes populares, uma idéia de cuidado feminino, e, num ambiente de trabalho, onde essas relações são camufladas, o esforço de salientar um espaço não caracterizado e fundamentado numa noção de subalternidade das funções realizadas por mulheres.

O que se observou da realidade material revelada pelos objetos foi que, apesar de a mulher haver efetivamente conquistado um espaço, ou melhor, uma legitimidade para lutar por ele em termos de atividade produtiva, o ambiente doméstico e as tarefas encaradas como inerentes a este são entendidas como privadamente “femininas”, sendo isto explicitado principalmente quando observamos uma suposta restrição espacial a que estão sujeitos objetos tidos como eminentemente “masculinos” e a aparente impessoalidade do ambiente de trabalho acadêmico. Entretanto, uma análise deste tipo também poderia ser nitidamente decorrência da visão ratificada de que a emancipação feminina se daria, basicamente, ao nível da luta por um espaço legítimo e reconhecidamente feminino na arena pública.

Enquanto observamos claramente que, no trabalho acadêmico, a diferenciação de gênero se dá de forma menos marcante em termos de manipulação explícita dos objetos nos ambientes, nas casas populares, isso acontece de forma distinta. Ao se estabelecerem realizações de tarefas em função de uma maior produtividade, no caso atividade remunerada, muitas vezes, as tarefas domésticas ficam ou sob a responsabilidade

de execução ou supervisão das mulheres, mesmo se estas realizam outras tarefas produtivas como costurar, lavar roupa para terceiros ou realizar serviços em casa para indústrias.

Poderíamos até dizer que a divisão sexual do trabalho é algo imamente à organização produtiva e social das sociedades, porém, essa divisão não implicaria necessariamente numa hierarquização de ocupações, papéis etc. O que explicaria essa hierarquização não é a noção de patriarcado tomada como estrutura de poder instituída, como algo que fosse já estabelecido, sem uma gênese, não-problematizado, e as relações em que a mulher é inferiorizada fossem dela conseqüência. O que está por detrás é o que fundamenta essa estrutura de poder, ou seja, todo um universo simbólico que permeia o social e é por ele reconstruído, e uma das hipóteses seria de que esse universo se assentaria na incapacidade do homem de não deter o controle biológico do processo reprodutivo.

A partir do momento em que há a dissociação entre as esferas produtiva e reprodutiva, ocorre uma hierarquização valorativa de ocupações, onde, em perfeita conformidade com o processo de estabelecimento da produção, mercado, e das relações capitalistas, as conformações de poder vão em direção ao controle desse processo produtivo. Nesse sentido, o fato de a mulher, enquanto ente biológico, deter o poder do mecanismo reprodutivo mostra-se relevante para entendermos as práticas de inferiorização da mulher como ser social, demonstrado através do discurso falocêntrico, enquanto um demonstrativo da “inferioridade” biológica masculina de fato, da qual o homem se ressentiria. Evidentemente, inferioridade/superioridade em termos de conceitos globais e aplicados a categorias fixas, são também, construções sociais, e como tais devem ser entendidas.

Por fim, um outro pressuposto que tenho em mente é o de que a despeito de análises críticas contemporâneas feitas ao modelo dicotômico público/privado, este ainda prevalece se pensarmos a partir dos dados empíricos coletados na pesquisa, visto que essa noção como uma classificação binária pode ser percebida através da incidência dos estereótipos feminino/masculino no ambiente doméstico, embora não tão marcados no caso acadêmico, no sentido em que são imputados aos indivíduos com-

portamentos e atividades diferenciadas e específicas de gênero. Sobre tudo, devemos criticar prática e teoricamente essa visão dicotômica, de modo a desmistificar estes estereótipos que fundamentam o fato de que as atividades ditas “femininas” são as realizadas no ambiente doméstico por excelência.

Parte-se aqui, pois, da ênfase na existência de que há ainda a idéia de um direcionamento social efetivo de certas atividades em relação ao ambiente doméstico, referentes à mulher ou ao homem, ou melhor dizendo, o fato de ainda existirem estereótipos no ambiente doméstico de atividades realizadas por mulheres, independentemente se são remuneradas ou não. Em contrapartida, nos ambientes de “trabalho” externos à casa, foi observada uma tendência à “universalização” das atividades profissionais, o que leva a pensar se esta não denotaria uma diferenciação dicotômica decorrente da dissociação público/privado que, em última instância, corroboraria para manter essa diferenciação. Em suma, essa visão dicotômica reforçaria esses estereótipos, na medida em que sua persistência fornece subsídios para pensar um processo dicotômico de formação social do “eu”.

A constituição, pois, de uma moral racional leva a uma nova estrutura da esfera pública que, por sua vez, nos conduz ao abandono da identidade particular. As contradições das teorias feministas detêm-se no fato, já mencionado, de que uma estreita ligação com perspectivas emancipatórias leva a propor um novo ideal de consenso, o que, como já foi demonstrado, fica inviabilizado devido à realidade multifacetada das identidades sociais.

É nesse sentido que afirmamos que não é lutando por um espaço limitado publicamente, segundo parâmetros androcêntricos, que levariam as mulheres a “igualarem-se” em termos de representação política, pois há uma dimensão histórica na natureza íntima muito bem colocada por Benhabib (1987, p. 106), dimensão essa que congrega o eu e o coletivo, ou como diz a autora:

...para entender e combater a opressão das mulheres, já não basta exigir apenas emancipação política e econômica das mulheres; é preciso também questionar aquelas relações psicosse-

xuais nas esferas doméstica e privada, ....através das quais a identidade de gênero é reproduzida (Benhabib, 1987, p. 106)

Embora já possamos dispor, em termos teóricos, de escritos que vão na direção de não mais se utilizarem de perspectivas dicotômicas, no campo empírico observado, não podemos dizer que essas categorias tenham já sido transpostas, ou melhor, no ambiente doméstico, as atividades ainda sofrem uma divisão e codificação de gênero em termos binários e como tal são manipulados do doméstico para o não-doméstico ou exterior à casa. Entretanto, não podemos também perceber essas categorias como homogêneas, seria isto um reducionismo. Como vimos no caso da casa com os troféus (Objeto 2), não necessariamente essas categorias com suas diacronias e sincronias reproduzem-se de forma homogênea.

Isso posto, devemos pensar que o simples fato de estimularmos a presença da mulher num espaço de participação ou de produção por excelência, por si só não seria suficiente para abolir essa dicotomia em termos mais quotidianos e privados. Como foi exposto acima, uma teoria emancipatória que não problematize suas categorias de inclusão e exclusão e não relativize suas demandas, corre o risco de reificar pressupostos que pretende combater.

Entretanto, se há uma diferenciação dicotômica entre público e privado e esta ainda continua permeando escritos teóricos que se dizem críticos, a tentativa de abolir essa discriminação de gênero em termos de participação política *stricto sensu* se torna sem sentido, isto porque não resolveria estimular a participação nos canais externos, públicos por excelência, se a formação e manipulação de valores, normas e fins articulados na esfera privada não pudessem ser codificados e recodificados concomitante e reciprocamente, devido ao tratamento dicotômico da questão. Mais ainda, um dos elementos que fundamenta essa dicotomia é a dissociação entre sujeito físico e sujeito jurídico, inevitável quando se fala de canais de participação e luta política, que pode ser explicitada através do fato de admitir igualdade na esfera da participação política e de direitos para todos, e apoiar-se num privado para realizar distinções e subversões desse princípio de igualdade, como já foi exposto.

Se antes criticávamos a idéia da “emancipação através da liberação do trabalho” por conta de tentar tornar apropriados os problemas decorrentes da submissão de gênero e discriminação à teoria marxista ortodoxa; hoje ainda, nos deparamos com autores (Pinto, 1992, p. 143) que levantam a bandeira da “emancipação através da participação política nas lutas sociais, ou melhor nos canais de “visibilidade política”. Isso levanta importantes questões a serem analisadas ao pensarmos, por exemplo, o feminismo como movimento social: se essa distinção entre espaço de representação e espaço de vivência quotidiana é legítima; e se estariam os defensores dessa forma específica de emancipação tratando de gênero ou de uma categoria específica e generalizante “mulher”.

Visto ainda sob um outro prisma, a própria dificuldade em eger uma categoria geral/universal que englobe as várias diferenças e aproximações identitárias, acaba caindo na armadilha de privilegiarmos uma especificidade em detrimento de outras. Assim, fica difícil resolver a questão da emancipação e da discriminação que sofrem as mulheres, já que não poderíamos eger essa percepção social “mulher” como distintiva por si só. Num primeiro momento, seria fundamental entender que essa discriminação é também decorrente de uma classificação binária dos indivíduos (e não podemos nos furtar a mencionar também o materialismo histórico como um forte propalador dessa classificação – capital × trabalho). Num segundo momento, tentarmos perceber que o ideal não seria uma emancipação de uma categoria universal, mas sim, de pressupostos de hierarquização social, e isto, a bem da verdade, só pode ser feito se transpusermos a visão dicotômica entre público e privado e entendermos que a formação dos indivíduos e suas identidades próprias e de grupo são politicamente forjados nas inter-relações tanto privadas no sentido mais familiar e doméstico quanto públicas, num processo que deveria ser concomitante e recíproco.

Essas questões, embora colocadas como problematizadas num “presente”, podem, e no nosso caso, devem ser transpostas para uma Arqueologia de Gênero. À medida em que observamos fatos de um passado, todas essas questões ganham outra dimensão. Torna-se de suma importância apreender esses padrões para não incorrerem em conclu-

sões apressadas de uma realidade feminina homogênea, submissa e fundamentalmente natural.

O segundo ponto que ressaltaríamos como conclusão é a utilidade da análise da perspectiva material e como este instrumento relaciona-se em termos epistemológicos com outras disciplinas.

Exatamente por não haver uma disciplina intitulada Cultura Material tal qual Antropologia, Sociologia, História etc., é que podemos nos beneficiar da relação objeto-meio em termos teóricos, ou seja, aplicar uma transdisciplinaridade e estabelecer uma ponte entre a percepção desta relação e a disciplina com a qual trabalhamos especificamente. Contudo, existem dificuldades a serem transpostas, transposições essas para a qual este artigo pretende contribuir. Essas dificuldades devem-se, em parte, à resistência das ciências já estabelecidas a campos de estudos interdisciplinares, preocupadas em manter suas fronteiras, de modo a sustentarem sua legitimidade enquanto “ciências”. De outro, a própria resistência e/ou dificuldade que os pesquisadores têm de constituírem contatos com trabalhos de outras disciplinas. É claro que não devemos entender isso como uma realidade irrefutável, e as discussões acerca da pós-modernidade demonstram-nos isto, bem como o crescente interesse que a Cultura Material tem suscitado.

Um outro fator decorrente do anterior, deve ser acrescentado. É que dentro dos limites de cada ciência, “seus” objetos de estudo são mantidos com uma espécie de exclusividade, sem a qual essas disciplinas não teriam sua especificidade, e talvez disto tenha decorrido um número considerável de estudos sobre “Antropologia e Cultura Material”, “Sociologia e Cultura Material” etc.

Entretanto, as vantagens também são consideráveis. Não estando dentro de limites restritos, os pesquisadores podem empreender estudos bem mais dinâmicos entre as fronteiras das disciplinas, buscando novos interstícios, novas relações entre o objeto, o meio e a forma de apropriação destes por homens e mulheres, ultrapassando os instrumentos de análise de outras disciplinas tais como a Psicologia, Antropologia, História, Economia sem desprezá-los, como aliás muito bem mostra o editorial do *Journal of Material Culture* (1996).

Por fim, a conveniência de poder circular transdisciplinarmente, permite que diferentes perspectivas e teorias interajam. Desde que a discussão pós-moderna entrou em cena, tem-se buscado analisar as consequências físicas de códigos culturais e ideológicos. Num mundo globalizado, entender essa lógica cultural passa pela necessidade de irmos além das explicações essencialmente específicas sobre os fenômenos. Ultrapassar análises que se restrinjam apenas às suas áreas de abrangência é um dos principais objetivos e a principal contribuição de uma perspectiva que trabalhe com a prática arqueológica e da Cultura Material e, conseqüentemente, enriquecer o panorama teórico geral com uma visão crítica, engajada e mais ampliada da realidade socialmente construída e materialmente apreendida.

### Referências Bibliográficas

- Baudrillard, J. (1968). *O sistema dos objetos*, col. Debates. São Paulo, Perspectiva, 1973.
- . (1972). *Para uma crítica da economia política do signo*, Edições 70/Martins Fontes, 1972.
- Benhabib, S. (1987). O outro generalizado e o outro concreto: a controvérsia Kohlberg-Gulligan e a teoria feminista. In: S. Benhabib, S. & Cornell, D. (coord.) *Feminismo como crítica da modernidade*. Trad. N. da C. Caixeiro, Rio de Janeiro, Ed. Rosa dos Tempos, pp. 238-271.
- Benhabib, S. & Cornell, D. (1987). Introdução - além da política de gênero. In: *Feminismo como crítica da modernidade*, op. cit., pp.7-24.
- Bourdieu, P. (1983). Gostos de classe e estilos de vida. In: Ortiz, R. (org.) *Sociologia*, São Paulo, Ática, pp. 82-121.
- . (1979). *Distinction: A Social Critique of the Judgement of Taste*. Translated by Richard Nice. London, Routledge, 1984.
- . (1966). *A economia das trocas simbólicas*, col. Estudos. São Paulo, Perspectiva, 1992, 3ª ed.

- Brown, S. (1993) Feminist research in Archaeology: what does it mean? why is taking so long? In: Rabinowitz, N. & Richin, A. (eds.) *Feminist theory and the classics*, col. Thinking Gender. New York, Routledge, pp.238-271.
- Brumer, A. (1988). O sexo da ocupação - considerações teóricas sobre a inserção da mão-de-obra feminina na força de trabalho. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 8, pp. 20-38.
- Bruschini, M.C.A. (1990). *Mulher, casa e família: cotidiano nas camadas médias paulistas*. São Paulo, Ed. Vértice.
- Butter, Judith. (1987). "Variações sobre sexo e gênero: Beauvoir, Wittig e Foucault" in: *Feminismo com crítica da modernidade*, op. cit., pp. 139-154.
- Castro, M.G. & Lavinias, L. (1992). Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: Bruschini, C. & Costa, A. de O. (orgs.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, pp. 216-251.
- Cornell, D. & Thurschvell, A. (1987). Feminismo, negatividade, intersubjetividade. In: *Feminismo como crítica da modernidade*, op. cit., pp. 155-174.
- Costa, C. de L. (1994). O leito de Procusto: gênero, linguagem e as teorias feministas. *Cadernos Pagu*, 2:141-174, UNICAMP, Campinas.
- Davis, K. & Moore, W.E. (1945). Alguns princípios de estratificação. In: Velho, O. et al (orgs.) *Estrutura de classes e estratificação social*, Bibliot. de Ciências Sociais, Zahar Editores, 7ª ed., 1977, pp.114-132.
- Deetz, J. (1977). *In small things forgotten*. The Archaeology of early american life. New York, Anchor Books.
- Durham, E.R. (1986). A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: Cardoso, R. (org.) *A aventura Antropológica*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª ed., pp. 17-37.
- Engels, F. (1981). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 6ª ed.

- Funari, P.P.A. (1994). As mulheres romanas e suas leituras. Paper apresentado no Encontro Acadêmico “A mulher na Antigüidade Greco-latina”. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- . (1988). *Arqueologia*. Col. Princípios, Editora Ática.
- . (1995). A hermenêutica das Ciências Humanas: a História, a teoria e a práxis arqueológicas. *Revista da SBPH*, **10**:3-9.
- . (1994). Resenha do livro *Feminism Theory and The Classics* por Nancy Sorkin Rabinowitz e Emy Richlin. *Cadernos Pagu*, **3**, UNICAMP, Campinas, pp. 262-272.
- Goldberg, A. (1989). Feminismo no Brasil contemporâneo: o percurso intelectual de um ideário político. *ANPOCS BIB*, **28**:42-70. Rio de Janeiro, 2º sem. 1989.
- Gordon-Childe, V. (1969). Do que trata a Arqueologia? In: *Para uma Recuperação do Passado*, cap. I. Portugal, Liv. Bertrand, Amadora, pp. 29-42.
- . *Introdução à Arqueologia*, Col. Saber. Publicações Europa-América, 2ª ed.
- Gurvitch, G. (1957). Definição do conceito de classes sociais. In: *Estrutura de classes e estratificação social*, *op. cit.*, pp. 94-113. *Journal of Material Culture*. Editorial, vol.1, March 1996, pp. 5-14.
- Kern, A.A. (1991). Abordagens teóricas em Arqueologia. Trabalho apresentado na VI Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Rio de Janeiro, (SAB), pp.1-14
- Kofes, S. (1993). Categorias analítica e empírica: gênero e mulher: disjunções, conjunções, mediações. *Cadernos Pagu*, **1**:19-30, UNICAMP, Campinas.
- Lobo, E.S. (1991). O gênero da representação: movimento de mulheres e representação política no Brasil (1980-1990). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, **17**:7-14.
- . (1992). O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. In: *Uma questão de gênero*, pp. 252-265.
- Machado, L.Z. (1992). Feminismo, academia e interdisciplinaridade. In: *Uma Questão de Gênero*, pp. 24-38.

- Marckus, M. (1987). Mulheres, êxito e sociedade civil; submissão a ou subversão do princípio de realização. In: *Feminismo como crítica da Modernidade, op. cit.*, pp. 107-120.
- Oliveira, R.C. de (1977). *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo, Liv. Pioneira Editora.
- Orser Jr., Charter E. (1992). *Introdução à arqueologia histórica*. Belo Horizonte, Oficina de Livros.
- Paoli, M.C. & Sader, E. (1986). Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro (notas de leitura sobre acontecimentos recentes). In: Cardoso, R. (org.) *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, pp. 39-67, 2ª ed.
- Pierucci, A. F. (1990). “Ciladas da diferença”. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, vol. 2 (2), 2º sem., pp. 7-33.
- Pina-Cabral, J. (1992). The gods of the gentiles are demons: the problem of pagan survivals in European culture. In: Hastrup, K. (ed.) *Other Histories*. London, Routledge, pp. 45-61.
- . (1993a). Tamed violence: genital symbolism in Portuguese popular culture. *Man*, 28(1), pp. 101-120.
- . (1993b). A lei e a paternidade: as leis de filiação portuguesas vistas à luz da Antropologia Social. *Análise Social*, vol. XXVIII(123-124), 975(40-50)975-997
- Pinto, C.R.J. (1992). Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: Bruschini, C. & Costa, A. de O. (orgs.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, pp. 127-150.
- Saffioti, H.I.B. (1969). *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, São Paulo, Quatro Artes.
- . (1992). Rearticulando gênero e classe social. In: *Uma questão de gênero*, pp. 183-215.
- Scott, E.M. (1991a). Gender in complex colonial society: The materials goods of everyday Life in a late Eighteenth Century fur Trading communit. In: Walde, D. & Willows, N.D. *The Archaeology of Gender*. University of Calgary, Canada, pp. 490-495.

- . (1991b). A feminist approach to historical Archaeology: Eighteenth-Century Fur Trading Society at Michilimackinac. *Historical Archaeology*, 25(4):42-53.
- Scott, J.W. (1986). Gender: a useful category of historical analysis. *The American Historical Review*, 91(5):1053-1075.
- . (1988). *Gender and the Politics of History*. New York, Columbia University Press. (Prefácio traduzido)
- Sorj, B. (1992). O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: *Uma questão de gênero*, pp.15-23.
- Sorokin, P.A. (1947) O que é uma classe social? In: *Estrutura de classes e estratificação social*. Trad. de Luiz A. M. da Silva, *op. cit.*, pp.84-94.
- Stavenhagen, R. (1962). Estratificação social e estrutura de classes. In: *Estrutura de classes e estratificação social*. Trad. de M. G. Ribeiro da Silva e Moacir G. S. Palmeira, *op. cit.*, pp.133-170.
- Stanley, S. (1993). Method and theory in historical archaeology. Paper apresentado em Colonia del Sacramento, Uruguay e La Plata, Argentina, pp. 1-7.
- Wood, S.M.S. (1991a). Toward a feminist historical archaeology of the construction of Gender. In: *The archaeology of Gender*, *op.cit.*, pp. 234-244.
- . (1991b). Feminist empiricism: a more holistic theoretical approach. Paper presented in the Conference on Historical and Underwater Archaeology, Richmond, VA, jan. 10, pp. 1-16.
- . (1992a). Towards a feminist urban Archaeology. Paper presented in the Urban Historical Archaeology session at the 1992, April 11, Pittsburgh, pp. 1-12.
- . (1992b). A feminist program for nonsexist archaeology. In: Wandsnider, L. (ed.) *Quandaries and Quests: Visions of Archaeology Future*. Center for Archaeological Investigations, occasional paper na 20, Souther Illinois University, pp. 98-113.
- Varikas, E. (1989). Pária: uma metáfora da exclusão das mulheres. In: A mulher e o Espaço Público. *Revista Brasileira de História*, 9(18), agost/set. 89, pp. 19-28, S.P.

- . (1994). gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. *Cadernos Pagu*, 3:63-84, UNICAMP.
- Zaluar, A. (1986). Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. In: Cardoso, R. (org.) *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª ed., pp. 107-125.

